

Carta Educativa do Concelho de Sernancelhe



2023

A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município. (D.L. 7/2003 de 15 de Janeiro – Artigo 10.º)

TÍTULO

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE SERNANCELHE
(2.ª geração)

EQUIPA PBN Partners, Lda

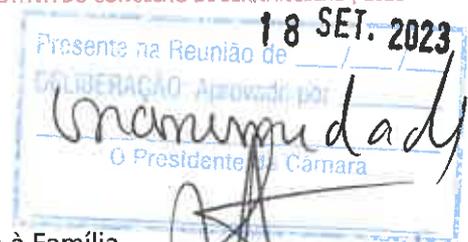
João Manuel Ferreira da Fonseca
Paulo Alexandre Ribeiro Bito
José Victor Fernandes Sobral

EQUIPA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SERNANCELHE

SASC – Serviços de Ação Social e Cultural

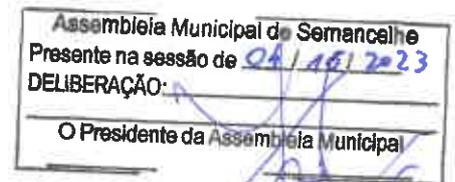
EDIÇÃO E DESIGN GRÁFICO

PBN Partners, Lda
Rua da Torre, n.º26
5130-287 RIODADES



ACRÓNIMOS/GLOSSÁRIO

- AAAF - Atividades de Animação e de Apoio à Família
- ACP - Análise de Componentes Principais
- AEC - Atividades de Enriquecimento Curricular
- CAE - Classificação das Atividades Económicas
- CAF - Componente de Apoio à Família
- CEB - Ciclo do Ensino Básico
- CME - Conselho Municipal da Educação
- DGESTE - Direção Geral de Estabelecimentos Escolares
- EA - Ensino Artístico
- EB - Escola Básica
- EBI - Escola Básica Integrada
- EFA - Educação e Formação de Adultos
- EP - Escolas Profissional
- ES - Escola Secundária
- Ha - Hectare
- hab/km² - Habitantes por km²
- IC - Itinerário Complementar
- IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social
- Jl - Jardim de Infância
- LBSE - Lei de Bases do Sistema Educativo
- ME - Ministério da Educação
- NEE - Necessidades Educativas Especiais
- NT - Núcleo Territorial
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PCA - Percursos Curriculares Alternativos
- PEL - Projeto Educativo Local
- PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação
- QZP - Quadro de Zona Pedagógica
- SASE - Serviços de Ação Social Escolar
- SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- TEIP - Território Educativo de Intervenção Prioritária
- UF - União das Freguesias
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



106 77

2

1. O Conselho Municipal de Sernancelhe
2. O Conselho Municipal de Sernancelhe
3. O Conselho Municipal de Sernancelhe
4. O Conselho Municipal de Sernancelhe

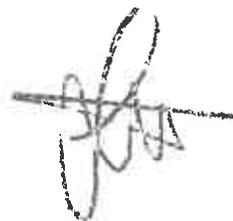




ÍNDICE GERAL

ACRÓNIMOS/GLOSSÁRIO.	3
ÍNDICE GERAL.	5
CONCEITOS.	9
0. ABERTURA.	15
1. ÂMBITO, NATUREZA E OBJETIVOS.	17
2. METODOLOGIA.	20
3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVO, DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO.	23
3.1. Enquadramento territorial e administrativo.	23
3.2. Caracterização Demográfica.	27
3.2.1. O contexto regional.	27
3.2.2. A evolução e distribuição da população residente.	31
3.2.3. Dinâmica demográfica: crescimento natural e saldo migratório.	39
3.2.4. Estrutura etária da população: envelhecimento e dependência.	48
3.2.5. Previsões das tendências (2021-2031).	53
3.2.5.1. População residente.	53
3.2.5.2. Natalidade.	56
3.2.6. Estrutura etária.	58
3.2.7. Evolução da população em idade escolar.	59
3.3. Caracterização Socioeconómica.	62
3.3.1. Nacionalidade e multiculturalidade.	62
3.3.2. Famílias.	71
3.3.3. Condições de vida.	81
3.3.4. Sistema urbano e equipamentos.	88
3.3.5. Saúde.	88
3.3.6. Ambiente.	89
3.3.7. Dinâmica económica e emprego.	90
3.3.7.1. Educação e qualificação.	91
3.3.7.2. Atividade, emprego e mercado de trabalho.	102
3.3.7.3. Desemprego.	113
4. A REALIDADE EDUCATIVA DO TERRITÓRIO.	116
4.1. Oferta Educativa da rede pública.	116
4.1.1. Rede escolar pública.	116
4.1.2. Salas de aula/atividade e estado de conservação.	125
4.1.3. Barreiras arquitetónicas.	128
4.1.4. Bibliotecas escolares.	129
4.1.5. Rede escolar privada.	131

4.2. Procura educativa.	159
4.2.1. Situação atual da educação e formação de jovens da rede pública.	159
4.2.2. Evolução da população escolar.	163
4.2.2.1. A Educação Pré-Escolar.	165
4.2.2.2. A Educação 1.ºCEB.	167
4.2.2.3. A Educação 2.ºCEB.	169
4.2.2.4. A Educação 3.ºCEB.	172
4.2.2.5. Rede escolar privada.	174
4.3. Projeção da população escolar.	187
4.3.1. A Educação Pré-Escolar e o 1.ºCEB.	188
4.3.2. A Educação 2.ºe 3.º CEB.	189
4.3.2. O Ensino profissional.	190
4.4. Atividades complementares de ação educativa.	190
4.4.1. Atividades de animação e de apoio à família.	191
4.4.2. Componente de apoio à família.	191
4.5. Ação Social Escolar e Transporte Escolar.	191
4.5.1. Ação social escolar.	197
4.5.2. Transporte escolar.	204
4.6. Recursos Humanos.	205
4.6.1. Pessoal docente.	205
4.6.2. Pessoal não docente.	205
5. REESTRUTURAÇÃO DA REDE ESCOLAR (2006-2019).	206
5.1. Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, e Portaria n.º 1181/2010, de 16 de novembro.	207
5.2. Despacho n.º 5634-F/2012, de 26 de abril.	208
5.3. Decreto-lei n.º 54/2018, 6 de Julho.	210
5.4. Avaliação da carta educativa (1.ª geração) e balanço da execução das propostas de redimensionamento da rede escolar previstas.	212
5.4.1. Educação pré-escolar.	215
5.4.2. 1.º Ciclo do ensino básico.	216
5.4.3. 2.º e 3.º Ciclos do ensino básico.	219
5.4.4. Ensino profissional.	219
5.5. Alterações no Sistema Educativo Público entre os Anos Letivos 2015/2016, 2017/2018 e 2021/2022.	220
6. PREVISÃO DE REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR.	223
6.1. Princípios orientadores.	223
6.2. Estratégia de intervenção.	230
7. INTERVENÇÕES E INVESTIMENTO NA REDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO.	233



8. INTERVENÇÃO PARA O SUCESSO ESCOLAR E COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR.	235
8.1. O (in)sucesso escolar e o papel dos agentes educativos.	235
8.2. Avaliação interna e avaliação externa: comparação (2021/2023).	240
8.3. Transições, retenções e desistências.	245
8.3.1. O 1.º Ciclo do Ensino Básico.	248
8.3.2. O 2.º Ciclo do Ensino Básico.	251
8.3.3. O 3.º Ciclo do Ensino Básico.	253
8.3.4. O Ensino profissional.	256
8.4. Recomendações	258
9. VISÃO ESTRATÉGICA PARA A EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO.	263
9.1. Recomendações.	267
9.1.1. Principais conclusões.	267
9.1.2. Linhas de orientação estratégica.	269
10. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA.	273
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	279
12. ILUSTRAÇÕES E QUADROS.	285
13. BIBLIOGRAFIA.	291

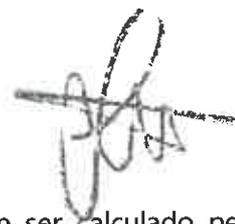
CONCEITOS

Áreas mediamente urbanas - Freguesias que não tendo sido já integradas em APU cumpram, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de 2 ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia;) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semi-urbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com População residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Áreas predominantemente urbanas - freguesias que cumpram, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Áreas predominantemente rurais - Freguesias não classificadas como "Área Predominantemente Urbana" nem "Área Mediamente Urbana".

Crescimento efetivo - Diferença entre os efetivos populacionais em dois



momentos do tempo. O acréscimo populacional pode ser calculado pela adição do saldo natural e do saldo migratório.

Crescimento natural - Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo.

Densidade populacional (hab/km²) - Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por km²).

Famílias reconstituídas ou recompostas - Núcleos compostos por um casal "de direito" ou "de facto" com filho(s), em que pelo menos um deles seja filho, natural ou adotado, apenas de um dos membros do casal, ou seja, fruto de um relacionamento conjugal anterior.

Indicador *per capita* - Indicador compósito que pretende traduzir o poder de compra em termos *per capita*. É um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões.

Índice de dependência de idosos (%) - Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

Índice de dependência de jovens (%) - Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos).

Índice de dependência total (%) - Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente

entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

Índice de envelhecimento (%) - Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. Geralmente é expresso em percentagem (por 100 pessoas com idades entre os 0 aos 14 anos).

Índice de envelhecimento dos edifícios - (edifícios construídos até 1960/edifícios construídos após 2001*100).

Núcleo familiar - Conjunto de duas ou mais pessoas com laços de parentesco que podem formar um núcleo familiar conjugal (um casal, casado de direito ou em união de facto, com ou sem filhos) ou um núcleo familiar monoparental (um pai ou uma mãe com um ou mais filhos). O núcleo familiar conjugal com filhos pode ter apenas filhos comuns ou ser um núcleo reconstituído ou recomposto se incluir pelo menos um filho, natural ou adotado, de apenas um dos membros do casal (o termo "recomposto" é preferido neste destaque por apontar para a recomposição familiar no seu todo e não só para a reconstituição no interior do casal). (Neste destaque também se utiliza "família monoparental" e "família recomposta" como sinónimos de núcleo familiar monoparental e de núcleo familiar reconstituído ou recomposto).

PIB per capita - (produto interno bruto no ano civil ÷ população média anual residente).

População ativa - Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

População residente - Pessoas que, independentemente de no momento



de observação – zero horas do dia de referência – estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Proporção de edifícios com necessidade de reparação (%) - Percentagem de edifícios com necessidade de intervenção nas seguintes componentes: estrutura, cobertura, paredes e caixilharia exteriores (edifícios com necessidade de reparação ÷ edifícios × 100).

Proporção de edifícios muito degradados (%) - (Edifícios muito degradados ÷ edifícios × 100).

Proporção de núcleos monoparentais (%) - Núcleos familiares que integram apenas um dos progenitores, pai ou mãe, com filho(s) (núcleos familiares monoparentais ÷ núcleos familiares × 100).

Rendimento social de inserção - Montante que a segurança social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho. O rendimento social de inserção foi criado em 2003, substituindo o rendimento mínimo garantido.

Saldo migratório - Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. O saldo migratório pode ser calculado pela diferença entre o acréscimo populacional e o saldo natural.

Subsídio de desemprego - Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reúnam, na generalidade, as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem, durante, pelo menos, 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego; contribuam sobre salários reais.

Taxa bruta de pré-escolarização (%) - Relação entre o número de crianças inscritas no Ensino Pré-Escolar e a população residente em idade de frequentar o Ensino Pré-Escolar (crianças inscritas ÷ população residente entre os 3 e 5 anos × 100).

Taxa de abandono escolar precoce (%) - Percentagem da população entre os 18 e os 24 anos que deixou de estudar sem ter completado o ensino secundário (população residente com 18 a 24 anos de idade que não está no sistema de ensino e não completou o ensino secundário ÷ população residente com 18 a 24 anos × 100).

Taxa de analfabetismo (%) - Esta taxa foi definida tendo por base a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever, neste caso os 10 anos (correspondendo à idade de conclusão do 1º ciclo do ensino básico). Assim a taxa de analfabetismo é a relação entre a população residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever com a população residente na mesma unidade geográfica que possui 10 e mais anos de idade (população residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever ÷ população residente com 10 e mais anos × 100).

Taxa de atividade (%) - Taxa que permite definir o peso da população ativa sobre o total da população com 15 e mais anos (população ativa ÷ população residente × 100).

Taxa de crescimento natural (‰) - Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 1000 habitantes).

Taxa de desemprego jovem (%) - Percentagem da população desempregada dos 15 aos 24 anos no total da população ativa do mesmo grupo etário (população desempregada 15-24 anos ÷ população ativa 15-24 anos × 100).

Taxa de desemprego total (%) - Taxa que permite definir o peso da



população desempregada sobre o total da população ativa (população desempregada ÷ população ativa × 100).

Taxa de mortalidade (‰) - Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 habitantes).

Taxa de natalidade (‰) - Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 habitantes).

Taxa de retenção/desistência (%) - Relação entre o número de alunos que ficaram retidos e/ou desistiram num nível de ensino e o número de alunos matriculados nesse nível de ensino (alunos que ficaram retidos e /ou desistiram ÷ alunos matriculados × 100).

Taxa de transição/conclusão (%) - Relação entre o número de alunos que transitaram ou concluíram um nível de ensino e o número de alunos matriculados nesse nível de ensino (alunos que transitaram/concluíram ÷ alunos matriculados × 100).

Varição populacional (%) - Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório.

0. ABERTURA

Carta Educativa, um documento estratégico para Sernancelhe.

A União Europeia entende a Educação como uma *“componente vital da promoção de democracias resilientes”*, estabelecendo como prioridade a *“educação de qualidade”*, promotora dos direitos humanos e dos estados de direito. Razão pela qual a UE optou por colocar a Educação no centro do esforço de recuperação pós-pandemia, assumindo o objetivo de garantir décadas de maior sustentável, inclusão e paz, onde a missão educativa é de alicerce da igualdade rumo a um futuro promissor.

O Município de Sernancelhe partilha desta visão e confere à Educação um papel essencial no desenho do futuro que se pretende seja alcançado para o território. Ciente de que é uma atividade direcionada para atingir objetivos concretos de transmissão de conhecimentos, formação, e promoção de identidade, há muito que o Concelho procura que estejam refletidos na escola pública os valores de uma sociedade que se quer plural, comunicante e que entenda como primordial a educação de qualidade das novas gerações.

São estes os conceitos que procuramos transpor para a Carta Educativa, enquanto instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos do concelho, mas também como documento onde está plasmada a estratégia do Município para os próximos anos, sabendo-se que os tempos são muito desafiantes do ponto de vista demográfico para os territórios do Interior do País. Por isso, importa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré - escolar e de ensino básico e secundário, por forma a que em cada momento as ofertas educativas disponíveis ao nível do Município respondam à procura efetiva. Mas importa igualmente que a Carta Educativa seja o *“guião”* para que tenhamos nas escolas verdadeiros centros de excelência e de competências educativas. Por outro lado, e tendo presente a realidade atual de recebermos imigrantes de muitas proveniências, é imperioso acolher e integrar rapidamente estas crianças e jovens, pelo que a Carta Educativa reforça a universalidade do Ensino, e a qualidade da educação pré-escolar, entre os 3 e os 5 anos, e da educação na primeira infância, entre os 0 e os 3 anos.



Sabendo-se que o sistema de ensino é pouco inclusivo e insuficientemente adaptado ao mundo dos nossos dias, a Carta Educativa é uma solução para que a Escola tenha as ferramentas para perceber e integrar as mudanças rápidas ditadas pelas transformações científicas, tecnológicas, ambientais e demográficas. Razão pela qual incluímos também neste documento o ensino profissional, num território onde a inexistência do ensino secundário público remete para esta via de ensino a opção de futuro. A Escola Profissional é pois considerada nesta Carta Educativa como patamar indispensável na pirâmide educativa do Concelho e da Região, visto exercer ainda o fator de atração de jovens de territórios limítrofes. Com igual importância consideramos o Conservatório Regional de Música de Ferreirim, instituição que trouxe um novo paradigma para o Concelho e para os concelhos desta região, ao introduzir a aprendizagem da música nos currículos escolares, potenciando o funcionamento do ensino articulado na Escola Pública, com resultados inquestionáveis para o sucesso educativo dos nossos alunos.

Inclusão, educação de qualidade, proximidade à comunidade, diálogo permanente com os pais e encarregados de educação e mobilização do associativismo são linhas referenciais deste documento, onde se assume, sem reservas, que em Sernancelhe a aposta é na componente letiva, na otimização dos recursos educativos em benefício de toda a comunidade escolar, na continuidade e reforço do ensino articulado da música, no desporto, no Inglês, nas atividades de enriquecimento curricular em que fomos e somos pioneiros, como a Escola de Trânsito, na valorização da Biblioteca Municipal e da Biblioteca Escolar, no aproveitamento dos espaços de interpretação do território e de todas as valências que, no seu todo, são Sernancelhe e, por isso, devem estar presentes na educação e na formação das nossas crianças e jovens.

O Vereador do Pelouro da Educação
Armando Mateus

1. ÂMBITO, NATUREZA E OBJETIVOS.

Volvidas quase quatro décadas sobre o nascimento do embrião do que viriam a ser as cartas educativas, nos últimos anos e especialmente a partir de 2003, tem-se verificado uma mudança de paradigma na política educativa, a qual passou a refletir de forma mais profunda sobre o conceito de escola e a premência do planeamento da rede educativa.

Em 1986, através da Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, o governo de então estabeleceu o quadro geral do sistema educativo no qual se demandava a preparação da carta escolar, que consistia num documento de base para a gestão escolar. Todavia, a elaboração destes documentos não foi um processo simples e, com acentuadas dificuldades e resistências, haveria a questão de sofrer nova e mais profunda discussão com a publicação do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, que então pronunciava a carta educativa. Esta reflexão foi deveras importante e constituiu um marco de modernidade no sistema educativo português que então se contorcia e ajustava aos desafios dos novos tempos.

Até então, em muitos casos, parecia ainda vigorar o conceito de escola que apenas se identificava com o edifício com retoques do “Plano dos Centenários” que o Estado Novo implementou nas décadas de 40 e 50. Refira-se que esse foi um dos momentos de verdadeiro planeamento da rede de ensino, na época designado por ensino primário (1.º Ciclo do Ensino Básico - CEB). Esse plano traduzia uma visão, preocupação e necessidade que o governo português sabia existir em planear e construir um parque escolar adequado à população e ao território, considerando a realidade demográfica e as características geográficas. Aliás, em algumas freguesias do concelho de Sernancelhe ainda são bem visíveis as marcas dessa rede.

Nos alvares do século XXI, ciente da importância do planeamento da rede escolar a sociedade compreendia a urgência da discussão e da otimização da mesma que, em muitos casos, estava desajustada à realidade demográfica e territorial. Para isso, era necessário refletir sobre o conceito de escola não enquanto edifício, mas como parte de um conjunto de espaços diferenciados de educação, formação e de desenvolvimento social e, sobretudo, no âmbito das suas interações entre a comunidade escolar e as populações.

A escola passou a ser entendida num plano escola-organização que agregava as diversas unidades de educação e formação, articulando os



serviços e os equipamentos sociais, obrigando a um planeamento e uma programação dos equipamentos subordinados a uma estratégia que considerasse a diversidade, a flexibilidade, a complementaridade e a versatilidade de opções e soluções. O conceito de *vida escolar* metamorfoseou-se no da *vida sócio-educativa* que enquadra a escola no seu meio envolvente.

O quadro legal criado pela Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1986, estabeleceu que a carta escolar devia corresponder a uma caracterização do sistema educativo, na qual seria elencada a totalidade dos estabelecimentos de ensino num único e determinado ano letivo. Portanto, a carta escolar assumia-se como um diagnóstico ou inventário e não como um documento de planeamento estratégico. Em 2003, a natureza do documento, bem como a sua designação mudaram e, pelo quadro do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, passando a carta escolar a carta educativa, esta assumiu a qualidade de um documento de planeamento e gestão do sistema educativo, em particular da rede educativa. Assim, para além de continuar a prever a caracterização e o diagnóstico, deveria incluir diferentes projeções de cenários com vista à avaliação das necessidades educativas futuras.

Desta exposição igualmente se infere que, de acordo com o Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, a carta educativa constitui um instrumento municipal de planeamento e ordenamento de edifícios e equipamentos educativos, em acordo com as ofertas de educação formação que sejam necessário satisfazer, de acordo com critérios de gestão, racionalidade e proporcionalidade que visem a melhor utilização dos recursos educativos numa perspectiva de desenvolvimento demográfico e socioeconómico.

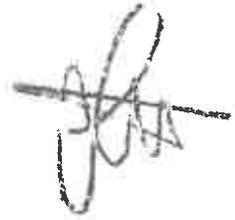
Assim, segundo o decreto-lei acima referido, *"a carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município"*, devendo:

- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento,

as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva que ao mesmo nível se manifestar;

- Refletir, a nível municipal, o processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respetivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projetos educativos das escolas;
- Promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis;
- Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos;
- Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município.

Enquanto documento estratégico municipal, a sua vigência é limitada pelo próprio desenvolvimento socioeconómico local, na medida em que se verificando certa desconformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa, a sua revisão torna-se obrigatória. As revisões da carta educativa são exigidas pelas alterações no ordenamento da rede educativa (anteriormente aprovada), como no caso da criação ou encerramento de novos estabelecimentos de ensino. É da responsabilidade do Ministério da Educação e das Câmaras Municipais o dever de reavaliar de 5 em 5 anos a necessidade de revisão da carta educativa, considerando os procedimentos previstos para a respetiva aprovação.



Decorridos 17 anos sobre a elaboração da primeira carta educativa do Município de Sernancelhe (2006), exige-se, evidentemente, uma revisão do documento que, podendo não por em causa a reorganização da rede educativa proposta, já revista e aprovada, considere as transformações verificadas nas dinâmicas demográficas, socioeconómicas e no sistema educativo municipal desde o ano letivo 2006/2007, período ao qual reportam os dados da versão em vigor.

A avaliação que agora se efetua da carta educativa (primeira geração) resultará num documento de 2.^a geração que, seguramente, corrigirá as insuficiências encontradas sendo, por isso, muito mais que uma simples atualização do diagnóstico. Mantendo a sua objetividade, será considerada toda a dinâmica demográfica - à luz dos dados mais recentes - sendo por isso muito importante avaliar os quantitativos e as características da população e do povoamento e, sobretudo, estabelecer os seus quantitativos com o objetivo de projetar cenários para as decisões no âmbito da rede educativa e das suas atividades públicas ou privadas. Exige-se ainda uma profunda análise sobre o processo de reorganização do parque escolar para que se torne mais adequado à realidade atual, mas fundamentalmente com a previsão pelo menos para a próxima década.

A carta educativa do Município de Sernancelhe pretende contribuir de forma indelével para a coesão territorial e para a eficácia da sua rede educativa, adequada e dimensionada em função das carências e dos problemas existentes, num território tão frágil e complexo como é o concelho de Sernancelhe.

2. METODOLOGIA.

A realização de uma carta educativa envolve um processo metodológico que, neste caso, se estrutura em três fases distintas, sendo que uma se desdobra em duas subfases.

A primeira fase (Fase I) incidiu sobre a contextualização e enquadramento territorial, momento em que a equipa técnica desenvolveu atividades de recolha e exame dos dados garantindo os elementos necessários para a prossecução dos trabalhos. Para a recolha de dados foi essencial o

envolvimento e a colaboração da equipa dos Serviços de Ação Social e Cultural do Município de Sernancelhe, estabelecendo-se processos distintos para a rede pública e para a rede privada. Foram utilizadas as bases de dados da autarquia, do agrupamento de escolas, da escola profissional e da administração central (DEGEST e INE) e, sempre que foi necessário, foram complementadas com outros elementos de acordo com as necessidades do projeto. No que diz respeito ao levantamento da informação junto do agrupamento de escolas, a tarefa foi sobretudo executada pelos serviços técnicos competentes municipais. A informação cartográfica foi recolhida na Câmara Municipal de Sernancelhe, no INE – Instituto Nacional de Estatística, Cigeo-E – Centro de Informação Geoespacial do Exército e, sempre que necessário, nos serviços de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite providenciados pela Alphabet Inc.

Na segunda fase (Fase II) os trabalhos consistiram no tratamento e análise estatística dos dados, na sua representação gráfica e cartográfica e posterior validação pela autarquia, pelo agrupamento de escolas e pela rede privada. Dedicada ao diagnóstico estratégico, subdividiu-se a Fase II em dois segmentos de trabalho: na Fase II.I, que consistiu na avaliação dos documentos estratégicos e dos princípios orientadores dos instrumentos municipais de ordenamento do território, bem como analisar e caracterizar a situação atual e evolução da rede e sistema educativo; e na Fase II.II onde se procedeu ao exame, diagnóstico e projeção de cenários.

No âmbito da Fase II.I foram realizados os procedimentos e atividades de caracterização dos equipamentos educativos, elencadas e descritas as ofertas educativas, analisada e comparada a oferta e a procura e o desempenho do sistema, caracterizados os diferentes níveis de ensino, avaliados os projetos escolares, caracterizadas as áreas de apoio à família e da ação social escolar, avaliados os serviços de transporte escolar, analisada a estrutura orgânica municipal da área de Educação, elencados e analisados dos contributos dos diferentes agentes e realizada ou reformada a análise swot.

Na Fase II.II tiveram lugar as atividades que abarcaram o exame dos dados e construção dos primeiros diagnósticos. Após o cotejamento dos dados fornecidos pelos estudos e índices demográficos, dos dados do INE, das estatísticas regionais e da educação e dos dados do agrupamento de escolas e do município, foram extraídas as tendências e apuradas as necessidades, procedendo à identificação de problemas, construção de



balanços prospetivos de oferta-procura e à projeção de cenários da procura de ensino. Portanto, nesta fase intermédia selecionaram-se e interpretaram-se os contributos que permitiram realizar as análises, retirar conclusões e desenhar as propostas de intervenção.

Finalmente, na terceira fase (Fase III) consistiu na elaboração do relatório técnico e compreendeu diferentes etapas, centradas em duas perspetivas: uma focada no diagnóstico do sistema educativo, que inclui a caracterização da oferta e da procura educativa e a realização das projeções da população escolar por nível de ensino, mas também as atividades complementares de ação educativa, a ação social escolar, os transportes escolares e os recursos humanos; e outra focada no balanço na carta educativa de primeira geração (2006), quer nas projeções da população escolar, quer nas propostas de redimensionamento da rede escolar prevista.

A primeira etapa passou pela clarificação dos princípios orientadores e da metodologia adotada na monitorização da rede pública de equipamentos educativos e na definição de uma estratégia educativa para o município de Sernancelhe, sustentada em critérios de programação que contribuiu para a elaboração do programa de atuação. Para esse e outros aspetos foram realizadas as diferentes projeções para as crianças e alunos em idade escolar de diferentes níveis de educação e ensino (considerando 3 a 5 anos para a educação pré-escolar, de 6 a 9 anos para o 1.º CEB, de 10 a 14 anos para o 2.º e 3.º CEB e 15 a 17 anos no ensino secundário) e estabeleceram-se horizontes temporais máximos em cada nível de educação e ensino (3 anos para a educação pré-escolar (3 anos para a educação pré-escolar (2025/2026), 6 anos para o 1.º CEB (2028/2029), 10 anos para o 2.º e 3.º CEB (2032/2033) e de 15 anos para o ensino secundário (2036/2037)).

Para os cálculos foram considerados os nascimentos ocorridos em cada unidade geográfica (freguesias), partindo do princípio de que quem nasceu num determinado território irá frequentar, anos mais tarde, a educação pré-escolar e o ensino obrigatório na sede de concelho, considerando que nas dinâmicas demográfica e socioeconómicas e o nível da procura de educação e ensino no município de Sernancelhe não registem alterações significativas.

Evidentemente, as projeções devem ser entendidas como uma tendência aquando do planeamento de equipamentos educativos, visto que a realidade municipal é dinâmica e são diversos os fatores que podem alterar a procura da educação e ensino durante o tempo que separa o momento do

nascimento ao ano de entrada no sistema educativo. Mesmo durante o percurso escolar existem fatores suscetíveis de alterar essa procura, como a mobilidade da população escolar, o insucesso escolar e o ritmo do desenvolvimento demográfico e socioeconómico. E, no caso da educação pré-escolar, cujo acesso é apenas para as crianças de 3 e 5 anos, ainda que com tendência para ser alargada as projeções devem ser entendidas como ainda mais indicativa.

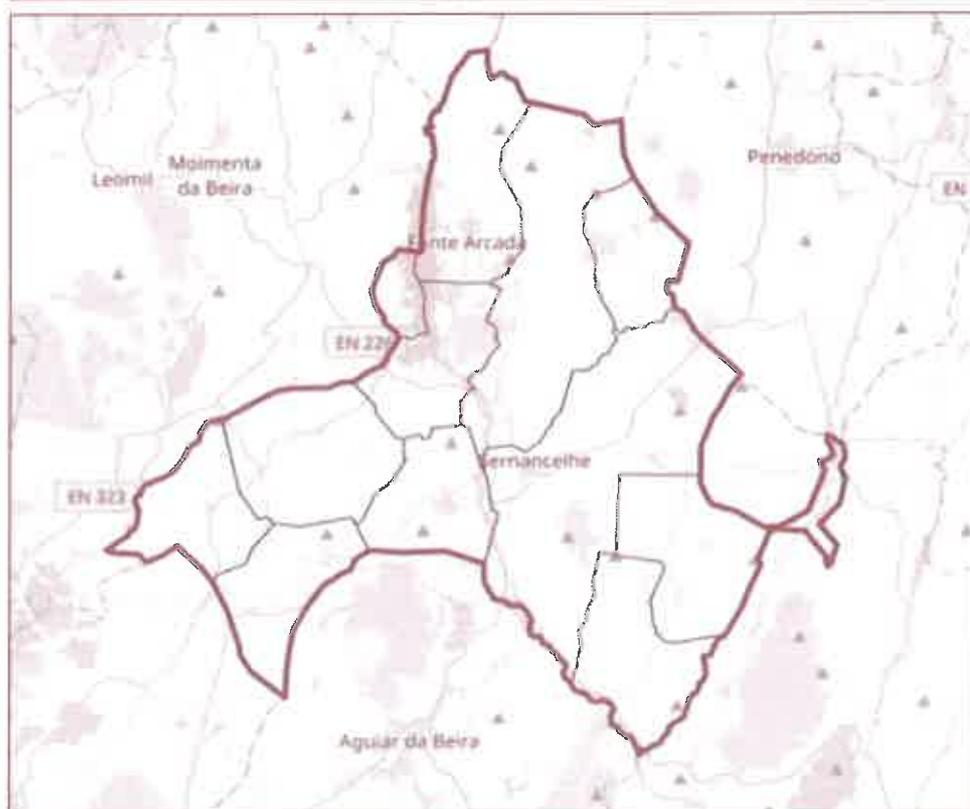
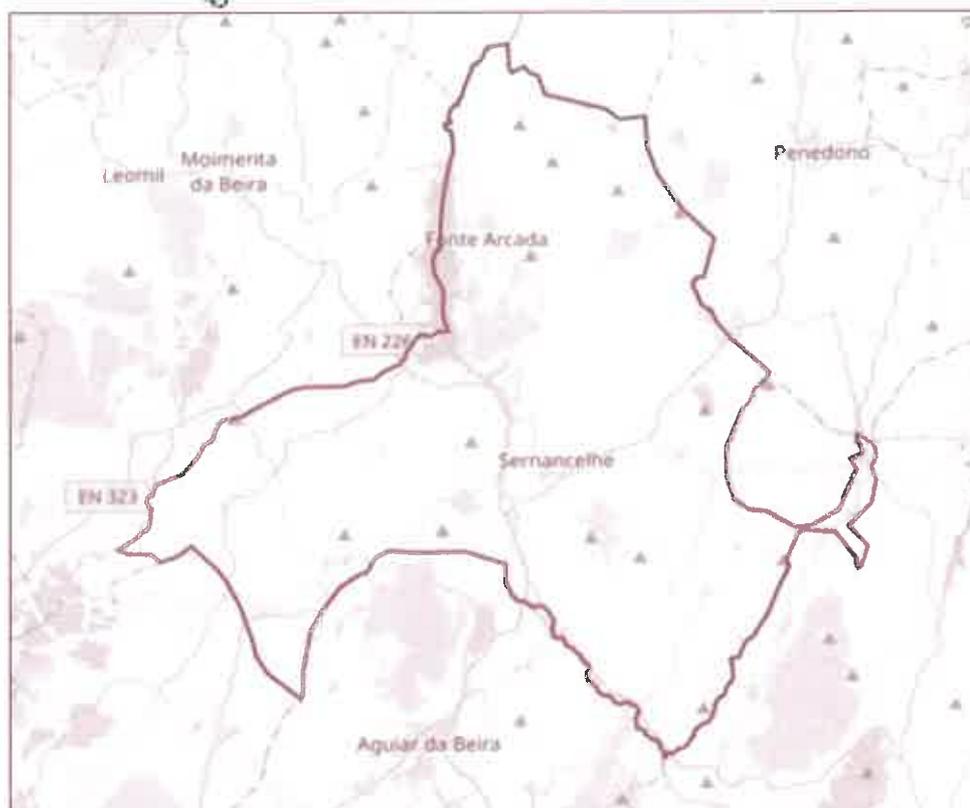
Em síntese, a elaboração das propostas de ação visaram a reformulação do território educativo existente, a melhoria do desempenho educativo, estratégias, atividades e recursos, calendarização das intervenções, procedimentos de monitorização, modelo para a reorganização dos serviços municipais no âmbito da educação e eventuais planos de financiamento das intervenções propostas.

3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVO, DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO.

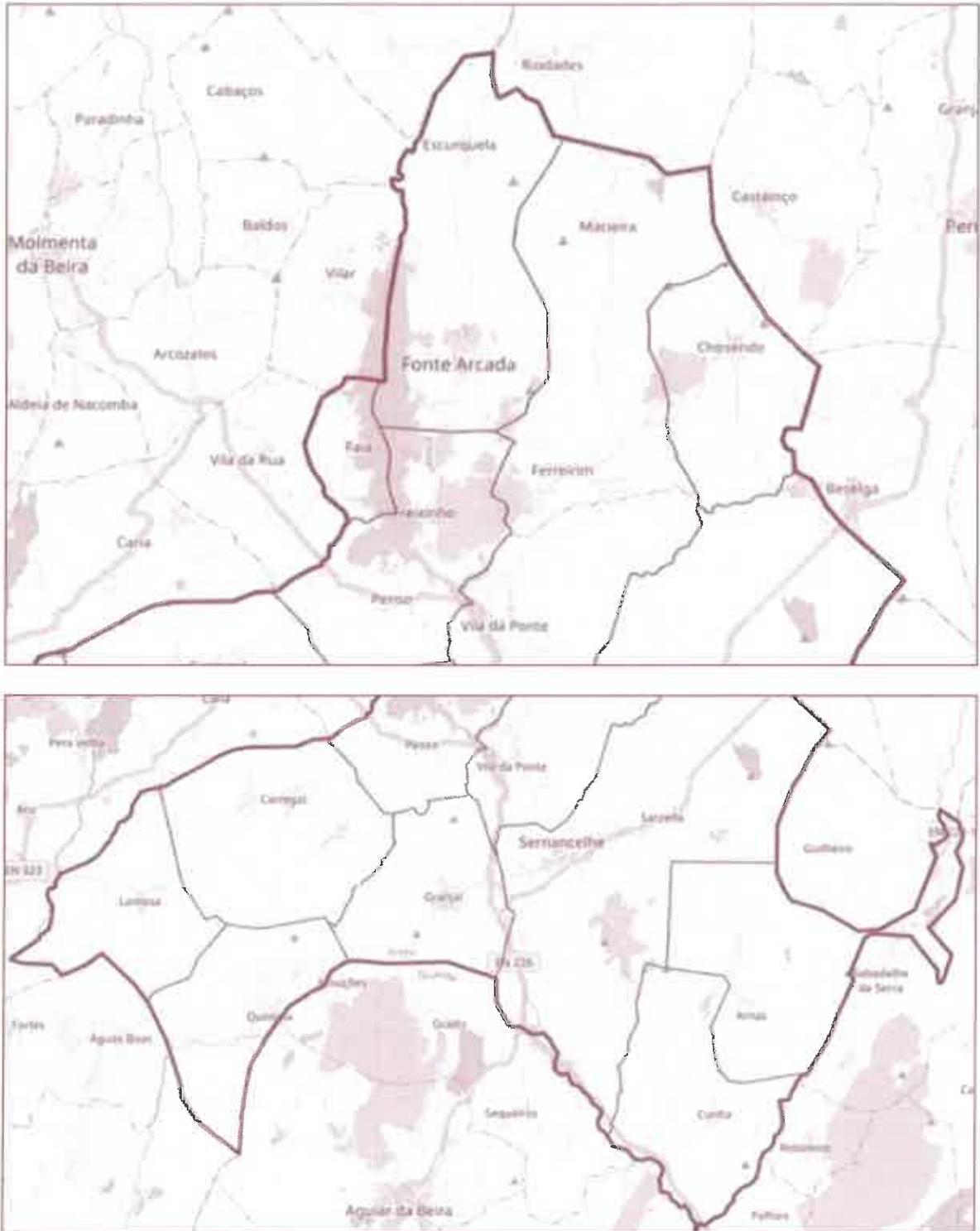
3.1. Enquadramento administrativo e territorial.

Concelho do distrito de Viseu, diocese de Lamego e comarca de Moimenta da Beira, Sernancelhe localiza-se na sub-região do Douro (NUT III), na região norte (NUT II), confrontando com os concelhos de Tabuaço e São João da Pesqueira a norte, com Penedono a nordeste, com Trancoso a Este, com Aguiar da Beira a sul com o Sátão a sudoeste e a noroeste com Moimenta da Beira. O município de Sernancelhe compreende-se na área metropolitana de Viseu, e no âmbito e ação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N).

Desde a reorganização administrativa do território operada em 2013, o município de Sernancelhe passou a estar subdividido em 13 freguesias (resultantes da redução das 17 freguesias iniciais), designadamente, Arnas, Carregal, Chosendo, Cunha, Faia, união das freguesias de Ferreirim e Macieira, união das freguesias de Fonte Arcada e Escurquela, Granjal, Lamosa, união das freguesias de Penso e Freixinho, Quintela, união das freguesias de Sernancelhe e Sarzeda e Vila da Ponte.



MAPA 1 E 2 -- CONCELHO E FREGUESIAS DE SERNANCELHE (RNDG, 2023).



MAPA 3 E 4 – FREGUESIAS DE SERNANCELHE – NORTE E SUL (RNDG, 2023).



O território é predominantemente montanhoso. Ocupa parte da Serra da Lapa, onde alcança a altitude máxima de 955^{mts}, mas que em seu redor também surgem a serras da Laborinha (866^{mts}), a serra do Pereiro (928^{mts}), a serra da Zibreira (955^{mts}) ou a Cabeça Alta (880^{mts}). Este relevo montanhoso acentua as dificuldades de acessos entre as diferentes freguesias e seus lugares e reforça as agruras do clima que, por aqui, se caracteriza por ser marítimo de transição para o continental húmido, em que as temperaturas médias oscilam entre os 12,5° C. e os 15,0°C. Os invernos são rigorosos, onde a neve é, por vezes, uma presença pelos meses de Janeiro e Fevereiro. As temperaturas médias são baixas, entre 2.°C e 6.°C e, muitas vezes, negativas.

As chuvas distribuem-se de forma desigual. Os meses mais chuvosos são Novembro e Dezembro, mantendo-se até Março. Num ano normal, a pluviosidade média situa-se nos 800-1200 cc, em anos secos esses valores podem rondar os 600-1000 cc e, em anos húmidos, 1000-1200 cc.

A paisagem é marcadamente rural e foram os elementos naturais que moldaram o território. As freguesias parecem possuir as mesmas características que, com certa concentricidade, se distribuem em três níveis: primeiro a zona urbana ou construtiva, seguida por uma mancha de terrenos agrícolas que se dispõem consoante as possibilidades e as potencialidades produtivas dos solos e, por fim, uma zona de floresta, mais ou menos arborizada em função do solo e do relevo.

No que concerne às acessibilidades, o concelho de Sernancelhe apenas é servido por estradas nacionais, mormente a EN 226 e a EN229, não obstante a rede de estradas municipais que serpenteiam e que interligam as diferentes freguesias e seus lugares. Na parte sul do concelho, é a EN226 que assume maior importância permitindo o acesso ao distrito da Guarda. Cerca do lugar de Santo Estevão, no concelho de Aguiar da Beira, cruza-se a EN226 com a EN229, seguindo sobrepostas até à freguesia do Granjal, onde a EN229 inflete a nordeste encaminhando-se para a sede de concelho, e a EN226 prossegue para o concelho de Moimenta da Beira, diluindo-se para norte. Estas duas vias são as únicas vias principais que servem o concelho, sendo possivelmente a EN229 a mais relevante, por ela se alcança a cidade de Viseu, sede de distrito. Ao longo destas vias nacionais desenvolveu-se um eixo dinamizador, de natureza sócio económica, como se verifica através do desenvolvimento da urbanização e pelas dinâmicas populacionais, em

especial no sector ocidental entre Moimenta da Beira – Sernancelhe – Trancoso e Sernancelhe – Penedono.

A ausência de vias de alta velocidade e a existência de troços de EN226 e EN229 a exigir melhor atenção na sua requalificação em muito contribui para as dificuldades de acessos e, em consequência, para o isolamento e despovoamento. Assim, os movimentos pendulares apesar de serem de baixa complexidade tornam-se difíceis, ainda que os constrangimentos tenham sido muito minimizados pela rede de estradas municipais reformando as acessibilidades.

3.2. Caracterização Demográfica.

3.2.1. O contexto regional.

O município de Sernancelhe integra a Região Norte, na sub-região Douro, onde se incluem mais 19 municípios, e, da mesma forma, insere-se entre os dez municípios que constituem a região do Douro Sul, situados na margem esquerda do rio Douro, designadamente: Armamar, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Resende, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço e Tarouca. Por questões metodológicas e de abrangência temática (contexto regional), centrar-nos-emos sobretudo neste conjunto de municípios que constituem uma unidade geográfica e territorial.

A análise das dinâmicas demográficas, do passado e do presente, procura tratar com minúcia a distribuição espacial da população residente, os fatores da dinâmica demográfica, os movimentos populacionais, bem como a repartição por grupos etários e as questões relacionadas com o envelhecimento. Ora, este tipo de análise tem especial importância no âmbito do planeamento da rede educativa. Nesse sentido, apresentam-se projeções demográficas para o município de Sernancelhe e suas freguesias, desagregadas e por grupo etário, sendo dado particular enfoque à evolução da população em idade escolar, dado que, evidentemente, se tratam de potenciais utilizadores os diversos equipamentos educativos do município.

Sernancelhe é o décimo concelho mais populoso no território da sub-região Douro e o quarto com menos população entre os municípios que constituem a região do Douro Sul. Sernancelhe só tem mais população que



Armamar, Tabuaço e Penedono. Os valores totais da população residente, na sua globalidade, deixam transparecer a tendência que acompanha estes territórios de baixa densidade, particularmente entre os concelhos da parte norte do distrito de Viseu que revelam de forma mais vincada os efeitos do fenómeno do envelhecimento. Todavia, ao que parece, Sernancelhe na última década (2011-2021) conseguiu estancar a perda de população, registando até um ligeiro acréscimo (0,37%) de população residente (5 692 habitantes), num contexto em que a grande maioria dos concelhos da região Norte-Douro registaram decréscimos populacionais mais pronunciados.

Visitando os dados demográficos existentes para o concelho desde o início do século XX, é evidente a tendência negativa da evolução populacional no território, e é possível distinguir diferentes ritmos de decaimento: um entre 1900 e 1950, em que se registou uma ligeira diminuição do crescimento da população residente, e outro depois de 1950 até 2000, em que a perda da população foi mais acentuada, sendo que entre 1960 e 2000 Sernancelhe perdeu praticamente um terço da população que tinha em 1900.

Na transição dos séculos XX-XXI, mais concretamente entre 1991 e 2011, o concelho de Sernancelhe continuou a apresentar uma evolução demográfica negativa, tendo-se registado nesse período valores de -11,3% (1991-2001) e de -8,9% (2001-2011). No caso da densidade populacional, Sernancelhe (24,90%) assume valores semelhantes aos dos concelhos limítrofes, mas, na sub-região Douro, é ultrapassado por 14 dos 19 municípios. Estamos, portanto, perante os efeitos nefastos do envelhecimento e do despovoamento do território. Apesar do crescimento positivo da população registado em 2021 é importante notar a fragilidade do mesmo, pois num universo de 5692 habitantes, apenas surgiram mais 21 indivíduos face a 2011. cremos, pois, que será necessário aguardar pelo menos mais uma década para se verificar se efetivamente essa tendência de crescimento se manteve. Esse sentimento de desconfiança tem origem nos resultados derivados da análise comparada dos diversos efeitos do envelhecimento e despovoamento do território onde, apesar de se registar um ligeiro acréscimo populacional, verifica-se que por cada 100 jovens existem 360 idosos no território sernancelhense. Este cenário permite pressupor que o crescimento da população poderá a continuar a ser inferior a 1% ou, com maior probabilidade, ser nulo.

QUADRO 1 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA SUB-REGIÃO DOURO.

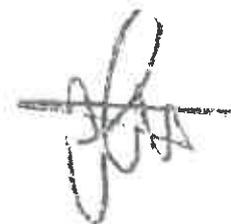
Unidade Territorial	População Residente (n.º hab.) (2021)
Aljô	10 486
Armamar	5 678
Carrazeda de Ansiães	5 490
Freixo de Espada à Cinta	3 216
Lamego	24 312
Mesão Frio	3 547
Moimenta da Beira	9 410
Murça	5 245
Penedono	2 738
Peso da Régua	14 540
Sabrosa	5 548
Santa Marta de Penaguião	6 100
São João da Pesqueira	6 775
Sernancelhe	5 692
Tabuaço	5 034
Tarouca	7 363
Torre de Moncorvo	6 826
Vila Nova de Foz Côa	6 304
Vila Real	49 571

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 2 -- TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO DOURO-SUL.

Unidade Territorial	População Residente (n.º hab.) (2021)
Armamar	5 678
Cinfães	17 730
Lamego	24 312
Moimenta da Beira	9 410
Penedono	2 738
Resende	10 051
São João da Pesqueira	6 775
Sernancelhe	5 692
Tabuaço	5 034
Tarouca	7 363

(INE, I.P., Censos 2021)



Estes valores refletem ainda, quando comparados com os valores referentes à sede de distrito ou a municípios onde existem núcleos urbanos mais dinâmicos, as dificuldades em atrair população migrante, nacional ou estrangeira.

Finalmente, a relação entre a população jovem e idosa, e a relação existente com a população em idade ativa é das mais desfavoráveis a nível regional e nacional, sendo evidente um maior peso dos não ativos em relação aos ativos, situação frequente nos casos dos territórios com menor peso da população jovem na sua estrutura. Assim, para cada 100 ativos existem 179 não ativos, tratando-se de um valor superior ao registado na sede de distrito (117,1) e à média nacional (114,7), refletindo, mais uma vez, o nível do envelhecimento da população deste território.

QUADRO 3 – TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (2011- 2021) (%).

Unidade Territorial	Varição da População Residente (%) (2021)
Aljó	-12,19
Armamar	-9,83
Carrazeda de Ansiães	-13,86
Freixo de Espada à Cinta	-14,92
Lamego	-8,91
Mesão Frio	-19,99
Moimenta da Beira	-7,85
Murça	-11,88
Penedono	-7,25
Peso da Régua	-15,12
Sabrosa	-12,78
Santa Marta de Penaguião	-17,07
São João da Pesqueira	-13,96
Sernancelhe	0,37
Tabuaço	-20,72
Tarouca	-8,51
Torre de Moncorvo	-20,37
Vila Nova de Foz Côa	-13,79
Vila Real	-4,40

(INE, I.P., Censos 2021)

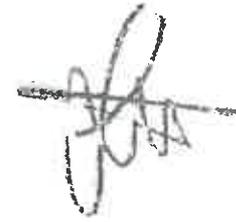
QUADRO 4 – CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DAS DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS NO CONTEXTO REGIONAL E NACIONAL.

Unidade Territorial	População residente 2021	Variação da população residente 2011-2021	Densidade populacional	Índice de envelhecimento	Taxa de natalidade 2021	População <14 anos	População >65	População estrangeira Residente (2021)
	n ^o	%	Hab./km ²	n ^o	%	%	%	%
Alijó	10 486	-12,19	35,24	360,92	4,4	9,13%	32,94%	0,89%
Armamar	5 678	-9,83	48,44	319,38	4,9	9,63%	30,77%	1,39%
C. de Ansiães	5 490	-13,86	19,66	417,55	3,6	8,93%	37,27%	2,06%
F. de Espada à Cinta	3 216	-14,92	13,17	372,67	5,6	10,01%	37,31%	2,10%
Lamego	24 312	-8,91	146,95	249,45	5,1	10,46%	26,10%	0,71%
Mesão Frio	3 547	-19,99	133,10	313,80	3,9	9,19%	28,84%	0,45%
Moimenta da Beira	9 410	-7,85	42,78	259,42	6,8	11,34%	29,42%	1,50%
Murça	5 245	-11,88	27,70	418,79	4,0	8,52%	35,69%	1,08%
Penedono	2 738	-7,25	20,48	406,90	3,7	8,47%	34,48%	1,44%
Peso da Régua	14 540	-15,12	153,28	248,71	5,5	10,66%	26,51%	0,75%
Sabrosa	5 548	-12,78	35,36	331,50	3,4	9,84%	32,62%	1,07%
S. M. de Penaguião	6 100	-17,07	88,05	358,46	4,6	8,92%	31,97%	1,03%
S. João da Pesqueira	6 775	-13,96	25,46	265,87	5,9	10,51%	27,94%	0,92%
Sernancelhe	5 692	0,37	24,90	347,24	6,0	9,22%	32,03%	1,43%
Tabuaço	5 034	-20,72	37,61	347,28	6,3	9,12%	31,66%	1,17%
Tarouca	7 363	-8,51	73,56	197,27	6,5	12,44%	24,54%	0,82%
Torre de Moncorvo	6 826	-20,37	12,84	513,31	5,3	7,93%	40,68%	1,44%
V. Nova de Foz Côa	6 304	-13,79	15,83	407,39	4,7	8,80%	35,87%	2,60%
Vila Real	49 571	-4,40	130,86	195,33	6,6	12,05%	23,53%	1,51%
Viseu	99 551	0,28	196,31	180,27	7,3	13,08%	23,59%	3,18%
Continente	9 855 909	-1,91	110,61	184,59	7,7	12,83%	23,69%	5,70%

(INE, I.P., Censos 2021)

3.2.2. A evolução e distribuição da população residente.

Analisando e avaliando agora o município de Sernancelhe, no que diz respeito às dinâmicas demográficas, a primeira conclusão que se retira é que o crescimento demográfico é positivo, caso único entre os 19 municípios que constituem a sub-região Douro. As alterações demográficas e socioeconómicas devem ser entendidas num quadro mais vasto, considerando as dinâmicas de relacionamento entre Sernancelhe e os municípios que integram a sub-região do Norte, em especial aqueles que constituem a região do Douro Sul, bem como com a sede de distrito, ainda



que saibamos que o território em análise não tem uma posição geográfica privilegiada na região do Douro Sul e muito menos a possui em relação à cidade de Viseu ou Lamego, o segundo núcleo urbano mais próximo.

Procedendo à análise mais detalhada da evolução da população percebe-se que, desde os inícios do século XX, a tendência do crescimento populacional do concelho de Sernancelhe foi negativa até à última década (Censos 2011), tendo sido invertida na última década registando-se um ligeiro crescimento. Para assegurar e confirmar a sustentabilidade desse crescimento será necessário aguardar pelo menos mais uma década, pois os dados que disponíveis sugerem um cenário de tendência negativa no futuro. É que, não obstante o ligeiro crescimento populacional (de 21 indivíduos) registado nos últimos Censos (2021), o saldo natural mantém-se negativo e, entre 2011-2021, deteriorou-se, passando de -34 (2011) para -49 pontos (2021). Considerando os dados da natalidade e da mortalidade, em 2011 os nascimentos eram suplantados em 53% pelos óbitos e, em 2021, essa relação alcançou os 60%. Assim, considerando também a taxa de envelhecimento, a projeção é que o crescimento populacional muito possivelmente será esbatido.

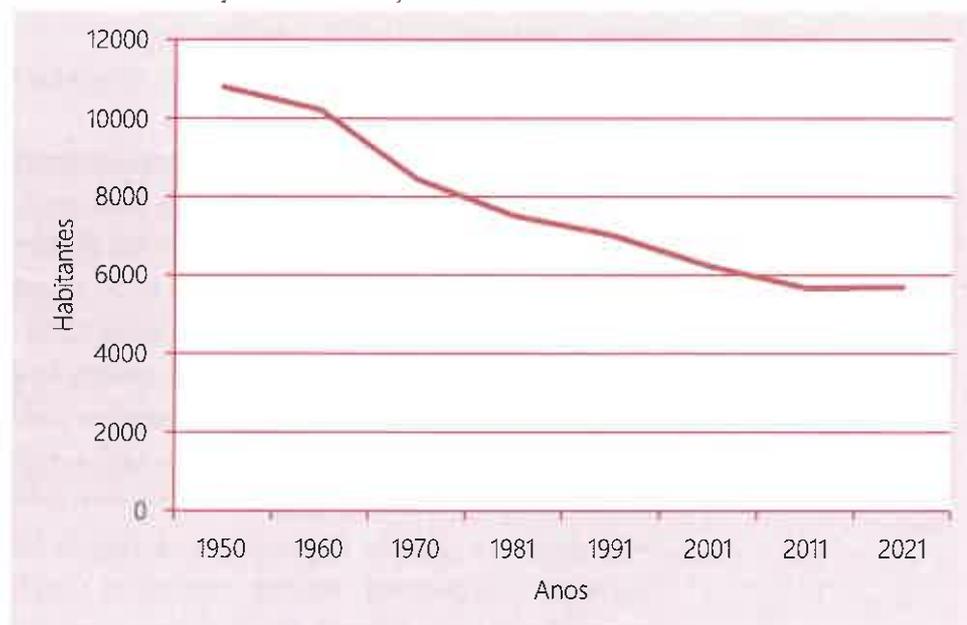
A partir de 1960, a diminuição da população residente no concelho de Sernancelhe tornou-se mais significativa com taxas de variabilidade muito maiores e cujos reflexos se fizeram sentir nas dinâmicas socioeconómicas do território. Os motivos dessa diminuição são bem conhecidos e relacionam-se com o imobilismo político, com a estagnação do mundo rural que continuava sobrepopulado e pobre, com índices inferiores à média europeia e, quando o país na década de 1960 enveredou pela via industrializadora fez com que muita da população procurasse novos destinos. A tudo isto não foi alheio o fenómeno de emigração que foi reduzido nas décadas de 1930-1940, devido à Grande Depressão e à Guerra Mundial. No contingente migratório contavam-se muitos naturais e habitantes do concelho de Sernancelhe que, legalmente ou de forma clandestina, rumaram em direção a outros países da Europa, como a França e, mais tarde a Suíça. Entre 1950 e 1960, o município de Sernancelhe perdeu 583 habitantes e, na década seguinte 1745 habitantes, o que correspondeu a uma quebra de -0,78%, a maior no intervalo temporal em exame. Entre 1970 e 1980, a fuga massiva registada na década anterior diminuiu, ainda que os espaços rurais continuassem a viver uma sangria de população ativa.

QUADRO 5 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2021 E SUA VARIACÃO (N.º E %).

Anos	População residente	Variacão populacional (%)
1950	10793	-
1960	10200	- 5,81
1970	8445	- 20,78
1981	7499	- 12,62
1991	7020	- 6,82
2001	6227	- 12,73
2011	5671	- 9,80
2021	5692	0,37

(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1950 E 2021.



(INE, I.P., Censos 2021; Recenseamento da População e Habitação 1981, Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011)



QUADRO 6 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2021 (N.º).

Unidade Territorial	População Residente (n.º hab.) (2021)	
	H	M
Arnas	91	96
Carregal	180	240
Chosendo	134	133
Cunha	152	171
Faia	78	82
Granjal	143	139
Lamosa	89	90
Quintela	117	132
U. das f. de Ferreirim e Macieira	305	309
U. das f. de Fonte Arcada e Escurquela	205	219
U. das f. de Penso e Freixinho	176	188
U. das f. de Sernancelhe e Sarzeda	840	915
Vila da Ponte	240	228

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 7 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS POR SEXO (N.º).

Unidade Territorial	População Residente (n.º hab.) (2021)	
	H	M
Arnas	91	96
Carregal	180	240
Chosendo	134	133
Cunha	152	171
Faia	78	82
Granjal	143	139
Lamosa	89	90
Quintela	117	132
U. das f. de Ferreirim e Macieira	305	309
U. das f. de Fonte Arcada e Escurquela	205	219
U. das f. de Penso e Freixinho	176	188
U. das f. de Sernancelhe e Sarzeda	840	915
Vila da Ponte	240	228

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 8 – ÁREA E DENSIDADE POPULACIONAL DAS FREGUESIAS (HAB./KM²).

Unidade Territorial	Área (km ²)	Densidade Populacional
Arnas	16,64	8,80
Carregal	19,73	20,22
Chosendo	10,72	23,63
Cunha	19,16	18,98
Faia	3,27	44,08
Granjal	16,84	20,54
Lamosa	19,01	13,54
Quintela	12,77	18,08
U. das f. de Ferreirim e Macieira	22,09	27,45
U. das f. de Fonte Arcada e Escurquela	20,34	21,34
U. das f. de Penso e Freixinho	13,52	25,74
U. das f. de Sernancelhe e Sarzeda	44,62	39,19
Vila da Ponte	12,71	36,65

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 9 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2011 E EM 2021 (N.º).

Unidade Territorial	População Residente (n.º hab.)	
	2011	2012
Arnas	220	187
Carregal	393	420
Chosendo	254	267
Cunha	310	323
Faia	207	160
Granjal	272	282
Lamosa	179	179
Quintela	294	249
U. das f. de Ferreirim e Macieira	581	614
U. das f. de Fonte Arcada e Escurquela	408	424
U. das f. de Penso e Freixinho	370	364
U. das f. de Sernancelhe e Sarzeda	1 713	1 755
Vila da Ponte	470	468

(INE, I.P., Censos 2021)



E a situação não se alterou na transição dos séculos XX-XXI, continuando a acentuarem-se os desequilíbrios da evolução populacional.

Partindo para o cotejamento da distribuição dos valores da população residente nas 13 freguesias, que integram presentemente o município de Sernancelhe, descobrem-se grupos de freguesias que manifestam comportamentos ou dinâmicas demográficas semelhantes na última década.

Para melhor identificarmos as tendências, entendemos agrupar as freguesias por três níveis de população residente total: 0-200 hab.; 201- 400 hab., 401-600 hab., 601-800 hab., >801 hab.. Segundo esse critério, apenas uma freguesia ultrapassa os 800 habitantes – a União de Freguesias de Sernancelhe e Sarzeda – que regista uma população total de 1755 habitantes. E, no mesmo sentido, a União de Freguesias de Ferreirim e Maceira é a única com 614 habitantes, correspondendo à segunda freguesia mais populosa. E nos grupos intermédios de 401-600 hab. assinalam-se três freguesias (Carregal, União das Freguesias de Fonte Arcada e Escurquela e Vila da Ponte) e com cinco freguesias o grupo 201-400 (União das Freguesias de Penso e Freixinho, Cunha, Granjal, Chosendo e Quintela). Por fim, com menos de 200 habitantes restam duas freguesias (Arnas e Faia). A União das Freguesias de Sernancelhe e da Sarzeda é notoriamente a mais populosa, no período em análise (2021), representando 32,43% da população total do concelho de Sernancelhe, correspondendo a 1755 habitantes.

Ao longo da década 2011-2021, apenas três freguesias (Faia, Quintela e a União de Freguesias de Penso e Freixinho) sofreram um decréscimo populacional. As restantes tiveram um ligeiro acréscimo populacional, ainda que desigual entre si, tendo o maior acréscimo sido registado na União de Freguesias de Sernancelhe e Sarzeda (com uma subida de 42 hab.), e os seguintes ocorrido na União de Freguesias de Ferreirim e Maceira (com uma subida de 33 hab.) e na freguesia do Carregal (com uma subida de 27 hab.). Só a freguesia de Lamosa não registou qualquer alteração.

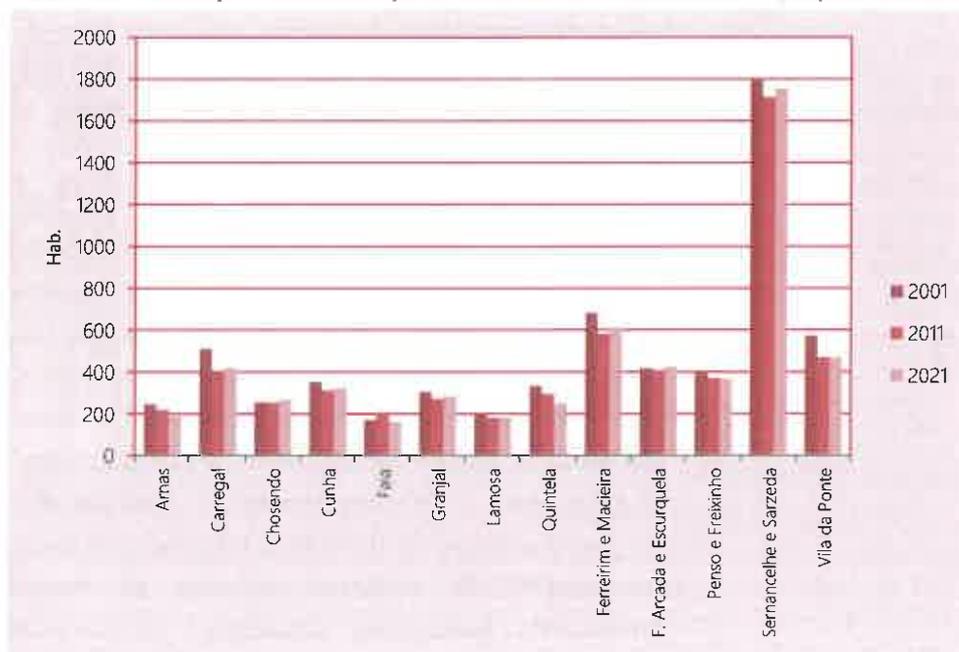
Por fim, a questão da densidade populacional do território do município de Sernancelhe. No contexto nacional, as freguesias do concelho de Sernancelhe apresentam densidades populacionais baixas, com valores inferiores à média regional e nacional (112,77hab./km²). As freguesias com índices de densidade populacional mais elevadas são: a freguesia da Faia

QUADRO 10 -- TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2011 E EM 2021.

Unidade Territorial	População Residente (n.º hab.)		
	2001	2011	2021
Arnas	245	220	187
Carregal	510	393	420
Chosendo	255	254	267
Cunha	353	310	323
Faia	169	207	160
Granjal	305	272	282
Lamosa	195	179	179
Quintela	332	294	249
U. das f. de Ferreirim e Macieira	683	581	614
U. das f. de Fonte Arcada e Escurquela	419	408	424
U. das f. de Penso e Freixinho	395	370	364
U. das f. de Sernancelhe e Sarzeda	1794	1713	1755
Vila da Ponte	572	470	468

(INE, I.P., Censos 2021)

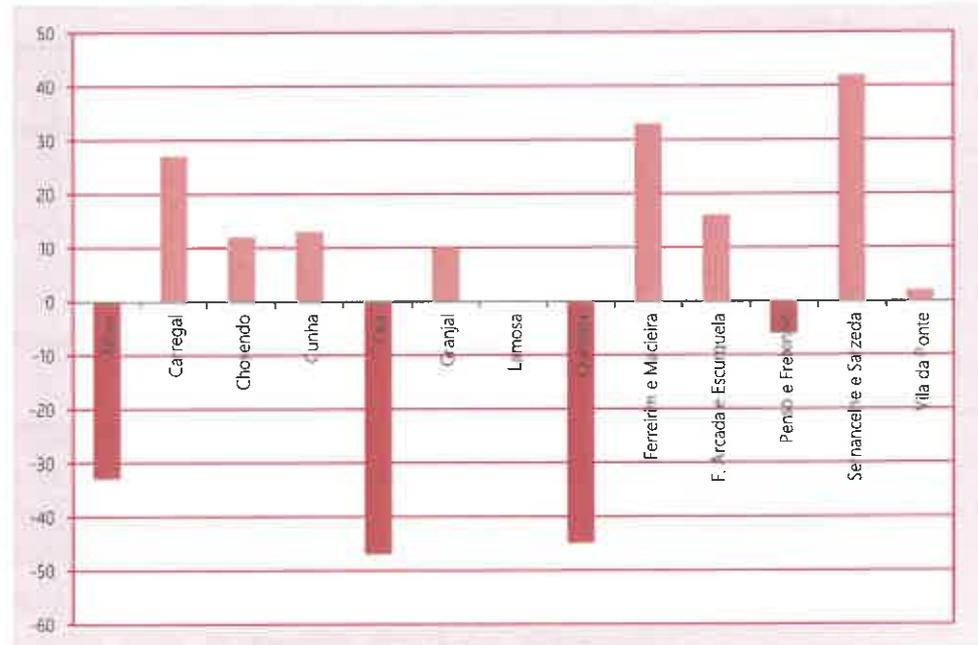
FIGURA 2 -- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 2001 E 2021 (N.º).



(INE, I.P., Censos 2021)



FIGURA 3 – VARIACÃO DA POPULAÇÃO POR NÚMERO DE HABITANTES RESIDENTES ENTRE 2011 E 2021.



(INE, I.P., Censos 2021)

(44,08 hab./km²), a União das Freguesias de Sernancelhe e Sarzeda (39,19 hab./km²) e a freguesia da Vila da Ponte (36,65 hab./km²). Em posição inferior, com valores que não ultrapassam os 20 habitantes por km², destaca-se a freguesia de Arnas (8,80 hab./km²), a freguesia de Lamosa (13,54 hab./km²) e a freguesia da Cunha (18,98 hab./km²).

O exame detalhado das densidades populacionais e a sua comparação com os valores totais da população residente são, à primeira vista, contraditórios. Veja-se, por exemplo, o caso da freguesia da Faia que apresenta a maior densidade populacional e é simultaneamente a menos populosa e a que mais população perdeu na última década (2011-2021). A análise e sobretudo a interpretação destes dados deverão ser feitas com especial cuidado, quer em termos temporais, quer em termos espaciais, pois permitem refletir sobre as características do território. Uma reflexão que, desde já, podemos retirar decorre do facto do município de Sernancelhe possuir uma posição e corografia difícil, uma realidade socioeconómica desigual, patente na dificuldade de fomentar um mercado de trabalho mais coeso, fatores que em muito concorrem para a distribuição da população no

concelho (que leva a uma maior concentração populacional na freguesia onde se posiciona a vila sede de concelho e, em segundo lugar, a união de freguesias de Ferreirim e Maceira), mas cujo comportamento também se justifica pelo processo de migrações internas para os centros urbanos mais próximos, particularmente Viseu, por razões que se ligam ao mercado de trabalho e à oferta educativa.

3.2.3. Dinâmica demográfica: crescimento natural e saldo migratório.

As variações observadas nas dinâmicas demográficas do município de Sernancelhe e das suas freguesias relacionam-se de uma forma em que ressaltam, de imediato, dois fatores: o crescimento natural e o saldo migratório. O primeiro deverá ser obrigatoriamente entendido no planeamento dos equipamentos educativos e o segundo deverá ser interpretado de forma conjuntural, ação difícil por ser especialmente complexo prever a sua evolução.

A atual estrutura demográfica da população de Sernancelhe é o resultado evolutivo da melhoria das condições de vida e do desenvolvimento socioeconómico, do aumento da esperança de vida e da diminuição da mortalidade e, concomitantemente, das alterações da natalidade, o desenvolvimento da autonomia da mulher, a progressão nas carreiras, a emigração, a dificuldade em conciliar a vida familiar e profissional, o prolongamento da escolaridade obrigatória e o retardar na entrada dos jovens no mercado de trabalho, a sazonalidade dos trabalhos agrícolas, o desemprego em particular entre os mais jovens e a maior acessibilidade a métodos contraceptivos assumem-se como os principais fatores que precedem a reflexão e a decisão sobre o número de filhos a ter.

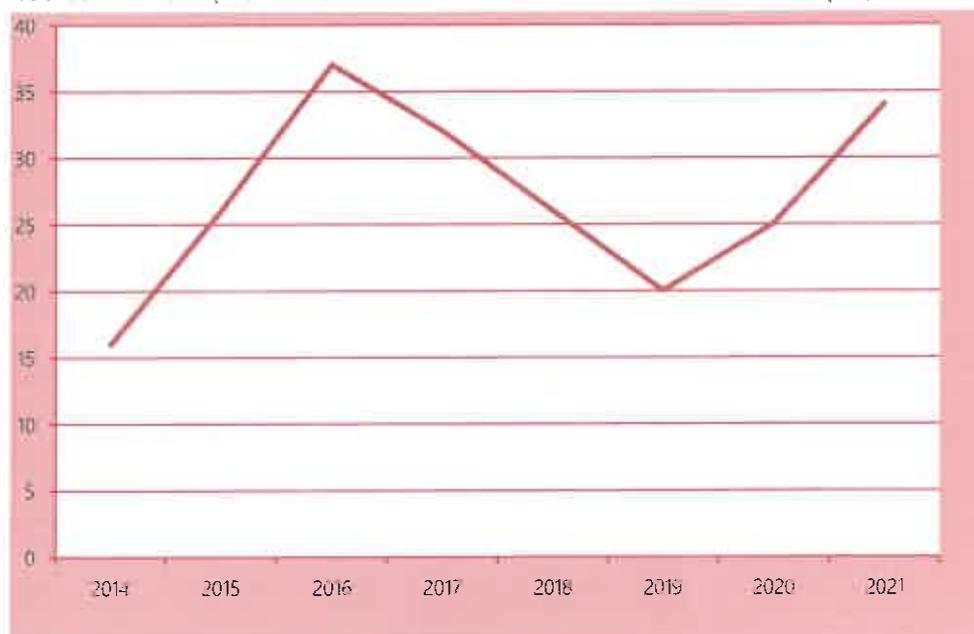
A análise dos valores da natalidade registados entre 2014 e 2021 para o município de Sernancelhe revela um comportamento muito irregular visível nas oscilações das perdas e dos acréscimos, o que permite afirmar que o número dos nados-vivos é pouco revelador. Ou melhor, os dados geram uma impressão de que a irregularidade dos nascimentos não garantem uma tendência de crescimento positivo ou negativo da população, porque, como veremos, a mortalidade sobrepõe-se à natalidade condicionando de

QUADRO 11 – NADOS-VIVOS POR FREGUESIAS ENTRE 2014 E EM 2021(N.º).

Unidade Territorial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Arnas	0	1	2	1	0	0	0	0
Carregal	1	0	3	1	1	1	1	5
Chosendo	0	1	2	3	0	1	0	2
Cunha	0	1	4	3	5	3	1	3
Faia	0	0	1	0	0	0	0	1
Granjal	0	0	1	2	1	1	0	0
Lamosa	0	1	2	0	1	0	0	0
Quintela	2	0	1	3	0	0	1	3
U. F. de Ferreirim e Macieira	1	2	3	5	1	2	3	0
U. F. de F. Arcada e Escurquela	2	1	1	2	2	2	1	0
U. F. de Penso e Freixinho	1	0	2	1	3	0	4	3
U. F. de Semancelhe e Sarzeda	8	9	14	11	11	10	12	16
Vila da Ponte	1	0	1	0	1	0	2	1
Semancelhe (Total)	16	16	37	32	26	20	25	34

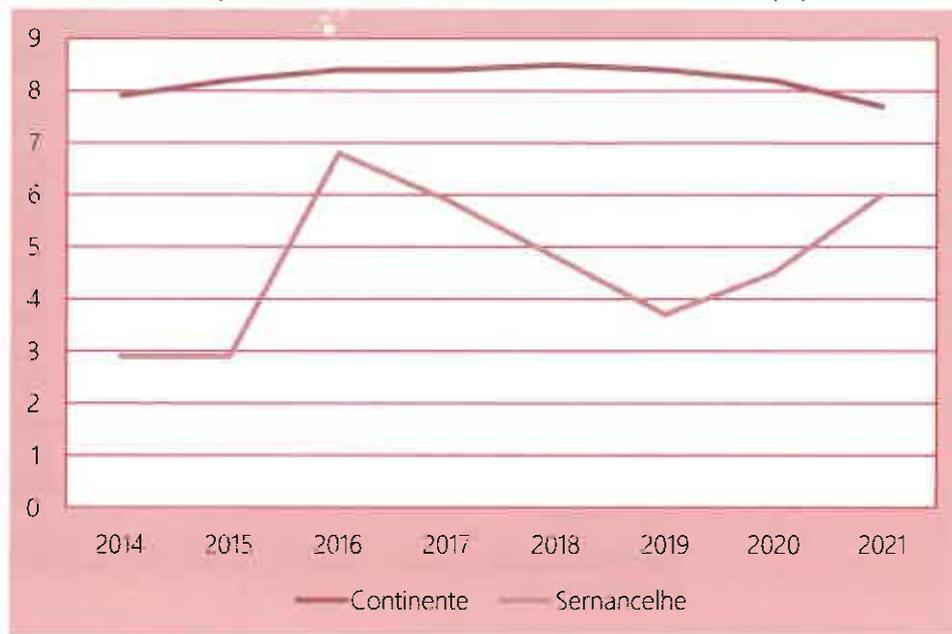
(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DOS NADOS-VIVOS ENTRE 2014-2021(N.º).



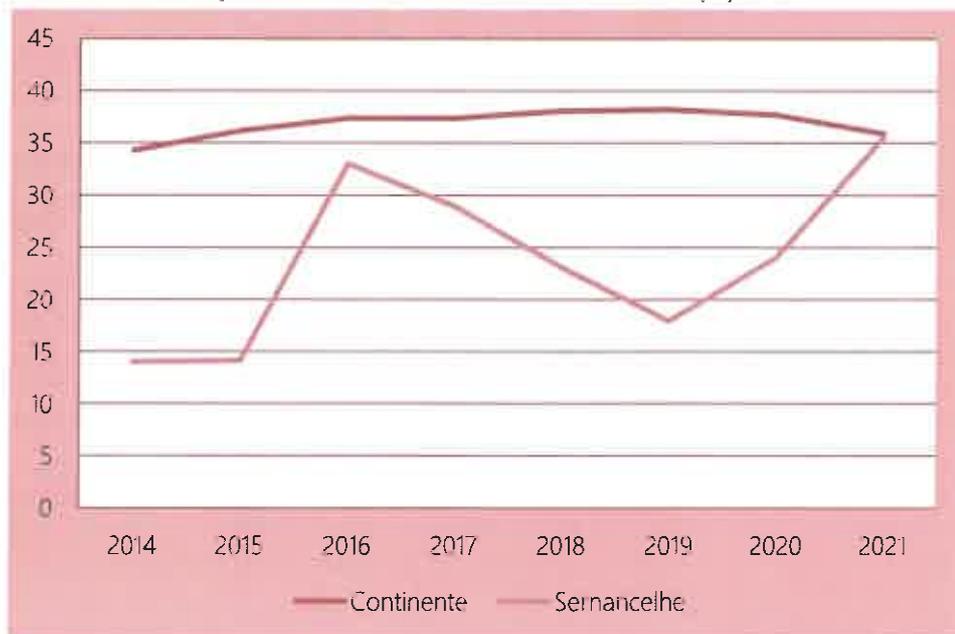
(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 5 -- EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DA NATALIDADE 2014-2021 (%).



(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 6 -- EVOLUÇÃO DA TAXA DE FECUNDIDADE 2014-2021(%).



(INE, I.P., Censos 2021)

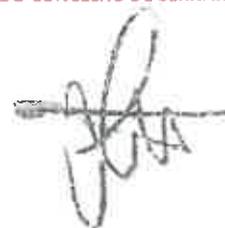
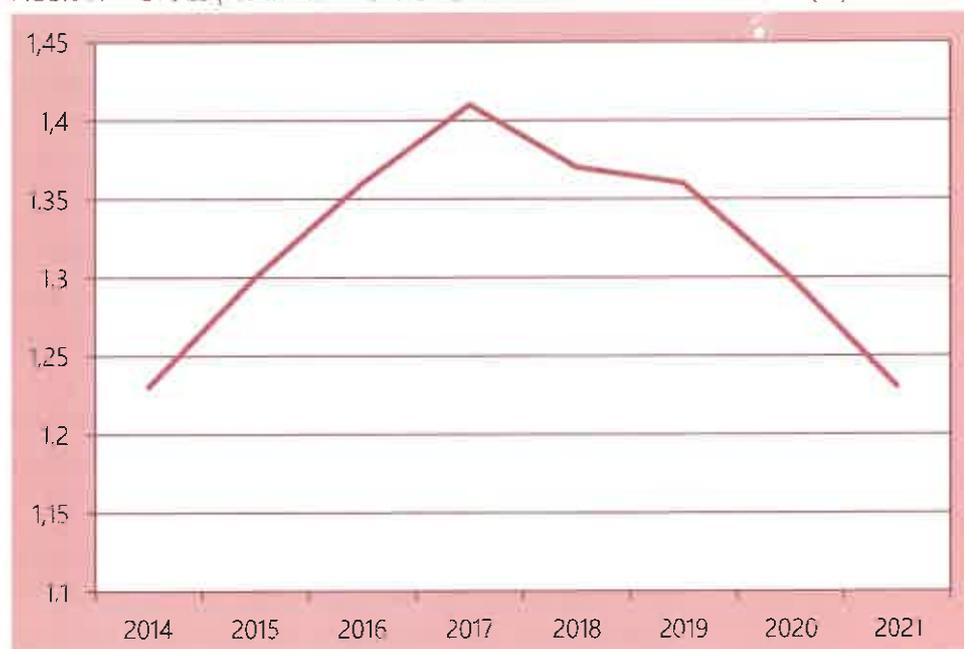


FIGURA 7 – EVOLUÇÃO DA TAXA SINTÉTICA DE FECUNDIDADE 2014-2021(%).



(INE, I.P., Censos 2021)

sobremaneira o futuro. No entanto, não se consegue definir uma tendência com segurança. O maior número de nados-vivos encontra-se concentrado nas freguesias mais populosas, em especial na união de freguesias de Sernancelhe e Sarzeda e na União de Freguesias de Ferreirim e Maceira, onde vivem, naturalmente, mais casais jovens.

Considerando o período estabelecido (2014-2021) destacam-se as freguesias com maiores descidas relativamente ao número de nascimentos: Arnas (4 indivíduos), Chosendo (9 indivíduos), Faia (2 indivíduos), Granjal (5 indivíduos), Lamosa (4 indivíduos) e Vila da Ponte (6 indivíduos) que não alcançaram uma dezena de nascimentos. O segundo grupo de freguesias situa-se no grupo das que apresentam até duas dezenas de nascimentos, nomeadamente, Carregal (13 indivíduos), Cunha (20 indivíduos), Quintela (10 indivíduos), União das Freguesias de Fonte Arcada e Escurquela (11 indivíduos), União das Freguesias de Penso e Freixinho (14 indivíduos) e da União de Freguesias de Ferreirim e Maceira (17 indivíduos). E, finalmente, apenas a união de freguesias de Sernancelhe e Sarzeda (91 indivíduos) revelam um número de nascimentos perto da centena, alcançados num

período de oito anos. Os valores que se colhem para a natalidade encontram paralelismo no comportamento da taxa de fecundidade geral.

Os valores da fecundidade sintética mostram que a população do concelho de Sernancelhe revela um quantitativo ligeiramente superior à média regional (1,46% Douro). O número de casamentos diminuiu substancialmente; em 1981 registavam-se mais de sete dezenas de casamentos e em 2021 apenas foram celebrados dezanove. Considerando a sequência de dados a partir do ano 2001, o número total dos casamentos revelou uma tendência decrescente, que se acentuou a partir de 2011 e se manteve em declínio até 2021.

A taxa bruta de nupcialidade revela a mesma realidade; em 1981 o valor era de 9,5 ‰ (n.º de casamentos por 1000 habitantes) e, desde então, foi diminuindo para 3,3‰, alcançando um terço desse valor em 2021. Paralelamente, a idade média dos nubentes aumentou, passando de 27 anos em 1981 para 33 em 2021. Na generalidade, estes valores encontram consonância nos resultados do território nacional (Portugal Continental) tendo, evidentemente, consequências na idade média do nascimento do primeiro filho que, em 1981, era de 24 anos e, em 2021, passou a ser de 32 anos. E, quanto à mortalidade infantil, enquanto em 1981 o valor era de 44,4‰, em 2021 o valor era de 0‰.

No que respeita aos valores da mortalidade, o município de Sernancelhe espelha, à semelhança do que sucede na generalidade do território nacional, a redução de mortes por doenças infecciosas e uma prevalência de doenças degenerativas, quadro que caracteriza a transição epidemiológica o que traduz novos padrões etários na mortalidade com o prolongamento da esperança de vida. Assim, com apoio na análise dos óbitos entre 2014 e 2021 destaca-se um comportamento irregular em que apesar das oscilações, os valores se apresentam mais elevados que os da natalidade.

A população de Sernancelhe deixou de estar em crescimento natural significativo há mais de seis décadas, tendo entrado num processo de abrandamento, visível em todas as freguesias o mesmo decréscimo, à exceção da sede de concelho. Este comportamento demográfico deverá ser considerado e contextualizado no âmbito dos valores absolutos da população residente e na perspetiva histórica do município e do território. Assim, o ligeiro crescimento registado nas últimas duas décadas não deverá ser interpretado como uma evolução positiva segura, na medida em que o

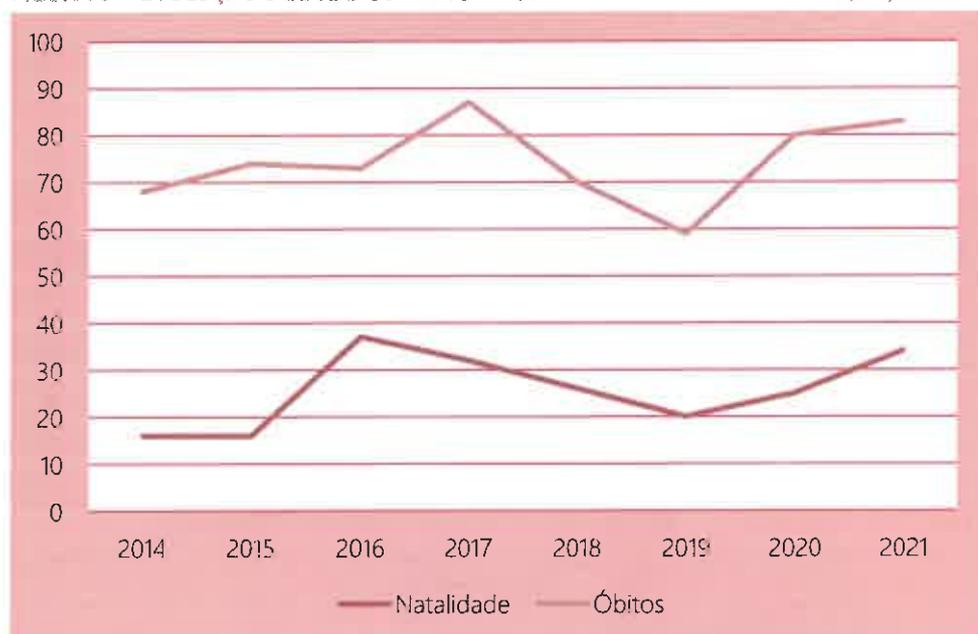


QUADRO 12 – ÓBITOS E TAXA DE MORTALIDADE NO CONCELHO DE SERNANCELHE ENTRE 2014 E 2021(‰).

Anos	Óbitos	Taxa de mortalidade ‰
2014	68	12,2
2015	74	13,4
2016	73	13,4
2017	87	16,1
2018	70	13,0
2019	59	10,9
2020	80	14,9
2021	83	14,6

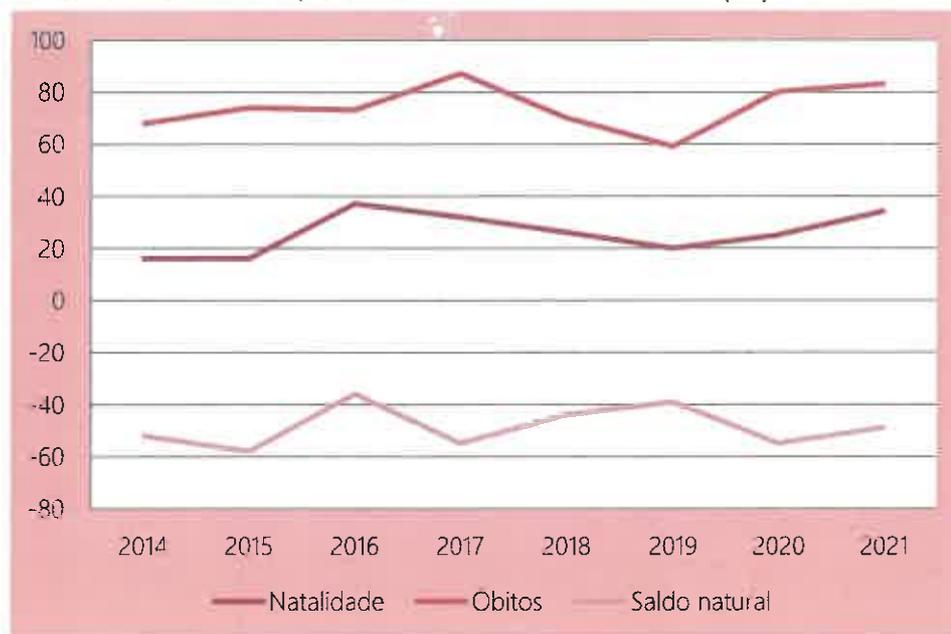
(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 8 – EVOLUÇÃO DOS NADOS-VIVOS E DOS ÓBITOS ENTRE 2014-2021 (N.º).



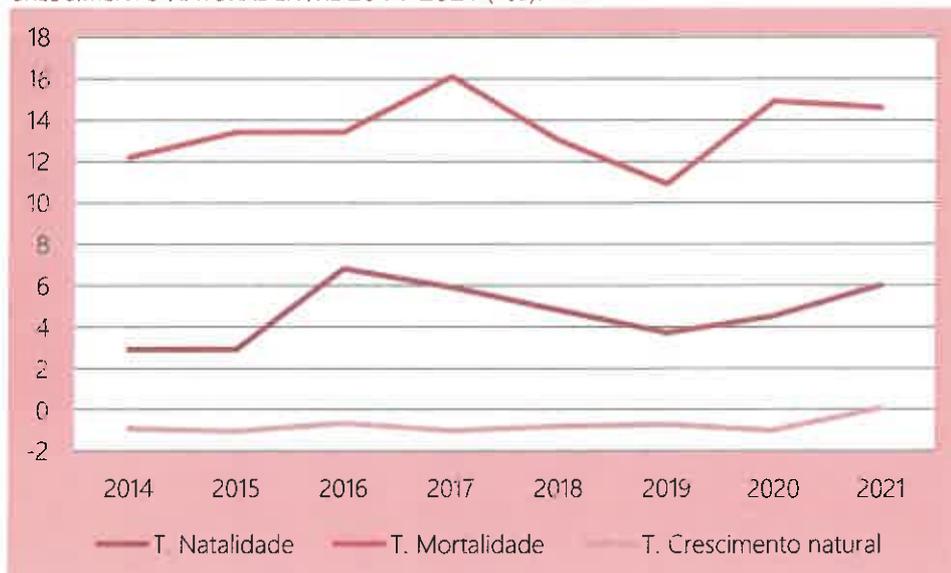
(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 9 – A NATALIDADE, A MORTALIDADE E O SALDO NATURAL (N.º).



(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 10 – A TAXA DE NATALIDADE, A TAXA DE MORTALIDADE E A TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL ENTRE 2014-2021 (%).



(INE, I.P., Censos 2021)



QUADRO 13 – DINÂMICA NATURAL DO CONCELHO DE SERNANCELHE ENTRE 2014 E 2021.

Anos	Natalidade		Mortalidade		Crescimento Natural	Taxa de crescimento natural
	n.º	%	n.º	%		
2014	16	2,9	68	12,2	-52	-9,3
2015	16	2,9	74	13,4	-58	-10,5
2016	37	6,8	73	13,4	-36	-6,6
2017	32	5,9	87	16,1	-55	-10,2
2018	26	4,8	70	13,0	-44	-8,2
2019	20	3,7	59	10,9	-39	-7,2
2020	25	4,5	80	14,9	-55	-10,4
2021	34	6,0	83	14,6	-49	-8,6

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 14 – DINÂMICA NATURAL POR FREGUESIA EM 2021 (N.º).

Unidade Territorial (Freguesia)	Nados-vivos	Óbitos	Crescimento Natural	Saldo Migratório	Crescimento Efetivo
Arnas	0	2	-2	3,74	1,74
Carregal	5	8	-3	0,24	-2,76
Chosendo	2	3	-1	1,12	0,12
Cunha	3	3	0	1,24	1,24
Faia	1	2	-1	0,00	-1
Granjal	0	2	-2	1,42	-0,58
Lamosa	0	3	-3	5,03	2,03
Quintela	3	11	-8	0,40	-7,6
U. F. Ferreirim e Macieira	0	14	-14	0,98	-13,02
U. F. Ft. Arcada e Escurquela	0	5	-5	0,47	-4,53
U. F. Penso e Freixinho	3	1	2	1,37	3,37
U. F. Sernancelhe e Sarzeda	16	21	-5	1,25	-3,75
Vila da Ponte	1	8	-7	3,42	-3,58

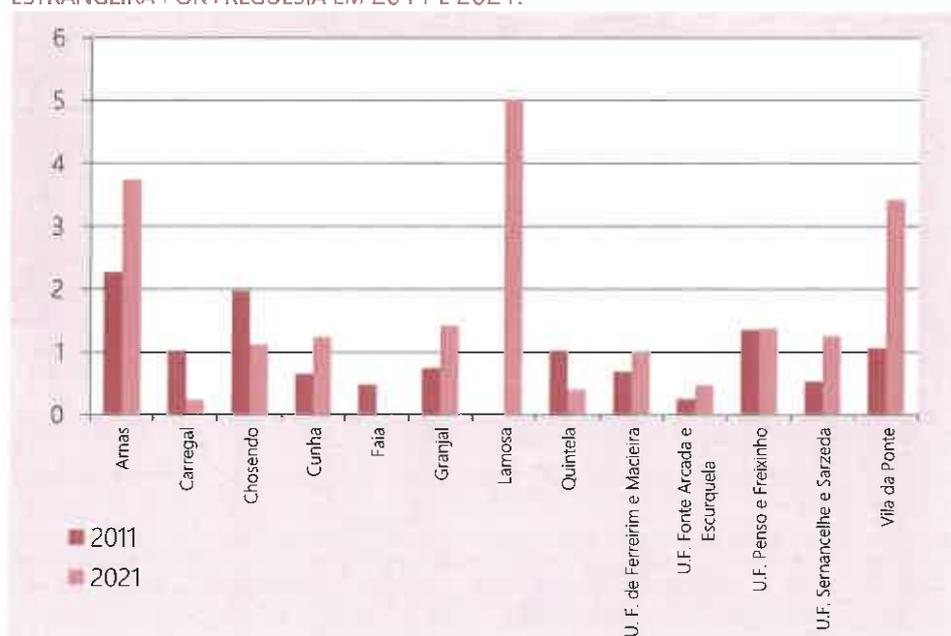
(INE, I.P., Censos 2021)

valor positivo relaciona-se em grande parte com o aumento da oferta do mercado de trabalho que tem provocado um ligeiro aumento nas migrações.

Examinando a dinâmica das migrações totais para o município de Sernancelhe, para o período 2011-2021, conclui-se no incremento de uma maior atratividade do território em termos absolutos que se traduziu num aumento de indivíduos. No ano de 2021, e em comparação com os resultados de 2011, assinalou-se um aumento em mais de metade das freguesias do concelho de Sernancelhe, tendo-se registado um maior crescimento em Arnas, Granjal, Lamosa, União das Freguesias de Ferreirim e Maceira, União das Freguesias da Sarzeda e Sernancelhe e na Vila da Ponte. No caso de Lamosa, onde ocorreu o maior crescimento, a proporção da população migratória atingiu o valor mais alto do concelho, podendo corresponder a um episódio migratório individualizado.

Em conclusão, segundo os dados recolhidos sobre a dinâmica natural por freguesias do concelho de Sernancelhe, é notório que o crescimento demográfico, ao longo da última década, tem sido alimentado por algum fluxo migratório, o que deverá ser levado em consideração aquando do planeamento da rede educativa do município.

FIGURA 11 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO (EM %) RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA POR FREGUESIA EM 2011 E 2021.



(INE, I.P., Censos 2021)



3.2.4. Estrutura etária da população: envelhecimento e dependência.

O estudo da evolução da população deve obrigatoriamente considerar o estudo das pirâmides etárias. Estas representações gráficas permitem uma leitura histórica dos acontecimentos que marcaram a população representada ao longo de décadas de vida das gerações mais antigas e traduzem a imagem da população num dado momento.

Partindo para esta análise refletindo sobre os valores recolhidos para a década 2011-2021, e atendendo aos perfis populacionais, bem como os indícios que sintetizam o comportamento da estrutura etária da população, a primeira conclusão a retirar é o aumento das classes mais idosas contra a diminuição muito acentuada das classes mais jovens, o que espelha a tendência para um envelhecimento da população. Fruto de diferentes vicissitudes como a procura de emprego nos centros urbanos de grande e média dimensão, quer por motivos de qualificação, quer por motivos de remuneração, a população mais jovem regista uma tendência idêntica para as últimas décadas (1981-2021). E tal evolução levou a uma diminuição do peso da população jovem na globalidade demográfica do município de Sernancelhe.

Em 2021, o grande grupo etário com maior expressão no território situa-se entre os grupos etários dos 35-64 anos e >65 anos, e o que menos peso tem é o que se enquadra entre os 0 e os 14 anos. Nos últimos trinta anos, a população adulta também sofreu um aumento. Esta realidade é evidente na alteração da forma das pirâmides etárias que refletem as transformações das características da população de Sernancelhe.

Em suma, a melhoria das condições de vida, de saúde e de assistência social tiveram importantes reflexos no processo de redução da mortalidade e no progressivo aumento da esperança de vida, traduzindo-se num prolongamento no topo da pirâmide. Paralelamente, a diminuição observada nos grupos da base da pirâmide acaba por refletir os efeitos da diminuição da fecundidade, natalidade e no adiamento da idade de casamento e nascimento dos primeiros filhos, num quadro de incerteza perante a crise económica, desemprego e precariedade das relações laborais. No plano regional, o município de Sernancelhe acaba por registar algumas diferenças nas classes etárias mais jovens, muito embora a intensidade seja baixa.

FIGURA 12 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE SERNANCELHE, POR N.º DE INDIVÍDUOS EM 2011.

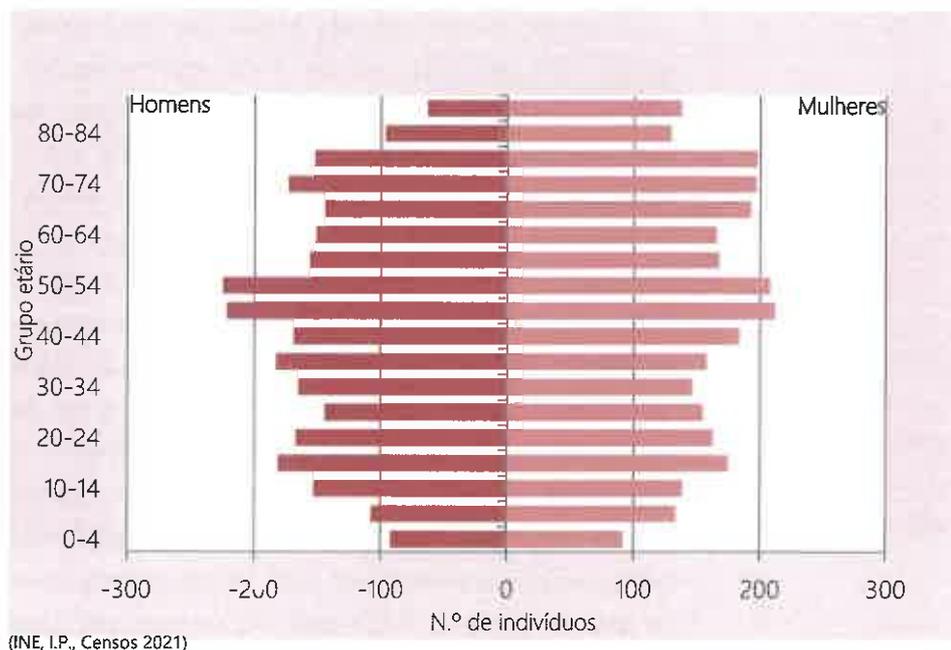


FIGURA 13 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE SERNANCELHE, POR N.º DE INDIVÍDUOS EM 2021.

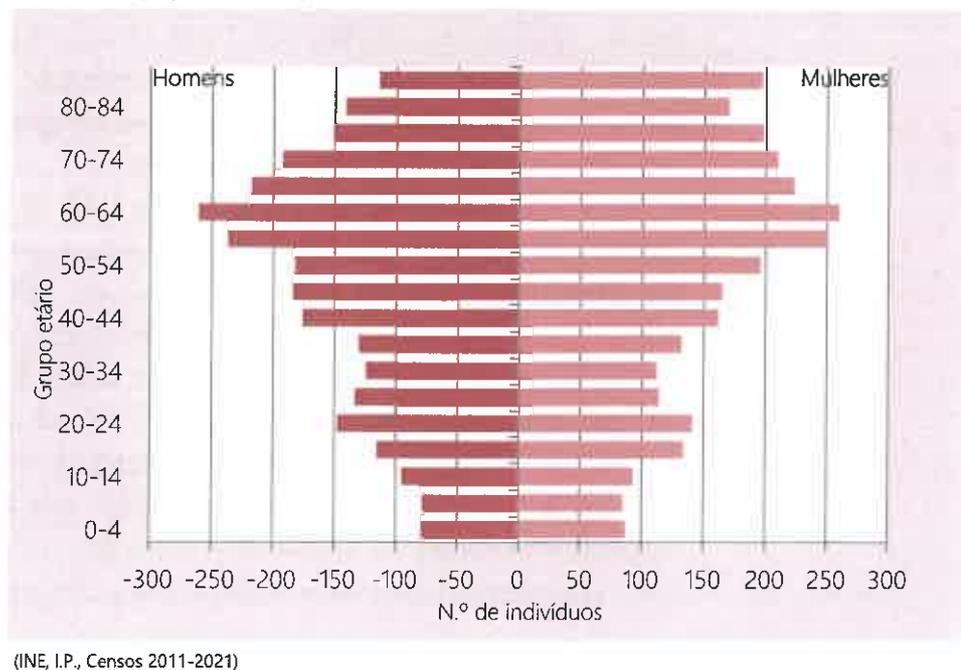
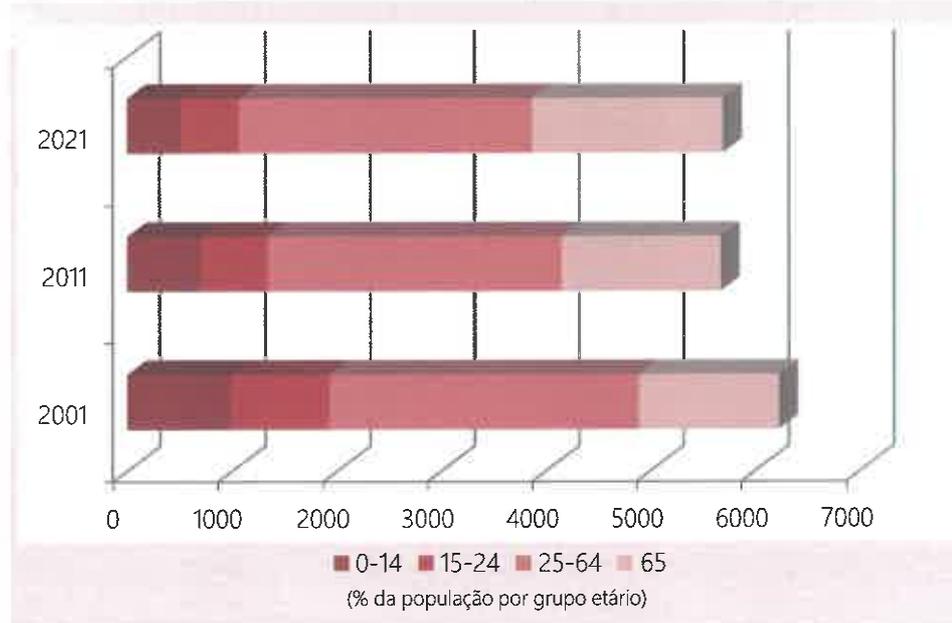
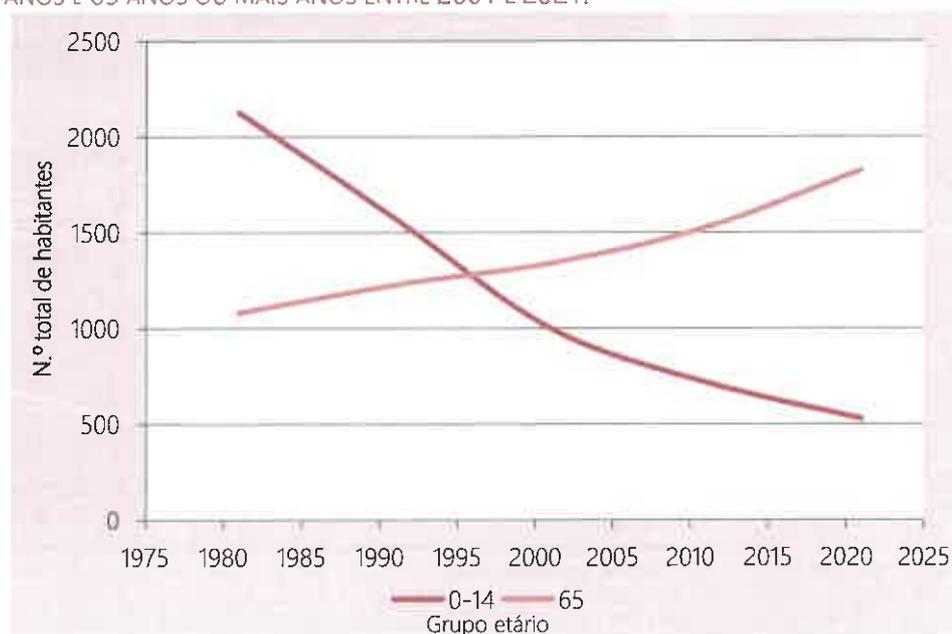


FIGURA 14 -- POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS ENTRE 2001 E 2021.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 15 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS 0A 14 ANOS E 65 ANOS OU MAIS ANOS ENTRE 2001 E 2021.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 15 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO, ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA E ESTRUTURA ETÁRIA, POR FREGUESIA, EM 2021.

Unidade Territorial (Freguesia)	Índice de Envelhecimento (total %)	Índice de Dependência (total %)	Estrutura Etária (%)		
			0-14	15-64	+ 65
Arnas	413,33	70,00	2,86	3,29	3,40
Carregal	655,56	94,44	5,14	6,46	9,71
Chosendo	516,67	71,15	3,43	4,67	5,10
Cunha	290,91	66,49	6,29	5,80	5,27
Faia	445,45	60,00	2,10	2,99	2,69
Granjal	513,33	48,42	2,86	5,68	4,22
Lamosa	571,43	110,59	2,67	2,54	4,39
Quintela	410,00	69,39	3,81	4,40	4,50
U. F. Ferreirim e Macieira	418,37	70,56	9,33	10,77	11,25
U. F. Ft. Arcada e Escurquela	518,75	87,61	6,10	6,76	9,11
U. F. Penso e Freixinho	375,00	88,60	6,86	5,77	7,41
U. F. de Sernancelhe e Sarzeda	220,45	67,14	41,90	31,40	26,60
Vila da Ponte	331,43	47,63	6,67	9,48	6,36

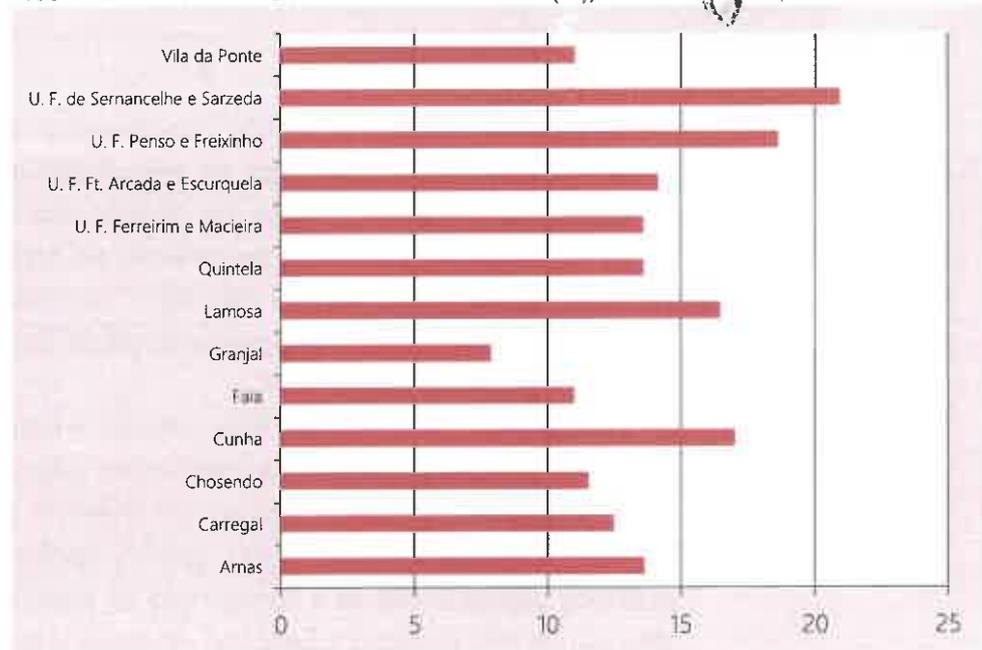
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 16 – ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA, POR FREGUESIA, EM 2021.

Unidade Territorial (Freguesia)	Índice de dependência (%)		
	Jovens	Idosos	Total
Arnas	13,64	56,36	70,00
Carregal	12,50	81,94	94,44
Chosendo	11,54	59,62	71,16
Cunha	17,01	49,48	66,49
Faia	11,00	49,00	60,00
Granjal	7,89	40,53	48,42
Lamosa	16,47	94,12	110,59
Quintela	13,61	55,78	69,39
U. F. Ferreirim e Macieira	13,61	56,94	70,55
U. F. Ft. Arcada e Escurquela	14,16	73,45	87,61
U. F. Penso e Freixinho	18,65	69,95	88,60
U. F. de Sernancelhe e Sarzeda	20,95	46,19	67,14
Vila da Ponte	11,04	36,59	47,63

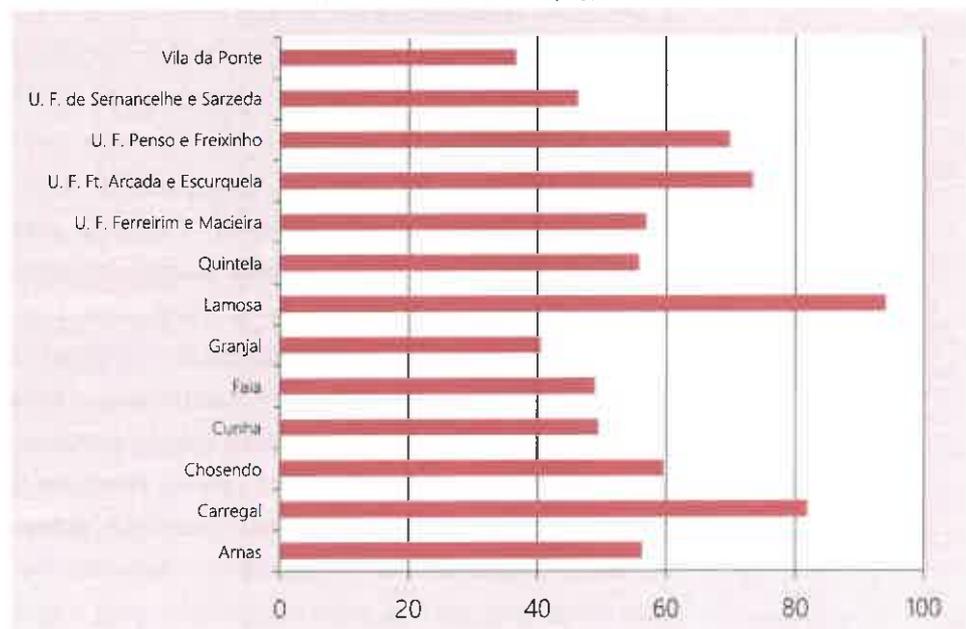
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 16 – ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS (%), POR FREGUESIAS, 2021.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 17 – ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS (%), POR FREGUESIAS, 2021.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

3.2.5. Previsões das tendências (2021-2031)

3.2.5.1. População residente.

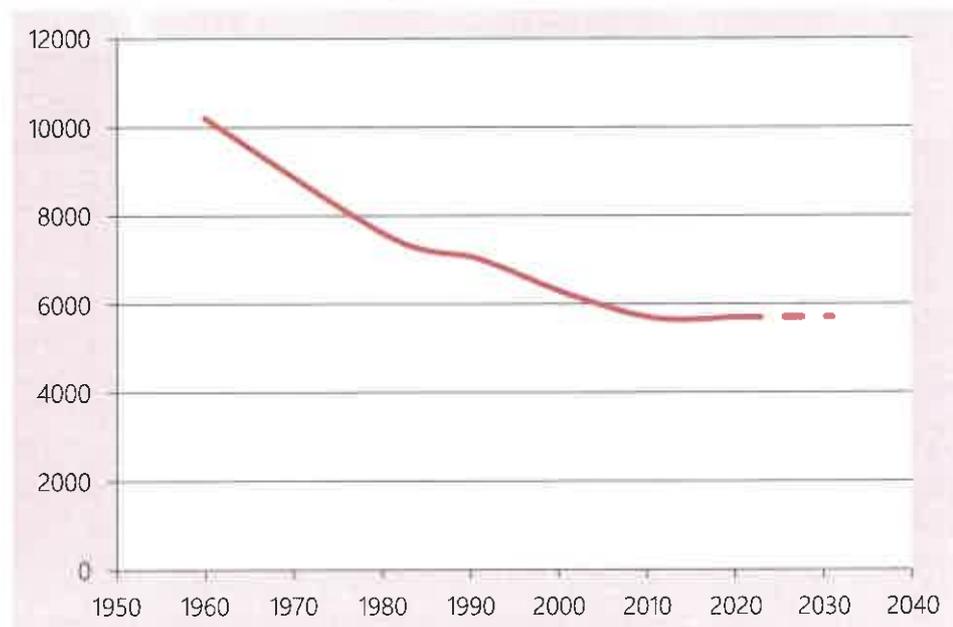
No que concerne às dinâmicas populacionais descritas e às principais implicações, sob o ponto de vista da organização das infraestruturas e das atividades no território, importa, no quadro dos objetivos desta análise, tentar enquadrar as tendências de evolução no horizonte temporal das três primeiras décadas do século XXI. Para tal, utilizou-se o método das componentes por coortes como metodologia de base para uma análise mais detalhada (por grupos de idades).

Os resultados da aplicação deste método a populações específicas dão informações sobre o volume e a composição (segundo o sexo e as idades) da população em momentos futuros, não tendo em atenção acontecimentos de natureza excepcional (catástrofes, guerras, epidemias, etc.). Os resultados previstos traduzem não só a composição da população no presente, como têm que ser interpretados a partir das hipóteses assumidas sobre a evolução, ao longo do período prospetivo, dos comportamentos demográficos (mortalidade, fecundidade e movimentos migratórios). O momento de partida utilizado foi a data do último recenseamento (21 de Março de 2011), projetando-se sucessivamente para períodos de 5 anos até 2031.

Entre 1950 e 2011, o município de Sernancelhe revelou um crescimento negativo, passando a população residente de 10 793 habitantes, em 1950, para 5 671 habitantes, em 2011. Durante esse período, a análise realizada sobre a evolução da estrutura populacional demonstrou uma tendência significativa para o envelhecimento, em larga medida impulsionado pelo aumento da longevidade e pela quebra sistemática da fecundidade e natalidade. E, se excetuarmos o acréscimo trazido pelos movimentos migratórios, a tendência da população residente natural do concelho de Sernancelhe, entre 2011 e 2021, continuou a evidenciar essa diminuição, passando de 5391 (2011) para 5376 (2021), portanto, um decréscimo de -15 indivíduos que, apesar de muito ligeiro, manteve a mesma tendência. Por isso, apesar de ser importante sublinhar que entre 2011-2021 a população residente registou um crescimento positivo de 0,37%, é importante considerar que, para já, pouca inferência esse crescimento terá na evolução futura da população residente no município, porque os fluxos migratórios são muito difíceis de prever dadas as diversas circunstâncias que os afetam,



FIGURA 18 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1950 E 2031 (N.º).



(INE, I.P., Censos 2011-2021, Recenseamento Geral da População, 1950, 1960 e 1970; Recenseamento da População e Habitação 1981, Censos 2001 e Censos 2011 e cálculos próprios).

normalmente associáveis ao desenvolvimento socioeconómico local e às dinâmicas socioeconómicas nacionais e internacionais. Numa perspetiva mais conservadora, segundo as projeções desenhadas a partir dos dados existentes espera-se uma continuidade no decréscimo populacional ou, eventualmente, a ocorrência de um crescimento nulo, sendo difícil acompanhar o ligeiro crescimento demográfico conhecido entre 2011-2021. Espera-se que, a partir de 2021, ocorra um decréscimo de -0,3% a -1%, correspondendo, em 2031, ao número de 5620 habitantes. Este resultado deverá ser entendido no quadro da metodologia de projeção da população que considera apenas a dinâmica natural (nascimentos e óbitos). Ponderando os valores totais para o município de Sernancelhe, uma primeira ideia a destacar consiste no acréscimo de 0,37% (5692 habitantes), entre 2011 e 2021, e o regresso a um crescimento negativo de -0,3% a -1% entre 2021 e 2031. Partindo para a análise do crescimento da população residente das freguesias do concelho de Sernancelhe, estima-se que só a União de Freguesias da Sarzeda e Sernancelhe poderá registar um tímido acréscimo

QUADRO 17 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR FREGUESIA, ENTRE 2011 E 2031.

Unidade Territorial (Freguesia)	2011	2021	2026	2031	2011-2021		2021-2031	
					n.º	%	n.º	%
Arnas	220	187	174	164	-33	-15%	-23	-12%
Carregal	393	420	416	409	27	7%	-11	-3%
Chosendo	254	267	260	256	13	5%	-11	-4%
Cunha	310	323	317	310	13	4%	-13	-4%
Faia	207	160	155	148	-47	-23%	-12	-8%
Granjal	272	282	278	276	10	4%	-6	-2%
Lamosa	179	179	176	172	0	0%	-7	-4%
Quintela	294	249	243	237	-45	-15%	-12	-5%
U. F. Ferreirim e Macieira	581	614	617	622	33	6%	8	1%
U. F. Ft. Arcada e Escurquela	408	424	420	416	16	4%	-8	-2%
U. F. Penso e Freixinho	370	364	360	358	6	2%	6	-2%
U. F. Sernancelhe e Sarzeda	1713	1755	1778	1792	42	2%	37	2%
Vila da Ponte	470	468	460	460	-2	0%	8	-2%

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 18 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2011 E 2031.

Grupo etário	2011	2021	2026	2031	2011-2021		2021-2031		Tendência
					n.º	%	n.º	%	
0-14	716	515		491	-201	-28	-24	-4,5	↓
15-64	3495	3352		3319	-143	-4	-33	-1	↓
+ 65	1481	1812		2174	331	22	362	20	↑

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

populacional nesse período, enquanto a maioria das freguesias acusará um decréscimo populacional, como tem sido tendência nos períodos 2001-2011 e 2011-2021.

No âmbito da dinâmica migratória e encarando como cenário que na próxima década se manterá o saldo migratório registado nas últimas duas, significa que a maioria das freguesias registarão crescimentos nulos em virtude do saldo migratório se apresentar negativo nessas localidades. Apenas a União das Freguesias de Sarzeda e Sernancelhe e a União das



Freguesias de Ferreirim e Maceira registaram na última década 2011-2021 um breve crescimento populacional que se ficou a dever ao desenvolvimento socioeconómico e ao ligeiro aumento da oferta de emprego. Em sentido inverso, a falta de recursos humanos é uma realidade que concorre para as dificuldades dos sectores primário e secundário e, os indivíduos que se enquadram na dinâmica migratória nem sempre acabam por fixar a sua residência no concelho dada a sazonalidade dos trabalhos que caracterizam, em particular, o sector primário.

Atendendo as implicações que a dinâmica do mercado de trabalho exerce sobre as migrações, o crescimento populacional para a década de 2021-2031 prevê-se que registará valores e tendências muito semelhantes aos verificados para a 2011-2021, correspondendo previsivelmente a um acréscimo que rondará 1% do total da população residente (podendo alcançar 1,1% numa perspetiva mais otimista). No caso de surgir um incremento extraordinário da população imigrante, a União das Freguesias de Sarzeda e Sernancelhe e a União das Freguesias de Ferreirim e Maceira apresentam-se como a parte do território onde esse cenário será mais provável, mas evidentemente não conseguimos estabelecer uma projeção rigorosa para esse cenário. As restantes freguesias do concelho de Sernancelhe, dada a sua ruralidade e acentuado despovoamento, continuarão a revelar uma fraca capacidade de atração que, de resto, têm conhecido nas últimas décadas.

3.2.5.2 Natalidade.

No contexto da reorganização da rede de equipamentos educativos é importante analisar a projeção dos nascimentos para 2031. A apreciação do comportamento desta variável é fundamental para que se possa perspetivar quais serão os volumes de população para os diferentes escalões de idades, mesmo não se considerando o efeito resultante da presença de populações imigrantes e a diferente taxa de fecundidade. A evolução do número de nascimentos sobreviventes por ano, nas diferentes freguesias, mostra, desde logo, uma quebra nos nascimentos, situação que se justifica com a baixa taxa de fecundidade e a projeção da sua diminuição em virtude do reduzido número de indivíduos residentes em todas as freguesias, à exceção da União

QUADRO 19 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA NATALIDADE, POR FREGUESIA, ENTRE 2014 E 2031.

Unidade Territorial (Freguesia)	2014	2016	2021	2026	2031	2014		2021	
						2021		2031	
						n.º	%	n.º	%
Arnas	0	2	0	2	2	4	1,7	2	-0,1
Carregal	1	3	5	1	1	12	5,0	6	-0,4
Chosendo	0	2	2	1	1	15	6,3	7	-0,5
Cunha	0	4	3	2	2	24	10,0	8	-0,6
Faia	0	1	1	0	0	7	2,9	3	-0,2
Granjal	0	1	0	1	0	16	6,7	5	-0,4
Lamosa	0	2	0	1	0	7	2,9	2	-0,1
Quintela	2	1	3	1	1	16	6,7	4	-0,3
U. F. Ferreirim e Macieira	1	3	0	2	4	26	10,9	9	-0,6
U. F. Ft. Arcada e Escurquela	2	1	0	1	1	13	5,4	4	-0,3
U. F. Penso e Freixinho	1	2	3	1	1	14	5,9	7	-0,5
U. F. Sernancelhe e Sarzeda	8	14	16	17	15	93	38,9	90	0,59
Vila da Ponte	1	1	1	0	2	10	4,2	5	-0,4

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

de Freguesias de Sernancelhe e Sarzeda. Além disso, o contexto de atratividade que a União das Freguesias de Sernancelhe e Sarzeda possui por corresponder à sede de concelho, pela proximidade e concentração do mercado de trabalho e pela proximidade às instituições, em especial as que integram a oferta escolar, constitui em relação às restantes um fator de atração que se traduz na fixação de casais mais jovens na referida localidade. As projeções realizadas para o município de Sernancelhe estimam uma diminuição no número total de nascimentos para o intervalo 2021-2031 cerca de -31% (cerca de -170 indivíduos nados-vivos quando comparados com o valor total de 2021).

Em suma, ao nível das freguesias espera-se que, entre 2021 e 2031, ocorra um decréscimo generalizado dos valores da natalidade, excetuando a União das Freguesias de Sarzeda e Sernancelhe onde deverá registar-se um crescimento de 0,59% em relação ao período decenal anterior de 2021. Esse declínio projeta-se também para a taxa de natalidade, em todas as freguesias, estimando-se que passará de 6,0‰ para 4,0‰. E, no caso das freguesias mais periféricas prevê-se que a diminuição seja mais acentuada considerando os valores totais dos nascimentos.



3.2.6. Estrutura etária.

Os dados relativos à evolução do número de nascimentos contribuem para explicar o agravamento do envelhecimento populacional, cujo agravamento se perspetiva, ainda que seja inferior ao estimado para a generalidade dos municípios da região Douro. A relação entre esses indicadores ajuda a compreender que a tendência geral será de perda de população, mais acentuada no grupo etário dos mais jovens (0-14 e 15-24 anos) e dos adultos (25-49 anos), e de um aumento até meados da década de trinta do atual século nas classes etárias dos indivíduos com 50 ou mais anos, sendo que para os idosos os acréscimos tenderão a assumir uma maior expressividade. Se no ano de 2021 a proporção de jovens (<14 anos) correspondia a 9,22% da população residente, para o ano de 2031 espera-se que venha a corresponder a 6,70%. Prevê-se para a década de 2021-2031 uma ligeira melhoria no grupo etário dos 15 aos 24 anos (de -28% para -25%, correspondendo a uma diminuição de 194 jovens adultos (em 2031) sobre o valor de 537 indivíduos (em 2021), e no grupo etário dos 25 aos 64 anos (de -20% para -10%, correspondendo a -326 indivíduos). No entanto, nos grupos etários 54-64 e +65, estima-se que os valores serão superiores, fruto do envelhecimento da população e de acordo com a tendência de crescimento que vem sendo notada desde 2001. Uma subida acentuada será registada no grupo etário dos mais idosos (+70), que passará a representar mais de 20% da população residente total no ano de 2031, quando em 2011 representava 18%, com um aumento expectável de 372 idosos.

O envelhecimento da população representa um dos fenómenos demográficos mais preocupantes da atualidade nas sociedades dos países desenvolvidos. Este revela reflexos de âmbito socioeconómico com impacto no desenho das políticas sociais e de sustentabilidade, bem como alterações de índole individual através da adoção de novos estilos de vida. Não obstante o município de Sernancelhe apresentar um dos mais altos índices de envelhecimento do país, ocupando a 9ª posição, as projeções, com base na diminuição do número de nascimentos, abrandamento do crescimento populacional e provável aumento da esperança média de vida, traduzem um aumento generalizado do índice de envelhecimento.

QUADRO 20 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2011 E 2031 (N.º).

Grupo etário	2011	2021	2022	2026	2031	2011-2021		2021-2022		2021-2031		Tendência
						n.º	%	n.º	%	n.º	%	
0-14	692	514	500	486	404	-178	-25,7	-14	-3	-110	-21,4	↓
15-24	671	527	531	535	461	-144	-21,5	4	1	-66	-12,5	↓
25-54	2173	1821	1847	1873	1684	-352	-16,2	26	1	-137	-7,5	↓
55-64	656	1016	1004	992	1178	360	54,9	-12	-1	162	15,9	↑
+ 65	1510	1821	1853	1885	2024,5	311	20,6	32	2	203,5	11,2	↑

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 21 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPO ETÁRIO FACE À TOTALIDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º).

Grupo etário	2021	2022	2026	2031	2021	2022	2026	2031	Tendência
					%	%	%	%	
0-14	514	500	486	404	9,02	8,7	8,4	7,0	↓
15-24	527	531	535	461	9,25	9,3	9,3	8,0	↓
25-54	1821	1847	1873	1684	31,95	32,2	32,5	29,3	↓
55-64	1016	1004	992	1178	17,83	17,5	17,2	20,5	↑
+ 65	1821	1853	1885	2024	31,95	32,3	32,7	35,2	↑

((INE, I.P., Censos 2011-2021)

3.2.7. Evolução da população em idade escolar.

As projeções da população escolar constituem um elemento essencial e de especial importância para a previsão das necessidades associadas ao ensino, nomeadamente as infraestruturas de apoio, salas de aula e recursos humanos (docentes e não docentes).

Uma vez projetados os valores da população residente para o município e freguesias, importa estimar qual será a evolução provável da população em idade escolar, tendo em vista o dimensionamento dos estabelecimentos de ensino, desde o pré-escolar até ao ensino secundário. Os resultados obtidos permitem concluir que entre 2021 e 2031 os grupos etários dos 0 a 4 anos, 5 a 9 anos, 10 a 14 anos, 15 a 19 anos tendem a diminuir em relação à década



QUADRO 22 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, POR GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2021 E 2031 (N.º).

Grupo etário	2011	2021	2022	2031	2011-2021		2021-2031		Tendência
					n ^º	%	n ^º	%	
0-4	176	164	150	137	-12	-3,5	-27	-9,0	↓
5-9	233	166	163	128	-67	-16,8	-38	-12,9	↓
10-14	283	184	187	139	-99	-21,2	-45	-13,9	↓
15-19	353	238	218	151	-115	-19,5	-88	-22,5	↓

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 23 – PROPORÇÃO E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, POR GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2021 E 2031 (N.º).

Grupo etário	2021	2022	2022	2031	2021	2022	2026	2031	Tendência
					%	%	%	%	
0-4	176	164	150	137	16,8	21,8	20,9	24,7	↓
5-9	233	166	163	128	22,3	22,1	22,7	23,1	↓
10-14	283	184	187	139	27,1	24,5	26,0	25,1	↓
15-19	353	238	218	150,5	33,8	31,6	30,4	27,1	↓
Total	1045	752	718	555	100	100	100	100	↓

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

anterior. Note-se que a utilização do grupo etário para esta análise deriva do fornecimento dos dados pelo INE, e que não nos foi possível, por agora, obter dados com outro intervalo etário, dado que ainda não foram disponibilizados os resultados definitivos.

Analisando os dados fornecidos pelo INE, confrontando-os com os fornecidos pelo Agrupamento de Escolas Pe. João Rodrigues - Sernancelhe e atendendo às projeções em função dos diferentes níveis etários e de escolaridade, principiando pelo grupo de crianças em idade de frequentar o Ensino Pré-Escolar (3 a 5 anos) é perceptível que continuará a tendência de decréscimo/ou de crescimento nulo já identificada na última década. Todavia, é muito importante referir que esse decréscimo só terá impacto após decorrerem os próximos três anos letivos, justificado pelo incremento que se registará no ano letivo de 2023/24, com a entrada de 21 novos alunos (6 alunos nascidos em 2018, 4 alunos nascidos em 2019 e 11

alunos nascidos em 2020) oriundos da oferta escolar privada, do Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia que encerrou atividade em Maio de 2023. Por isso, quando esses alunos prosseguirem para o 1.º CEB, deixará de se registar um incremento idêntico e a tendência, com grande probabilidade, voltará a ser decrescente e próxima do número médio de alunos matriculados entre 2015/16 e 2021/23. No entanto, constate-se que os dados provenientes do INE acabam por espelhar esses quantitativos, pois a análise pressupõe a totalidade dos residentes e não os enquadra, neste indicador, como estando integrados na oferta escolar pública ou privada. Em relação ao número de crianças em idade de frequentar o 1.º CEB (6 a 9 anos) espera-se uma perda que rondará de perto os -10%, entre 2021 e 2025, e que a partir de 2028 cremos que terá maior impacto. De uma forma geral, os valores serão relativamente constantes.

O número de crianças em idade de frequentar o 2.º CEB (10 a 11 anos) e o número de jovens em idade de frequentar o 3.º CEB (12 e 14 anos) projetam-se em decréscimo cerca de -13% entre 2021 e 2031, com menos 45 crianças que hoje, no ano letivo de 2022-2023. Para o ensino secundário, atendendo à evolução do grupo e não das opções de ensino que os jovens tomarão, quer seja o ensino profissional, quer seja o ensino regular, as estimativas seguem a tendência de decréscimo, menor que a registada na década 2011-2021 (-115 alunos), mas que se situará pelos valores de -88 alunos, o que em aparente contradição os termos percentuais se exprimem num aumento, de -19,5% para -22,5%.

De uma forma global, as projeções para a população estudantil revelam uma tendência decrescente nos estabelecimentos de ensino, apesar da ressalva para o incremento de 21 alunos na oferta pública, motivada pelo encerramento do Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia. Assim, a relação entre o número de futuros alunos (2011) e os que se estimam existir em 2031, projeta-se numa perda de -1,88%, ou seja, o concelho de Sernancelhe perderá quase metade dos jovens em idade escolar existentes em 2011, passando de 1045 (2011) para 555 (2031) futuros alunos.



3.3. Caracterização Socioeconómica.

3.3.1. Nacionalidade e multiculturalidade.

Portugal tem registado um aumento rápido de imigrantes, num curto espaço de tempo nos últimos anos. As evidências empíricas confirmam um importante incremento de estrangeiros nos países desenvolvidos a partir da segunda metade dos anos 80. Foram os países do sul (Portugal, Espanha, Itália e Grécia) que emergiram como recetores de imigrantes, realizando-se, uma transição da emigração para a imigração ou, em muitos casos, um modelo misto que resulta da coexistência dos dois processos. Parte desta imigração fez-se sobretudo para as grandes cidades, uma vez que estas possuem mercados de trabalho mais amplos e diversificados, oferecendo maiores oportunidades para aqueles que efetivamente procuram e anseiam por uma vida melhor. Assim, as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto concentravam, em 2021, mais de metade dos estrangeiros que residiam em Portugal Continental (só Lisboa representava 51%, correspondendo a 343.995 indivíduos). O movimento migratório maciço verificado na sequência da Revolução de Abril e do conseqüente processo de descolonização dos PALOP contribuiu para aumentar o número de estrangeiros que chegavam à área metropolitana de Lisboa, assim como para reconfigurar os seus padrões de localização residencial. Contudo, esse processo não teve especial repercussão nos territórios do interior, apelidados de territórios de baixa densidade, onde se insere o concelho de Sernancelhe.

Nas últimas décadas, o concelho de Sernancelhe tem registado uma diminuição do crescimento populacional, sendo que entre 2011-2021 o estancar e o ligeiríssimo crescimento desse movimento demográfico ficou a dever-se em parte à fixação de população imigrante. Isso mesmo revela a informação demográfica sobre a população residente de nacionalidade estrangeira em Sernancelhe que, em 2011, era de 0,8% (46 indivíduos) e, em 2021, passou a ser de 1,4% (80 indivíduos). Mas, quando comparados com o contexto nacional e regional, Sernancelhe concentra um reduzido número de imigrantes. Em 2011, os estrangeiros em Sernancelhe correspondiam a 2,1% do total de imigrantes residentes na região DOURO e, em 2021, representavam 3,7% face ao mesmo indicador regional. Desses valores

refira-se que os homens superam as mulheres, genericamente, em cerca de 0,2%.

A grande maioria dos imigrantes do concelho (80 indivíduos em 2021) estavam maioritariamente inseridos numa faixa etária entre os 25-64 anos, encontrando-se, por isso, em idade ativa. Deduz-se, assim, que os fatores de ordem económica continuam a prevalecer na decisão de imigração.

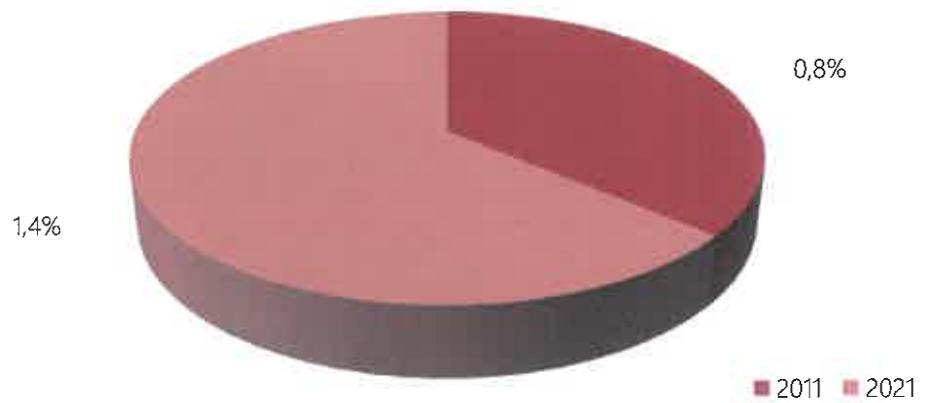
O número de crianças e jovens residentes em Sernancelhe apresenta, para já, valores pouco significativos. Em termos das habilitações, cerca de metade dos residentes estrangeiros tinham apenas o ensino básico concluído, seguindo-se os detentores do ensino secundário e, por fim, os que não apresentavam qualquer nível de escolaridade completo. Os resultados de 2021 não revelam a residência de imigrantes com o ensino superior completo, e cremos que a existirem resumir-se-ão a um valor praticamente nulo. Em termos relativos, os indivíduos provenientes dos continentes africano e asiático são os detentores das piores habilitações, ao passo que os europeus e americanos apresentam um perfil de habilitações mais favorável.

Continuando o exame aos indicadores de 2021 para Sernancelhe (os únicos validados e disponibilizados oficialmente), os imigrantes europeus eram quem dominavam a imigração local representando 51% da totalidade, seguidos pelos imigrantes oriundos do continente americano, com 29% dos imigrantes e, em igual percentagem, surgem os africanos e os asiáticos com 5% cada caso. Por outro lado, enquanto nacionalidade, é ao Brasil que corresponde o maior número de imigrantes, constituindo 28% do total da população estrangeira. Sobressaem ainda os oriundos da França, com 19%, e do Nepal, com 11%.

O fenómeno migratório observado no caso de Sernancelhe assume contornos ainda pouco relevantes, mas deverá ser enquadrado no âmbito das razões que estiveram na base da escolha deste território para viver. Desde logo, a proximidade de familiares e amigos, mostrando que a existência de redes sociais é muito importante, tanto para a decisão de migrar, como para a escolha do território de fixação. Devem ainda ser sublinhados os preços mais baixos da habitação (em comparação com as zonas urbanas) e a existência de trabalho, especialmente no setor primário. Neste contexto, é reconhecida também a importância da manutenção dos laços com o país de origem, traduzindo-se na reprodução de tradições e práticas culturais de carácter simbólico e material no país de acolhimento.

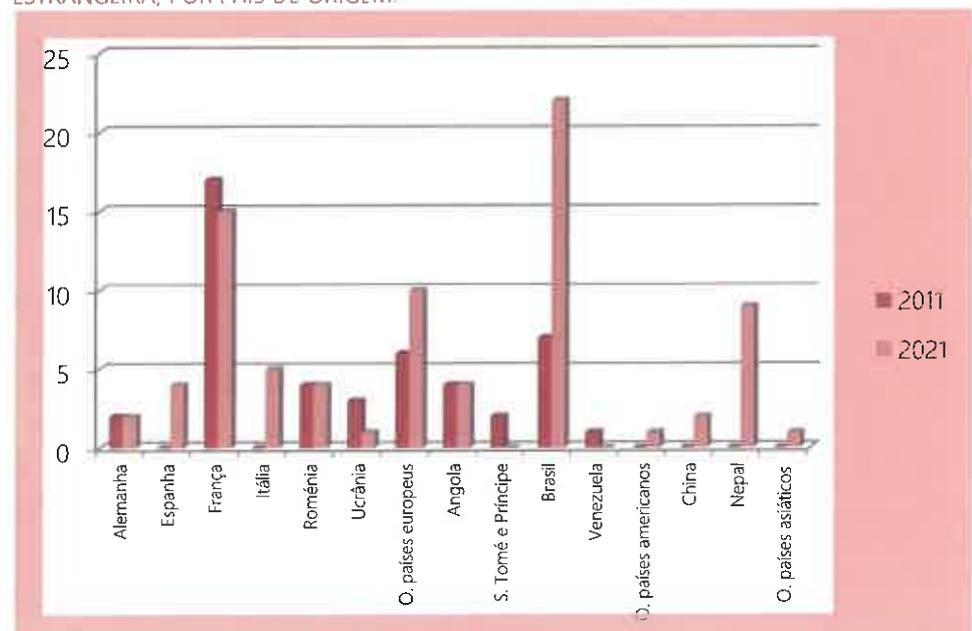


FIGURA 19 – POPULAÇÃO RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA EM SERNANCELHE, EM 2011 E 2021.



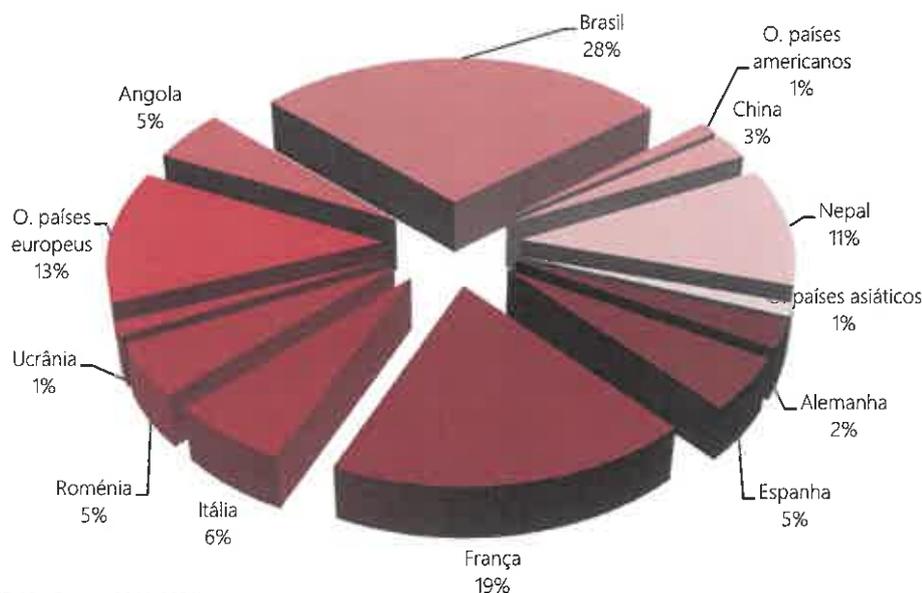
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 20 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM SERNANCELHE, DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, POR PAÍS DE ORIGEM.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

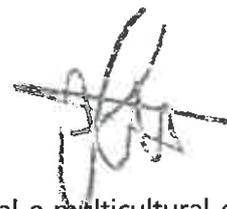
FIGURA 21 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM SERNANCELHE, DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, POR PAÍS DE ORIGEM NO ANO DE 2021.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

Exemplo disso é a conservação de hábitos gastronómicos tradicionais, a compra de bens do país de origem ou o interesse pela música da comunidade étnica. A multiculturalidade étnica de Sernancelhe poderá vir a ser considerada como uma valiosa potencialidade deste território, contribuindo para isso a presença, em 2021, de mais de 12 nacionalidades diferentes.

Esta diversidade concorre para a multi/interculturalidade das sociedades e das escolas, para a partilha e coabitação de tradições culturais, de competências e de saberes, também acarreta uma complexidade social e uma miscigenação de culturas, trazendo por vezes problemas de comunicação, novos conflitos e novas formas de discriminação e de exclusão. Como salienta a UNESCO (2001) na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural *“a diversidade cultural é uma das fontes de desenvolvimento, entendido não só como crescimento económico, mas, também, como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória”*. Constituindo a escola um importante elo de ligação à sociedade de acolhimento, devem promover-se os meios que possibilitem



a adequação da instituição escolar à realidade social e multicultural e a sua articulação com as famílias e a comunidade em que está inserida (Ramos, 2007). Com efeito, a escola também deve ser vista como espaço de encontro das diferenças, de convivência entre diferentes culturas e aprendizagem, de educação e desenvolvimento integral de todas as crianças e jovens, quer sejam migrantes ou autóctones. Neste contexto, compete aos Estados e aos órgãos de poder local o desenvolvimento de eficazes políticas educativas, sociais e multiculturais, com o objetivo de evitar a exclusão e a discriminação nos domínios social, económico, cultural, religioso, educativo e linguístico e para integrar a diversidade cultural, o diálogo intercultural e promover a igualdade de oportunidades nos diferentes setores da sociedade (Ramos, 2007).

A Comissão Europeia, em articulação com os estados membros, tem vindo a promover iniciativas ao nível legislativo e dos sistemas e políticas educativas, tendo em vista a formação dos agentes educativos, particularmente professores, para lidarem com a complexidade e a interculturalidade no ensino, a aprendizagem da pedagogia intercultural, o reconhecimento da diversidade nas relações internacionais e globais e a solidificação de uma identidade europeia, para além, da diversidade nacional (Eurydice, 2004).

Sernancelhe ainda não apresentou o seu Plano Concelhio para a Integração dos Imigrantes (PCIIS), dada a baixa percentagem de imigrantes no território. No entanto, possui um regulamento concelhio para a atribuição de apoios a agregados familiares carenciados e a deslocados, onde se enquadram os imigrantes. Enquanto documento prioritário, o plano concelhio ajuda na procura de níveis superiores de integração e na melhoria qualitativa e da eficácia nas políticas de acolhimento e integração dos imigrantes. Caso se registem aumentos da população imigrante recomenda-se que será essencial a elaboração desse plano concelhio, articulando e trabalhando em rede com os diferentes atores criando estratégias que garantam uma atuação concertada das diferentes entidades que atuam nesta área a nível local (alguns têm uma visão e intervenção com resultados a nível nacional de que são exemplo os Planos Nacionais para a Integração dos Imigrantes [2007-2009 e 2010-2013] e, mais recentemente, o Plano Estratégico para as Migrações (PEM) 2015-2020).

Os Planos Municipais para a Integração dos Imigrantes visam o aprofundamento das políticas locais, numa lógica de sustentabilidade e de governação integrada que conta com a participação de todos – entidades públicas e privadas – que em cada concelho trabalham em prol do acolhimento e integração dos imigrantes na sociedade portuguesa. Deste modo, em virtude de um eventual incremento da população migrante, Sernancelhe deverá ponderar em desenvolver o seu regulamento ou até mesmo comprometer-se em potenciar uma estratégia global na área da imigração, participada e integradora das ações que as diferentes entidades e organismos públicos já hoje desenvolvem e outras consideradas importantes com base nas necessidades identificadas junto dos cidadãos – nacionais e estrangeiros – e das entidades coletivas (incluindo as diversas unidades orgânicas da CMS), num horizonte a curto ou médio-prazo.

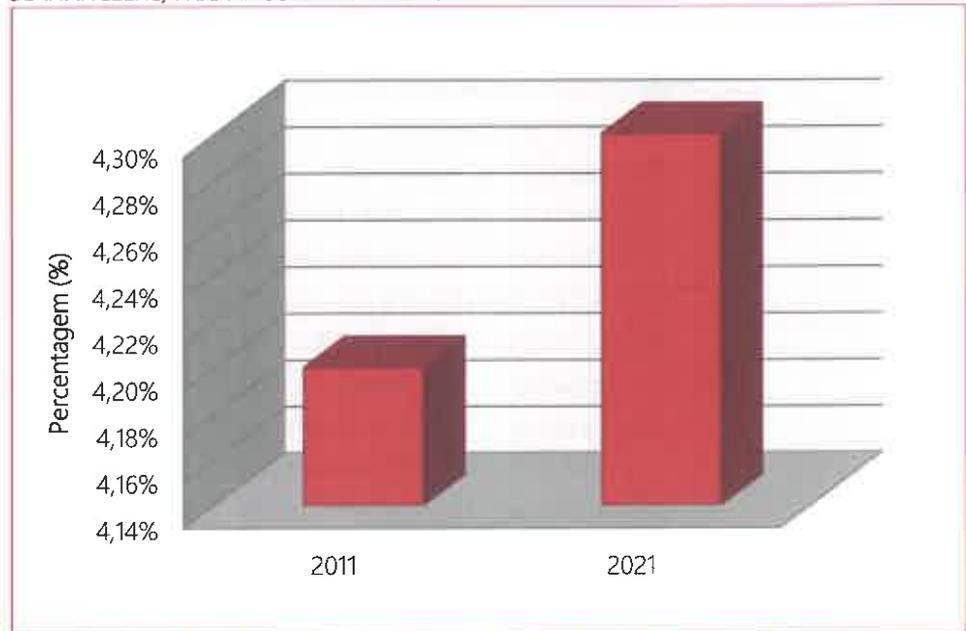
Os objetivos desta estratégia poderiam passar por:

- Reforçar e facilitar o acesso às estruturas de informação e apoio existentes no concelho;
- Facilitar o acesso dos imigrantes ao trabalho remunerado com enquadramento legal e às atividades económicas;
- Minorar as dificuldades dos cidadãos face às questões da habitação;
- Criar condição para a manutenção das crianças e jovens nos percursos escolares regulares;
- Aumentar as competências interculturais dos agentes da sociedade de acolhimento e dos imigrantes;
- Aumentar a visibilidade da diversidade cultural nas manifestações culturais do concelho;
- Fomentar o acesso aos cuidados de Saúde através da disseminação da informação sobre as questões da Saúde;
- Contribuir para a diminuição das desigualdades socioeconómicas;

Assumindo-se como um território multicultural, diverso e integrador, Sernancelhe regista uma evolução quantitativa e eficaz nas políticas de acolhimento e integração, quer pela responsabilidade que lhe é cometida

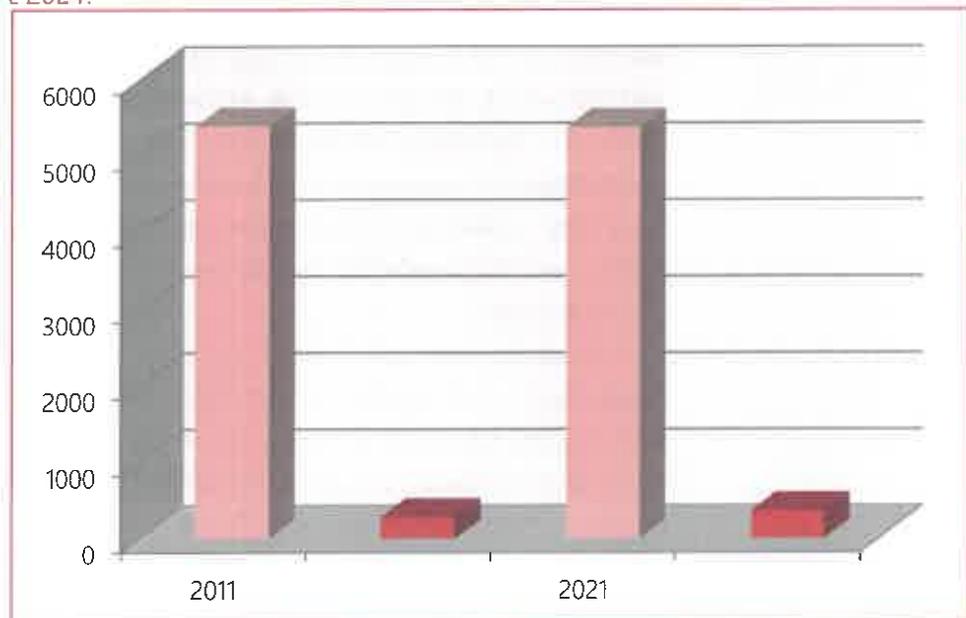


FIGURA 22 – POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM SERNANCELHE, NOS ANOS DE 2011 E 2021.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 23 – POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM SERNANCELHE, FACE À POPULAÇÃO DE NATURALIDADE PORTUGUESA NOS ANOS DE 2011 E 2021.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

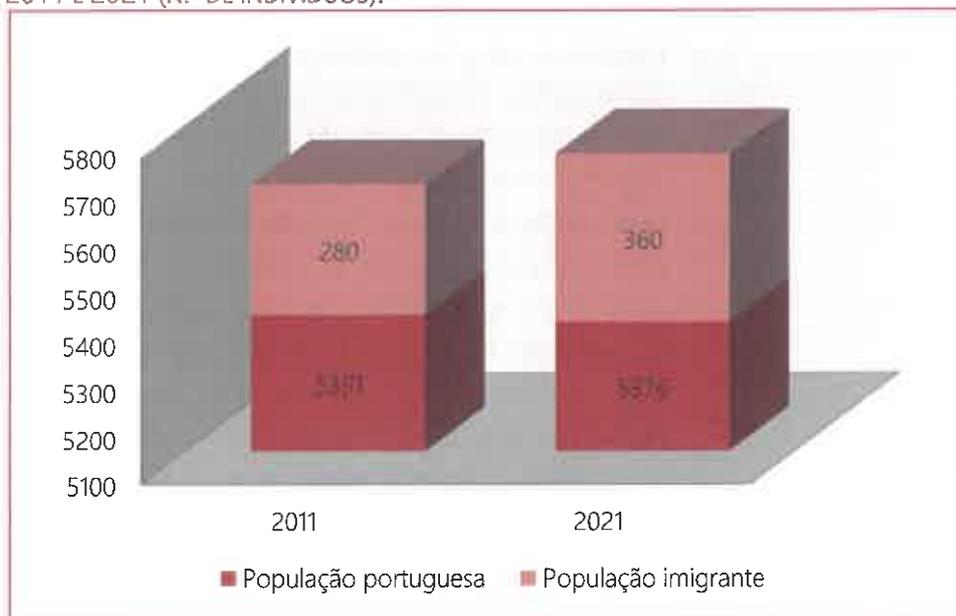
de gestão quotidiana e planificação do rumo do concelho, quer pelo papel fundamental que está a desempenhar na implementação de medidas de integração. Após esta síntese reflexiva sobre a importância da multiculturalidade no concelho de Sernancelhe, importa reter alguns valores e estatísticas que confirmam o que foi referido anteriormente. Em Sernancelhe, e tendo por referência o ano de 2011, a população de naturalidade estrangeira representava 4,2% da população total (5671 indivíduos), 0,5% acima da percentagem registada para Portugal Continental, com 3,7% (394 496 habitantes) e quatro vezes mais que o valor verificado na região Douro em 2011 (1,1%). Entre 2011 e 2021 observou-se um acréscimo da população de naturalidade estrangeira residente em Sernancelhe, registando-se um aumento de 0,1%, passando de 4,2% para 4,3%. Note-se que neste indicador incluem-se indivíduos que sendo filhos de portugueses possuem naturalidade estrangeira. Em 2011, contavam-se entre estes 280 indivíduos (5671 indivíduos da população residente total) e, em 2021, esse valor subiu para os 360 indivíduos (5692 indivíduos da população residente total).

É neste indicador que se percebe onde se registou a subida da população residente total do concelho de Sernancelhe, no sentido em que o total da população de naturalidade portuguesa residente no concelho, em 2011, era de 5391 indivíduos e, em 2021, de 5376 indivíduos. A diferença apurada de um decréscimo de 15 indivíduos na década de 2011-2021 comprova o declínio e o envelhecimento da população, apenas estancado pela fixação de 360 indivíduos de naturalidade estrangeira que veio engrossar os valores totais da população residente. Em parte, retirando os 80 indivíduos de nacionalidade estrangeira considerados na população imigrante ao número total (360 indivíduos), contabilizam-se 280 indivíduos que, na sua grande maioria, durante a referida década regressaram à sua terra natal na condição de aposentados.

Finalmente, em comparação com os resultados da região Douro, a percentagem de população de nacionalidade estrangeira residente em Sernancelhe, em 2011, correspondia a 2% da totalidade dos indivíduos de nacionalidade estrangeira residente em (2150 indivíduos) e, em 2021, o valor duplicou, situando-se em 4% (2254 indivíduos). Em termos absolutos destaca-se a União de Freguesias de Sernancelhe e Sarzeda, local onde se encontra a residência da maioria dos imigrantes. Deve ainda ser valorizada a

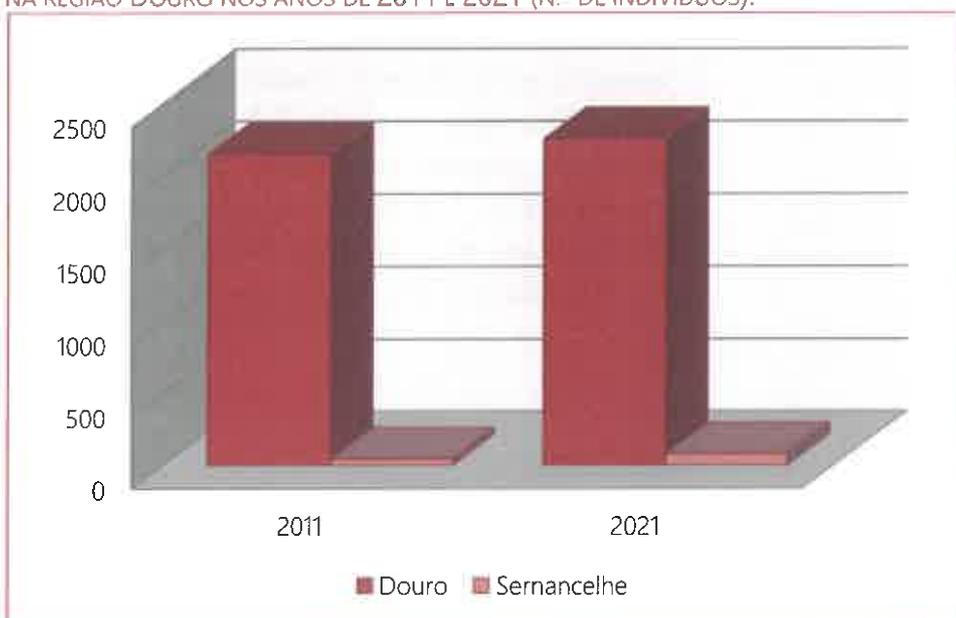


FIGURA 24 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM SERNANCELHE, FACE À POPULAÇÃO DE NATURALIDADE PORTUGUESA NOS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE INDIVÍDUOS).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 25 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM SERNANCELHE, FACE À TOTALIDADE DA POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA NA REGIÃO DOURO NOS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE INDIVÍDUOS).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

presença de indivíduos com mais de uma nacionalidade (na sua esmagadora maioria são indivíduos com nacionalidade portuguesa e uma outra nacionalidade), que embora não sejam considerados imigrantes, não deixam de ter uma forte ligação com um Estado estrangeiro. No caso de Sernancelhe, existiam 249 indivíduos (2021) enquadrados nesta categoria, correspondendo a 4,4% da população total concelhia. A distribuição da população estrangeira por grupo etário evidencia um maior peso da mesma nos grupos etários dos adultos. Em suma, sendo Sernancelhe um concelho mais conhecido por ser de emigrantes do que imigrantes apresenta uma certa homogeneidade na sua população estrangeira residente; a comunidade imigrante é formada por classes sociais menos privilegiadas, onde se encontram trabalhadores pouco qualificados. A maioria dos indivíduos concentra-se na sede de concelho, na União das Freguesias de Sernancelhe e Sarzeda e quanto ao conhecimento sobre os baixos níveis de qualificação e de rendimentos nada de relevante há a destacar. O grupo de imigrantes no território de Sernancelhe tem, recentemente, sofrido transformações, nomeadamente com o aparecimento e incremento de novos imigrantes, sobretudo de nacionalidade brasileira que, em termos globais, apresenta maior número de residentes em termos absolutos.

A população imigrante caracteriza-se por ser uma comunidade jovem, com níveis de qualificação reduzidos e que labora em atividades pouco qualificadas de setores como a agricultura, a construção civil, serviços domésticos ou restauração. Como o nível de rendimentos *per capita* do concelho de Sernancelhe é baixo e a comunidade imigrante é reduzida, não se verifica a mesma realidade que sucede nas zonas urbanas como em Viseu (sede de distrito) onde estas comunidades, em larga medida por consequência dos seus baixos recursos económicos, estão sub-representadas em territórios marginalizados. Aqui, em Sernancelhe, a exceção apenas ocorre no caso da minoria étnica cigana.

3.3.2. Famílias.

As famílias apresentam um papel central e estruturante na vida da sociedade, funcionando como um veículo de transmissão dos modelos

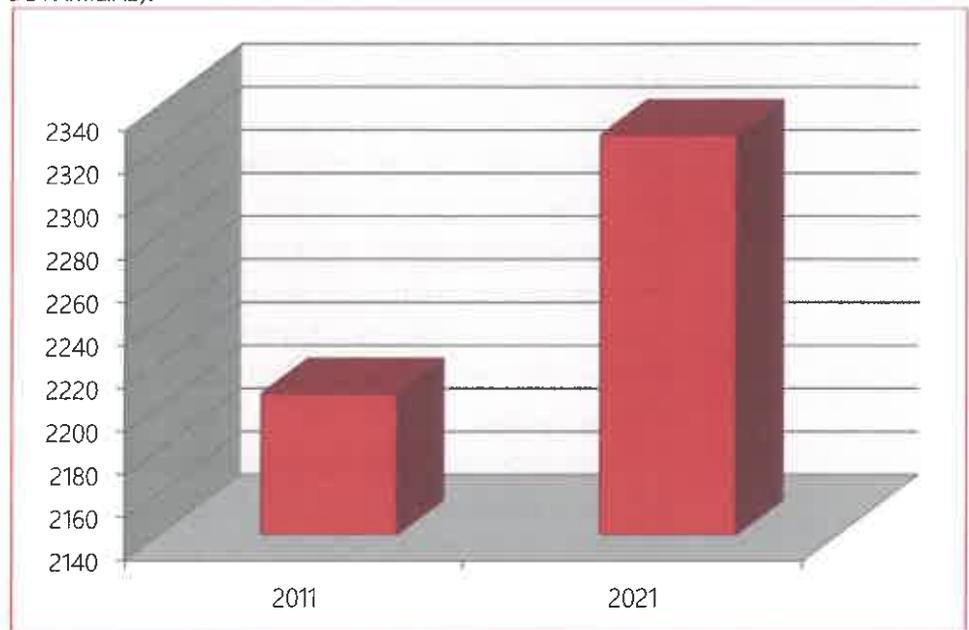


sociais e um instrumento de socialização pelo qual os indivíduos se inserem no meio que os rodeia. Em virtude das mudanças sociais, culturais e económicas que se impõem na atualidade, os conceitos de família têm vindo a sofrer profundas alterações no que diz respeito aos seus valores, modelos e funções. O aparecimento de novos cenários e contextos familiares mais flexíveis, justifica-se pelo crescente aumento das uniões de facto, o aumento do número de crianças nascidas fora do casamento, o aumento das famílias monoparentais, recompostas e unipessoais, a diminuição da taxa de nupcialidade, o aumento dos divórcios e a redução da taxa de natalidade. Neste contexto, importa conhecer o perfil das famílias do município de Sernancelhe, em termos do seu volume, composição e transformação nas últimas décadas.

Relativamente ao tipo de famílias existentes no município de Sernancelhe, assumem predominância as famílias clássicas, ou seja, o conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento, que têm relações de parentesco entre si e que ocupam a totalidade ou parte do alojamento. Em 2011 existiam 2206 famílias clássicas no concelho, correspondendo a 99,9% do total de famílias, sendo que no mesmo ano existiam apenas 6 famílias institucionais (0,27%), ou seja, residentes num alojamento coletivo governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo. Sem dados ainda divulgados para o ano de 2021, a situação é idêntica à observada no ano de 2011, e estará em linha com o registado para os municípios limítrofes. A leitura da evolução do número de famílias, na última década, permite concluir que Sernancelhe registou um aumento de famílias clássicas (5,2%, correspondendo a 2326 novas famílias).

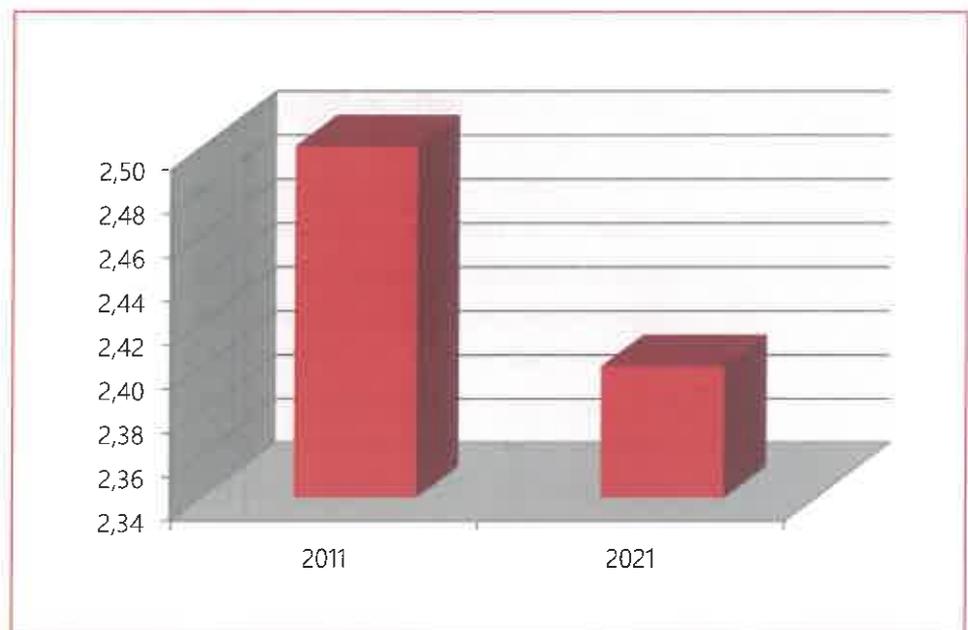
A avaliação conjunta da evolução da população, por um lado, e do número de famílias, por outro, permitiu também concluir uma tendência para a redução da dimensão média das famílias, que assume menor intensidade nas freguesias mais rurais, em virtude das questões relacionadas com o estilo de vida e com as características habitacionais. Como resultado das transformações sociais e dinâmicas demográficas atrás referenciadas, verifica-se uma diminuição da dimensão média das famílias que, no município de Sernancelhe, passou de 2,5 em 2011, para 2,4 em 2021. Note-se que se trata de um valor próximo à média do Continente (2,57). Os efeitos do decréscimo populacional refletem-se ainda na estrutura familiar, que é, como referimos, cada vez mais reduzida. Finalmente, uma

FIGURA 26 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS CLÁSSICAS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 27 – EVOLUÇÃO DA DIMENSÃO MÉDIA DAS FAMÍLIAS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NO CONCELHO DE SERNANCELHE (MÉDIA DE INDIVÍDUOS).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

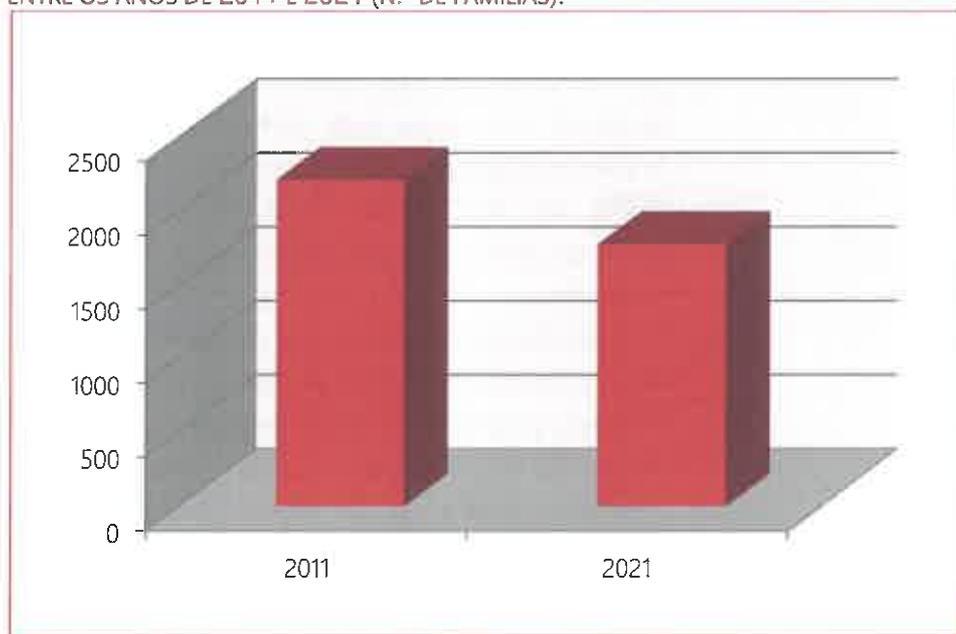


nota sobre as famílias de casais com filhos até aos 25 anos que mostram uma tendência de diminuição progressiva, mas que em Sernancelhe não constituem a maioria dos casos (29,9%, em 2011; 32,2%, em 2021), apresentando um valor semelhante à média dos municípios que lhe são limítrofes. Por outro lado, aumentou a proporção de núcleos familiares monoparentais em Sernancelhe (75 casos identificados que correspondiam a 3,40% em 2011, para 11,75% em 2012), acabando por traduzir uma tendência para o aumento de situações de vulnerabilidade residencial, social e económica.

A família portuguesa, apesar de manter traços tradicionais, tem mudado a sua configuração ao nível da sua estrutura e da forma como estabelece as relações, assumindo-se atualmente como uma família diferente. O aumento acentuado dos divórcios nas últimas décadas torna comum a formação de uma nova família, através de um novo casamento ou de uma coabitação com um novo companheiro, onde existem, frequentemente, filhos de uniões anteriores, de ambos os cônjuges/companheiros, ou de apenas de um deles, juntando-se os filhos da atual relação conjugal. São as denominadas famílias reconstituídas ou recompostas que em Sernancelhe correspondem a cerca de 1,1% (2011) e 1,5% (2021) dos núcleos familiares, um valor bem abaixo da média do Continente (6,55%).

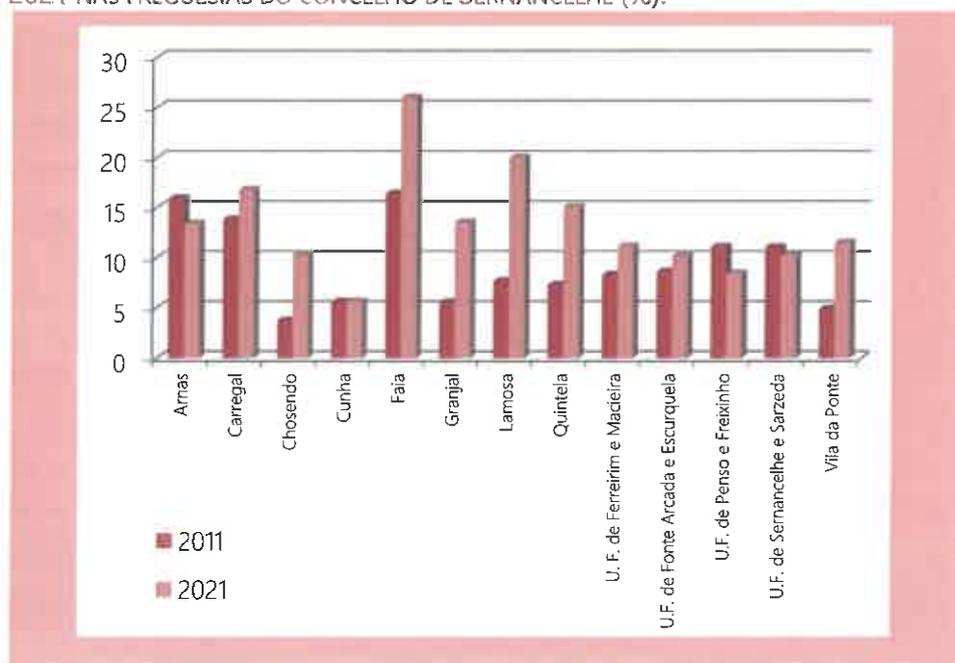
Uma das transformações na estrutura das famílias está relacionada com o crescimento da autonomia residencial dos indivíduos, com mais pessoas a viver sós, em todas as idades e em diferentes fases da vida (solteiros, separados, divorciados e viúvos). A evolução temporal das pessoas a viver sozinhas configura uma tendência para o crescimento deste tipo de famílias, dado que, entre 2011 e 2021, aumentou a proporção de famílias clássicas unipessoais a residir em Sernancelhe (de 22,7% passou para 24,9%). Esta evolução tem vindo a ser atribuída ao progressivo envelhecimento da população e ao isolamento dos idosos, mas também a mudanças na vida dos indivíduos mais jovens, sobretudo solteiros e divorciados que procuram uma maior autonomia e individualidade. Ao nível das famílias unipessoais compostas por pessoas com 65 e mais anos, a evolução em Sernancelhe passou por um aumento (de 33,0% em 2011 para 36,7% em 2021). Tratam-se de valores expressivos, tendo por referência o observado no Continente (de 8,87% passou para 10,17% no mesmo período), o que reflete o elevado grau de envelhecimento verificado neste município.

FIGURA 28 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS, COMPOSTAS POR FILHOS ATÉ AOS 25 ANOS, ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

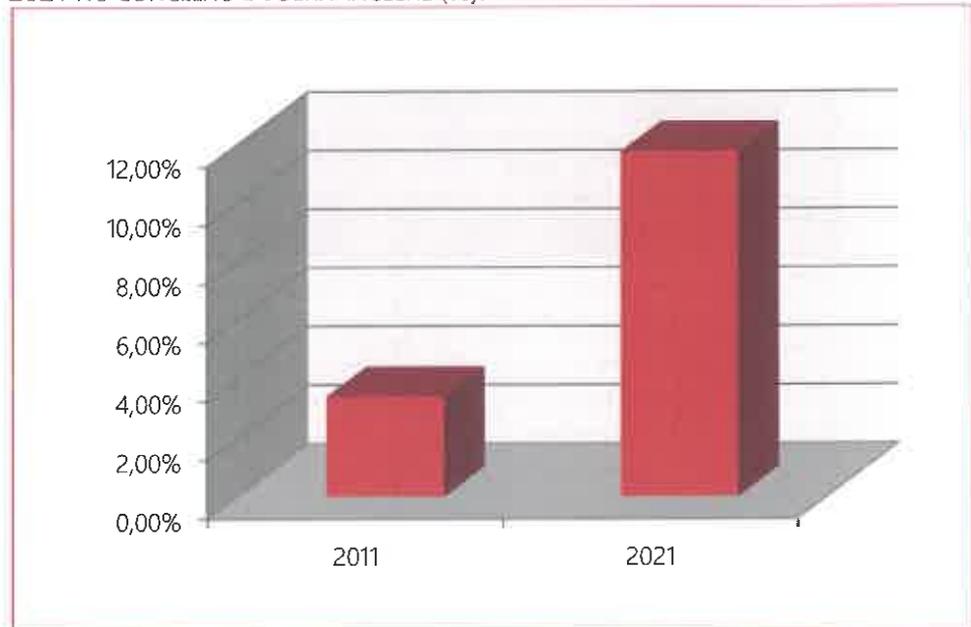
FIGURA 29 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE SERNANCELHE (%).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

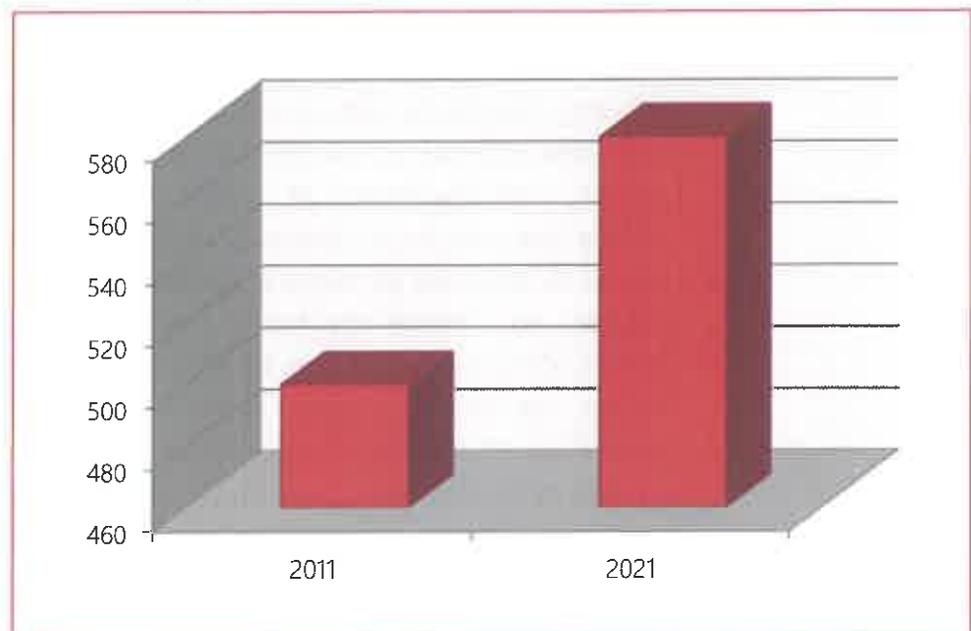


FIGURA 30 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NO CONCELHO DE SERNANCELHE (%).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 31 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS UNIPESSOAIS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NO CONCELHO DE SERNANCELHE (N.º DE FAMÍLIAS).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 24 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE SERNANCELHE, COMPOSTAS POR FILHOS ATÉ AOS 25 ANOS, ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).

Unidade Territorial (Freguesia)	2011					2021				
	Total	Casal de Direito			Casal de Facto		Total	Casal de Direito		
		1 ou 2 filhos até aos 25 anos	3 ou 4 filhos até aos 25 anos	5 ou mais filhos até aos 25 anos	1 ou 2 filhos até aos 25 anos	3 ou mais filhos até aos 25 anos		1 ou 2 filhos até aos 25 anos	3 ou 4 filhos até aos 25 anos	5 ou mais filhos até aos 25 anos
Arnas	67	14	7	0	0	83	20	10	1	0
Carregal	125	24	11	5	0	176	33	11	2	0
Chosendo	87	15	4	4	0	107	29	4	1	0
Cunha	106	22	8	5	0	115	38	8	3	0
Faia	50	13	1	5	0	80	24	9	2	0
Granjal	96	19	12	4	1	112	26	8	1	0
Lamosa	50	8	3	1	0	72	13	6	1	0
Quintela	73	21	8	2	0	98	27	8	2	0
U. F. Ferreirim e Macieira	179	53	12	7	0	244	60	14	2	0
U. F. Ft. Arcada e Escurquela	137	28	12	5	3	168	29	11	6	0
U. F. Penso e Freixinho	118	26	11	4	1	151	39	8	2	0
U. F. de Sernancelhe e Sarzeda	543	169	45	31	2	621	222	39	13	0
Vila da Ponte	139	43	15	10	0	179	56	13	7	0

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

As alterações sociodemográficas verificadas ao longo das últimas décadas, relacionadas com o aumento da esperança média de vida e das alterações ocorridas nos padrões de fecundidade e de nupcialidade, têm-se refletido num decréscimo de aproximadamente uma pessoa por família clássica. Esta redução da dimensão média das famílias clássicas resulta não apenas do aumento do número das famílias unipessoais, mas também da redução do número de famílias numerosas. Se em 2011 as famílias clássicas constituídas por uma só pessoa representavam 22,7% do total de famílias, na década seguinte assistiu-se a um aumento de 2,2 pontos percentuais (24,9%). Já a proporção de famílias clássicas com 5 ou mais pessoas decresceu, ainda que com pouco significado, aproximadamente 1,8 pontos percentuais, passando de 5,8% do total de famílias clássicas (2011) para 4,0% (2021).



QUADRO 25 – FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE SERNANCELHE, POR DIMENSÃO, NO ANO DE 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).

Unidade Territorial (Freguesia)	Dimensão das famílias (núcleo familiar, por pessoas)									Total
	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
Arnas	37	11	13	2	2	2	0	0	0	67
Carregal	68	27	27	3	0	0	0	0	0	125
Chosendo	49	12	19	3	4	0	0	0	0	87
Cunha	63	16	15	10	0	2	0	0	0	106
Faia	24	13	13	0	0	0	0	0	0	50
Granjal	52	19	18	3	4	0	0	0	0	96
Lamosa	31	5	11	1	0	0	0	2	0	50
Quintela	34	17	21	1	0	0	0	0	0	73
U. F. Ferreirim e Macieira	92	33	43	8	1	2	0	0	0	179
U. F. Ft. Arcada e Escurquela	81	30	18	5	0	0	0	3	0	137
U. F. Penso e Freixinho	68	24	17	7	0	2	0	0	0	118
U. F. de Sernancelhe e Sarzeda	255	124	125	28	10	1	0	0	0	543
Vila da Ponte	54	31	36	10	4	1	0	0	3	139
Total	908	362	376	81	25	10	0	5	3	

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 26 – FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE SERNANCELHE, POR DIMENSÃO, NO ANO DE 2021 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	Dimensão das famílias (núcleo familiar, por pessoas)								
	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Arnas	2,09%	0,62%	0,73%	2,09%	0,62%	0,73%	0,11%	0,11%	0,11%
Carregal	3,84%	1,53%	1,53%	3,84%	1,53%	1,53%	0,17%	0,00%	0,00%
Chosendo	2,77%	0,68%	1,07%	2,77%	0,68%	1,07%	0,17%	0,23%	0,00%
Cunha	3,56%	0,90%	0,85%	3,56%	0,90%	0,85%	0,56%	0,00%	0,11%
Faia	1,36%	0,73%	0,73%	1,36%	0,73%	0,73%	0,00%	0,00%	0,00%
Granjal	2,94%	1,07%	1,02%	2,94%	1,07%	1,02%	0,17%	0,23%	0,00%
Lamosa	1,75%	0,28%	0,62%	1,75%	0,28%	0,62%	0,06%	0,00%	0,00%
Quintela	1,92%	0,96%	1,19%	1,92%	0,96%	1,19%	0,06%	0,00%	0,00%
U. F. Ferreirim e Macieira	5,20%	1,86%	2,43%	5,20%	1,86%	2,43%	0,45%	0,06%	0,11%
U. F. Ft. Arcada e Escurquela	4,58%	1,69%	1,02%	4,58%	1,69%	1,02%	0,28%	0,00%	0,00%
U. F. Penso e Freixinho	3,84%	1,36%	0,96%	3,84%	1,36%	0,96%	0,40%	0,00%	0,11%
U. F. de Sernancelhe e Sarzeda	14,41%	7,01%	7,06%	14,41%	7,01%	7,06%	1,58%	0,56%	0,06%
Vila da Ponte	3,05%	1,75%	2,03%	3,05%	1,75%	2,03%	0,56%	0,23%	0,06%

(INE, I.P., Censos 2021)

Numa referência ao número de pessoas existentes nas famílias clássicas no ano de 2021, verifica-se uma predominância de famílias constituídas por duas pessoas (908 famílias, correspondendo a 39,0%). A este propósito Alves-Pinto (2003) refere que *“a família alargada, vivendo debaixo de um mesmo teto, quase desapareceu; a família nuclear em muitos casos deu lugar a famílias monoparentais ou famílias reorganizadas”*.

Por sua vez, (2021) as famílias clássicas constituídas por três elementos apresentam resultados a ter em conta (362 famílias, correspondendo a 5,7%).

As famílias compostas por 1 e 4 pessoas apresentam uma menor representatividade no contexto do município de 24,09% e 15,2%, respetivamente. As famílias constituídas por cinco e mais elementos correspondem a apenas 4,0%.

A União das Freguesias da Sarzeda e Sernancelhe concentra o maior número de famílias não unipessoais, na totalidade, pelo que acaba por revelar-se como a localidade com a maior percentagem de famílias nos diferentes indicadores. Destaca-se como a freguesia que apresenta a maior percentagem de famílias com apenas uma pessoa (28,1%), como resultado da presença de um grande número de idosos que residem sozinhos, verificando-se situações relacionadas com o isolamento social, mas também a freguesia que regista a maior expressão de famílias numerosas, com cinco ou mais elementos (22,6%). Por outro lado, as freguesias de Arnas, Faia e Lamosa registam a menor expressão de famílias não unipessoais, na totalidade, com 67, 50 e 50 famílias respetivamente, correspondendo as famílias com dois elementos a 2,1%, 1,4% e 1,8% e a famílias com cinco ou mais elementos a 0,34%, 0,00% e 0,17%.

Do ponto de vista da evolução das estruturas familiares e da sua composição, é possível observar-se uma tendência de diminuição do número de elementos das estruturas familiares no município de Sernancelhe. Predominam as famílias clássicas com um núcleo (75,06%), seguindo-se as famílias sem núcleos (24,94%), ou seja, pessoas a viver sozinhas ou outros tipo de família. Esta tendência assume-se comum à observada no Continente e nos municípios limítrofes.

No que diz respeito às famílias com um núcleo, o casal de direito continua a ser a forma predominante de organização da família em Sernancelhe e em todos os municípios limítrofes, destacando-se o casal de direito sem filhos como a estrutura predominante (44,29% em Sernancelhe e



QUADRO 27 – FILHOS NOS NÚCLEOS FAMILIARES POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E TIPO DE NÚCLEO FAMILIAR, EM 2021 (N.º).

Unidade Territorial (Freguesia)	Filhos nos núcleos familiares por local de residência	
	Casal de direito com filhos	Casal de facto com filhos
Arnas	32	0
Carregal	54	7
Chosendo	31	6
Cunha	48	15
Faia	22	6
Granjal	49	6
Lamosa	19	2
Quintela	48	3
U. F. Ferreirim e Macieira	107	11
U. F. Ft. Arcada e Escurquela	60	16
U. F. Penso e Freixinho	61	7
U. F. de Sernancelhe e Sarzeda	348	53
Vila da Ponte	91	14

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 28 – ESTRUTURAS FAMILIARES E SUA COMPOSIÇÃO, POR FREGUESIA, EM 2021 (N.º).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021						
	Total	Casal de Direito		Casal de Facto		Pa. com filhos	Madr. com filhos
		Sem filhos	Com filhos	Sem filhos	Com filhos		
Arnas	67	35	2	21	0	1	8
Carregal	125	57	7	35	5	2	19
Chosendo	87	50	5	19	4	2	7
Cunha	106	57	8	30	5	1	5
Faia	50	17	1	14	5	2	11
Granjal	96	43	4	31	5	1	12
Lamosa	50	27	1	11	1	3	7
Quintela	73	29	2	29	2	3	8
U. F. Ferreirim e Macieira	179	78	9	65	7	5	15
U. F. Ft. Arcada e Escurquela	137	72	3	40	8	1	13
U. F. Penso e Freixinho	118	59	7	37	5	2	8
U. F. de Sernancelhe e Sarzeda	543	210	30	214	33	10	46
Vila da Ponte	139	50	5	58	10	4	12
Sernancelhe	1770	784	84	604	90	37	171

8% no Continente). No entanto, convém referir o número de casais com filhos no município (34,12%), algo que surge relacionado com o progressivo adiamento da idade parental e com o contexto socioeconómico desfavorável com que se deparam inúmeras famílias. Finalmente, devemos ainda salientar que no município há um reduzido número de casais de facto com filhos (90 famílias, correspondendo a 5,08%), comparativamente ao número de casais de facto sem filhos (604 famílias, correspondendo a 34,12%).

Os núcleos familiares monoparentais (pai ou mãe só a viver com filhos de todas as idades) têm vindo a aumentar, especialmente em resultado do aumento das ruturas conjugais (divórcios e separações). Em 2021, no município de Sernancelhe existiam 171 famílias compostas por mãe e filhos (9,66%) e apenas 37 famílias constituídas por um pai e filhos (2,09%). A análise por freguesia segue de perto o observado anteriormente, sendo de destacar uma grande expressividade de casais de direito sem filhos na União das Freguesias de Sernancelhe e Sarzeda (210 famílias), sendo que nas restantes freguesias a média é muitíssimo inferior (47,83 média de famílias). De resto, o mesmo sucede nos restantes indicadores.

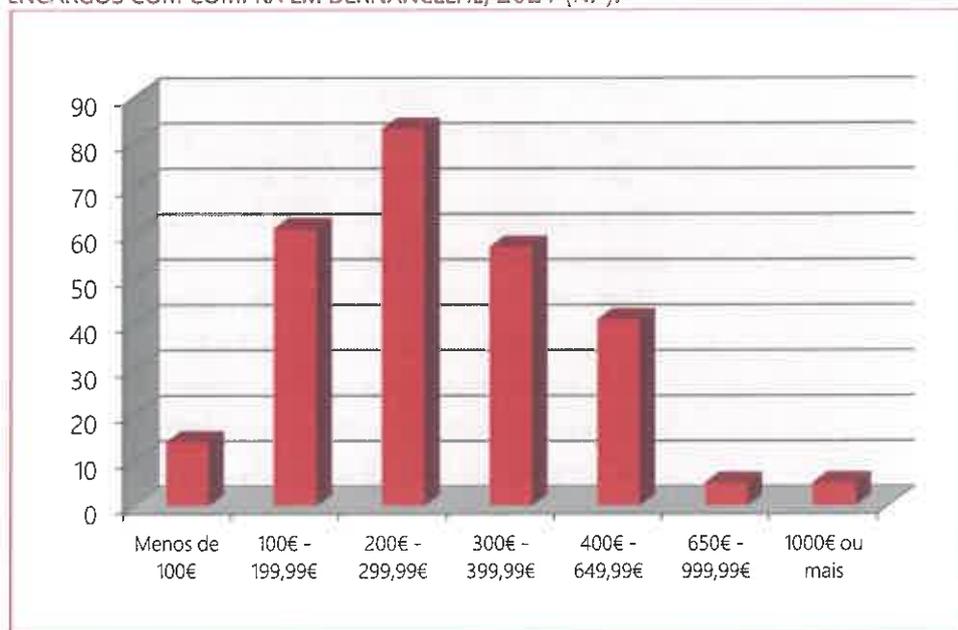
3.3.3. Condições de vida.

A descrição do território e da população pressupõe uma avaliação dos elementos presentes na sua componente social. Nas últimas décadas, as condições de vida da população portuguesa alteraram-se profundamente, assistindo-se ao aumento gradual do rendimento das famílias. A partir da década de oitenta verificou-se, de uma forma geral, um aumento das capacidades aquisitivas da população, não só ao nível dos equipamentos, mas também das infraestruturas, nomeadamente na introdução de melhorias ao nível das condições básicas das suas habitações.

As mudanças observadas na sociedade consideram aspetos relativos às variáveis que caracterizam quantitativamente e qualitativamente o local de habitação dos residentes, a utilização de meios de transporte, as dificuldades dos residentes, a inserção no mercado de trabalho, e as situações de exclusão social, quer por via do desemprego, quer por via de outros subsídios de sobrevivência. Assim, é aqui feita uma análise mais de-



FIGURA 32 – ALOJAMENTOS OCUPADOS PELOS PROPRIETÁRIOS POR ESCALÃO DE ENCARGOS COM COMPRA EM SERNANCELHE, 2021 (N.º).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 29 – ALOJAMENTOS OCUPADOS PELOS PROPRIETÁRIOS POR ESCALÃO DE ENCARGOS COM COMPRA EM SERNANCELHE FACE AOS CONCELHOS LÍMITROFES (N.º).

Unidade Territorial (Município)	Valor do encargo							Total
	Menos de 100€	100€ - 199,99€	200€ - 299,99€	300€ - 399,99€	400€ - 649,99€	650€ - 999,99€	1000€ ou mais	
Douro	719	3086	4702	3110	2382	596	300	14895
Armamar	41	136	150	70	58	17	7	479
Moimenta da Beira	26	144	234	137	95	22	17	675
Penedono	11	39	50	34	20	2	3	159
S. João da Pesqueira	64	173	152	95	75	18	9	586
Sernancelhe	14	61	83	57	41	5	5	266
Tabuaço	18	77	100	70	38	10	7	320
Aguiar da Beira	9	55	69	42	40	5	4	224
Sátão	31	212	243	144	104	23	11	768
Mêda	17	74	89	61	38	9	6	294
Trancoso	20	132	180	104	66	14	6	522

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

talhada dos principais aspetos dos meios de vida, destacando-se as situações mais problemáticas, o ponto de vista social e da política de suporte que é necessário desenvolver. A dinâmica económica e social descrita tem tradução no posicionamento que o território de Sernancelhe revela em termos de nível de vida (poder de compra).

Em termos dos encargos para a aquisição de habitação, em 2021, Sernancelhe (valor médio dos encargos situam-se entre 200,00€ - 299,00€) apresenta um valor abaixo da média do Continente (392,56€). No que se refere aos territórios limítrofes, apenas Penedono evidencia menores encargos com a aquisição de habitação.

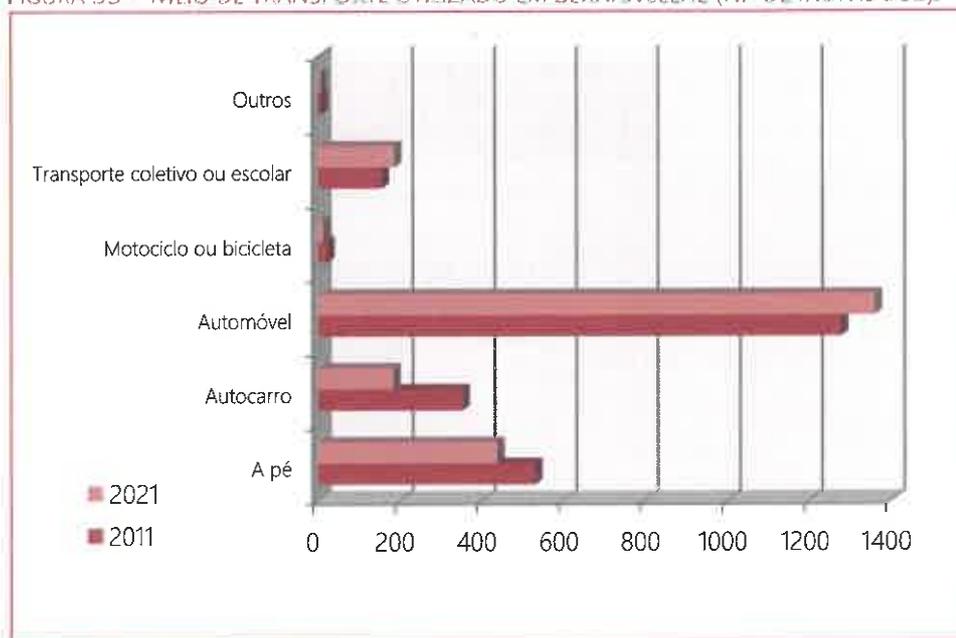
As deslocações pendulares fazem-se sobretudo através do transporte individual. Quando se analisa a proporção de população residente que utiliza o automóvel nas suas deslocações, cerca de 62,24% serve-se deste meio de transporte, valor considerado elevado, superior à média do Continente (61,61%). Deste indicador é importante extrair que a maioria se trata do próprio condutor. A duração média mínima dos movimentos pendulares da população residente, empregada ou estudante, é de 15'18". A maior parte dessa população possui o seu local de trabalho ou estudo na mesma freguesia, tendo aumentado a população que de outro município se desloca para Sernancelhe por motivos de trabalho e/ou estudo, passando de 743 indivíduos, em 2011, para 764 indivíduos, em 2021.

Embora o desemprego não conduza necessariamente a situações de pobreza e exclusão social, devido ao seu carácter temporário, os dados estatísticos têm vindo a confirmar que o período de desemprego tende a atingir horizontes temporais mais alargados, sendo nesses casos os desempregados mais suscetíveis de entrar em situações de maior desfavorecimento económico e social.

A taxa de desemprego no concelho de Sernancelhe diminuiu entre 2011 e 2021 e revela uma tendência para continuar a diminuir. Os indivíduos do sexo feminino em situação de desemprego superam os do sexo masculino e, em termos totais, os valores mostram um decréscimo em mais do dobro. No que diz respeito às freguesias, os valores referentes aos indivíduos em situação de desemprego são mais elevados nas freguesias mais rurais e situadas em locais de mais difícil acesso, facto que contribui para a explicação dos valores, se considerarmos as dificuldades de mobilidade no concelho de forma a aceder às freguesias que concentram e oferecem mais



FIGURA 33 = MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO EM SERNANCELHE (N.º DE INDIVÍDUOS).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 34 – POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA OU ESTUDANTE POR LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO (N.º INDIVÍDUOS).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 30 – DURAÇÃO MÉDIA DOS MOVIMENTOS PENDULARES DA POPULAÇÃO RESIDENTE OU ESTUDANTE POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (2021) (MINUTOS (')).

Unidade Territorial (Freguesia)	Duração média dos movimentos pendulares da população residente ou estudante por local de residência (2021)
Arnas	16,38'
Carregal	15,59'
Chosendo	17,91'
Cunha	13,60'
Faia	17,20'
Granjal	13,30'
Lamosa	18,02'
Quintela	20,33'
U. F. Ferreirim e Macieira	15,66'
U. F. Ft. Arcada e Escurquela	20,65'
U. F. Penso e Freixinho	16,17'
U. F. de Sernancelhe e Sarzeda	13,11'
Vila da Ponte	15,60'
Sernancelhe	15,18'

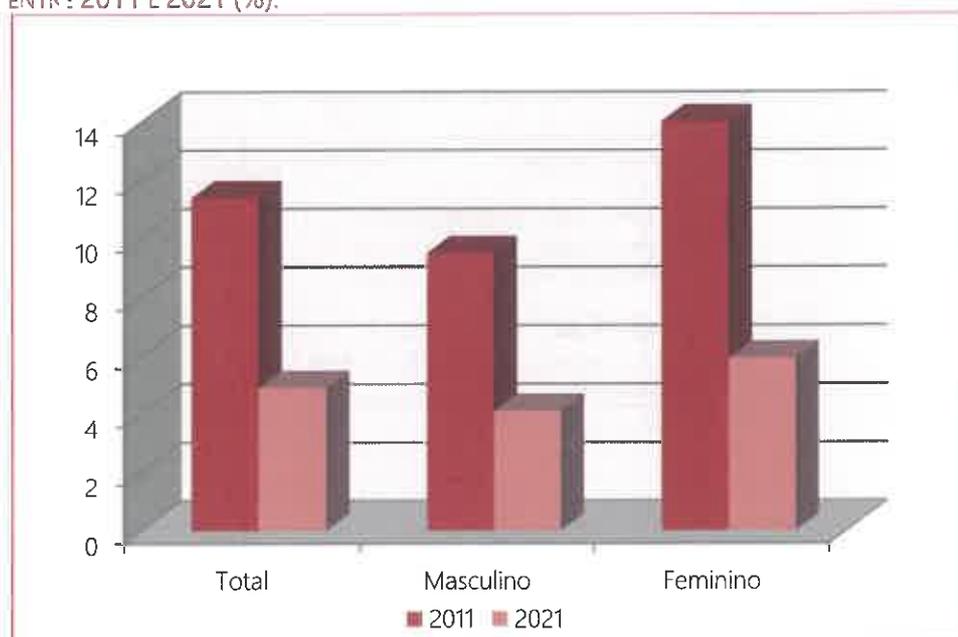
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 31 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE QUE SAI E ENTRA NO CONCELHO POR LOCAL DE RESIDÊNCIA, EM 2021 (%)

Unidade Territorial (Freguesia)	Proporção da população residente que entra no concelho por local de residência (2021)	Proporção da população residente que sai do concelho por local de residência (2021)
Sernancelhe	10,14	13,42

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 35 – TAXA DE DESEMPREGO, POR HOMENS E MULHERES, EM SERNANCELHE, ENTRE 2011 E 2021 (%).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 32 – TAXA DE DESEMPREGO, POR FREGUESIA DO CONCELHO DE SERNANCELHE, EM 2021 E 2011 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		2011		Total 2021
	H	F	H	F	
Arnas	8,11	0	8,89	14,81	5,17
Carregal	1,49	3,03	13,43	34,21	2,26
Chosendo	2,17	6,9	14,29	23,08	4
Cunha	4,48	5,56	5,33	10	4,96
Faia	0	4,35	7,14	12,9	1,92
Granjal	5,63	6,38	15,56	11,11	5,93
Lamosa	0	8,7	22,86	13,64	4,17
Quintela	12,73	12,24	6,15	5,45	12,5
U. F. Ferreirim e Macieira	4,41	7,79	7,64	8,85	5,63
U. F. Ft. Arcada e Escurquela	16,18	14,29	17,95	20,59	15,38
U. F. Penso e Freixinho	1,67	12	16,46	21,74	4,71
U. F. de Sernancelhe e Sarzeda	2,08	4,73	6,03	12,62	3,32
Vila da Ponte	2,65	1,3	8,93	13,43	2,11
Sernancelhe	4,15	5,92	9,51	13,98	4,91

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 33 – RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO RMG, RSI E SD NO CONCELHO DE SERNANCELHE EM 2021 E 2011 (%).

	2011		2021	
Beneficiários do RMG e RSI no total da população residente com 15 e mais anos (%)	5,0		3,2	
Beneficiários das prestações de desemprego no total da população residente com 15 e mais anos (%)	Subsídio de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego	Subsídio de Desemprego	Subsídio Social de Desemprego
	1,1	0,4	0,6	0,1
Beneficiários do subsídio de desemprego em % dos beneficiários ativos (%)	4,1		1,8	

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

oportunidades de trabalho, como sucede com a zona industrial de Sernancelhe, situada na União de Freguesias de Sernancelhe e Sarzeda. No ano de 2021 contabilizava-se um total de 31 beneficiários do subsídio de desemprego por o número total de habitantes, tratando-se de um valor pouco elevado, sobretudo quando comparado com os municípios limítrofes.

Dentro do grupo dos beneficiários deste subsídio, uma percentagem de 36,36% apresentavam idade inferior a 29 anos, salientando-se a ideia do desemprego jovem ser expressivo neste território. No ano de 2021 existiam 145 beneficiários do rendimento social de inserção no município de Sernancelhe, contabilizando-se um total de 25 beneficiários por 1000 habitantes. Destes, cerca de 37,24% possuíam menos de 25 anos, quantitativo que deve motivar uma séria reflexão, na medida em que se trata de um valor elevado, não só pela percentagem de jovens que a receber o RSI que representa, bem como a receber o subsídio de desemprego.

Por fim, o indicador *per capita* do poder de compra pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, por habitante, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional. De acordo com os dados para 2019, os mais recentes e validados, Sernancelhe apresenta um indicador *per capita* de 60,01, encontrando-se a baixo da média registada para o Continente (100,6). Comparativamente aos municípios limítrofes, Penedono, Aguiar da Beira, Moimenta da Beira, São João da Pesqueira, Sátão, Meda, Trancoso, todos apresentam um melhor



posicionamento em termos de poder de compra que Sernancelhe, com valores superiores à exceção de Tabuaço que regista 55,9.

3.3.4. Sistema urbano e equipamentos.

Nos concelhos situados em territórios de baixa densidade, mesmo antes da implementação dos processos de transferência de competências, sempre foi frequente registarem-se parcerias e protocolos de cooperação para o desenvolvimento de atividades, quer promovidas pela oferta escolar concelhia, quer promovidas pela autarquia. Assim, o recurso e a utilização de certos equipamentos municipais pela comunidade escolar, sobretudo do âmbito da cultura e do desporto, constituem a garantia do sucesso dessas atividades. No concelho de Sernancelhe, os principais equipamentos que habitualmente estão adstritos às atividades escolares são os de carácter desportivo, como o complexo das piscinas municipais e o pavilhão municipal. Mas a autarquia identifica outros equipamentos que entende deverem ser integrados nas atividades escolares, como o Estádio Municipal, o Espaço da Castanha e do Castanheiro, a Escola de Trânsito, o Auditório Municipal. Alguns destes equipamentos já são utilizados por determinados níveis de ensino, como sucede com a Escola de Trânsito em relação ao Pré-Escolar e o 1.ºCEB.

Finalmente, há uma nota importante a salientar, pois a antiga escola EB1 de Sernancelhe foi reconvertida/reorganizada para nela funcionar o ensino articulado – Música, a cargo do Conservatório Regional de Música de Ferreira, de forma a facilitar as deslocações dos alunos que o frequentam, desde o Agrupamento Pe. João Rodrigues – Sernancelhe.

3.3.5. Saúde.

No que diz respeito à assistência e cuidados de saúde, presentemente, o concelho de Sernancelhe apenas possui a UCSP SERNANCELHE, que conta com 15 anos de existência e que serve a totalidade da população (conta com

4747 inscritos). Não possui hospital, a população do concelho é servida pelo SUB de Moimenta da Beira, pela Unidade Hospitalar de Lamego (Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE) e pelo Hospital de São Teotónio – Centro Hospitalar Tondela-Viseu.

Observando alguns indicadores relacionados com a Saúde, salienta-se a posição desfavorável de Sernancelhe em termos de disponibilidade de serviços, da relação distância-tempo na assistência e do rácio do número de habitantes por pessoal da Saúde, do qual se registam os quantitativos de 355,8 hab./enfermeiro e de 709,7 hab./médico. Segundo os dados publicados pela SNS, a UCSP SERNANCELHE possui 5 médicos e 5 enfermeiros. Ainda há a referir a existência de 2838,8 hab./farmacêutico e a existência de apenas 2 farmácias no concelho.

No que respeita a alguns indicadores relacionados com as diferentes taxas de mortalidade, o concelho de Sernancelhe apresenta ao nível da mortalidade infantil o valor nulo de 0,0‰ (2021), bem como da mortalidade neonatal de 0,0‰ (2021). No que respeita à taxa de mortalidade e sua distribuição por alguns tipos de doenças, em 2021, merece destaque a mortalidade por tumores malignos com o valor de 10,8%, a mortalidade por doenças do aparelho circulatório com 30,1%, a mortalidade por diabetes com 7,2% e a mortalidade por doenças do foro respiratório com 9,6%. Em comparação com os valores regionais do Douro, Sernancelhe excede a percentagem na mortalidade por doenças do aparelho circulatório em 2,4%, nos diabetes em 5% e nas doenças do foro respiratório em 1,5%.

No que diz respeito ao número de consultas médicas na UCSP SERNANCELHE, observa-se a predominância das consultas de medicina geral e familiar, seguindo-se as consultas de saúde do recém-nascido, da criança e do adolescente. Esta distribuição é semelhante aos municípios limítrofes, sendo que as consultas de medicina geral e familiar assumem uma clara dominância.

3.3.6. Ambiente.

Os indicadores relacionados com o Ambiente, tais como aqueles que revelam a existência e a capacidade das infraestruturas básicas, dão conta



do bom posicionamento de Sernancelhe, uma vez que no ano de 2020 praticamente a totalidade da população estava abrangida por sistemas de abastecimento de água (92%) e por sistemas de drenagem de águas residuais (74%). Os valores de água segura para consumo humano, em 2021, dão novamente conta de uma posição favorável do município que atinge o valor de 99,5%.

A quantidade de resíduos urbanos por habitante corresponde a 321,3kg/hab. (2021), o valor mais baixo de toda a região Douro cujo valor médio se situam nos 464,0kg/hab. No que diz respeito à recolha, cerca de 43,8kg/hab. são recolhidos seletivamente, um valor inferior à média da região Douro 53,4kg/hab., situando-se o concelho de Sernancelhe abaixo dos municípios limítrofes evidenciando uma posição desfavorável neste domínio.

Em termos das despesas realizadas pelos municípios por 1000 habitantes em matéria de gestão de recursos, em 2020, Sernancelhe apresentava um valor inferior (3,6%) à região Douro (5,2%). No que concerne às despesas com proteção da biodiversidade, encontram-se valores superiores feitos pela autarquia de Sernancelhe (98735€/1000hab.) comparativamente a alguns territórios limítrofes, como Penedono, Tabuaço, Moimenta, São João da Pesqueira, Aguiar da Beira, Meda e Trancoso, apenas se excetuando o Sátão. Por último, para 2021, o consumo de energia elétrica por habitante é ligeiramente superior em Sernancelhe (3091,4kWh), comparativamente à região Douro (3068,9 kWh) e inferior ao Continente (4.721,9 kWh).

3.3.7. Dinâmica económica e emprego.

O conhecimento detalhado das dinâmicas económicas revela-se essencial no processo de planeamento territorial nos domínios da Educação, de nível estratégico, não só por constituir a base económica real do município, mas porque irá permitir detetar as principais vocações territoriais, contribuindo para a compreensão do posicionamento e do desenvolvimento económico do município de Sernancelhe. Este domínio pretende contribuir para um melhor conhecimento do tecido empresarial deste território, em

especial da sua indústria face aos desafios atuais em termos de qualificação e competitividade territorial. Para além de uma caracterização detalhada das dinâmicas empresariais recentes do município, deseja-se contribuir para a identificação de uma oferta formativa adequada às necessidades das empresas que se localizam neste território, aspeto que se assume relevante para todos os agentes de ensino e formação que atuam na região.

3.3.7.1. Educação e qualificação.

A população residente em Sernancelhe com 15 e mais anos é relativamente menos escolarizada do que a globalidade da população da região Douro. Para esta afirmação concorre a análise da população em dois níveis. Assim, considerou-se a população residente em Sernancelhe com apenas o ensino básico concluído (13,1 %), cujo resultado revela ser inferior à média da região do Douro (15,1%), por outro lado, atendeu-se à população que atingiu níveis de escolaridade superiores (ensino superior) que também se apresenta inferior (8,3%) à proporção existente com o mesmo indicador na região Douro (14,8%) que, aliás, é semelhante à proporção no Continente (20,0%).

Numa análise mais detalhada e relativamente aos níveis de escolaridade superiores, verifica-se que todos os municípios limítrofes apresentam uma situação mais favorável que Sernancelhe, destacando-se nesse âmbito os municípios de Penedono, Armamar, Tarouca e Moimenta da Beira com percentagens mais elevadas referentes à população que possui um diploma de ensino superior (9,2%, 9,5%, 10,4% e 12,2%, respetivamente). Numa leitura ao perfil de habilitações da população residente, a maioria possui o 1º CEB (37,6%), seguindo-se o ensino secundário (19,6%) e, depois, a população com o 3º CEB (13,1%). No que diz respeito à proporção de população com o ensino secundário, esta é inferior em Sernancelhe (19,6%), comparativamente à região do Douro (19,9%) e ao Continente (23,6%).

Numa referência às freguesias do município de Sernancelhe, destacam-se as freguesias do Carregal, de Quintela e Lamosa com maiores percentagens de população sem nenhum nível de ensino (10,67%, 10,26% e 9,41%,



respetivamente) e, no sentido contrário, as freguesias da Faia, da União das Freguesias de Sernancelhe e Sarzeda e a freguesia da Vila da Ponte apresentam maiores proporções de população com níveis de escolaridade superiores (13,43%, 12,94% e 9,95%, respetivamente).

Sernancelhe tem vindo a registar melhorias significativas nas componentes relacionadas com a qualificação da sua população residente. Desde 2011, o território assistiu a um decréscimo do número de indivíduos com 15 e mais anos sem qualquer nível de ensino e simultaneamente viu aumentar a população com o ensino superior, mostrando um quadro de melhoria dos níveis de alfabetização da população residente.

Uma variável que permite analisar o grau de escolarização é a taxa de analfabetismo. Em 2011, Sernancelhe registava 500 indivíduos como analfabetos e, em 2021, o número reduziu para 295. Em termos de taxa de analfabetismo, e salientando a sua evolução, em 2011 o valor situava-se em 9,5% e em 2021 era de 5,5%, mantendo-se ligeiramente superior à região Douro, com 5,4%, e ao continente com 3,0%. No que diz respeito à comparação dos valores do analfabetismo entre os sexos é visível o desequilíbrio: a taxa de analfabetismo no sexo feminino é de 6,8%, enquanto no sexo masculino esse valor se limita aos 4,1% no ano de 2021.

Prosseguindo com a análise sobre o domínio e indicadores de baixa escolaridade, para além do analfabetismo, encontra-se um conjunto de indivíduos que, embora saibam ler e escrever, não completaram qualquer nível de ensino, tendo em muitos casos assumido contornos do habitualmente designado “analfabetismo funcional”. Neste indicador, todas as freguesias apresentam valores abaixo da média nacional, mas, no entanto, as freguesias da Faia e de Arnas assumem uma posição mais favorável.

A baixa escolaridade da população é um dos aspetos mais visíveis do abandono escolar e as suas causas impedem que se cumpra o direito universal à Educação, em particular no cumprimento da escolaridade obrigatória, entendida como a base da formação necessária para a população. Muitas são as causas do abandono escolar, sendo que a Estratégia Portugal 2020 procurou nos seus compromissos recuperar jovens que já tinham abandonado o sistema de ensino, sem terem concluído os ciclos de estudos obrigatórios. Para tal, foi dada prioridade à diversificação das vias de ensino, nomeadamente através do reforço das vias vocacionais e

profissionalizantes, com um forte pendor da formação em contexto de trabalho.

QUADRO 34 – TAXA DE ANALFABETISMO POR FREGUESIA E SEXO EM 2021 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Arnas	1,12	7,78	4,47
Carregal	6,43	13,79	10,67
Chosendo	2,34	8,53	5,45
Cunha	5,56	3,82	4,65
Faia	2,70	3,80	3,27
Granjal	3,60	9,63	6,57
Lamosa	7,14	11,63	9,41
Quintela	7,41	12,70	10,26
U. F. Ferreirim e Macieira	5,26	11,15	8,26
U. F. Ft. Arcada e Escurquela	5,08	4,31	4,68
U. F. Penso e Freixinho	1,80	6,29	4,09
U. F. de Sernancelhe e Sarzeda	3,51	3,34	3,42
Vila da Ponte	3,51	4,04	3,77
Sernancelhe	4,14	6,77	5,50

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 35 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 10 E MAIS ANOS DE IDADE SEM NENHUM NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO POR FREGUESIA (N.º DE INDIVÍDUOS).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Arnas	1	7	8
Carregal	11	32	43
Chosendo	3	11	14
Cunha	8	6	14
Faia	2	3	5
Granjal	5	13	18
Lamosa	6	10	16
Quintela	8	16	24
U. F. Ferreirim e Macieira	15	33	48
U. F. Ft. Arcada e Escurquela	10	9	19
U. F. Penso e Freixinho	3	11	14
U. F. de Sernancelhe e Sarzeda	27	28	55
Vila da Ponte	8	9	17
Sernancelhe	107	188	295

(INE, I.P., Censos 2021)



QUADRO 36 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE SEM NENHUM NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO POR FREGUESIA (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Arnas	9,52	17,05	13,37
Carregal	11,52	18,86	15,78
Chosendo	8,94	13,49	11,24
Cunha	9,42	9,87	9,66
Faia	5,56	5,19	5,37
Granjal	5,15	11,45	8,24
Lamosa	12,35	16,67	14,55
Quintela	14,02	22,95	18,78
U. F. Ferreirim e Macieira	7,61	15,22	11,50
U. F. Ft. Arcada e Escurquela	7,85	6,97	7,40
U. F. Penso e Freixinho	4,32	9,04	6,71
U. F. de Sernancelhe e Sarzeda	5,29	6,02	5,67
Vila da Ponte	5,94	9,81	7,85
Sernancelhe	7,31	10,95	9,19

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 37 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ENTRE 20 E 24 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO POR FREGUESIA, EM 2021 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Arnas	100	100	100
Carregal	94,12	83,33	100
Chosendo	90,91	83,33	100
Cunha	78,57	85,71	71,43
Faia	100	100	100
Granjal	90	100	85,71
Lamosa	100	-	100
Quintela	100	100	100
U. F. Ferreirim e Macieira	86,11	80,95	93,33
U. F. Ft. Arcada e Escurquela	56,25	55,56	57,14
U. F. Penso e Freixinho	83,33	90,91	71,43
U. F. de Sernancelhe e Sarzeda	90,82	84,91	97,78
Vila da Ponte	86,49	77,78	94,74
Sernancelhe	87,63	83,78	91,85

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 38 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ENTRE 30 E 34 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO SUPERIOR COMPLETO (%) POR FREGUESIA, EM 2021.

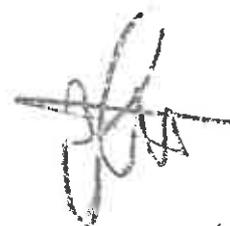
Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Arnas	0	0	0
Carregal	7,69	16,67	0
Chosendo	25	0	50
Cunha	18,75	22,22	14,29
Faia	60	100	33,33
Granjal	13,33	20	0
Lamosa	14,29	0	25
Quintela	17,65	25	11,11
U. F. Ferreirim e Macieira	20	18,18	22,22
U. F. Ft. Arcada e Escurquela	18,18	25	0
U. F. Penso e Freixinho	22,22	18,18	28,57
U. F. de Sernancelhe e Sarzeda	26,19	17,5	34,09
Vila da Ponte	19,23	6,25	40
Sernancelhe	21,25	17,97	25

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 39 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM PELO MENOS O 3.º CICLO DE ENSINO BÁSICO COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Arnas	28,57	22,73	25,58
Carregal	27,88	28,51	28,24
Chosendo	30,08	36,51	33,33
Cunha	38,41	35,53	36,9
Faia	45,83	49,35	47,65
Granjal	37,5	36,64	37,08
Lamosa	33,33	29,76	31,52
Quintela	46,73	40,98	43,67
U. F. Ferreirim e Macieira	40,22	31,83	35,93
U. F. Ft. Arcada e Escurquela	36,65	36,32	36,48
U. F. Penso e Freixinho	38,89	34,94	36,89
U. F. de Sernancelhe e Sarzeda	50,34	53,63	52,05
Vila da Ponte	49,77	52,8	51,27
Sernancelhe	41,95	41,48	41,71

(INE, I.P., Censos 2011-2021)



QUADRO 40 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Arnas	15,85	16,28	16,07
Carregal	17,9	22,17	20,37
Chosendo	12,71	27,73	20,25
Cunha	22,79	25,68	24,3
Faia	32,35	32,39	32,37
Granjal	25,37	22,66	24,05
Lamosa	24,69	26,51	25,61
Quintela	28,3	28,21	28,25
U. F. Ferreirim e Macieira	26,04	23,76	24,86
U. F. Ft. Arcada e Escurquela	23,28	22,05	22,66
U. F. Penso e Freixinho	24,38	22,84	23,6
U. F. de Sernancelhe e Sarzeda	34,5	40,95	37,87
Vila da Ponte	37,56	40,67	39,1
Sernancelhe	27,69	30,46	29,12

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 41 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Arnas	2,44	4,82	3,64
Carregal	5,03	7,87	6,67
Chosendo	3,51	5,17	4,35
Cunha	5,30	9,09	7,27
Faia	10,94	15,71	13,43
Granjal	3,13	4,76	3,94
Lamosa	9,88	6,17	8,02
Quintela	8,00	6,09	6,98
U. F. Ferreirim e Macieira	8,17	8,70	8,44
U. F. Ft. Arcada e Escurquela	7,18	6,70	6,93
U. F. Penso e Freixinho	8,92	8,86	8,89
U. F. de Sernancelhe e Sarzeda	8,87	15,00	12,04
Vila da Ponte	9,45	10,47	9,95
Sernancelhe	7,51	10,00	8,80

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 42 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO FEMININO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (%).

Unidade Territorial	Sem nível	1.º EB	2.º EB	3.º EB	Secundário	Médio	Ensino Superior
Sernancelhe	10,9	37,3	10,2	11,6	20,0	0,5	9,4

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 43 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO FEMININO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (N.º DE INDIVÍDUOS).

Unidade Territorial	Sem nível	1.º EB	2.º EB	3.º EB	Secundário	Médio	Ensino Superior
Sernancelhe	293	999	274	311	534	13	252

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 44 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO MASCULINO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (%).

Unidade Territorial	Sem nível	1.º EB	2.º EB	3.º EB	Secundário	Médio	Ensino Superior
Sernancelhe	7,3	37,8	12,9	14,7	19,3	0,8	7,2

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 45 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO MASCULINO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (N.º DE INDIVÍDUOS).

Unidade Territorial	Sem nível	1.º EB	2.º EB	3.º EB	Secundário	Médio	Ensino Superior
Sernancelhe	182	942	322	366	481	19	179

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

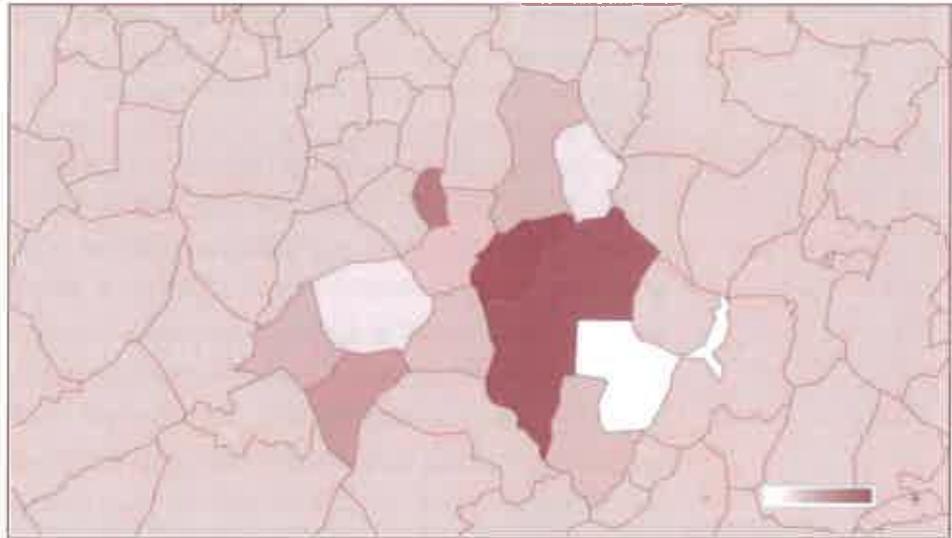


Estas formações propuseram-se a uma tripla função de recuperação de jovens com percursos de insucesso, acolher jovens com percursos escolares regulares e aumentar o volume de ativos jovens com competências reconhecidas pelas entidades empregadoras, visto que o contributo dessas formações para a redução registada em Portugal, nas taxas de abandono escolar precoce, foi reconhecido pelas avaliações realizadas às intervenções cofinanciadas no âmbito do QREN 2007-2013.

Em 2021, 9,19% da população residente em Sernancelhe com 15 ou mais anos de idade não tinha completado qualquer nível de ensino, valor inferior à média da área metropolitana (6,98%) e do Continente (10,33%). No contexto das freguesias apenas a freguesia da Faia e da união de freguesias de Sernancelhe e Sarzeda apresentam valores inferiores (5,37% e 5,67%). As freguesias de Quintela (18,78%), do Carregal (15,78%) e Lamosa (14,55%) revelam as maiores percentagens de população nesta situação. Cerca de 36 dos indivíduos entre os 5 e os 9 anos do município de Sernancelhe não estão a frequentar o sistema de ensino. O valor apurado (22,2%) para Sernancelhe entende-se elevado, dado que, segundo os censos, a totalidade dos inscritos no 1.ºCEB é de 126 alunos e a totalidade do grupo etário 5-9 anos residentes no concelho é de 162 jovens. Contudo, é necessário encarar estes resultados com cautela, dado que alguns desses 36 jovens não inscritos poderão frequentar estabelecimentos de educação fora do concelho, ainda que não consigamos, porém, certificá-lo; e ainda que a redução dos não inscritos seja algo que se deve fundamentalmente à instituição do ensino obrigatório pela Lei nº 46/86, de 14 de Outubro.

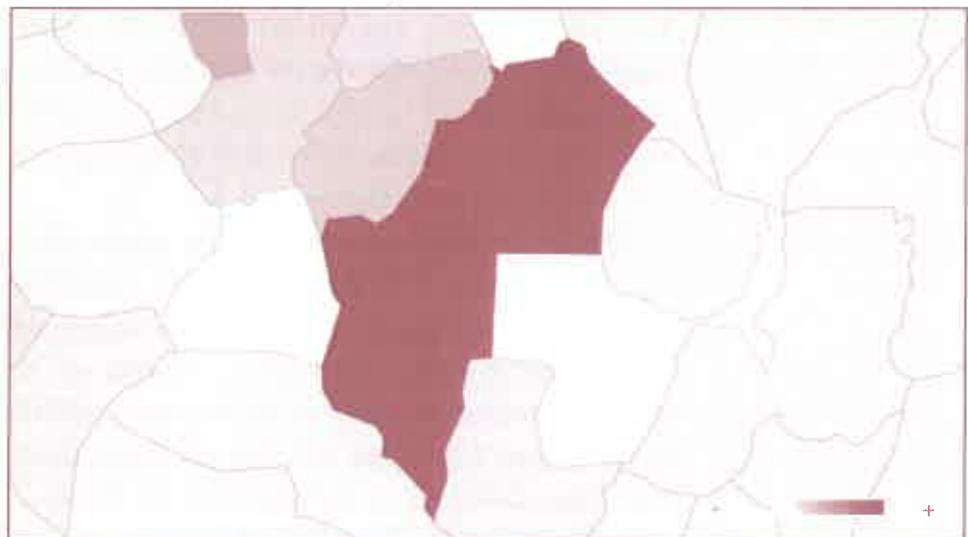
Quando se analisa a população do grupo etário entre os 20 e 24 anos com pelo menos o ensino secundário completo, uma primeira ideia a destacar diz respeito à elevada percentagem de indivíduos, com estas idades, com o ensino secundário concluído em Sernancelhe (91,85%), em que os homens (87,63%) e as mulheres (83,78%), constituindo valores superiores ao Continente (84,12%) e à região Douro (85,41%). Ao nível das freguesias destacam-se as freguesias de Arnas, Carregal, Chosendo, Faia, Lamosa e Quintela com 100% de percentagens de sucesso de população com pelo menos o ensino secundário no grupo etário dos 20 aos 24 anos. Dentro das restantes freguesias, situam-se com resultados acima dos 70%, excetuando a União de Freguesias de Fonte Arcada e Escurquela com 57,14%. Por último, apenas 25% da população entre os 30 e 34 anos de Sernancelhe apresenta o ensino superior nas suas habilitações, valor inferior

MAPA 5 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM PELO MENOS O ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO.



((INE, I.P., Censos 2011-2021))

MAPA 6 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM O ENSINO SUPERIOR COMPLETO.



((INE, I.P., Censos 2011-2021))



à média do Continente (28,97%).

Algumas freguesias apresentam valores superiores ao do concelho, sendo de destacar as percentagens nos municípios de Chosendo (50%), União das Freguesias de Sernancelhe e Sarzeda (34,09%) e Faia (33,33%). Relativamente às freguesias de Arnas, Carregal, Lamosa e a União das freguesias de Fonte Arcada e Escurquela destacam-se com percentagens de 0%. Por outro lado, as restantes situam-se em percentagens entre os 11,11% (Quintela) e 28,57% (União de Freguesias de Penso e Freixinho). Neste contexto, Sernancelhe ficou um pouco aquém dos objetivos da Estratégia 2020, que consubstancia um aumento para, pelo menos, 40% a percentagem de população na faixa etária dos 30 aos 34 anos com um diploma de ensino superior. Deste modo, as políticas públicas em matéria de educação deverão ser orientadas para a elevação dos níveis de escolaridade superiores, mas, a realidade socioeconómica concelhia apresenta-se um desafio a ultrapassar.

Realizando agora a análise sobre a proporção da população residente por níveis de escolaridade, a ideia que decorre perante os quantitativos é a de existir uma elevada proporção de população com pelo menos o 3.º CEB em Sernancelhe (41,71%), uma vez que é um valor superior ao observado no Continente. A União das Freguesias de Sernancelhe e Sarzeda, a freguesia de Vila da Ponte e a freguesia da Faia apresentam os valores mais expressivos (52,05%, 51,27% e 47,65), revelando melhores níveis de escolaridade nestas freguesias.

Nas proporções de população com o ensino secundário, a tendência das freguesias mantém-se, com a freguesia de Vila da Ponte, a união de freguesias de Sernancelhe e Sarzeda a apresentarem os resultados mais significativos (39,10% e 37,87%, respetivamente), seguidas por as freguesias da Faia e Quintela (32,37% e 28,25%). No sentido contrário, as freguesias com menores resultados encontramos Arnas, Chosendo e Carregal (16,07%, 20,25% e 20,37%).

Sem oferta de ensino superior no território, e distante dos centros urbanos, a proporção da população com ensino superior em Sernancelhe, em 2021, era de 8,80%, valor inferior à ao observado no Continente (15,25%). No rol das freguesias, a melhor posicionada em 2021 era a Faia, com 13,43%, secundada pela União das Freguesias de Sernancelhe e Sarzeda, com 12,04%, e seguida pela freguesia da Vila da Ponte com 9,95%. Na distribuição das áreas de estudo pelos licenciados residentes no território,

destacam-se a Educação (77 indivíduos), as Ciências Empresarias e o Direito (86 indivíduos), a Saúde e a Proteção Social (74 indivíduos) e as Engenharias (67 indivíduos).

A taxa bruta de pré-escolarização era, no ano letivo de 2020/2021, de 107,3% no território de Sernancelhe o que demonstra que algumas crianças de outros territórios acabam por frequentar o pré-escolar, uma vez que é superior o número de crianças dos 3 aos 5 anos comparativamente ao número de crianças inscritas no Ensino Pré-Escolar. A taxa bruta de escolarização do ensino básico, ou seja, a relação entre o número de alunos matriculados no 1.º, 2.º e 3.º CEB e a população residente em idade de frequentar esses níveis de ensino é de 92,8% no município de Sernancelhe. Observa-se ainda uma taxa de escolarização do ensino secundário de 85,1% no território.

As políticas públicas em matéria de educação têm tido consequências nos sistemas de educação e formação, incorporando uma aposta crescente em estratégias de aprendizagem ao longo da vida. A aposta na qualificação dos adultos pode ser lida pela participação de indivíduos com 18 e mais anos de idade em cursos de educação e formação para adultos. No caso do território de Sernancelhe, desde 2016, que não se realizam ações ou cursos EFA.

QUADRO 46 – TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO (%).

Anos Letivos	Pré-escolar	EB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário
2011-2012	78,3	89	88	81,1	96,3	94
2012-2013	81,3	86,6	84,4	92,9	84,9	104,6
2013-2014	96,3	82,8	75,7	114,6	72,9	127,3
2014-2015	88	85,2	76,9	91,5	89,8	138,5
2015-2016	91,3	83,8	83,4	85,3	83,3	121,8
2016-2017	99	84	86,7	73,3	87,8	109,7
2017-2018	102,3	84,8	91,2	75,3	84,6	105,7
2018-2019	114,3	82,6	90	90	71,1	100,6
2019-2020	116,7	88,9	102,2	84,4	78	90,1
2020-2021	107,3	92,8	109,6	81,8	84,3	85,1

(INE, DGEEC)



QUADRO 47 – TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO (%).

Anos Letivos	Pré-escolar	EB	1.ª CEB	2.ª CEB	3.ª CEB	Secundário
2011-2012	76,7	81,4	81,2	68,9	73,8	45,4
2012-2013	81,3	81,1	77,4	73,5	69,8	67,7
2013-2014	93,6	77,3	69,7	78,1	59,9	79,7
2014-2015	87	76,8	71,6	72,3	68,8	74,3
2015-2016	90,3	76,8	79,8	66,3	64,7	71,5
2016-2017	97	77,3	80,7	54,4	70,9	65,1
2017-2018	100	77,6	89,1	67,4	65,4	61,4
2018-2019	100	77,3	89,3	78,8	57,7	55,8
2019-2020	100	84,8	100	79,2	67,4	55,6
2020-2021	100	89,3	100	81,8	75,6	56,7

(INE, DGEEC)

3.3.7.2. Atividade, emprego e mercado de trabalho.

O planeamento da rede educativa, desde o primeiro nível de formação, mas sobretudo nas modalidades de ensino profissional, tecnológico e nas ofertas formativas ao longo da vida, deverá considerar as atividades económicas que assumem mais preponderância no município de Sernancelhe, dado que estas são potenciadoras de criação de emprego para as qualificações saídas do sistema de ensino.

O mercado de trabalho em Sernancelhe tem sofrido grandes transformações decorrentes do despovoamento que se tem registado no território, acentuado pela grave crise económica que se iniciou em 2008 e que afetou negativamente a economia nacional. Apesar da economia local ter beneficiado das políticas municipais de desenvolvimento económico-social começou a evidenciar, a partir de 2014, os primeiros sinais de recuperação económica e os indicadores de um clima económico mais favoráveis começaram a revelar valores positivos; o indicador de confiança aumentou na indústria transformadora e nos serviços, diminuiu na construção e obras públicas e estabilizou no comércio.

Quanto à caracterização da população ativa no município de Sernancelhe, por local de residência e sexo, é possível observar que, tal como esperado, a freguesia com maiores quantitativos populacionais e que apresenta valores destacados em ambos os sexos, face às restantes freguesias que integram este território concelhio, é a que corresponde à sede de concelho. Em termos globais, no município de Sernancelhe contabilizavam-se, em 2021, um total de 2036 indivíduos, sendo 1158 homens (56,9 %) e 878 mulheres (43,1%) em atividade. Refira-se também o facto de todas as freguesias apresentarem valores mais elevados de ativos no sexo masculino comparativamente ao sexo feminino. Sobre a distribuição da população ativa por grupo etário) é evidente, a nível concelhio, um predomínio de ativos no grupo etário dos 25 aos 34 anos (80,6%), seguido pelo grupo dos 34 aos 44 anos (80,3%). Esta tendência torna-se comum à generalidade das freguesias do município.

A taxa de atividade refere-se à razão entre a população ativa e a população residente com 15 e mais anos, que no município era de 35,77% no ano de 2021, sendo inferior à média da região Douro (45,9%) e à do Continente (53,4%), e o sexo masculino apresentava uma taxa de atividade superior (46,5%), comparativamente ao sexo feminino (32,8%).

Devido à evolução demográfica, a população ativa tem vindo a diminuir. Entre 2011 e 2021 o município de Sernancelhe registou um decréscimo nos valores da taxa de atividade, passando de 42,7% para 39,4%. Estes resultados refletem a trajetória de desenvolvimento económico-social local e trazem consequências quer na competitividade das empresas e do território, quer na capacidade de criação de emprego e de riqueza, essenciais na qualidade de vida das populações. Tendo em consideração o contexto geral dos municípios cujos limites se confrontam com os de Sernancelhe verifica-se que este destaca-se como sendo um dos municípios com menores números de empregados, apenas à frente do concelho de Aguiar da Beira, que apresenta 37,9%.

Da análise da distribuição dos empregados, cuja totalidade, em 2021, no concelho de Sernancelhe era de 1936 indivíduos, verifica-se que a percentagem referente ao género masculino era de 57,3% (valor ligeiramente superior ao do Continental (51,0%)) e que no sexo feminino, tal como seria expectável, o valor percentual era mais reduzido, tanto nos valores municipais 42,7%, como nacionais (49,0%).



QUADRO 48 – POPULAÇÃO ATIVA EM 2021 (N.º).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Sernancelhe (concelho)	1158	878	2036

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 49 – TAXA DE ATIVIDADE EM 2021 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	%
Amas	31,02
Carregal	31,67
Chosendo	28,09
Cunha	37,46
Faia	32,50
Granjal	41,84
Lamosa	26,82
Quintela	41,77
U. F. Ferreirim e Macieira	34,69
U. F. Ft. Arcada e Escurquela	27,59
U. F. Penso e Freixinho	23,35
U. F. de Sernancelhe e Sarzeda	41,14
Vila da Ponte	40,60
Sernancelhe	35,77

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 50 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA EM 2021 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total (ind.)
	H	F	
Sernancelhe (concelho)	57,3%	42,7%	1936

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 51 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR GRUPO ETÁRIO EM 2021.

Grupo etário	População Empregada			
	2011		2021	
	n.º	%	n.º	%
0-14	-	-	-	-
15-24	161	8,6	135	7,0
25-34	413	22,1	356	18,5
35-44	473	25,3	450	23,2
45-54	518	27,7	505	26,1
55-64	257	13,7	426	22,0
+65	51	2,7	61	3,2

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

À semelhança da população ativa, também o maior número de empregados correspondia à faixa etária dos 25 aos 44 anos (806 indivíduos, correspondendo a 41,7% dos empregados), seguindo-se o grupo etário dos 45 aos 54 anos (505 indivíduos, correspondendo a 26,1%), sendo que em ambos os grupos etários, o sexo feminino assumia a menor expressividade. Relativamente ao grupo etário dos 15 aos 24 anos, em 2021, estavam empregados cerca de 135 indivíduos no município de Sernancelhe, o que correspondia a 7% da população com essas idades e no grupo etário de indivíduos com idades superiores a 55 anos estavam empregados 426 indivíduos, correspondendo a 22,0%. Na última década, a taxa de emprego no município de Sernancelhe manteve a tendência de descida, passando de 2.114 indivíduos (2011) para 2.036 (2021).

Um dos principais objetivos estabelecidos na Estratégia Europa 2020 diz respeito ao aumento do emprego, pretendendo-se que até 2020 a taxa de emprego tivesse aumentado para 75% na faixa etária dos 20 aos 64 anos. Nesta matéria, em 2021, a situação do município de Sernancelhe era satisfatória com uma taxa de emprego para os indivíduos com idades entre os 25-34 anos a rondar os 75,6%, para os indivíduos com idades entre os 35-44 anos com resultados em 76,9% e apenas nos grupos etários de 45-54 e 55-64 anos se registavam valores inferiores, designadamente com 69,7% e 41,6%. O exame dos resultados para os municípios limítrofes revelam que se encontram próximos, ainda que ligeiramente superiores, dos valores apresentados por Sernancelhe deste valor, pelo que as estratégias futuras e

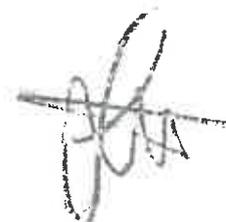
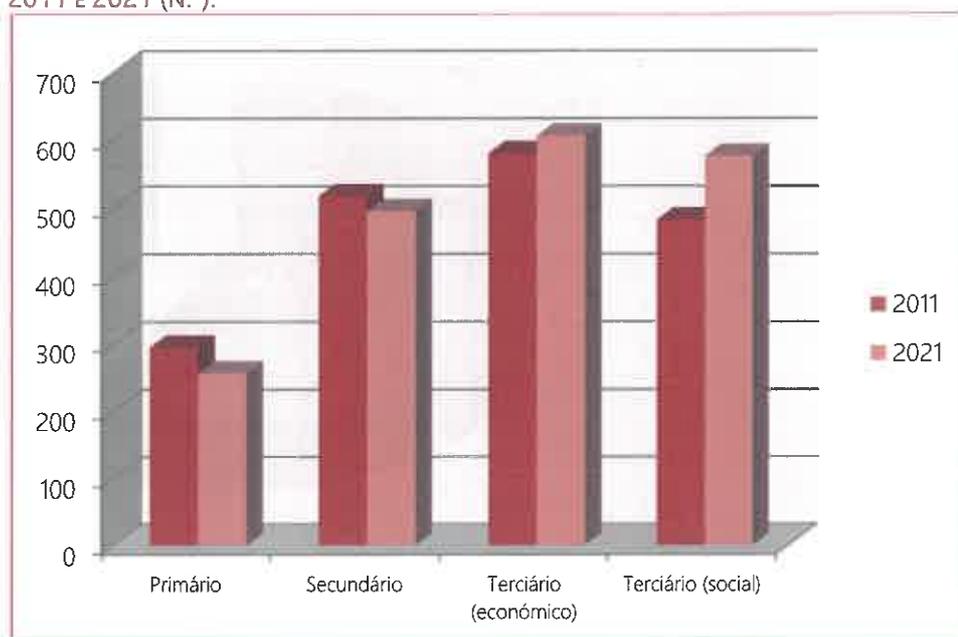
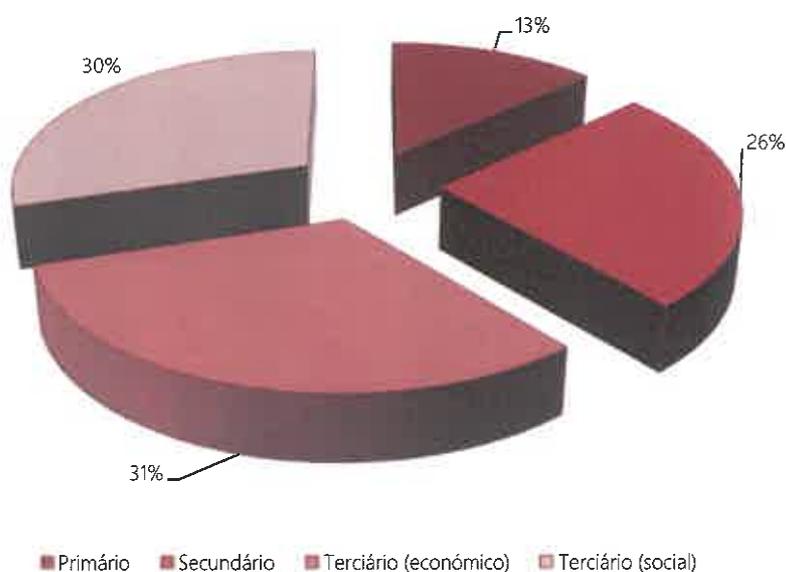


FIGURA 36 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA ENTRE 2011 E 2021 (N.º).



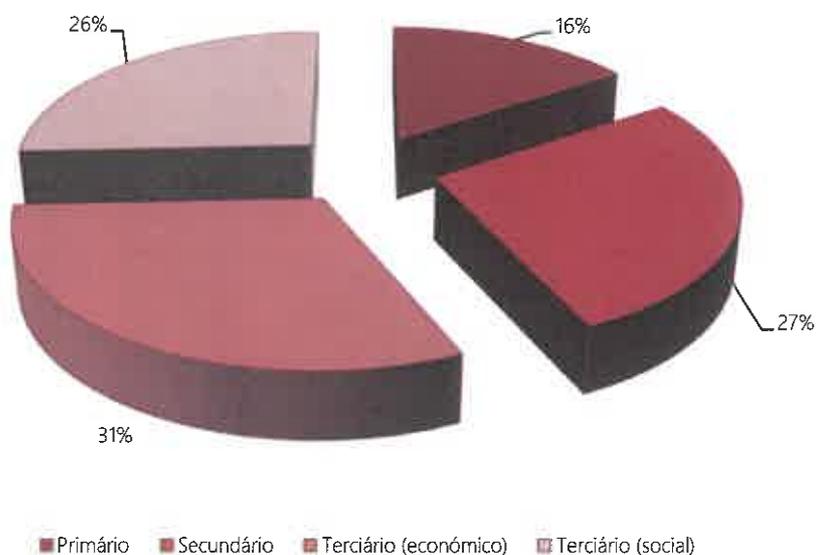
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 37 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA EM 2011.



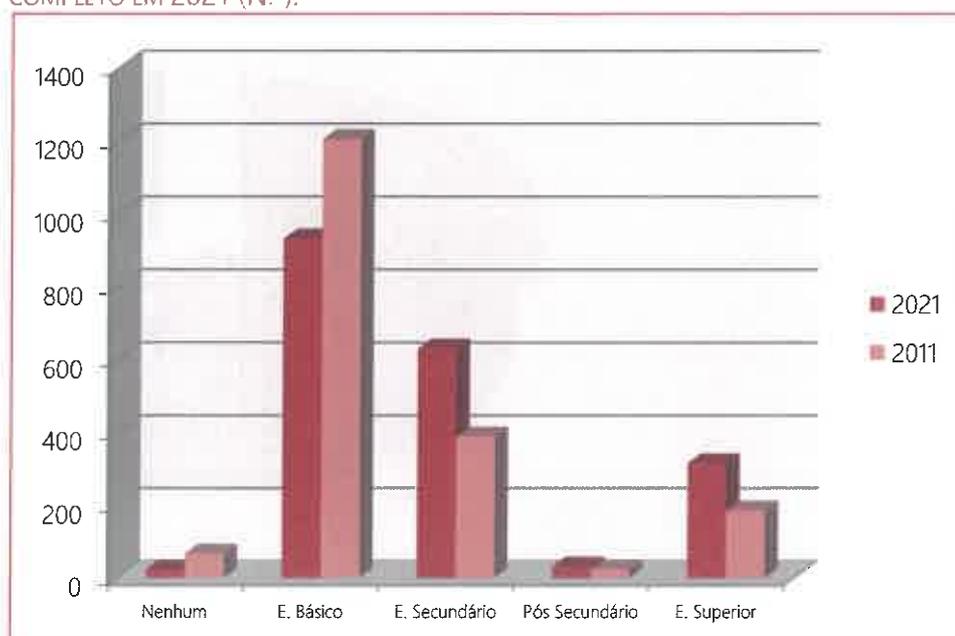
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 38 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA EM 2021.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

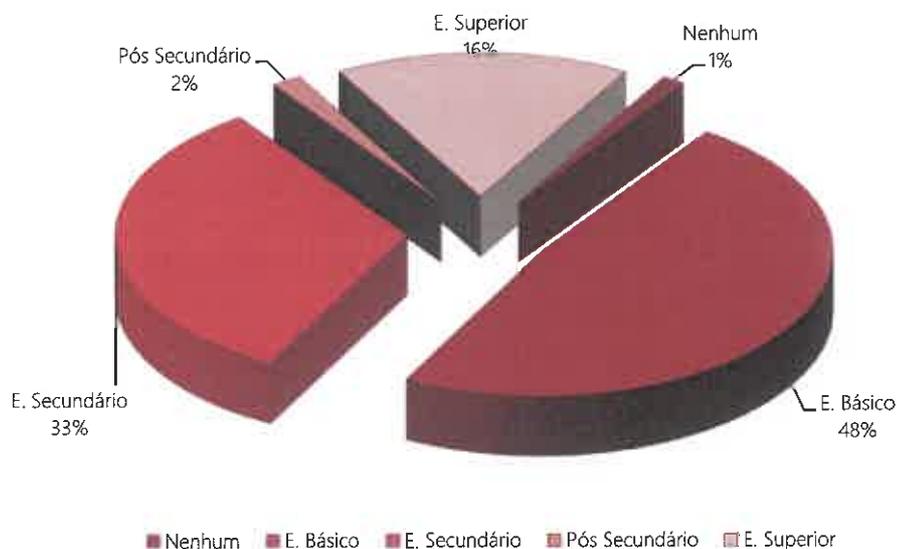
FIGURA 39 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO EM 2021 (N.º).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)



FIGURA 40 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO EM 2021.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

em matéria de emprego deverão ser orientadas para o atingir deste objetivo. De entre os municípios circunvizinhos, Penedono apresentava um valor próximo do referencial para 2020.

A análise da repartição da população ativa empregada por setor de atividade económica sublinha a importância que as atividades relacionadas com o setor terciário têm no município, uma vez que este setor representava no ano de 2021 cerca de 61% (trata-se de um valor inferior ao observado em 2011, quando se registou 57%). Na segmentação do setor terciário é ligeiramente superior a importância do *terciário económico* (31%), comparativamente ao *terciário social* (30%). No que diz respeito ao setor secundário, a proporção era de 26%, estando este valor abaixo da média do Continente (24,8%). Por último, os indivíduos empregados no setor primário representavam apenas 13% dos empregados totais, valor bastante superior à média do Continente (2,9%).

Referindo-se agora quanto ao perfil de escolaridade dos empregados em Sernancelhe, cerca de 43% apresentavam apenas o ensino básico como nível de escolaridade mais elevado completo, sendo que 1% não possuía qualquer escolaridade e 17,6% apenas possuía o 1.º CEB. No contexto do território da região Douro, o resultado cifra-se em 14,6%, sendo que os concelhos limítrofes apresentavam maiores percentagens de população empregada com o ensino básico do que Sernancelhe, o que se refletia naturalmente em piores níveis habilitacionais.

A percentagem de 33% da população empregada detém habilitações ao nível do ensino secundário, um valor superior à média do Continente (29,0%) e da região Douro (27,6%) e, no que diz respeito às habilitações de nível superior, Sernancelhe apresenta o valor de 16%, o que se entende como insatisfatório, pois o indicador em observação é quantitativamente inferior, quando comparado com as percentagens registadas para os territórios limítrofes, bem como para o Continente (30,6%) e região Douro (25,9%), constatando-se a desqualificação escolar no conjunto dos trabalhadores no concelho.

Tal como foi analisado anteriormente, a proporção de população sernancelhense empregada com ensino superior assume valores ainda muito insatisfatórios. Uma leitura aos dados desse indicador, por grupo etário, deixa perceber que são os mais jovens, entre os 25 e 34 anos, que constituem uma maior percentagem de indivíduos com ensino superior. Atendendo a que um dos objetivos da Estratégia Europa 2020 se relaciona com o aumento em pelo menos 40% da percentagem de população entre os 30 a 34 anos com um diploma do ensino superior, os resultados para Sernancelhe deixam antever ainda um longo caminho a percorrer em matéria de aumento das habilitações da população residente.

A evolução da estrutura da população residente empregada, segundo a situação na profissão e os grupos de profissões, permite ampliar o conhecimento socioeconómico do território. Relativamente à situação dos indivíduos na profissão, predomina o conjunto de trabalhadores por conta de outrem (66,0%) seguindo-se os trabalhadores por conta própria (16,1%) e os empregadores (12,9%). Tratam-se de valores semelhantes ao observado nos territórios limítrofes e nas unidades territoriais de referência. No que diz respeito aos níveis de qualificação e profissões, predomina o grupo dos trabalhadores nas profissões não manuais qualificadas (21%, corresponden-

QUADRO 52 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO, MUNICÍPIOS LÍMITROFES, EM 2021 (%).

Unidade Territorial (municípios limítrofes)	Sem nível	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Médio	Superior
Aguiar da Beira	1,1	20,8	14,5	18,1	27,0	1,4	17,1
Armamar	2,6	19,2	14,2	17,1	27,4	1,7	17,7
Moimenta da Beira	1,7	15,3	13,6	16,4	28,7	1,8	22,6
Penedono	1,8	20,0	15,0	17,4	29,8	1,4	14,6
Sernancelhe	1,2	17,6	14,5	16,0	32,6	1,7	16,4
Tabuaço	1,8	18,8	14,3	19,0	27,3	1,3	17,6
Tarouca	1,8	16,0	15,1	19,2	28,4	1,5	18,0
Trancoso	1,1	13,1	16,9	18,2	28,1	1,5	21,3
Sátão	0,9	13,6	16,1	20,5	25,4	1,9	21,1
Vila Nova de Paiva	1,3	17,3	9,9	20,4	27,4	1,9	22,0
Continente	0,9	8,6	10,6	18,1	29,0	2,3	30,6
Região Douro	1,6	14,6	11,7	16,9	27,6	1,6	25,9

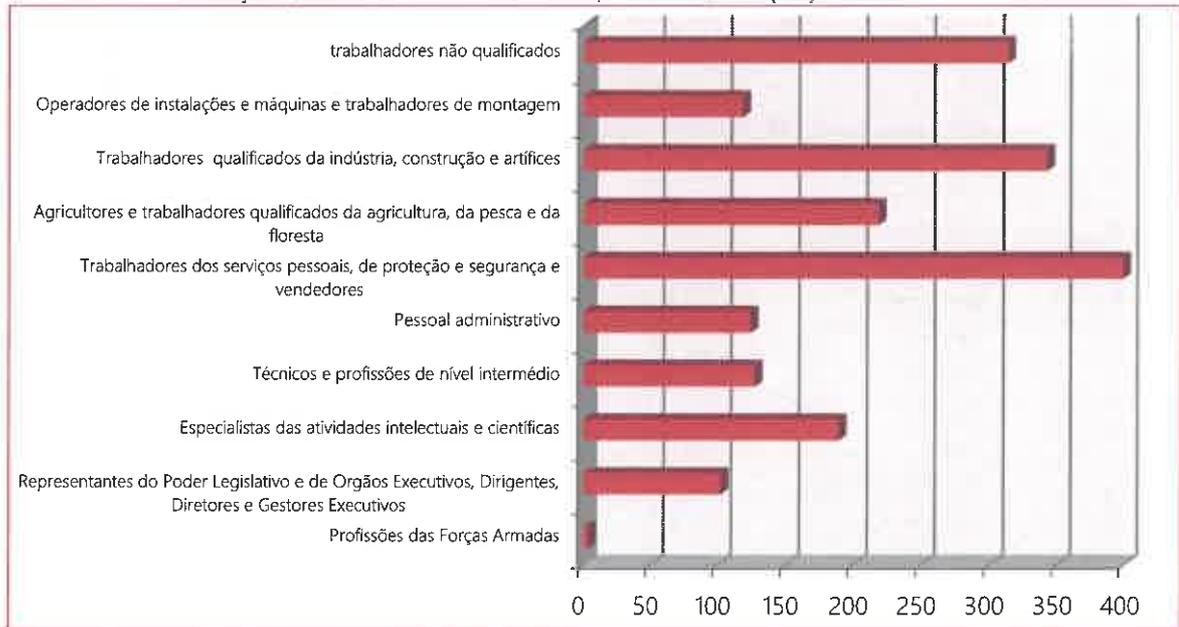
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

do a 399 indivíduos), constituído essencialmente por trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores. Em seguida surgem as profissões não manuais altamente qualificadas (18%, correspondendo a 342 indivíduos), das quais se destacam os técnicos qualificados da indústria, construção e artífices, seguidos pelos trabalhadores não qualificados (16% correspondendo a 313 indivíduos). Por fim, no grupo dos mais expressivos ainda se incluem os trabalhadores agrícolas qualificados (11% correspondendo a 218 indivíduos).

As profissões que apresentam uma menor representatividade no município de Sernancelhe correspondem às mais qualificadas, pois o território não oferece um mercado de trabalho que possa absorver uma grande percentagem de trabalhadores altamente qualificados, quer por inexistência de unidades industriais ou empresas de serviços, quer por falta de investimento e ações de empreendedorismo. Assim, os especialistas das atividades intelectuais e científicas preenchem apenas uma percentagem de 10% (correspondendo a 189 indivíduos) e os técnicos e profissionais de nível intermédio a 7% (correspondendo a 127 indivíduos).

A educação, estando na base das escolhas pessoais e individuais, é aquela que tem maior impacto nos fatores relacionados com a produtividade do

FIGURA 41 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR PROFISSÃO, EM 2021, CPP (N.º).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

trabalho e nos ganhos salariais auferidos pelos trabalhadores. E, como se sabe, as diferenças salariais também variam segundo as atividades económicas, em relação aos níveis de qualificação e das habilitações literárias. No que diz respeito ao género, verifica-se que a diferença salarial entre homens e mulheres mantém-se desfavorável às mulheres. Com efeito, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem em Sernancelhe era em termos médios de 906,40€, sendo superior nos homens (918,61€) e inferior nas mulheres (887,85€).

O município de Sernancelhe apresenta uma posição desfavorável, uma vez que o salário médio é inferior à média do Continente (1093,21€) e, no contexto regional e de proximidade aos principais centros urbanos de Lamego e Viseu regista-se uma diferença perante os salários médios que aí são superiores a Sernancelhe, sendo que a média da região do Douro assume-se também superior (1031,52€).

O setor da indústria e construção é aquele em cujos trabalhadores auferem um ganho médio mensal superior no município de Sernancelhe (912,77€), mas inferior em 132,99€ relativamente à média na região do Douro. Em seguida, surge o setor dos serviços com uma média de



remunerações a rondar os 910,96€, menos 124,96€ que na área do Douro, e, por último, os trabalhadores do setor primário que se posicionam num nível de rendimentos inferior, auferindo em média 748,18€ mensais, menos 172,30€, quando comparado com o valor médio do Douro. Tal como o que acontece na generalidade dos territórios portugueses, Sernancelhe também apresenta grandes desfasamentos nas remunerações dos trabalhadores detentores de níveis habilitacionais mais elevados (secundário e superior), cujos diferenciais explicam em grande medida os baixos níveis de atratividade na fixação de mão-de-obra qualificada.

O nível salarial praticado em Sernancelhe é, de uma forma geral, muito inferior à média do Douro e do Continente, não acompanhando em 34,30% a média das remunerações. Por norma, quanto maior o nível de habilitação, maior é a discrepância do ganho médio auferido neste município e nos territórios de referência. Em Sernancelhe as pessoas que possuem uma licenciatura recebem menos 120,01€ do que a média dos licenciados da área Douro e os que detêm habilitações ao nível do ensino secundário recebem menos 36,17€ do que a média da mesma região. Para os indivíduos com doutoramento não possuímos dados para Sernancelhe. As pessoas com um grau de escolaridade do 1º ciclo têm uma diferença de mais 53,42€ e as que detêm o 2º ciclo auferem mais 71,07€, ambos resultados em menor valor no concelho de Sernancelhe.

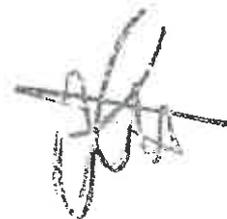
Numa última referência sobre os valores para este território, observa-se que os licenciados ganham, em média, mais 572,76€ do que as pessoas que têm uma escolaridade igual ao 1º ciclo do ensino básico, mais 508,09€ do que as que possuem o 9º ano de escolaridade e mais 465,17€ do que as que detêm o ensino secundário. Assim, concluir-se-á que muito embora se verifiquem cada vez maiores dificuldades ao ingresso dos licenciados no mercado de trabalho, a frequência do ensino superior influencia, decisiva e positivamente, a retribuição salarial dos diferentes profissionais. Mas, a quantidade de indivíduos licenciados no território de Sernancelhe, por diversos motivos de origem socioeconómicos, revela-se muito baixa e as projeções sugerem uma tendência de decréscimo.

3.3.7.3. Desemprego.

A pobreza e a exclusão social constituem fatores estruturantes numa sociedade cada vez mais seletiva, concentrando-se em especial nos contextos urbanos e em territórios concretos que, por isso, se vão constituído como multiplicadores da privação, entrando-se num ciclo de pobreza. O aumento da taxa de desemprego constitui um problema, fundamentalmente pela diminuição dos rendimentos familiares, que contribuem para o decréscimo do nível e qualidade de vida e que tem consequências efetivas na comunidade escolar e nos processos de ensino-aprendizagem. Em Sernancelhe, entre os grupos populacionais mais vulneráveis destaca-se o grupo das mulheres, com salários mais baixos e uma taxa de desemprego superior. No entanto, os casos mais graves são aqueles em que mais do que um elemento do agregado familiar se encontra desempregado, devendo ser para estes casos canalizadas as prioridades na intervenção.

Assim, a caracterização da problemática do desemprego tem uma importância fulcral para a compreensão das dificuldades económicas e financeiras com que o país, em geral, e os municípios, em particular, se debatem na atualidade. Esse conhecimento permitirá a definição de estratégias para minorar os impactos que a crise financeira e social tem tido ao nível do mercado de trabalho e permitirá desenvolver igualmente estratégias que visam o incremento da qualificação da população, em termos globais, e na adequação das estratégias de educação e formação à realidade do mercado laboral dos diferentes territórios. Por isso, é importante considerar a caracterização de um conjunto de indicadores associados ao desemprego, quer a nível municipal, quer a nível regional para que as estratégias e propostas em termos da carta educativa e do projeto educativo local, se coadunem com as necessidades identificadas nesta fase de diagnóstico.

Entre 2011 e 2021, verificou-se uma diminuição significativa da taxa de desemprego no município de Sernancelhe (de 11,4% para 4,9%), acompanhando a tendência generalizada observada nos restantes municípios limítrofes. Ainda assim, a taxa de desemprego em Sernancelhe apresentava-se ligeiramente superior à média do Continente (13,2%, em 2011, 8,1%, em 2021) e da região do Douro (12,1%, em 2011, 7,8%, em



2021). Entre os municípios limítrofes, Sernancelhe possuía a taxa de desemprego mais baixa no ano de 2021. Estes valores, nomeadamente os que refletem a evolução para os anos mais recentes, devem ser lidos no quadro de uma ligeira recuperação económica do país, devendo-se, no entanto, ter presente o crescente aumento da emigração, principalmente dos indivíduos mais jovens e mais qualificados.

Deste modo, entre 2011 e 2021, ocorreu um decréscimo de 141 desempregados no município, correspondendo a -51,58%, passando dos 241 desempregados em 2011 para os 100 desempregados em 2021. Este decréscimo está em linha com os resultados registados para a região Douro que registou uma diferença de -42,21%.

Tendo em consideração o ano de 2021, o mais recente no que aos dados diz respeito, importa referir que a faixa etária dos 15 aos 44 é aquela que assumia maior representatividade no número de desempregados em Sernancelhe, correspondendo a 69 indivíduos, seguindo-se o grupo dos 55 e mais anos correspondendo a 17 indivíduos). Em todos os grupos etários, durante a década em análise (2011-2021), registou-se uma descida considerável, mas o desemprego entre os mais jovens é o que continua a revelar um peso mais elevado, de resto, como sucede na região Douro.

No mesmo quadro temporal, o nível de ensino básico era o mais representativo na estrutura de habilitações dos desempregados de Sernancelhe inscritos nos centros de emprego em (47,9%), valor superior ao observado no Continente (13,7%). Em relação à distribuição da população desempregada segundo as habilitações literárias, importa referir os elevados valores da população que apenas concluiu o ensino secundário (28,3%, correspondendo a 57 indivíduos), seguindo-se os que apresentam apenas o 3º CEB (16,7%) e os que concluíram o 2º CEB (16,3%). Importa ainda acrescentar a percentagem de desempregados com um diploma de ensino superior de 5,8%, o que corresponde a 12 desempregados.

Por fim, outro aspeto de grande relevância para o planeamento e desenvolvimento de estratégias de educação e qualificação profissional está relacionado com a caracterização dos desempregados em função da duração da procura de emprego. Cerca de 40,8% dos desempregados em Sernancelhe estão inscritos nos centros de emprego há menos de um ano, enquanto que 59,2% estão inscritos há mais de um ano, demonstrando a

QUADRO 53 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR GRUPO ETÁRIO, EM 2021.

Grupo etário	População Empregada			
	2011		2021	
	n.º	%	n.º	%
0-14	-	-	-	-
15-24	50	20,7	25	25,0
25-34	61	25,3	24	24,0
35-44	51	21,2	20	20,0
45-54	56	23,2	13	13,0
55-64	23	9,5	17	17,0
+65	0	0,0	1	1,0

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

escassez nas ofertas de emprego e, em certa medida, a existência de um desvio entre a educação e a qualificação profissional e o mercado de trabalho.

Os valores mais significativos de desempregados estão associados aos que se encontram à procura de novo emprego, sendo que aqueles que se encontram numa situação de procura do 1º emprego apresentam valores claramente inferiores. No que diz respeito à comparação entre os novos desempregados inscritos no mês de dezembro 2021 e as ofertas recebidas é possível observar que estas são em número reduzido face às necessidades, mas, por outro lado, verifica-se que as ofertas são ocupadas e até se contabilizam algumas colocações acima das ofertas recebidas, o que indicia que a totalidade das vagas ficam preenchidas e alguns dos indivíduos procuraram emprego nos municípios limítrofes ou na região. Relativamente aos motivos de inscrição do centro de emprego dos novos desempregados, a grande maioria fez a inscrição em virtude do término do trabalho não permanente (final de contrato).



4. A REALIDADE EDUCATIVA DO TERRITÓRIO.

4.1. Oferta Educativa da rede pública.

4.1.1. Rede escolar.

Sernancelhe, enquanto território de baixa densidade, apresenta-se como um município de pequena dimensão e, por isso, à primeira observação, não parecia apresentar especial complexidade no domínio da organização do território educativo e da formação. No presente ano letivo 2022-2023, a rede escolar do município de Sernancelhe abrange os quatro primeiros níveis da escolaridade obrigatória (Educação Pré-Escolar, Ensino Básico 1.º Ciclo, Ensino Básico 2.º e 3.º Ciclo) garantidos por um total de três escolas (Jardim de Infância “Casa da Criança”, Centro Escolar 1.º Ciclo, Escola 2.º, 3.º Ciclo). Estas escolas concentram-se na vila de Sernancelhe, fruto dos diversos ajustamentos realizados em função da realidade da população estudantil.

Atualmente, para além dos alunos oriundos das diferentes freguesias do concelho de Sernancelhe, tem-se verificado um aumento de transferências de alunos de concelhos limítrofes, justificado na sua maioria pela deslocação regular dos seus pais e encarregados de educação, por motivos de trabalho, para zonas próximas ou pertencentes à área de influência do agrupamento.

No ano letivo 2022-2023, a oferta de ensino da rede escolar pública é constituída pelo Agrupamento de Escolas Pe. João Rodrigues – Sernancelhe, formado por um Jardim de Infância (a funcionar num edifício exterior ao recinto sede do Agrupamento, denominado como “Casa da Criança”, sob administração da autarquia), uma Escola Básica do 1.º Ciclo e por uma Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclo (estas duas últimas a funcionarem num único edifício e as três situadas no mesmo recinto).

No âmbito dos estabelecimentos de ensino de base local e de proximidade, como são os Jardins de Infância (Casa da Criança) e das Escolas Básicas (Escola 1.º CEB, Escola 2.º e 3.º CEB), estes representam 100% do total da oferta escolar pública e 75% do total da oferta escolar (pública+privada) do território do concelho de Sernancelhe. Estes valores exprimem ainda, dentro do conjunto da oferta pública, que 80% dessa oferta surge reunida apenas num único local que corresponde à sede do Agrupamento de Escolas Pe. João Rodrigues – Sernancelhe.

QUADRO 54 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA POR TIPOLOGIA E FREGUESIA NO ANO LETIVO 2022-2023.

Freguesia	Jl	EB1	EB 2,3	ES	Total
Sernancelhe	1	1	1	0	3

(CMS, AE Pe. João Rodrigues - Sernancelhe)

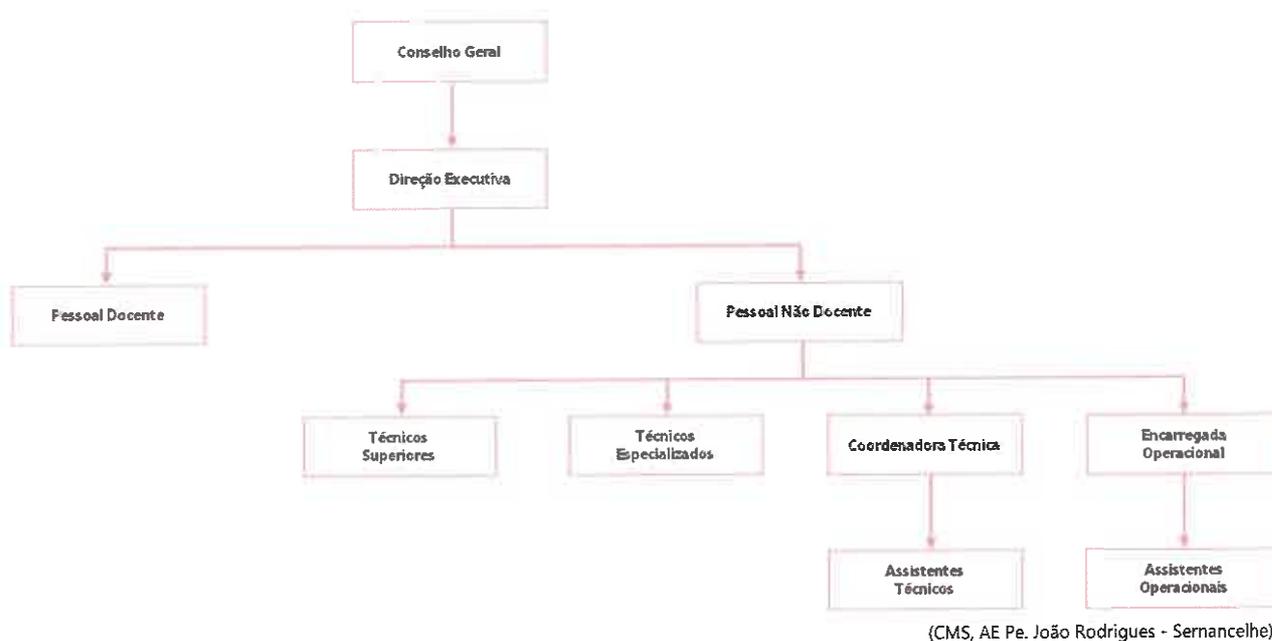
Em termos de distribuição territorial, a rede escolar pública do município de Sernancelhe reflete as necessidades de funcionalidade, a procura de eficiência do sistema e, em larga medida, as determinações superiores das direções governamentais. Não obstante, se considerarmos o atual padrão de distribuição populacional, podemos concluir que essa disposição, organização e funcionamento visa assegurar uma cobertura que satisfaça a procura escolar e possibilitar a sua utilização, de um processo de ensino-aprendizagem com qualidade, por parte de todos os seus atuais e potenciais utilizadores. A localização e a concentração dos edifícios integrantes da rede escolar pública na vila de Sernancelhe permite ainda responder de forma mais eficaz a todos quantos se deslocam diariamente por motivos profissionais.

Muito afastado do ano de 1966, quando foi criado o colégio Infante Santo, inicialmente em regime de externato e então propriedade da fábrica da Igreja de Sernancelhe, que veio a constituir o embrião da Escola Básica de Sernancelhe, o Agrupamento de Escolas de Sernancelhe foi estabelecido em 26 de Junho de 2003, mediante ofício da Direção Regional de Educação do Norte (DREN). Por essa decisão, foram englobadas no Agrupamento Vertical de Escolas vinte e um estabelecimentos escolares do 1.ºCEB (140 alunos) e uma escola EB 2,3 (380 alunos). Em 2006, por decisão do Ministério da Educação foram encerradas dezassete das vinte e uma escolas do 1.º CEB e, pouco depois passou a denominar-se Agrupamento de Escolas de Sernancelhe do qual faziam parte três polos escolares: Sernancelhe, Ferreirim, Carregal e os jardins-de-infância públicos do concelho. Mais tarde adquiriu a denominação pela qual é atualmente conhecido: Agrupamento de Escolas Padre João Rodrigues – Sernancelhe.



Considerando a realidade decorrente do reordenamento da oferta escolar em 2006-2007, o Agrupamento de Escolas Pe. João Rodrigues – Sernancelhe ajustou a sua organização administrativa e pedagógica. A organização do Agrupamento assenta em três domínios principais: o domínio executivo, o domínio pedagógico e o domínio administrativo. Em termos de constituição do organograma executivo, o mesmo é presidido pelo Conselho Geral, que delega na Direção Executiva as tarefas e responsabilidades que garantem a funcionalidade do Agrupamento, na gestão do Pessoal Docente e do Pessoal Não Docente, sendo este último um campo mais diversificado (Técnicos Superiores, Técnicos Especializados, Coordenadores e Encarregados). Ainda há a contemplar na organização do Agrupamento de Escolas Pe. João Rodrigues – Sernancelhe, em termos de funcionalidade, a superintendência do Conselho Geral e a participação da Direção, do Conselho Pedagógico, a Associação de Pais, a SADD e o Conselho Administrativo na aprovação e regulação das linhas orientadoras do projeto-orçamento (aprovação das contas de gerência aprovação do regulamento interno; proposta de reordenamento escolar) e das linhas orientadoras das propostas de formação (medidas e procedimentos pedagógicos a adotar; proposta de atuação disciplinar e normativa; metodologia e aprovação, avaliações de desempenho; aprovação de investimentos, contas e mapas). Da participação destas linhas orientadoras, a Direção do Agrupamento deverá implementar as orientações atrás referidas, resolver situações e problemas, gerir e orientar os seus recursos humanos, assegurar o normal funcionamento do agrupamento e zelar pelo bem-estar e segurança dos alunos e pela boa conservação dos equipamentos. Aos diversos coordenadores (coord. de projetos, coord. de Secretariado de Exames e Provas de Aferição, coord. de Diretores de Turma, coord. do SPO, coord. de Plano Tecnológico, coord. da Biblioteca, coord. de Departamento e ao Responsável pelo Plano de Segurança Interno) cabem implementar medidas pedagógicas e didáticas, assegurar uma eficiente rede de oferta formativa, desenvolver políticas centrais e locais de educação, implementar os projetos aprovados e desenvolver atividades lúdicas e pedagógicas. Finalmente, há a considerar os domínios da Coordenação dos Serviços da Administração Escolar, que se dividem em cinco áreas: Financeira e Contabilística, Alunos, Apoio Social e Económico, Recursos Humanos, Área de Logística.

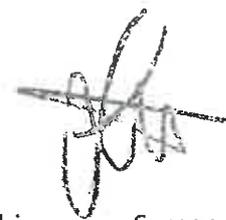
ESQUEMA 1 – ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO AE PE. JOÃO RODRIGUES – SERNANCELHE.



QUADRO 55 – COMPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS NO ANO LETIVO 2022-2023.

Direção Executiva	Pessoal Docente	Pessoal Não Docente	Técnicos Superiores	Técnicos Especializados	Coordenação Técnica	Encarregada Operacional	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais
1 Diretora	54	40	2 Psicólogas*	1 Serviço Social	1	1	5	28
1 Subdiretor				1 M. Sociocultural				
1 Adjunta				1 T. Informática				

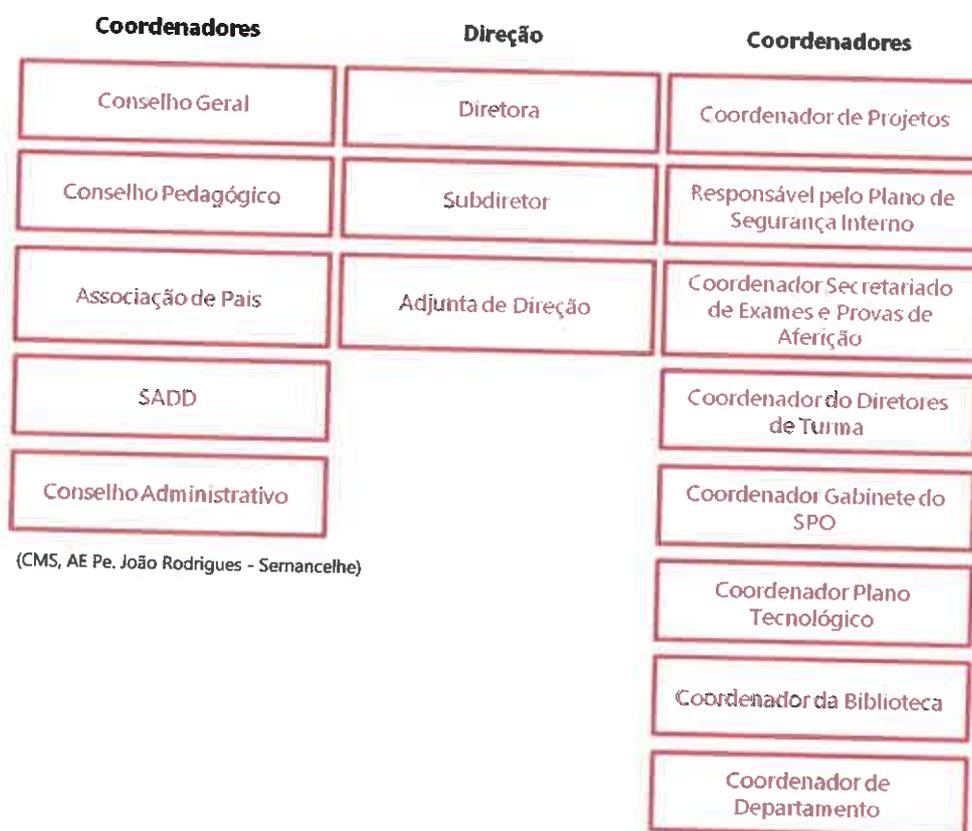
*Ao serviço do agrupamento disponibilizada pelo município.
(CMS, AE Pe. João Rodrigues - Sernancelhe)



O Agrupamento de Escolas Pe. João Rodrigues – Sernancelhe tem estabelecido parcerias e protocolos com diversas entidades, públicas e privadas, visando uma maior aproximação e colaboração entre a escola e o meio. Muito importantes para a execução do Plano Anual de Atividades, têm sido estabelecidas relações de cooperação com a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Escola Profissional, Centro de Saúde, Escola Segura, empresas e associações que reforçam e rentabilizam os recursos existentes do Agrupamento. No ano letivo 2022-2023, a Direção do Agrupamento de Escolas Pe. João Rodrigues – Sernancelhe, com base nos documentos de avaliação, identificou alguns problemas ou áreas que merecem uma intervenção prioritária de forma a melhorar o serviço prestado e que constam do seu Projeto Educativo (2022-2026). São, designadamente:

- Desenvolver, ao nível da educação para a cidadania, ações sobre intervenções cívicas, solidariedade ativa e relação com o outro enquanto responsabilidade do próprio.
- Reconhecer público dos alunos que se notabilizam pela sua participação ativa na vida da escola.
- Reforçar o envolvimento dos alunos nas atividades de enriquecimento curricular (AEC).
- Desenvolver ações lúdicas que promovam uma maior interação entre os agentes educativos na comunidade escolar.
- Promover uma participação mais ativa e um maior envolvimento da Associação de Pais na vida escolar, fomentando a coesão da comunidade escolar através de uma maior proximidade aos Encarregados de Educação.
- Reforçar, atualizar e comunicar a imagem da escola enquanto espaço agradável, disciplinado e seguro.
- Promover a flexibilização curricular e a necessidade da articulação interdepartamental e o trabalho colaborativo.
- Provocar e estimular um maior compromisso entre as famílias, Encarregados de Educação e os alunos na construção da sua aprendizagem.
- Promover o melhoramento das atitudes e comportamentos dos discentes no espaço escolar.

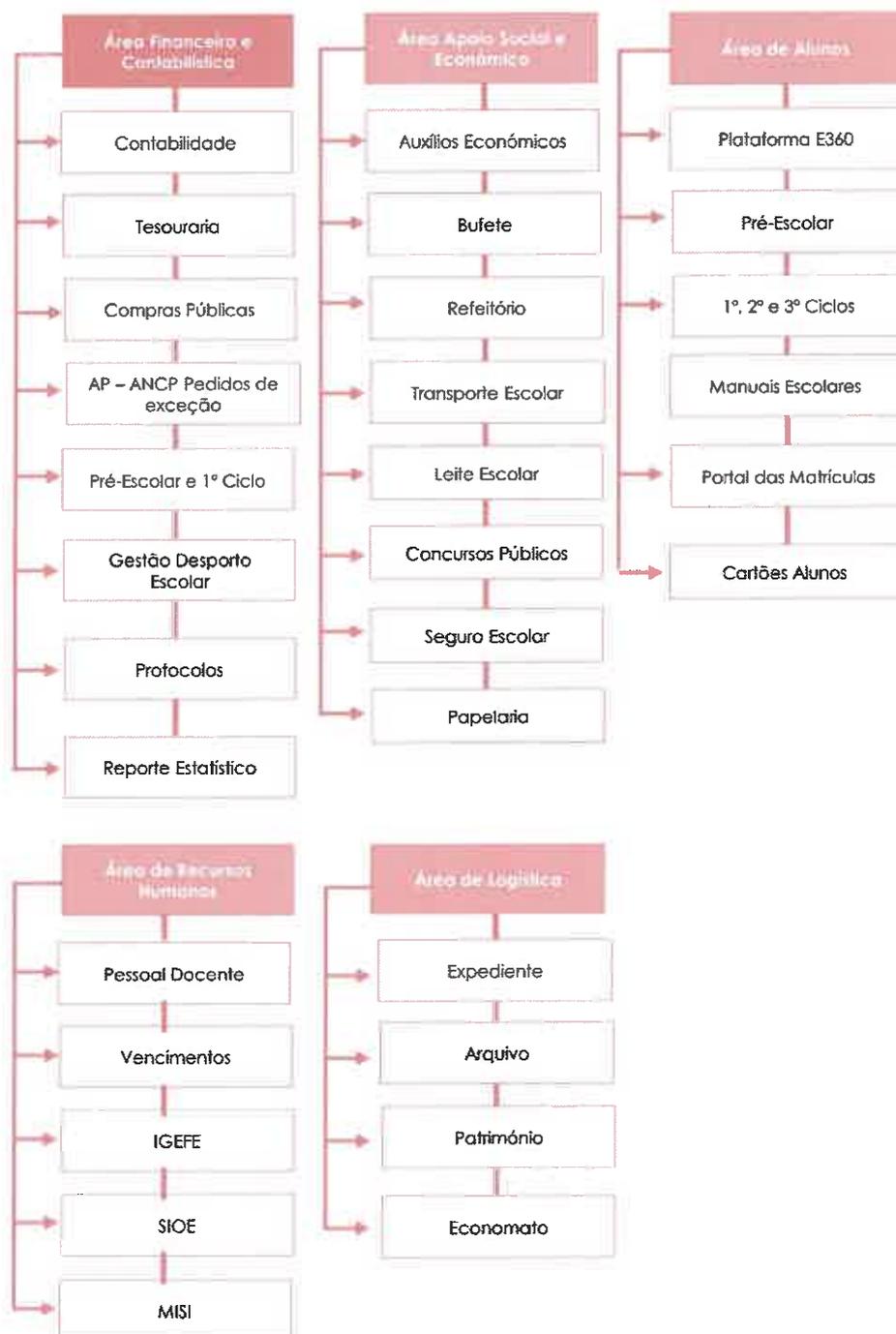
ESQUEMA 2 – ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DO AE PE. JOÃO RODRIGUES – SERNANCELHE.



(CMS, AE Pe. João Rodrigues - Sernancelhe)



ESQUEMA 3 – ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DO AE PE. JOÃO RODRIGUES – SERNANCELHE.



(CMS, AE Pe. João Rodrigues - Sernancelhe)

		Ambiente interno	
		Pontos Fracos	Pontos Fortes
Ambiente Externo	Ameaças	<p>Relação escola-família carece de reforço e melhoria;</p> <p>Inadequação de atitudes cívicas de alguns alunos;</p> <p>Capacidade esgotada da Rede do Plano Tecnológico nas escolas da sede do Agrupamento;</p> <p>Assiduidade irregular dos alunos de etnia cigana (1.ºCEB, 2.ºCEB e 3.ºCEB);</p> <p>Falta de isolamento das janelas e consequente perda energética;</p> <p>Falta de espaços cobertos e espaços verdes;</p> <p>Instabilidade social, afetiva e financeira das famílias resultante da crise económica;</p> <p>Escassos recursos económicos, para além do estabelecido em sede do orçamento geral do Estado, o que dificulta o financiamento das ofertas formativas diversificadas e dos projetos;</p>	<p>Liderança da Direção ao nível da gestão de recursos e controlo da gestão integrada;</p> <p>Boas condições das infraestruturas e equipamentos didáticos de boa qualidade;</p> <p>Qualificação, empenho e integração do corpo docente e não docente;</p> <p>O nível elevado, qualidade e organização do relacionamento entre os diferentes órgãos e serviços escolares do Agrupamento</p> <p>O nível elevado do aproveitamento dos recursos tecnológicos;</p> <p>Prevenção e resolução de situações de indisciplina em concordância com o Código de Conduta e com o Regulamento Interno;</p> <p>Existência de Atividades de Enriquecimento Curricular, Clubes, Oficinas e GAAF.</p> <p>Promoção das literacias através da forte dinâmica das atividades da Biblioteca Escolar;</p> <p>Cooperação das estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica;</p> <p>Diversidade e desenvolvimento das medidas de apoio educativo (PAE).</p> <p>Resposta diferenciada e integradora proporcionada aos alunos com necessidades educativas especiais, de carácter permanente, e a sensibilidade da comunidade escolar para a integração e inclusão plena dos alunos;</p> <p>Número reduzido de alunos por turma;</p> <p>Articulação e comunicação com a CPCJ e a Segurança Social;</p> <p>A integração na comunidade e a relação de cooperação com a autarquia e outras instituições;</p> <p>Diversidade da oferta formativa;</p> <p>Existência de uma Associação de Pais e Encarregados de Educação.</p> <p>Taxa de abandono escolar no Ensino Básico praticamente nula</p> <p>Oferta do Ensino Pré-Escolar para todos os alunos do concelho.</p>
	Oportunidades	<p>Parcerias com instituições, associações de natureza artística e/ou cultural e de ensino profissional;</p> <p>Direção em parceria com a autarquia cria mecanismos que permitem avaliar as necessidades e a satisfação do pessoal não docente;</p>	<p>Projetos internacionais e nacionais que permitem a projeção do Agrupamento e criam oportunidades aos alunos;</p> <p>Intercâmbios internacionais e nacionais.</p>

(CMS, AE Pe. João Rodrigues - Sernancelhe)



- Melhorar e ajustar a heterogeneidade na constituição de certas turmas, enquanto fator impeditivo da valorização dos alunos com desempenho de nível excelente.
- Melhorar e ajustar a integração dos alunos de etnia cigana, bem como estimular e aumentar o seu investimento escolar.

No que diz respeito à oferta da rede escolar pública, o Agrupamento de Escolas Pe. João Rodrigues – Sernancelhe desenvolve no ano letivo de 2022-2023 um plano de ação estratégico – *"Juntos somos o futuro"* – através do qual procura desenvolver processos e atividades que consigam desenvolver, incrementar e aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem visando o sucesso dos alunos e que contribua de forma eficaz para a construção da sua identidade, enquanto cidadão e profissional, em concordância com os seus interesses e expectativas. O plano *"Juntos somos o futuro"* é norteado por quatro princípios basilares (o princípio da qualidade pedagógica, o princípio da transparência, o princípio da participação e o princípio da igualdade). Na sua globalidade, estes princípios propõem-se a orientar as iniciativas e atividades que se dispõem a alcançar e assegurar a qualidade da ação e da dimensão pedagógica, fomentando a participação ativa da comunidade escolar num plano onde se partilham responsabilidades e delegam competências em total transparência. Ainda no cumprimento deste plano, o Agrupamento de Escolas Pe. João Rodrigues – Sernancelhe definiu um conjunto de referenciais que se elencam e que se propõem a:

- Garantir um serviço público de educação de qualidade, rigor e de disciplina do ensino prestado;
- Integrar e valorizar o esforço e o papel de cada um;
- Dotar os alunos de conhecimento sobre si próprios e sobre os outros;
- Abrir-se ao meio envolvente e aprender com ele;
- Transmitir valores universais e inalienáveis.
- Preparar alunos conscientes e empenhados nas opções que tomam quanto ao seu percurso escolar, quer no sentido do prosseguimento de estudos, quer no sentido da opção profissionalizante.
- Formar cidadãos autónomos e responsáveis.

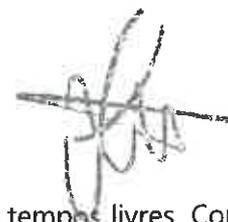
- Contribuir para o desenvolvimento da comunidade educativa em que se insere, do concelho e, no limite, do país.

Em suma, o plano educativo e o plano de ação estratégica “*Juntos somos o futuro*” visam tornar o Agrupamento de Escolas Padre João Rodrigues – Sernancelhe reconhecido como uma instituição pública de referência pela qualidade do ensino e da formação que as suas escolas proporcionam (1.ºCEB, 2.ºCEB e 3.ºCEB), e que pela sua oferta educativa, visão, missão e valores se torne atrativo para os alunos, atuais e futuros, quer do concelho que serve, quer dos concelhos limítrofes. Como único Agrupamento de Escolas no concelho de Sernancelhe no âmbito da oferta da rede pública de ensino, este defende que o trabalho científico e pedagógico que tem sido desenvolvido e a sua continuidade dentro de parâmetros de elevada exigência deverá constituir o principal argumento que garante aos Pais e Encarregados de Educação dos atuais alunos que a tomada da decisão na sua frequência foi a mais acertada e que afiança aos futuros alunos como sendo uma decisão segura. A esse argumento e preocupação acresce um clima relacional positivo, uma cultura organizacional estável e a disponibilidade de recursos materiais e humanos que asseguram a qualidade do ensino.

4.1.2. Salas de aula/atividade e estado de conservação.

Os dados que se recolhem sobre este aspeto consistem essencialmente na perceção dos diretores e da avaliação dos serviços técnicos competentes municipais. O estado de conservação exterior dos edifícios dos estabelecimentos de ensino é, na generalidade insatisfatório. Em alguns casos, em particular nas fachadas mais expostas à ação dos agentes erosivos verifica-se a sua degradação e no interior também é facilmente observável a deterioração das instalações e equipamentos.

No âmbito da oferta escolar do Ensino Pré-Escolar, o funcionamento do Jardim de Infância - “Casa da Criança” decorre num edifício recentemente requalificado (08.09.2008), cuja gestão se encontra a cargo da autarquia, e que possui boas instalações, com 5 salas de aula/atividades, diversos



espaços de recreio e outros de lazer e ocupação de tempos livres. Contudo, com o encerramento do Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia ocorrido em Maio do presente ano letivo, é muito importante referir que as 5 salas tornar-se-ão, já no início do ano letivo 2023/24, insuficientes para acomodar mais 21 alunos que transitarão desse estabelecimento de ensino privado e integrarão a oferta escolar pública existente.

A Escola Básica do 1.º Ciclo é um edifício recente, bem equipado, construído no recinto escolar da sede de Agrupamento e que está em funcionamento desde setembro de 2014. Possui 5 salas de aula/atividade, uma cantina que serve os alunos dos três ciclos do ensino básico. Com a entrada em funcionamento deste equipamento, nele foram concentrados os alunos do 1.º Ciclo o que trouxe um forte incremento na qualidade do processo de ensino-aprendizagem, bem como um impacto muito positivo na matriz social dos alunos. No entanto, é muito importante destacar a existência de espaços ou situações potencialmente perigosos, como a inexistência de proteção sobre a zona dos cacifos, sobranceira às escadas interiores, situação para a qual se recomenda intervenção prioritária (e que não consta como zona potencialmente crítica no plano de segurança interno do agrupamento).

QUADRO 56 – REPARTIÇÃO DAS SALAS DE AULA/ATIVIDADE DA OFERTA PÚBLICA.

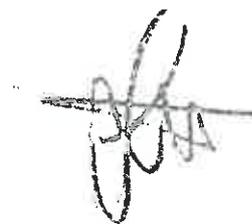
Estabelecimento de Ensino	Salas de aula	Laboratórios	Sala TIC	Salas de Música	Sala de EV/ET	Sala de Desenho	Salas SPO GAP CAA POPSC
Jardim de Infância "Casa da Criança"	5	0	0	0	0	0	0
Centro Escolar 1.ºCEB	5	0	0	0	0	0	0
M Escola 2,3º CEB	11	2	1	1	1	1	3

(CMS, AE Pe. João Rodrigues - Sernancelhe)

A Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclo funciona num edifício-monobloco que já conta com trinta e três anos de existência, encontrando-se em condições insatisfatórias de conservação. Possui 22 salas de aulas/atividades, onde se inclui um laboratório, dois campos polidesportivos descobertos, um balneário e espaços verdes e de recreação. As salas de aula destinadas às disciplinas de Educação Visual, de Educação Tecnológica, de Educação Musical e de Ciências Naturais têm, quando comparadas com as restantes, melhores condições estruturais, muito embora estejam a necessitar de melhoramento e substituição de equipamentos pedagógicos. O espaço não se afigura suficiente para o desenvolvimento e funcionamento das atividades letivas e dos serviços, como demonstra a reorganização efetuada na antiga cantina (hoje o agrupamento é servido pela cantina existente no centro escolar do 1.ºCEB) que foi transformada e dividida em três salas de atividade, mas que não possuem condições de trabalho, dadas as divisões em *pladur*.

É neste equipamento que se detetaram as maiores dificuldades e pontos críticos a necessitarem de uma intervenção prioritária. Em termos infraestruturais, as salas de aula revelam um estado de conservação muito insatisfatório, do qual se destacam os revestimentos e pavimentos muito deteriorados, constantes quebras da rede elétrica que afetam especialmente a iluminação, derivadas dos quadros elétricos estarem muito deteriorados, a aparelhagem elétrica muito desgastada pelo uso e cuja potência é fraca (mas que dado o estado de conservação e funcionamento também se torna muito difícil, senão mesmo impossível proceder a um aumento de potência) e a ineficiência (quase inexistência) do isolamento térmico e energético.

Os equipamentos educativos, para além de insuficientes, encontram-se muito degradados. Em março do ano letivo 2022/23, o Agrupamento de Escolas Pe. João Rodrigues – Sernancelhe identificou a necessidade de 29 videoprojetores, dos quais 24 se indicavam a serem instalados em salas de aula, incluindo salas de música e laboratórios, 2 para a biblioteca e centro de recursos, 2 no auditório e 1 no ginásio. O pedido foi enviado à DGEC, mas sobre o qual não ainda houve resposta à data da revisão da carta educativa. De uma forma geral, é bem evidente a falta de equipamento pedagógico e ergonómico. As aulas de Educação Física decorrem com dificuldade, em que os balneários estão encerrados dadas as péssimas condições e os campos desportivos não reúnem condições satisfatórias para a prática desportiva. E quando os alunos, frequentemente, têm que se deslocar ao pavilhão



desportivo municipal, a deslocação não está isenta de dificuldades, pois os acessos carecem de melhoramento.

No que diz respeito a outras áreas do estabelecimento de ensino do 2,3.ºCEB, bem como no espaço exterior há ainda a registar as dificuldades provocadas pelo deficiente sistema de canalização, onde são frequentes os entupimentos de caeiras (que posteriormente originam infiltrações), valetas descobertas, infiltrações que causam dano e contribuem para o mau funcionamento da rede elétrica, em especial a iluminação, a inexistência de um sistema e deteção de fogo e a rede de bombeiros é muito deficitária, onde apenas funcionam duas bocas de incêndio, a inexistência de portas corta-fogo, o estado muito degradado dos muros de vedação exteriores e a inexistência de espaços verdes e a possibilidade da sua reorganização/reconversão para espaços onde se podem desenvolver atividades pedagógicas.

4.1.3. Barreiras arquitetónicas.

Os dados apresentados neste ponto resultam da perceção dos diretores (ou quem delegado pelos mesmos), carecendo de avaliação e validação por parte dos serviços técnicos competentes municipais. No que diz respeito às barreiras arquitetónicas exteriores é possível observar que os estabelecimentos educativos que integram o território de Sernancelhe apresentam certas barreiras, sobretudo escadas, ainda que as dificuldades por elas causadas tenham sido minimizadas pela construção de rampas.

No interior dos edifícios, as barreiras arquitetónicas são reduzidíssimas, tendo sido instalados elevadores e adaptados alguns dos constrangimentos à mobilidade e acessibilidade, ainda existentes em virtude de se tratarem de infraestruturas antigas, de um tempo em que não se colocavam essas preocupações. De uma forma geral, é possível verificar que as infraestruturas apresentam um elevado nível de acesso a pessoas com mobilidade reduzida, não se registando qualquer constrangimento no Centro Escolar ou no edifício sede do Agrupamento de Escolas Pe. João Rodrigues. No entanto, por dificuldades ligadas à manutenção e conservação dos edifícios, alguns

locais acabam por se constituir como pontos críticos, como o estado das valetas.

4.1.4. Bibliotecas escolares.

O município de Sernancelhe tem em funcionamento apenas uma biblioteca escolar pública, associada e instalada no Agrupamento Pe. João Rodrigues - Sernancelhe. Possui uma coleção com pouco mais de cinco milhares e meio de volumes (5674 registados no catálogo biblio.net), bem como equipamento informático e audiovisual. Encontra-se organizada por seis zonas, designadamente pela zona de atendimento/acolhimento, zona de leitura informal, zona de multimédia, zona de leitura audiovisual, zona de leitura de documentação impressa e pela zona de produção gráfica de trabalhos em grupo/ sala de estudo.

A Biblioteca Escolar assume por missão adquirir, disponibilizar e difundir recursos de natureza diversa para promover a cultura, a pesquisa e os hábitos e métodos de estudo, contribuindo assim para a autonomia, para a literacia informacional e para a aprendizagem ao longo da vida dos seus utilizadores. Tendo por base esta missão, tem por objetivos:

- apoiar e promover os objetivos educativos definidos de acordo com as finalidades e currículo do agrupamento;
- criar e manter, nas crianças e jovens, o hábito e o prazer da leitura, da aprendizagem e da utilização das bibliotecas ao longo da vida;
- proporcionar oportunidades de utilização e produção de informação que possibilitem a aquisição de conhecimentos, a compreensão, o desenvolvimento da imaginação e o lazer; apoiar os alunos na aprendizagem e na prática de competências de avaliação e utilização da informação, independentemente da natureza e do suporte, tendo em conta as formas de comunicação no seio da comunidade;
- organizar atividades que favoreçam a consciência e a sensibilização para questões de ordem diversa, nomeadamente cultural e social;



- trabalhar com alunos, professores, órgão de gestão, encarregados de educação e outros, de modo a cumprir a missão do Agrupamento;
- promover a leitura, os recursos e serviços da BE junto da comunidade escolar e fora dela; cooperar com outras instituições oficiais e particulares, em áreas como o trabalho técnico e a animação pedagógica e fomentar parcerias de índole diversa com a biblioteca municipal e com outras entidades.

Desde 2003, que a Biblioteca Escolar integra a Rede de Bibliotecas Escolares e, desde 2017, beneficia do acordo de cooperação com a Biblioteca Municipal, constituindo-se por esse protocolo a Rede de Bibliotecas de Sernancelhe. Em 2018, com a candidatura do projeto designado “Sernancelhe, uma escola no mundo”, passou a integrar o Programa Escolas a Ler+ 2027, tendo recebido um galardão em 2019.

A Câmara Municipal de Sernancelhe tem garantido um apoio importante quer para a qualificação do espaço, quer para a política da Biblioteca Escolar, contribuindo no âmbito das suas competências e das estabelecidas pelos protocolos assinados, nomeadamente investindo no equipamento mobiliário, na diversificação da coleção da biblioteca e em obras pontuais. A estratégia seguida pelo Agrupamento de Escolas tem permitido e facilitado que a Biblioteca Escolar se tenha articulado com a Biblioteca Municipal, contribuindo de forma indelével para o combate às iliteracias.

A constante monitorização, quase em tempo real, da atividade da Biblioteca Escolar e da Biblioteca Municipal de Sernancelhe (Rede de Bibliotecas de Sernancelhe) das consultas e empréstimos, mas também tipos de leitores e de assuntos mais procurados, permite uma gestão muito eficiente da coleção e a prestação de um serviço de elevada qualidade. Na última década (2013-2023), a taxa de inscrição como novos leitores na Rede de Bibliotecas de Sernancelhe foi de 8,5 indivíduos, concentrando-se o maior número de leitores entre as camadas mais jovens, em idade escolar, e nos jovens adultos. Os valores médios de empréstimos registados na última década (2013-2023) situaram-se em valores pouco acima do milhar e meio de volumes (1611 vol./ano), número imperfeito, pois há a considerar a situação criada pelo estado de pandemia (COVID-19), período em que os estabelecimentos escolares e as bibliotecas estiveram encerrados e sofreram os constrangimentos que obrigaram a quarentenas e a impossibilidade de

requisições. Finalmente, do número total de leitores ativos da Rede de Bibliotecas de Sernancelhe extrae:n-se 372 inscritos que correspondem a alunos.

4.1.5. Rede escolar privada.

No ano letivo 2022-2023, a rede escolar privada solidária (onde se incluem as instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou outras sem fins lucrativos) e a privada lucrativa (onde se incluem instituições com fins lucrativos) abrangia no município de Sernancelhe a Educação Pré-Escolar, o Ensino Profissional e o Ensino Artístico, cujos níveis e graus (no caso do E. Artístico) são garantidos pela Santa Casa da Misericórdia de Sernancelhe, pela ESPROSER e pelo Conservatório Regional de Música de Ferreirim.

Esta oferta escolar possui um parque que se distribui no território de forma distinta, localizando-se os edifícios na União de Freguesias de Sarzeda e Sernancelhe e na Freguesia de Ferreirim. De forma mais detalhada, esta rede escolar distribui-se da seguinte forma: um estabelecimento destinado à Educação Pré-Escolar (Creche e Jardim de Infância) da Santa Casa da Misericórdia de Sernancelhe, um estabelecimento dedicado ao Ensino Profissional da ESPROSER e um estabelecimento dedicado ao Ensino Artístico do Conservatório Regional de Música de Ferreirim (CRMF). É importante aqui salientar e estabelecer uma quebra; no decurso da revisão da carta educativa, no presente ano letivo 2022/23, mais concretamente no mês de maio, o Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Sernancelhe comunicou à Câmara Municipal de Sernancelhe a sua decisão em proceder ao encerramento desses serviços, pelo que apesar de inicialmente aqui ter sido considerado, o Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia acabou por não ser contemplado na oferta escolar privada e os dados que lhe eram referentes, mormente os quantitativos dos alunos foram transferidos para a oferta escolar pública, ainda que só no ano letivo 2023/24 passem efetivamente a ser contabilizados.

O parque escolar privado é reduzido, mas possui especial relevância no território municipal, pois contribui de forma indelével para a coesão



territorial, especialmente no que se relaciona com o Ensino Profissional, que proporciona aos alunos a continuação de estudos à saída do 3.º CEB e oportunidades de formação com grande procura profissional. Na sua globalidade, distribuem-se por 41 salas de aula/atividade os diferentes domínios e níveis educacionais.

A ESPROSER – Escola Profissional de Sernancelhe é um estabelecimento de natureza privada, que prossegue fins de interesse público e goza de autonomia pedagógica, administrativa e financeira, sujeita à tutela científica, pedagógica e funcional do Ministério da Educação, integrando a sua oferta formativa. A Escola foi criada em novembro de 1993, nasceu da concertação de vontades entre a Câmara Municipal de Sernancelhe e a Associação Jornalística. Em 1999, a Escola Profissional de Sernancelhe passou a estar incorporada na sociedade - ESPROSER – Escola Profissional, S.A. - fruto de uma parceria entre o Município de Sernancelhe e a Liga dos Amigos da ESPROSER, cujo capital social se repartia em 60% e 40%, respetivamente. Em finais de 2014, ocorreu uma nova estruturação da administração, distribuindo-se entre o Município de Sernancelhe (49,50%), Liga de Amigos da ESPROSER (40%), pela Associação Âmbula Instituição Particular de Solidariedade Social (10%), pela Família Flora – Restaurante, Lda. (0,25%) e pela Electropisca, Lda. (0,25%).

Desde a sua fundação, a Escola Profissional de Sernancelhe tem vindo a desenvolver a sua atividade formativa de forma a integrar jovens profissionais tecnicamente competentes na sociedade, conscientemente responsáveis e vocacionados para a sua profissão. Para além da oferta formativa profissional que permite uma integração na vida ativa, a preparação científica e técnica que é assegurada e certificada permite aos seus alunos, segundo sua decisão, o prosseguimento de estudos. Assim, a conclusão de qualquer um dos cursos na ESPROSER confere um diploma equivalente ao ensino secundário e um certificado de qualificação profissional de nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ). O diploma equivalente ao ensino secundário e o certificado de qualificação profissional de nível 4 (12º ano) permitem o ingresso nos Cursos de Especialização Tecnológica (nível 5 do QNQ) e também o acesso ao ensino superior.

Atualmente, a ESPROSER possui um conjunto de infraestruturas modernas, resultado do ajuste das suas instalações (antigo edifício da Escola

C+S de Sernancelhe) às necessidades que as diferentes áreas de ensino/formação foram exigindo. A primeira grande remodelação e adaptação dos espaços remonta ao ano de 2004, tendo-se seguido uma nova campanha de obras de melhoria e ampliação das instalações em 2012, que permitiu definir 31 salas de aula/atividade (total de 20 salas de aula, uma biblioteca, um auditório, oito laboratórios de física/química, informática e de eletricidade, restauração, mesa-bar, sala de maquetes, sala de autocad, além de uma cozinha, bar, espaço de convívio e pavilhão multiusos). Segundo a informação prestada pela direção da ESPROSER, tem-se registado um importante investimento em equipamento até ao ano letivo 2022-2023, com

QUADRO 57 – REPARTIÇÃO DAS SALAS DE AULA/ATIVIDADE DA OFERTA PRIVADA.

Tipologia		Quantidade
	Salas de aula	20
C M S Laboratórios	Informática	1
	Físico-química	1
	Saúde	1
	Restauração	2
	Eletrónica	3
	Auditório	1
	Oficina (construção civil)	1
	Multiusos	1
Outros	Gabinetes	8
	Coordenação	1
	A. Pedagógica	1
	A. Financeira	1
	Presidente C. Administração	1
	Sala de reuniões	1
	Apoio	1

(CMS, ESPROSER)



regularidade, que tem possibilitado ao estabelecimento manter 3 laboratórios de informática (equipações com 24 computadores em cada um), 20 salas de aula/atividade, das quais 9 possuem quadros interativos e videoprojectores. Finalmente, a desmaterialização de parte dos processos passou pela utilização de plataformas online (salas virtuais em sistema Zoom, Plataforma Moodle e LPON), como a apresentação de toda a informação pedagógica de alunos e Formadores, pelo livro de ponto online, ao qual têm acesso de forma facilitada todos os alunos e encarregados de educação – bastando para tal ter acesso à internet. E, evidentemente, o acesso à internet é gratuito.

A ESPROSER representa uma oportunidade e um esforço. Uma oportunidade na medida em que procura contrariar as tendências negativas que frequentemente se encontram nas dinâmicas do domínio da Educação nos territórios de baixa densidade, como o insucesso e o abandono escolar, a fuga dos jovens para os centros urbanos, a incapacidade (na maior parte das vezes por ausência de oferta) de formar para o contexto de trabalho. Na tentativa de contrariar essa tendência, a ESPROSER assume-se igualmente como um esforço, na medida em que consiste num projeto dinâmico e eficaz, que representa um forte investimento das forças vivas da região no desenvolvimento do ensino profissional. Por isso, ao proporcionar alternativas de formação aos seus alunos e formandos, atuais e futuros, contribui de forma indelével para a diversificação e qualificação dos recursos humanos existentes, preparando-os para as novas realidades e desafios empresariais, económicos e sociais de um território em profunda transformação, decorrente dos múltiplos investimentos industriais em curso. Segundo os seus estatutos, o seu objetivo principal é o de promover o desenvolvimento económico, social, cultural, científico, tecnológico e profissional da comunidade local, regional e nacional, através da realização ou do patrocínio de atividades de ensino, de educação, de cultura, de investigação, de inovação, de formação profissional e de solidariedade social, regendo-se pela legislação enquadradora no que concerne à organização, funcionamento, tutela e fiscalização pelos seus estatutos e regulamento interno, aprovado em Assembleia Geral.

A ESPROSER constitui uma aposta renovada de formação profissional no concelho de Sernancelhe e até na Região. Este espaço comunitário define e contribui para o modelo de formação da Escola Profissional – um subsistema

modular alternativo ao sistema regular de ensino - que oferece uma multiplicidade de opções conducentes à fixação da população jovem que vem aderindo cada vez mais a este projeto de formação. Do ponto de vista legal, a Escola Profissional de Sernancelhe é uma instituição de ensino privado, regulada pela legislação aplicável.

No ano letivo 2022-2023, mantém como missão formar jovens e adultos em diversas áreas de educação e formação com saberes e competências que promovam a sua inserção no mercado de trabalho preferencialmente da região e/ou lhes permitam prosseguir estudos. E igualmente mantém a sua visão em pretender e pugnar por ser uma Escola de referência na região pelas competências técnicas e sociais dos seus formandos. E assume como valores a Qualidade, a Competência (social/técnica), a Proximidade, a Responsabilidade e o Envolvimento Social e a Distinção. Considerando o ambiente empresarial e sociocultural em que a ESPROSER atua, a instituição definiu como objetivos estratégicos, os que se elencam:

- Desenvolver a atividade formativa de acordo com as orientações dos ministérios que a tutelam: Ministério da Educação e Ministério da Segurança Social;
- Desenvolver a atividade formativa de acordo com os requisitos do referencial de certificação definidos pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) em sede de certificação de entidades formadoras;
- Manter uma estrutura de formação com colaboradores dotados de um perfil de competências ajustados à função formativa, apostando na formação contínua dos mesmos;
- Garantir que as ações são ministradas por Formadores/as com reconhecida experiência científica/técnica e pedagógica;
- Executar o planeamento da formação numa base anual integrando objetivos, ações a realizar, resultados a alcançar e identificação dos recursos, promovendo a qualidade, eficiência e eficácia das intervenções formativas;
- Priorizar a oferta formativa em função da situação económica e financeira das empresas da região;



- Ser parceira na comunidade com a proximidade entre escola e famílias com o apoio de serviços especializados na construção de projetos sociais mais sólidos dos Formandos/as;
- Ser parceira com instituições locais em atividades / eventos culturais, sociais e desportivos;
- Aumentar a notoriedade da entidade formadora como um polo de dinamização;
- Contribuir para a elevação das qualificações e melhoria das competências dos futuros ativos da região através da aproximação, durante o percurso escolar, ao mundo do trabalho.

O seu âmbito de intervenção na Educação/Formação, especialmente ao nível do ensino secundário, na sua vertente do ensino profissional, propõe cursos de nível IV, para jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 20 anos. E, nesse âmbito, a ESPROSER procura constantemente manter-se atualizada e pugna por diversificar a sua oferta formativa, procurando ir ao encontro das expectativas dos atuais e potenciais alunos e responder às necessidades evidenciadas pelo mercado de trabalho a nível local e regional.

No domínio das áreas de intervenção da ESPROSER, o ensino profissional tem sido, até à data, uma das principais atividades formativas, envolvendo um número significativo de alunos e professores. Como referimos, os Cursos Profissionais constituem um subsistema do Ensino Secundário juridicamente regulado pelo Decreto-Lei 4/98 de 8 de janeiro, conferindo uma equivalência escolar correspondente ao 12.º ano e uma qualificação de nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações. Deste modo, embora a integração no mundo do trabalho constitua a sua finalidade fundamental, a equivalência escolar possibilita em simultâneo aos jovens o prosseguimento de estudos.

As disciplinas dos Cursos Profissionais estão agrupadas em três áreas de formação e estruturadas segundo uma lógica modular. A modularização determina métodos específicos de ensino-aprendizagem, assim como modalidades específicas de avaliação; a progressão ocorre, deste modo, de acordo com os ritmos diferenciados de aprendizagem dos alunos. O regime de progressão adotado no Ensino Profissional termina com a Prova de Aptidão Profissional, trabalho que assume a natureza de projeto transdisciplinar, em que se evidencia uma dimensão teórica, integradora dos

saberes adquiridos e uma dimensão prática, em estreita ligação com o contexto de trabalho. Os cursos profissionais ministrados nesta Escola valorizam o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão em articulação com o tecido empresarial local/regional, assente na Formação em Contexto Escolar (FCT) distribuída pelo segundo e terceiro ano. Para o triénio 2019/2022, a Escola possui Autorização Prévia de Funcionamento (nº47) para as seguintes áreas de formação:

- Técnico de Turismo;
- Técnico de Construção Civil (especificações);
- Técnico de secretariado;
- Técnico de Gestão de equipamentos Informáticos;
- Técnico de higiene e segurança do trabalho e ambiente;
- Técnico de gestão e programação de sistemas informáticos;
- Técnico de Instalações elétricas;
- Técnico de receção;
- Técnico de Restaurante-Bar;
- Técnico de Informática de Gestão;
- Técnico de Análise Laboratorial;
- Técnico Auxiliar de Saúde;
- Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores;
- Técnico de Cozinha e Pastelaria;

Em junho de 2021, a DGESTE autorizou os seguintes cursos profissionais:

- Técnico de Multimédia;
- Técnico Comercial;
- Animador Sociocultural;

A definição da oferta formativa da Escola Profissional é efetuada com base na concorrência e na oferta já existente, sem esquecer o facto da



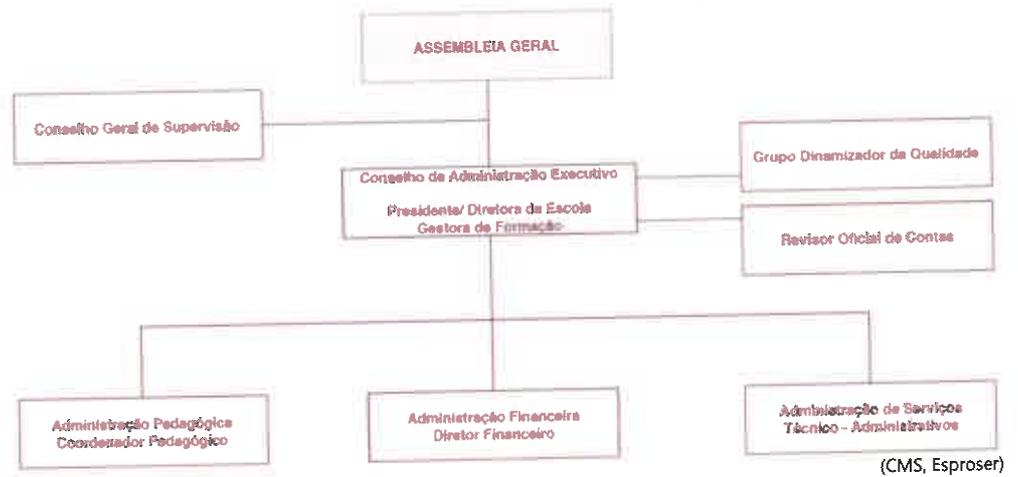
maioria dos alunos ser procedente de freguesias do município de Sernancelhe, mas, também, oriunda de concelhos limítrofes, e das lacunas detetadas ao nível da procura de técnicos qualificados no mercado de trabalho, atual e futuro. Após a sua formação, os alunos ao integrarem o mercado de trabalho tornam-se no elemento mais ativo da participação da ESPROSER no desenvolvimento local e regional, na medida em que colmatam as carências de mão-de-obra qualificada e duplamente certificadas na região, e, muitas vezes, constituem-se como agentes que fomentam a criação de emprego e fixação de outros jovens.

Consciente das mudanças provocadas pela globalização e da necessidade de adequar a oferta formativa às exigências da sociedade da comunicação e do conhecimento, a ESPROSER compreende a necessidade de ajustar a sua oferta formativa às solicitações locais, regionais, nacionais e internacionais. Nesse sentido, no processo de definição da oferta formativa, a ESPROSER, para o triénio 2019-2022 considerou e continua a desenvolver as seguintes diretivas: o protocolo estabelecido com a Câmara de Paul (Cabo Verde); a parceria com o Município de Jacou (França) e a Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Norte (norte2020.pt) que identifica como domínios de especialização prioritários os serviços de turismo, considerando que se trata de um setor com maior crescimento na região e como tal exige uma qualificação da oferta de recursos humanos.

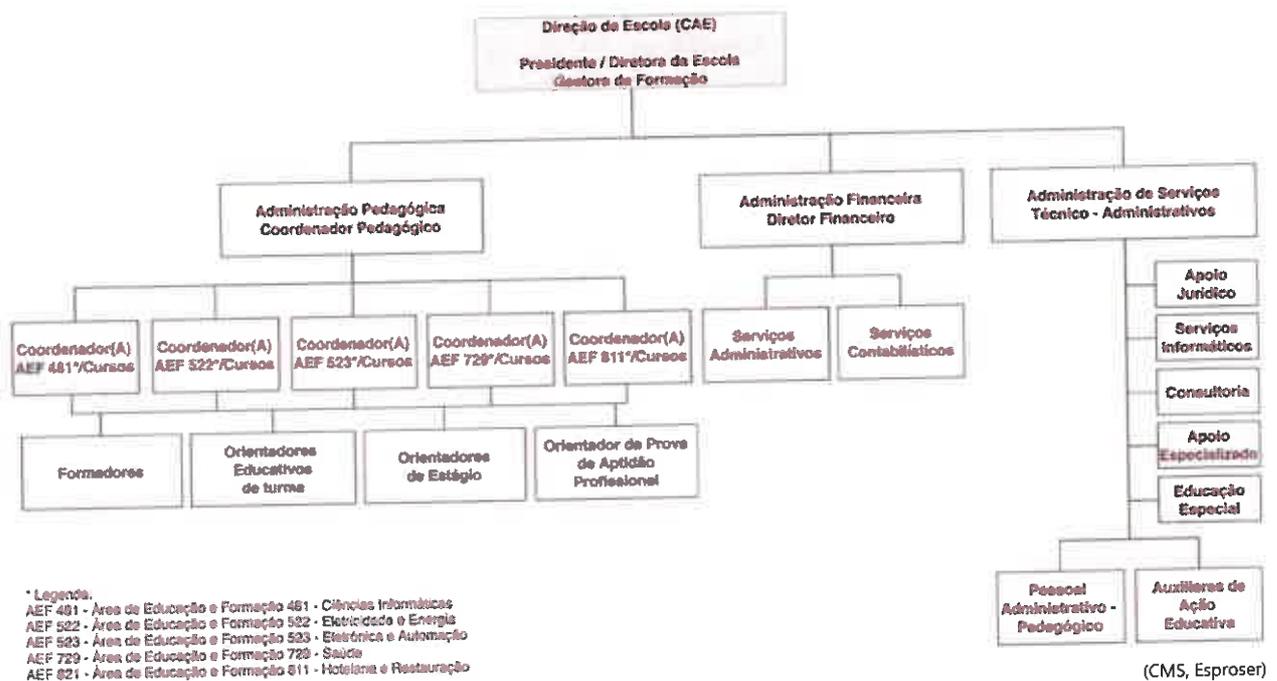
A estrutura organizacional da ESPROSER – Escola Profissional de Sernancelhe, apesar do seu organigrama parecer complexo, subdivide-se em três domínios de administração: a Administração Pedagógica, a Administração Financeira e a Administração de Serviços Técnico-Administrativos. Note-se que se distinguem duas estruturas organizacionais, uma referente à ESPROSER – Escola Profissional S.A. e outra referente à ESPROSER – Escola Profissional de Sernancelhe. Por questões metodológicas e de âmbito dos objetivos da Carta Educativa, centremos a análise no campo da administração pedagógica e, posteriormente, no pessoal não docente.

A equipa formativa, composta pelos professores/formadores, constituem um dos mais importantes ativos da ESPROSER, essenciais para a concretização dos objetivos definidos. Como é evidente, os professores/formadores executam o processo de ensino-aprendizagem, fomentando, a par do saber-fazer, o saber ser. Atendendo à especificidade do modelo pedagógico do Ensino Profissional, existe por parte dos órgãos

ESQUEMA 4 – ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA ESPROSER.



ESQUEMA 5 – ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DA ESPROSER.





diretivos da ESPROSER uma enorme preocupação em manter a total estabilidade do corpo docente nas áreas sociocultural, científica e técnica (saúde, informática, hotelaria e multimédia) aliando e minimizando o mais possível a rotatividade/diversidade de outros cursos profissionais ministrados em diferentes triénios.

A ESPROSER, em concordância com o que se referiu anteriormente em relação à estabilidade, competência e qualidade do corpo de professores/formadores, na sua seleção tem em conta um conjunto de aspetos e critérios de seleção que contemplam, entre outros, a verificação da adequação dos perfis dos candidatos às exigências previamente definidas, a disponibilidade compatível com as necessidades do Projeto Educativo da Escola, a facilidade de adaptação à mudança e espírito inovador e empreendedor, a capacidade de desenvolver um papel ativo que privilegie o processo "Aprendizagem", em detrimento do processo "Ensino". Não obstante, a ESPROSER procede à avaliação formativa dos processos educativos e está sempre recetiva a atitudes de intervenção e mudança por parte do seu corpo docente. Para tal, promove um regime de autonomia e reconhece a importância do papel individual e social dos seus professores/formadores. Ao nível do desenvolvimento pessoal e profissional do corpo docente, a ESPROSER promove sucessivas ações de formação destinadas aos professores/formadores, consciente do seu interesse para a coesão do corpo docente, procurando capacitá-lo com as melhores práticas e conhecimentos pedagógicos. E, não menos importante, há que considerar o processo de avaliação da equipa formativa, realizado de forma sistemática, ao longo do ano letivo, tendo por base os seguintes elementos: a avaliação depreendida dos inquéritos aos alunos(as), a autoavaliação recolhida do Relatório Crítico de Desempenho Docente e a avaliação final atribuída pela Direção Pedagógica, de acordo com o modelo de avaliação de desempenho em vigor. O corpo não docente, indispensável ao bom funcionamento da ESPROSER, encontra-se distribuído por várias categorias e áreas de atividade: serviços administrativos, contabilidade, técnicos, assistentes operacionais, em quantidade e nível de desempenho adequados às necessidades da Escola.

A ESPROSER, como qualquer estabelecimento de ensino tem como principal desafio formar cidadãos autónomos, responsáveis, solidários e proactivos, pelo que procura, para isso, compreender a heterogeneidade e complexidade da população discente, atual e futura, as necessidades especí-

QUADRO 58 – DISTRIBUIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA ESPROSER, EM 2022-2023.

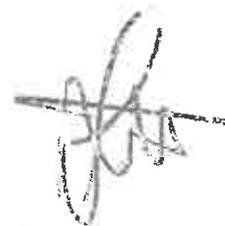
Direção Executiva	Direção Financeira	Direção Pedagógica	Pessoal docente	Serviços Administrativos	Assistentes Operacionais
1	1	1	3	3	4

(CMS, Esproser)

ficas de cada aluno e, em simultâneo, garantir a todos as mesmas oportunidades e reconhecer as suas diferenças individuais. Nesse sentido, a ESPROSER tem procurado reconhecer e satisfazer as necessidades educativas dos seus alunos, adaptando-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir uma escola inclusiva de qualidade, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégia pedagógica, de utilização de recursos e de uma boa articulação com a comunidade.

Assim, também é sua missão assegurar as condições para que todos os docentes promovam uma educação inclusiva que contemple o desenvolvimento pessoal e social dos seus alunos e fomentar um desenvolvimento holístico dos alunos atendendo às dimensões do saber, do saber fazer e do saber estar, com o foco na exigência e na diversidade, garantindo a todos os alunos o acesso ao currículo e às aprendizagens essenciais e proporcionar a todos os alunos a oportunidade de realizar aprendizagens com vista à efetiva consecução dos princípios, valores e áreas de competência definidas no Perfil dos Alunos à Saída de Escolaridade Obrigatória. O seu plano estratégico para a Inclusão assenta na defesa dos seguintes pressupostos:

- A evidente e incontestável diversidade dos alunos e a promoção da sua inclusão exige a implementação de práticas pedagógicas que privilegiem a gestão flexível do currículo, prática que remete para o trabalho colaborativo de todos os docentes, e a diferenciação pedagógica enquanto forma de ensino orientada para as necessidades específicas de cada aluno;
- A “Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI)” enquanto um exemplo do trabalho colaborativo entre docentes e



restantes agentes educativos, na orientação e concretização dos princípios basilares da Educação Inclusiva na ESPROSER;

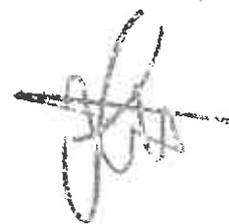
- O “Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA)” enquanto entidade que visa agregar todos os recursos materiais e humanos, bem como os saberes e as competências existentes na escola para apoio à aprendizagem na sala de aula ou em qualquer outro contexto educativo.

Esse plano estratégico compreende como áreas de intervenção as práticas pedagógicas, designadamente a diferenciação pedagógica e a gestão flexível do currículo, concretizáveis por medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão: Identificação, Implementação e Avaliação. Sob a supervisão da Direção da Escola e do Conselho Técnico Pedagógico, o plano de apoio à aprendizagem e à inclusão possui uma estrutura organizacional assente na Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) e no Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA). A primeira possui duas equipas, uma permanente formada pela diretora Pedagógica, Coordenadora da EMAEI, OET, a Psicóloga e outra variável composta pela OET, docentes, Pais/Encarregado de Educação, outros técnicos especializados e Assistentes Operacionais. Possui como competências:

- Sensibilizar a comunidade educativa para a educação inclusiva;
- Propor as medidas de suporte à aprendizagem a mobilizar;
- Acompanhar, monitorizar e avaliar a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão;
- Prestar aconselhamento aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas;
- Elaborar o relatório técnico-pedagógico (RTP) previsto no artigo 21º e, se aplicável, o programa educativo individual (PEI) e o plano individual de transição (PIT) previstos, respetivamente, nos artigos 24º e 25º;
- Acompanhar o funcionamento do Centro de Apoio à Aprendizagem;
- Promover e participar em reuniões de articulação com outros elementos, internos ou externos, que intervenham na implementação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão.

		Ambiente interno	
		Pontos Fracos	Pontos Fortes
Ambiente Externo	Ameaças	<p>Desatualização das instalações e a falta de investimento em equipamento;</p> <p>Falta de vínculo do corpo docente (só 3 internos);</p> <p>Situação financeira;</p> <p>Não aprovação do CTE e sem vagas para a segunda fase;</p> <p>Distância física entre escolas, no caso de formadores em regime de acumulação de funções;</p> <p>Falta de serviços especializados no apoio social e psicológico, assim como o de orientação vocacional;</p> <p>Contexto socioeconómico frágil dos alunos e famílias ;</p> <p>Sem estrutura formal (interna) de apoio aos alunos com NEE;</p> <p>Oferta por ajustar às necessidades do tecido empresarial;</p> <p>Dificuldade em disponibilizar alunos para atividades fora do período letivo, pelas condicionantes dos transportes;</p> <p>AES e AEP não tem Ensino Secundário;</p> <p>Número cada vez mais reduzido de alunos a concluir o 9º ano;</p> <p>Não existe alojamento disponível;</p> <p>Caracterização dos alunos pós-pandemia;</p> <p>EP Trancoso aliciante para os jovens – locais lúdicos e sociais;</p> <p>Demora e falta de autonomia na definição da oferta;</p> <p>Existem áreas de formação em que não existem professores disponíveis;</p>	<p>Rotas Diárias ajustáveis;</p> <p>Histórico (de alunos) em 16 concelhos;</p> <p>Equipamento para oferta (portátil; iphone, kits, ...);</p> <p>Anualmente há sempre alunos que "regressam" (AEAB + AEMB);</p> <p>Localização estratégica das instalações na vila;</p> <p>Boa imagem nos concelhos vizinhos</p> <p>Escola com 30 anos</p> <p>Certificação EQAVET, ERASMUS, DGERT;</p> <p>Escola de reduzida dimensão – proximidade;</p> <p>Pessoal não docente polivalente, jovem e estável;</p> <p>Criação de uma AE em 2022;</p> <p>Protocolos ativos com várias entidades;</p> <p>Aumento da taxa de conclusão;</p> <p>Novos alunos com ligação familiar ou afetiva com atuais e/ou antigos alunos;</p>
	Oportunidades	<p>Possibilidade de alojamento - elegível;</p> <p>Fixação de jovens após a conclusão (do concelho e fora dele);</p> <p>Município como entidade proprietária – credibilidade;</p> <p>Participação da Escola (ou elementos do CAE) no meio (AST, CLAS, CME, CPCJ...);</p> <p>Proximidade com a entidade que dá apoio nas terapias através da Segurança Social aos alunos do AES e da ESPROSER;</p> <p>Proximidade com o Ensino Superior (Rede PEPER, Piaget, IPV, Escola Agrária, ESTGL, Ser Pro, CTESP, IPG);</p> <p>AE A. Beira e AE M. Beira asseguram transporte diário;</p>	<p>Elegibilidade dos alunos PALOPs + Brasil;</p> <p>Imagem positiva do concelho de Sernancelhe (dinâmico);</p> <p>Imagem da Escola e do ensino profissional no concelho, mas sobretudo na vila – menos positivo;</p> <p>SANQ desajustada e discutida num universo muito dilatado (19 Municípios da CIM Douro);</p> <p>Solicitações por parte do mercado de trabalho de alunos para situação de emprego e/ou FCT;</p> <p>Proximidade com outras instituições: CMS, JFs; BVS; GIP; AES, GNR...</p>

(Esproser)



O Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) consiste numa estrutura de apoio que agrega os recursos humanos e materiais, os saberes e competências da escola. Funciona numa lógica de serviço de apoio à inclusão, sustentando as diferentes respostas disponibilizadas pela escola. Os recursos disponibilizados no CAA são direcionados para todos os alunos, tendo o seu foco nos alunos com adaptações curriculares significativas, para quem foram propostas medidas adicionais de suporte à aprendizagem, bem como para o desenvolvimento de metodologias e estratégias do ensino estruturado e de competências de autonomia pessoal e social ou sempre que se considere pertinente. As competências do CAA sintetizam-se em objetivos gerais e objetivos específicos:

Objetivos gerais:

- Apoiar a inclusão dos jovens na turma, nas rotinas e atividades da escola, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo;
- Promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós-escolar;
- Promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma; Disponibilizar todos os recursos humanos, materiais e institucionais com vista à inclusão e ao sucesso escolar de todos os alunos.

Objetivos específicos:

- Apoiar os docentes da turma a que os alunos pertencem;
- Promover a qualidade da participação dos alunos nas atividades da turma a que pertencem e nos demais contextos de aprendizagem;
- Apoiar a criação de recursos de aprendizagens e de instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo;
- Desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar;
- Promover a criação de ambientes estruturados, ricos em comunicação e interação, fomentadores da aprendizagem;

- Apoiar a organização do processo de transição para a vida pós-escolar;

As principais práticas inclusivas implementadas e desenvolvidas pela equipa consistem em:

- Implementar a diferenciação pedagógica de forma sistemática e continuada no tempo;
- Realizar uma abordagem flexível do currículo;
- Identificar a necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão;
- Sinalizar as necessidades de saúde especiais (NSE);
- Avaliação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão;

Em termos de redes, parcerias e protocolos, o projeto educativo da ESPROSER está articulado com a comunidade envolvente e com o desenvolvimento estratégico regional, nacional e europeu. Desenvolve o seu projeto de formação em parceria com instituições locais, regionais, nacionais e internacionais que possibilitam um forte intercâmbio de experiências e conhecimentos, aperfeiçoam e atualizam a formação em contexto de trabalho onde os alunos aplicam e desenvolvem os conhecimentos adquiridos na Escola, alargam e promovem o desenvolvimento de competências linguísticas e comunicacionais, facilitam o diálogo e partilha de saberes multiculturais, aproximam realidades culturais, sociais e laborais distintas daquelas em que os alunos, atuais e futuros, da ESPROSER estão inseridos.

A cultura da ESPROSER assenta em oito princípios que aclaram o como se faz o que se faz, contribuindo para a visão sistémica que ajuda a ter um panorama geral do seu funcionamento. Todas as oito premissas fazem parte de um sistema que traduz o entendimento em que o *“todo é maior que a soma das partes”*, favorecendo o aproveitamento de oportunidades, a resolução de conflitos, incrementar a eficiência, reduzir a possibilidade de ocorrência de erros, uma melhor coordenação de projetos, de um setor ou multidisciplinar, mais segura e dinâmica.

O primeiro princípio consiste na Educação para os Valores, na medida em que se considera como realidade subjacente à ação educativa, os valores no



QUADRO 59 – ELENCO DAS PRINCIPAIS ENTIDADES PROTOCOLADAS COM A ESPROSER, EM 2022-2023.

ENTIDADES

- Câmara Municipal de Sernancelhe;
- Câmaras Municipais da região;
- Agrupamento de Escolas Padre João Rodrigues Sernancelhe;
- Escolas da Região;
- Biblioteca Municipal Abade Vasco Moreira - Sernancelhe;
- APROXIMAR-4G;
- Loja Interativa de Turismo;
- Liga dos Amigos da ESPROSER
- Juntas de Freguesia;
- Centro de Saúde de Sernancelhe;
- Santa Casa da Misericórdia de Sernancelhe;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sernancelhe;
- GNR – Guarda Nacional Republicana (Escola Segura);
- ACIS – Associação Comercial e Industrial de Sernancelhe;
- Casa do Benfica de Sernancelhe;
- AQUISERN; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo;
- Caixa Geral de Depósitos;
- Millenium BCP;
- Associação Sementes da Terra;
- Âmbula, IPSS;
- Associação Ponto Solidário;
- CIM Douro
- Aldeias Humanitar;
- Centro Hospitalar Tondela – Viseu;
- Cruz Vermelha Portuguesa;
- Hospital Casa Saúde São Mateus;
- Hospital CUF Viseu;
- Instituto Politécnico da Guarda;
- União de Freguesias Ferreira e Macieira

(CMS, Esproser)

que eles têm de permanente e transitório, bem como a inserção desses valores na comunidade de que fazem parte. A cidadania, o interculturalismo, a liberdade, a responsabilidade, o respeito, a igualdade e a solidariedade, assumem lugar de destaque no universo deste projeto.

A Educação Funcional, na medida em que se perspetiva a ação educativa, não em função de si mesma, mas sim em função da vida dos alunos, como forma de estimular e orientar o seu desenvolvimento pessoal, no sentido de adequar a sua capacidade de resposta às exigências da sociedade a que pertencem.

A terceira premissa assenta na Educação Significativa, em que se pretende situar a ação educativa ao nível da experiência pessoal dos alunos e, dela partir para uma consciencialização da finalidade do trabalho a realizar, valorizando as raízes culturais da comunidade. As atividades propostas pretendem contribuir para a valorização do património natural e cultural,

articulando conhecimentos históricos, culturais e científicos, cultivando o gosto pela recolha de tradições, gastronomia e manifestações socioculturais. Neste campo valorizam-se não só os projetos decorrentes do Plano Anual de Atividades interno mas também projetos internacionais enquadrados no programa ERASMUS +.

O quarto princípio diz respeito à Educação Digital que visa a utilização dos recursos existentes ao nível das novas tecnologias de informação em função de uma prática educativa mais atrativa e comunitária, baseada na investigação e na partilha de experiências. Deseja-se, ainda, inovar ao nível do processo de ensino-aprendizagem, utilizando plataformas educativas em contexto de aula e/ou e-learning, digitalizando e disponibilizando conteúdos em plataformas educativas, resultantes da mobilização dos docentes na criação de ambientes educativos inovadores e interativos. As atividades previstas passam pela atualização da página da escola, formação para o uso do Livro de Ponto Online (LPon), de sistema de videoconferência e outros. Acresce que a pertença ao campo de ação do Ensino Online, constitui responsabilidade acrescida na assunção de uma atitude disruptiva face às práticas da escola do século XXI. Valorizar e incluir no processo educativo o *know-how* tecnológico dos nossos alunos, será o mais importante dos desafios a assumir coletivamente.

O quinto princípio trata-se da Educação para a Sexualidade, Saúde e Bem-estar em que se tem em conta que a ação educativa deve prever a formação integral dos alunos, atuais e futuros, pelo que é proposto às escolas o desenvolvimento de projetos de educação afetivo-sexual transversal a todos os ciclos de ensino. A Educação para a sexualidade e para os afetos é entendida como uma área essencial do processo educativo, não devendo, por isso, ser reduzida às componentes biológica e de prevenção de comportamentos de risco, mas antes promotora do desenvolvimento equilibrado da personalidade no que respeita às suas componentes psíquica, emocional e comportamental. Atendendo ao enquadramento estatístico dos dados relativos à violência, nomeadamente, a violência no namoro, urge enquadrar de forma continuada, sistemática e atualizada nos PAA, realizações diversas, que promovam a reflexão e a aprendizagem do respeito por si e pelo outro. Será uma aposta de médio prazo retomar ao Projeto PTC (protege o teu coração), que trabalha as cinco dimensões da pessoa humana (Física, Emocional, Social, Racional e Transcendente).



A sexta premissa é a da Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável assumida numa perspetiva abrangente, não se restringindo à proteção e uso sustentável de recursos naturais, mas incorporando fortemente a proposta de construção de sociedades sustentáveis. A automatização de pequenos/grandes comportamentos individuais como a separação de resíduos ou a eficiência energética, constituirão o ponto de partida para um debate mais global sobre alterações climáticas e defesa do planeta.

O sétimo aspeto é a Educação Profissional e o Empreendedorismo que assenta na formação de competências, habilidades, conhecimento e atitudes, necessárias para o ingresso no mercado de trabalho e ou prosseguimento de estudos.

Finalmente, a Educação Inclusiva que demonstra uma evolução da cultura ocidental, defendendo que nenhum jovem deve ser separado dos outros por uma diferença ou necessidade especial. Do ponto de vista pedagógico, esta integração favorece o desenvolvimento conjunto, com vantagens recíprocas. A imposição legislativa do cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos, impõe à instituição escola respostas educativas legalmente enquadradas e individualmente inovadoras. A inserção dos nossos alunos NEE, constitui um desafio de promoção de estratégias e recursos educativos especializados, no sentido de proporcionar a todos os jovens, independentemente das suas dificuldades, uma educação de qualidade, pautada pelos princípios da flexibilização e da diferenciação pedagógica.

A cultura da ESPROSER está intimamente ligada à sua Política de Qualidade que foi definida em função dos seguintes princípios:

- Promover a valorização profissional dos agentes educativos.
- Ser uma Escola de Excelência em Humanização, Ensino e Cultura que integre a comunidade global contribuindo na formação de lideranças capazes de cooperar na formação de uma sociedade futura.
- Proporcionar os mecanismos de aproximação entre a escola e o mundo do trabalho, nomeadamente a planificação, realização e avaliação de formação em Contexto de Trabalho;
- Proporcionar o desenvolvimento individual dos seus colaboradores criando condições para a dinâmica e enriquecimento da organização;

- Prestar serviços educativos à comunidade na base de uma troca e enriquecimento mútuos;
- Contribuir para a realização pessoal dos jovens e adultos, proporcionando a preparação para a vida ativa;
- Proporcionar a formação integral e integrada dos jovens e adultos, qualificando-os para o exercício profissional e/ou para o prosseguimento de estudos;
- Analisar necessidades de formação locais e regionais e proporcionar as respostas formativas adequadas;
- Contribuir para o desenvolvimento social, económico, ambiental e cultural da comunidade;
- Cumprir todos os requisitos legais aplicáveis;
- Assegurar o comprometimento das Partes Interessadas na implementação do quadro EQAVET;
- Proteger o meio ambiente dirigindo os seus esforços para a procura de uma maior sustentabilidade ambiental;
- Envolver a Comunidade Educativa na ambiência da escola.

Entre estes princípios ressalta a importância da implementação do sistema EQAVET, cujos objetivos gerais e estratégicos se elencam:

Objetivos Gerais:

- Desenvolver a atividade formativa de acordo com as orientações dos ministérios que a tutelam: Ministério da Educação e Ministério da Segurança Social;
- Desenvolver a atividade formativa de acordo com os requisitos do referencial de certificação definidos pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) em sede de certificação de entidades formadoras;



- Manter uma estrutura de formação com colaboradores dotados de um perfil de competências ajustados à função formativa, apostando na formação contínua dos mesmos;
- Garantir que as ações são ministradas por Formadores/as com reconhecida experiência científica/técnica e pedagógica;
- Executar o planeamento da formação numa base anual integrando objetivos, ações a realizar, resultados a alcançar e identificação dos recursos, promovendo a qualidade, eficiência e eficácia das intervenções formativas;
- Priorizar a oferta formativa em função da situação económica e financeira das empresas da região;
- Ser parceira na comunidade com a proximidade entre escola e famílias com o apoio de serviços especializados na construção de projetos sociais mais sólidos dos Formandos/as;
- Ser parceira com instituições locais em atividades / eventos culturais, sociais e desportivos;
- Aumentar a notoriedade da entidade formadora como um polo de dinamização;
- Contribuir para a elevação das qualificações e melhoria das competências dos futuros ativos da região através da aproximação, durante o percurso escolar, ao mundo do trabalho.

Objetivos Estratégicos:

- Atingir uma Taxa de Procura $\geq 75\%$ no triénio 2020/23;
- Aumentar a Taxa de sucesso para um valor $\geq 90\%$ no Ano Letivo 2020/21;
- Garantir a satisfação dos colaboradores $\geq 75\%$ no Ano Letivo 2020/21;
- Assegurar que a Taxa de diplomados empregados avaliados pelos empregadores se mantém $\geq 50\%$ no ciclo de formação 2015/18.

Para implementação do sistema de garantia de qualidade EQAVET e a sua articulação e alinhamento com a política de qualidade definida pela ESPROSER, foi definido um plano de ação que se decidiu implementar em Dezembro de 2018 e que foi concluído em 2022. Dos resultados obtidos através dos indicadores EQAVET verifica-se a elevada qualidade do ensino profissional (ou vocacional) e da formação.

ESQUEMA 6 – RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EQAVET.



* ano letivo afetado pela pandemia COVID19
(CMS, Esproser)

Finalmente, no campo da oferta da rede privada solidária ainda há a considerar o Ensino Artístico, oferta proporcionada pelo Conservatório Regional de Musica de Ferreirim, cujo projeto educativo se enuncia como sendo *"uma escola de todos e para todos"*, concentra-se nas aprendizagens como centro do processo educativo, a inclusão como exigência, a contribuição para o desenvolvimento como um desafio. Este projeto



educativo tem-se assumido como um fator preponderante para a coesão territorial ao nível regional (concelhos de Sernancelhe, Aguiar da Beira e Penalva do Castelo), abrangendo uma área de 569,11 km².

A Direção da Associação “Banda Musical Oitenta e Um” de Ferreirim, instituição de Utilidade Pública sem fins lucrativos, em parceria com o Município de Sernancelhe partilharam e desenvolveram esforços para criarem e oficializarem o Conservatório Regional de Música de Ferreirim (CRMF) como uma Escola Particular e Cooperativa de Música, com sede na antiga Escola Primária de Ferreirim, concelho de Sernancelhe, com a Autorização Definitiva n.º 81/EPC/Norte/2020, de 6 de abril. Foi no início do ano letivo de 2015/16 que o Conservatório Regional de Música de Ferreirim iniciou funções, com cerca de 47 alunos. Presentemente conta com um quadro de 15 professores e 161 alunos distribuídos pelos cursos de acordeão, clarinete, flauta transversal, trombone, trompa, trompete, tuba, violino e percussão. Ao longo e em cada ano letivo o Conservatório Regional de Música de Ferreirim promove diversos concertos executados pelos alunos, pelos professores, concertos pedagógicos, audições temáticas, *masterclasses*, cursos de aperfeiçoamento técnico e outros eventos que beneficiam o ambiente cultural e social da região.

O Conservatório Regional de Música de Ferreirim é uma escola do Ensino Artístico, especializado em Música, da rede do ensino particular e cooperativo, sendo o seu propósito a formação de elevado nível técnico, artístico e cultural. De acordo com os planos curriculares definidos pelo Ministério da Educação privilegia o regime de ensino articulado. O ensino de música ministrado pelo Conservatório Regional de Música de Ferreirim integra a Iniciação Musical, o Curso Básico em regime articulado e supletivo, o Curso Secundário em regime articulado e supletivo e os cursos livres:

- Iniciação: destinado a crianças que frequentam o 1.ºCEB; Este curso é composto pelas seguintes disciplinas de acordo com a portaria nº223-A/2018 de 3 de agosto: Instrumento, Iniciação Musical e Classe Conjunto;
- Regime Articulado: destinado a alunos que frequentem o 2.º e o 3.º CEB ou Secundário (os alunos têm a componente de formação geral no estabelecimento de ensino regular, detentores do protocolo com Conservatório Regional de Música de Ferreirim e toda a formação

técnica-artística no estabelecimento de ensino artístico especializado (na União de freguesias de Ferreirim e Macieira). O ensino artístico (Música) está integrado no ensino regular, sendo as notas lançadas na escola que frequentam. Os alunos que optem por esta opção de ensino ficam obrigados a manter-se até ao final de ciclo. É composto pelas seguintes disciplinas de acordo com as portarias nº 225/2012 de 30 de julho e nº223-A/2018 de 3 de agosto: Instrumento, Formação Musical e Classe de Conjunto.

- Regime Supletivo: destinado a alunos que frequentem o 2.º e o 3.º CEB, Secundário ou Superior (os alunos têm as disciplinas da componente de formação específica, de carácter estritamente musical, e as disciplinas da componente de formação técnica vocacional/artística) nos estabelecimentos de ensino artístico especializado, independentemente das habilitações que possuam). Não existe articulação com a escola de ensino regular; o aluno paga as propinas, e as notas são lançadas no conservatório. É composto pelas seguintes disciplinas, de acordo com as portarias nº 225/2012 de 30 de julho e nº223-A/2018 de 3 de agosto: Instrumento, Formação Musical e Classe de Conjunto. Distinga-se neste regime, o Curso Secundário de Música – Regime Supletivo, destinado principalmente aos alunos que possuam como habilitação o 9º ano (3º ciclo). De acordo com a Portaria 229-A/2018 de 14 de agosto, é composto pelas seguintes disciplinas: Instrumento, Classe de Conjunto, Formação Musical, Análise e técnicas de composição.
- Cursos livres: são dirigidos aos alunos que queiram aprender música, sem, contudo, pretenderem uma certificação oficial dos seus estudos. Não há limite de idade para a inscrição nestes cursos.

De acordo com o organigrama da estrutura organizacional do Conservatório Regional de Música de Ferreirim, os órgãos subdividem-se em gestão administrativa e pedagógica. Os primeiros consistem na Assembleia Geral, no Conselho Fiscal e na Direção da Associação. O segundo é a Direção Pedagógica a quem compete assegurar a gestão pedagógica do Conservatório Regional de Música de Ferreirim.



QUADRO 60 – OFERTA EDUCATIVA DO CONSERVATÓRIO REGIONAL DE MÚSICA DE FERREIRIM, ANO LETIVO 2022-2023

Ensino Regular	Ano	Grau	Ensino Artístico
1.º CEB	1.º	IN	Iniciação
	2.º		
	3.º		
	4.º		
2.º CEB	5.º	1.º	Curso Básico
	6.º	2.º	
3.º CEB	7.º	3.º	
	8.º	4.º	
	9.º	5.º	

C

(MS, CRMF)

A Direção da Associação Banda Musical Oitenta e Um é o órgão de gestão administrativa e financeira da escola, cujos membros têm a seu cargo o planeamento da estratégia geral da escola (os seus membros são eleitos pelos sócios que compõem a Assembleia Geral, sendo eleitos quadrienalmente de acordo com os estatutos. As suas competências elencam-se nas seguintes:

- Definir orientações gerais para a Escola;
- Assegurar os investimentos necessários ao normal funcionamento do estabelecimento;
- Representar a escola em todos os assuntos de natureza administrativa e financeira;
- Responder pela correta aplicação dos apoios financeiros recebidos;
- Estabelecer a organização administrativa e as condições de funcionamento da escola;
- Assegurar a contratação e a gestão do pessoal;
- Prestar ao Ministério da Educação e Ciência as informações que este, nos termos da lei, solicitar;

- Aprovar o projeto educativo e assegurar a sua divulgação pública;
- Divulgar as condições de ensino e os resultados académicos obtidos pela escola, e tornar públicas as demais informações necessárias a uma escolha informada a ser feita pelas famílias e pelos alunos;
- Manter registos escolares dos alunos, em condições de autenticidade e segurança;
- Cumprir e fazer cumprir os Estatutos, Regulamentos e quaisquer deliberações da Assembleia Geral;
- Aprovar e rejeitar as propostas de admissão de novos sócios;
- Propor a nomeação de sócios;
- Elaborar os regulamentos internos, ouvida a Direção Pedagógica;
- Representar o Conservatório em juízo;
- Exercer a ação disciplinar relativa ao pessoal docente e outro serviço do Conservatório;
- Promover as manifestações culturais que julgar convenientes, com exclusão das de natureza puramente pedagógica, determinando as condições de assistência às mesmas;
- Decidir nos casos de gestão omissos nos estatutos e regulamentos internos.
- Cumprir as demais obrigações impostas por lei.

A Direção Pedagógica, singular ou colegial, é designada pela Direção da Associação e é composta pelo Diretor Pedagógico ou pelo presidente da Direção Pedagógica (ou pelo vice-presidente). Por decisão da entidade titular da autorização a Direção Pedagógica é colegial e foi autorizada pelo Ministério da Educação. Ao Diretor Pedagógico são exigidas qualificações académicas de nível superior e habilitações profissionais adequadas ou, em substituição destas últimas, experiência pedagógica de, pelo menos, três anos.



- Representar a Academia junto do Ministério da tutela em assuntos de natureza pedagógica.
- Planificar e superintender nas atividades curriculares e culturais;
- Promover o cumprimento dos planos e programas de estudo;
- Velar pela qualidade de ensino;
- Zelar pela educação e disciplina dos alunos;
- Elaborar a proposta de Projeto Educativo a submeter à direção executiva, depois do parecer emitido pelo conselho pedagógico;
- Orientar e superintender hierarquicamente em relação ao pessoal docente, administrativo e auxiliar da escola;
- Designar os coordenadores de departamento curricular e Diretores de turma;
- Exercer as demais competências e funções que lhe forem atribuídas por lei ou pela Direção;
- Apoiar e incentivar todas as iniciativas dos alunos no que respeita à formação e atividades de índole cultural;
- Comunicar aos encarregados de educação as faltas dadas pelos alunos, a meio de cada período escolar e sempre que a falta de assiduidade o justifique;
- Dar parecer favorável sobre a contratação e demais relações de trabalho dos docentes;
- Colaborar na inventariação das necessidades em equipamentos e meios didáticos e em estruturas de apoio, ajudando a planificar a satisfação dessas necessidades;
- Gerir as instalações, espaços e equipamentos, bem como outros recursos educativos;
- Estabelecer protocolos e celebrar acordos de cooperação ou de associação com outras escolas e instituições de formação, autarquias e coletividades;

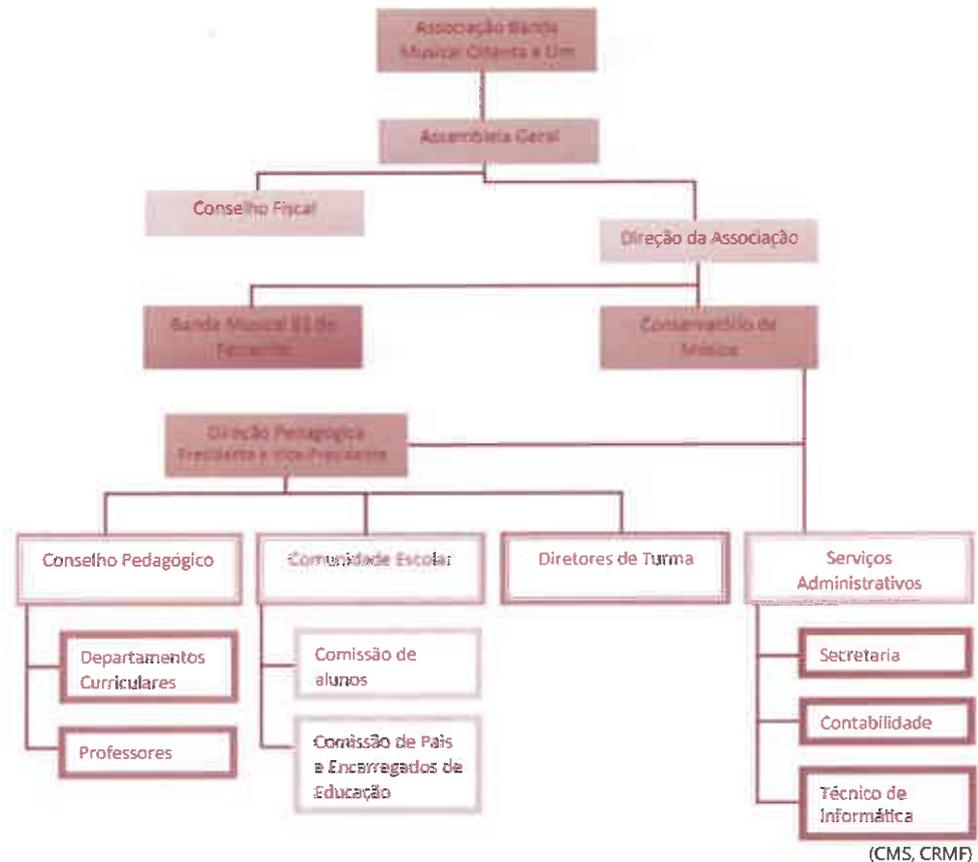
- Assegurar as condições necessárias à realização da avaliação do desempenho do pessoal docente e não docente, nos termos da legislação aplicável;
- Proceder à avaliação de desempenho do pessoal não docente.

Finalmente, o Conselho Pedagógico constituído pelo presidente da direção pedagógica que preside e pelos coordenadores de departamento disciplinar. Através de reuniões periódicas, são discutidos os assuntos inerentes a toda a dinâmica pedagógica, deliberam-se estratégias que promovam um desempenho escolar mais eficiente e funcional. No âmbito das suas competências, o Conselho Pedagógico aprova os critérios gerais de avaliação sobre proposta dos departamentos curriculares. São suas competências:

- Dar contributos para a elaboração da proposta de Projeto Educativo e emitir parecer;
- Apresentar propostas para a elaboração do Regulamento Interno e dos planos anual e plurianual de atividades e emitir parecer sobre os respetivos Projetos;
- Elaborar relatórios periódicos sobre a execução do Projeto Educativo e plano anual de atividades;
- Definir critérios gerais nos domínios da informação e da orientação escolar e vocacional, do acompanhamento pedagógico e da avaliação dos alunos;
- Promover e apoiar iniciativas de natureza formativa e cultural;
- Propor mecanismos de avaliação dos desempenhos organizacionais e dos docentes, bem como da aprendizagem dos alunos, credíveis e orientados para a melhoria da qualidade do serviço de educação prestado e dos resultados das aprendizagens.



ESQUEMA 7 – ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DO CRMF.



No que diz respeito às redes, parcerias e protocolos, o projeto educativo do Conservatório Regional de Música de Ferreirim está estruturado com a comunidade envolvente e com o regime de ensino articulado. Desenvolve o seu projeto de formação em parceria com instituições locais e regionais que possibilitam uma partilha de experiências e conhecimentos, através das quais os alunos aperfeiçoam os seus conhecimentos e atualizam a formação que, depois, aplicam e desenvolvem, alargando e promovendo o desenvolvimento de competências linguísticas e comunicacionais. Assim se facilita o diálogo e a partilha de saberes multiculturais, aproximam-se realidades culturais e sociais distintas daquelas em que os alunos, atuais e futuros, estão inseridos.

QUADRO 61 – ELENCO DAS PRINCIPAIS ENTIDADES PROTOCOLADAS COM O CRMF, EM 2022-2023.

ENTIDADES	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Município de Sernancelhe; ▪ Município de Tabuaço; ▪ Município de Armamar; ▪ A. de Escolas de Armamar; ▪ A. de Escolas Pe João Rodrigues de Sernancelhe; ▪ A. de Escolas João Botelho de Tabuaço; ▪ A. de Escolas de Penalva do Castelo; ▪ A. de Escolas de Penalva do Castelo; ▪ A. de Escolas de Escolas- Padre José Augusto da Fonseca- Aguiar da Beira; ▪ Confederação Musical Portuguesa; ▪ Esproser S.A.; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GAL – Beira Douro; ▪ Inatel; ▪ Comunidade Intermunicipal do Douro; ▪ Academia de Música de Sernancelhe; ▪ U. de Freg. de Ferreirim e Macieira; ▪ Junta de Freguesia de Carregal; ▪ U. de Freg. de Penso e Freixinho; ▪ Junta de Freguesia de Vila da Ponte; ▪ Junta de Freguesia de Chosendo; ▪ Junta de freguesias da Cunha; ▪ União de Freguesias de Fonte Arcada e Eскурquela; ▪ Santa Casa da Misericórdia de Sernancelhe;

(CMS, CRMF)

4.2. Procura Educativa.

4.2.1. Situação atual da Educação e Formação de jovens da Rede Pública.

Na generalidade e considerando todos os níveis e modalidades de ensino, a rede escolar pública do município de Sernancelhe, este apresenta, no ano letivo de 2022-2023, um total de 371 de alunos, distribuídos pela Educação Pré-Escolar, com 72 alunos, pelo 1.º CEB, com 133 alunos e pelos 2.º e 3.º CEB com 166 alunos.

O Ensino Pré-Escolar traduz a importância de garantir a entrada das crianças no sistema educativo português e que a disponibilidade da oferta serve a procura registada. Ainda que tradicionalmente associados à oferta da rede pré-escolar particular, a existência dos Jardins de Infância, como a Casa da Criança, surgiram como uma estrutura basilar e que acabaram por estender a sua influência aos restantes níveis de ensino. No caso do ensino



secundário, o valor da população escolar registada nas estatísticas do INE, para o Município de Sernancelhe deve-se essencialmente aos alunos que frequentam o ensino profissional e o Curso Secundário de Música – Regime Supletivo, dado que o Agrupamento de Escolas Pe. João Rodrigues apenas possui oferta até ao 9.º ano. (3.º CEB). Assim, não se conhecem dados exatos sobre os caminhos seguidos pelos restantes alunos que optaram e que reúnem condições que lhes tenha permitido continuar no percurso geral.

Analisando a distribuição dos quantitativos totais dos alunos pelas turmas, de imediato se compreende que é no 1.ºCEB e no 3.ºCEB que existem mais turmas, número que está evidentemente ligado às características dos diferentes níveis de ensino. Assim, o Pré-Escolar possui 4 turmas atribuídas, o 1.º CEB tem duas turmas por ano, o 2.ºCEB tem 4 turmas, duas por cada nível, e os alunos do 3.ºCEB distribuem-se por 6 turmas, correspondendo duas por cada ano.

Em termos percentuais, os alunos que se distribuem pelo Ensino Pré-Escolar correspondem a 19,4% da totalidade dos alunos matriculados na rede pública. Os do 1.º CEB correspondem a 35,8%, os do 2.ºCEB a 17,5% e os do 3.º CEB com 27,2%.

QUADRO 62 – NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA NO CONCELHO DE SERNANCELHE, NO ANO LETIVO 2022-2023.

Ano letivo	PE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Total
2022/2023	72	133	65	101	371

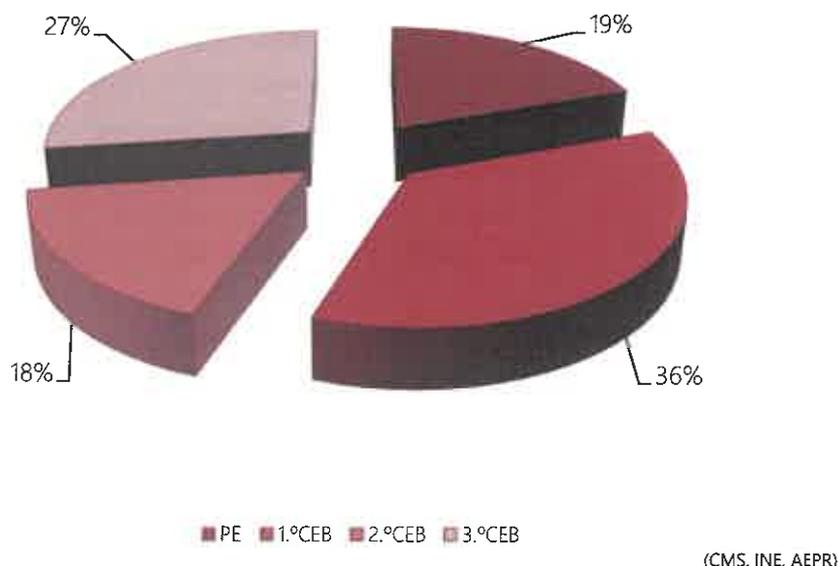
(CMS, INE, AEPR)

QUADRO 63 – NÚMERO DE TURMAS EXISTENTES POR NÍVEL NO ANO LETIVO 2022-2023.

Escola	Educação Pré-Escolar	1.ºCEB	2.ºCEB	3.ºCEB	Total
AE Pe. João Rodrigues	4	8	4	6	22

(CMS, INE, AEPR)

FIGURA 42 – PERCENTAGEM DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, POR NÍVEIS, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, NO ANO LETIVO 2022-2023.



QUADRO 64 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL PRÉ-ESCOLAR, NO ANO 2022-2023.

Escola	N.º de alunos por turma				Total
	Turma 1	Turma 2	Turma 3	Turma 4	
Jardim de Infância "Casa da Criança"	15	19	19	19	72

(CMS, INE, AEPR)

QUADRO 65 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL PRÉ-ESCOLAR, NO ANO 2022-2023.

Escola	N.º de alunos por turma								Total
	Turma 1		Turma 2		Turma 3		Turma 4		
	F	M	F	M	F	M	F	M	
Jardim de Infância "Casa da Criança"	6	9	9	10	8	11	7	12	72



QUADRO 66 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL 1.ºCEB, NO ANO LETIVO 2022-2023.

Escola	N.º de alunos por turma								Total
	Turma 1.ªA	Turma 1.ªB	Turma 2.ªA	Turma 2.ªB	Turma 3.ªA	Turma 3.ªB	Turma 4.ªA	Turma 4.ªB	
Centro escolar	18	19	12	11	17	17	20	19	133

(CMS, INE, AEPR)

QUADRO 67 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 1.ºCEB, NO ANO LETIVO 2022-2023.

Escola	N.º de alunos por turma																Total
	Turma 1.ªA		Turma 1.ªB		Turma 2.ªA		Turma 2.ªB		Turma 3.ªA		Turma 3.ªB		Turma 4.ªA		Turma 4.ªB		
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	
Centro escolar	10	8	6	13	5	7	5	6	6	11	9	8	6	14	8	11	133

(CMS, INE, AEPR)

QUADRO 68 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL 2.ºCEB, NO ANO 2022-2023.

Escola	N.º de alunos por turma				Total
	Turma 5.ªA	Turma 5.ªB	Turma 6.ªB	Turma 6.ªB	
Escola 2,3	23	13	11	18	65

(CMS, INE, AEPR)

QUADRO 69 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 2.ºCEB, NO ANO 2022-2023.

Escola	N.º de alunos por turma								Total
	Turma 5.ªA		Turma 5.ªB		Turma 6.ªB		Turma 6.ªB		
	F	M	F	M	F	M	F	M	
Escola 2,3	14	9	6	7	4	7	11	7	65

(CMS, INE, AEPR)

QUADRO 70 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL 3.ºCEB NO ANO 2022-2023.

Escola	N.º de alunos por turma						Total
	Turma 7.ºA	Turma 7.ºB	Turma 8.ºA	Turma 8.ºB	Turma 9.ºA	Turma 9.ºB	
Escola 2,3	18	19	12	11	17	17	101

(CMS, INE, AEPR)

QUADRO 71 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 3.ºCEB NO ANO 2022-2023.

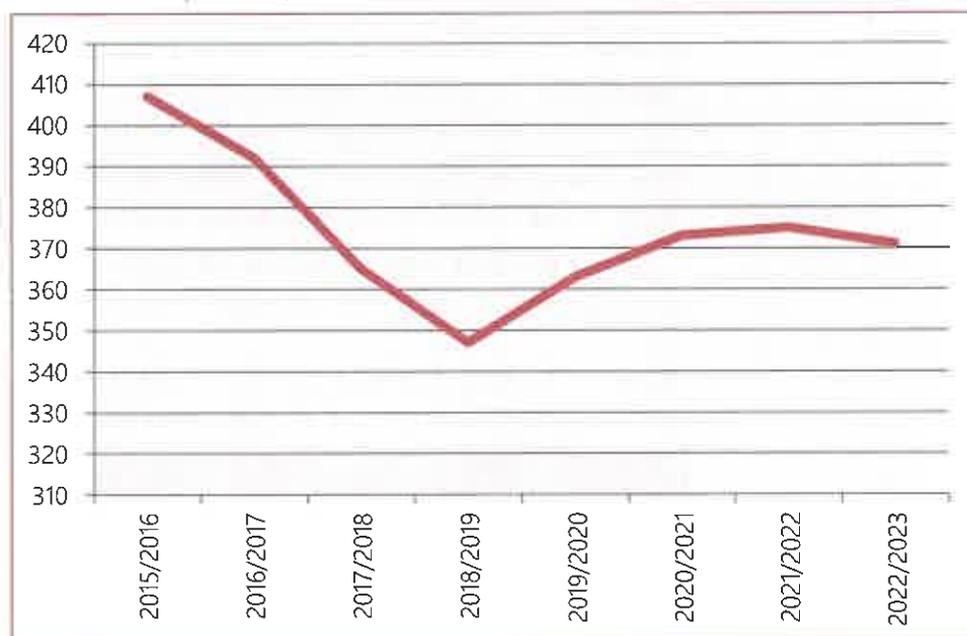
Escola	N.º de alunos por turma												Total
	Turma 7.ºA		Turma 7.ºB		Turma 8.ºA		Turma 8.ºB		Turma 9.ºA		Turma 9.ºB		
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	
Escola 2,3	10	8	6	13	5	7	5	6	6	11	9	8	101

(CMS, INE, AEPR)

4.2.2. Evolução da população escolar.

Considerando a evolução escolar total, ou seja todos os níveis e modalidades de ensino da rede pública do Município de Sernancelhe, verifica-se que entre os anos letivos 2015/16 e 2022/23 registou-se um crescimento tendencialmente negativo, ainda que se tivessem registado pontualmente alguns ligeiros crescimentos, como sucedeu de 2018/19 para 2019/20 e em 2020/2021. Estas variações observadas ano a ano, mostram-se muito ténues pelo que acabam por revelar mais uma certa constância do que uma perda. Porém, a tendência de diminuição é evidente quando se comparam os resultados entre 2015/2016 e 2022/23. Por exemplo, os dados referentes ao 3.ºCEB manifestam um declínio constante durante o período 2015-2023.

FIGURA 43 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, TOTAL, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2015-2016 A 2022-2023 (NÚMERO).



(CMS, INE, AEPR)

QUADRO 72 – NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE 2015 E 2023.

Ano letivo	PE	1.ª CEB	2.ª CEB	3.ª CEB	Total de alunos
2015/2016	60	133	83	131	407
2016/2017	68	128	66	130	392
2017/2018	59	124	67	115	365
2018/2019	49	126	72	100	347
2019/2020	59	136	65	103	363
2020/2021	69	127	66	111	373
2021/2022	84	120	67	104	375
2022/2023	72	133	65	101	371

(CMS, INE, AEPR)

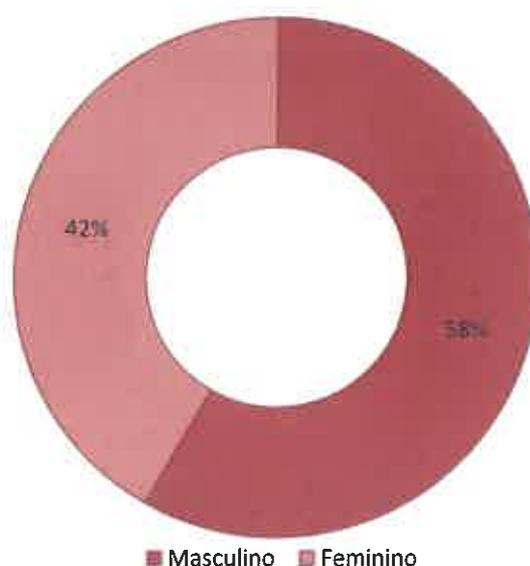
4.2.2.1. Educação Pré-Escolar.

A evolução dos efetivos escolares na educação pré-escolar da rede pública no município de Sernancelhe foi marcada por um aumento significativo no período compreendido entre os anos letivos 2015/2016 e 2021/2022, com a passagem das 60 às 84 crianças, o que traduz um crescimento de 28,6%. Como já referimos, no próximo ano letivo (2023-2024) o Ensino Pré-Escolar da oferta pública (Jardim de Infância “Casa da Criança”) receberá mais 21 alunos, de forma extraordinária, em virtude do encerramento do Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia.

QUADRO 73 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, NO ANO LETIVO 2022-2023.

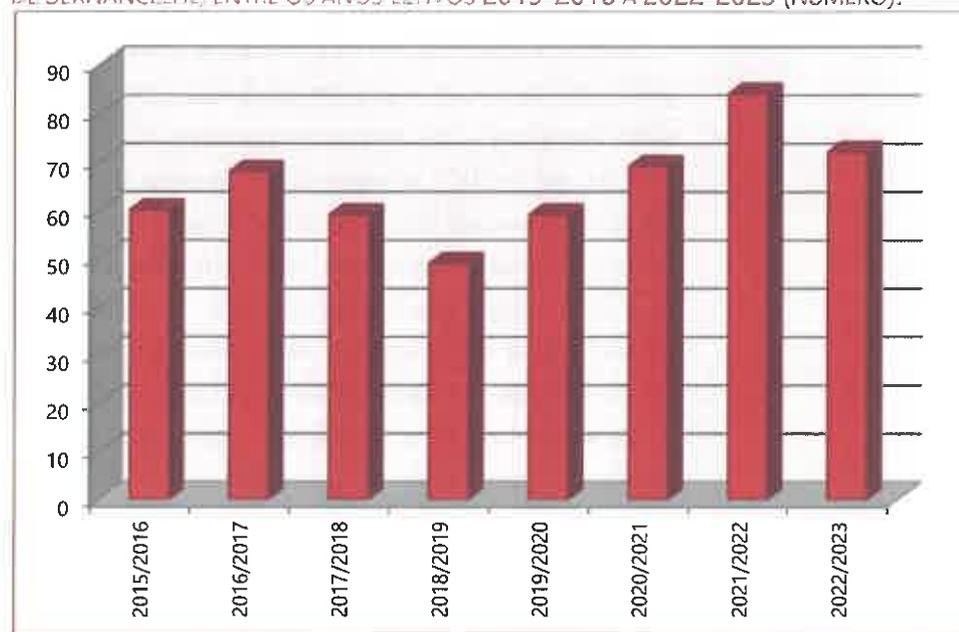
Nível de Ensino	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	2020-2021	2021-2022	2022-2023
Pré-Escolar	60	68	59	49	59	69	84	72

FIGURA 44 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, POR SEXO (%).



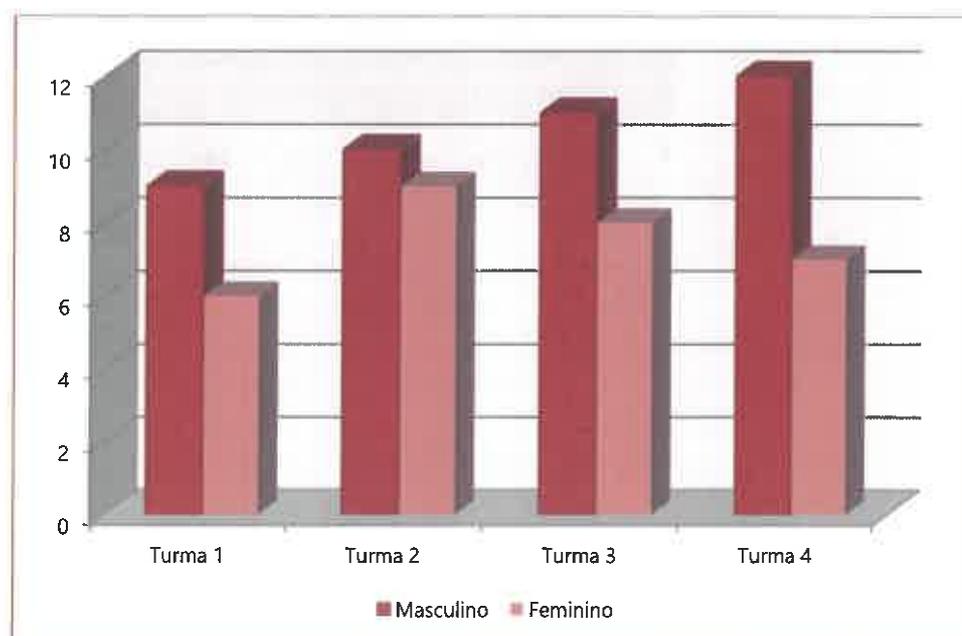
(CMS, INE, AEPR)

FIGURA 45 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2015-2016 A 2022-2023 (NÚMERO).



(CMS, INE, AEPR)

FIGURA 46 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, POR SEXO E TURMA (NÚMERO).



(CMS, INE, AEPR)

4.2.2.2. A Educação 1.ºCEB.

Relativamente ao 1.º CEB, talvez o nível de ensino que melhor retrata a evolução da procura escolar ao longo dos últimos anos letivos, verifica-se uma tendência de evolução contrária à identificada na Educação Pré-Escolar, na medida em que entre os anos letivos 2004/2005 e 2015/2016 a população escolar dos estabelecimentos públicos passou de 133 para os 120 alunos, o que representou uma redução de -14,8%. De referir que esta evolução ficou marcada por uma tendência muito irregular, também condicionada pelo ingresso dos alunos oriundos do Ensino Pré-Escolar da oferta privada na oferta pública, pelo que os efetivos escolares alteraram-se.

Acompanhando a tendência observada ao longo dos últimos anos, verifica-se que entre os anos letivos 2015/16 e 2018/2019 a população escolar afeta ao 1.º CEB da rede pública registou um decréscimo, com a passagem dos 133 para os 126 alunos. O ano letivo com o valor mais baixo foi o de 2021/2022 e o mais elevado em 2019/2020.

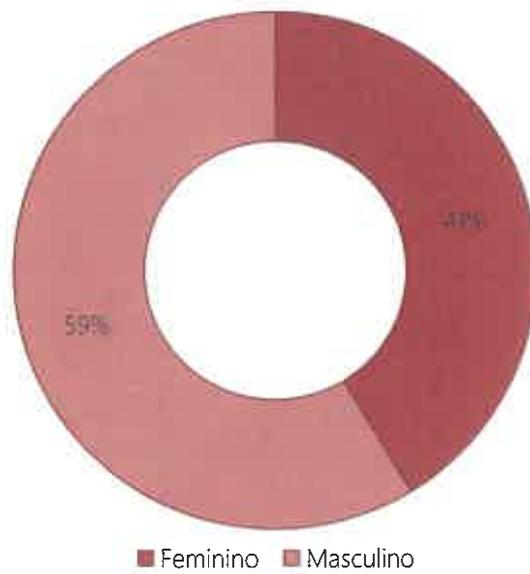
QUADRO 74 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 1.º CEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, NO ANO LETIVO 2022-2023.

Nível de Ensino	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	2020-2021	2021-2022	2022-2023
2 1.ºCEB	133	128	124	126	136	127	120	133

(CMS, INE, AEPR)



FIGURA 47 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 1.ºCEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, POR SEXO (%).



(CMS, INE, AEPR)

FIGURA 48 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 1.ºCEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2015-2016 A 2022-2023 (NÚMERO).

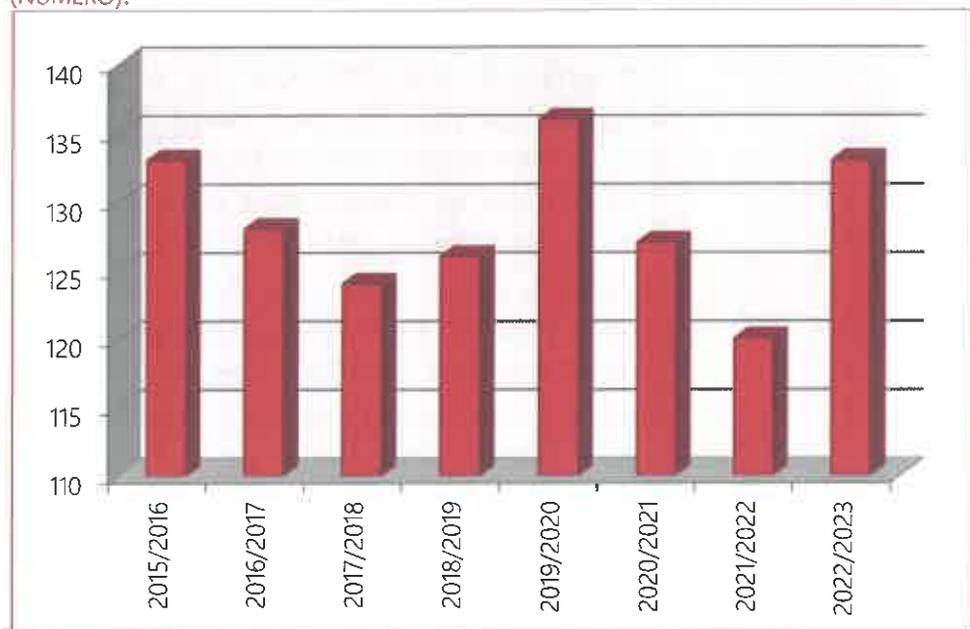
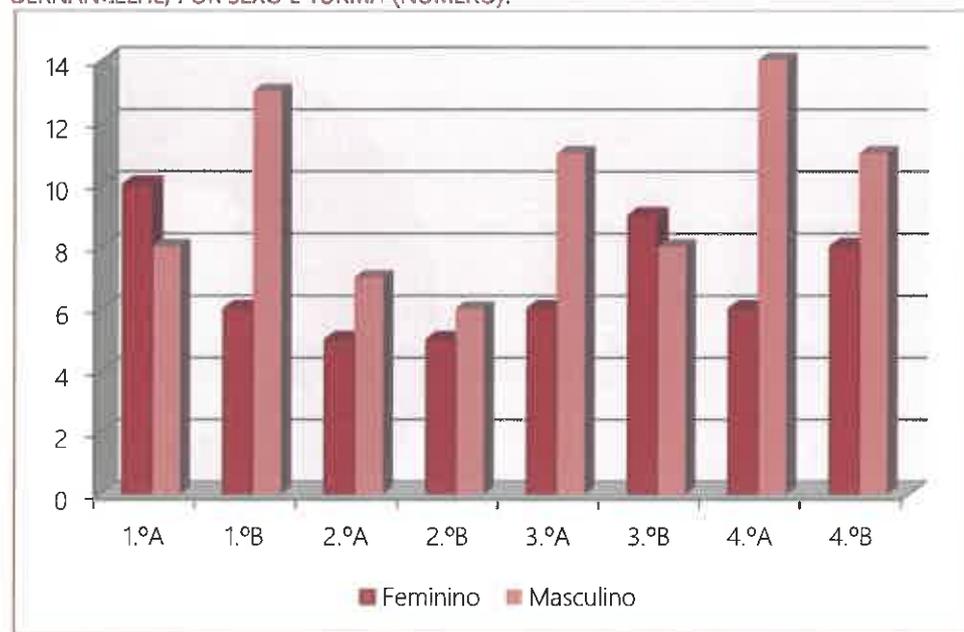


FIGURA 49 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 1.º CEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, POR SEXO E TURMA (NÚMERO).



(CMS, INE, AEPR)

4.2.2.3. A Educação 2.º CEB.

No que diz respeito à evolução do número de alunos matriculados no 2.º CEB verifica-se uma diminuição dos efetivos escolares para o período compreendido entre os anos letivos 2015/2016 e 2022/2023, com a passagem dos 83 para os 65 alunos, o que traduz um decréscimo de -27,7%.

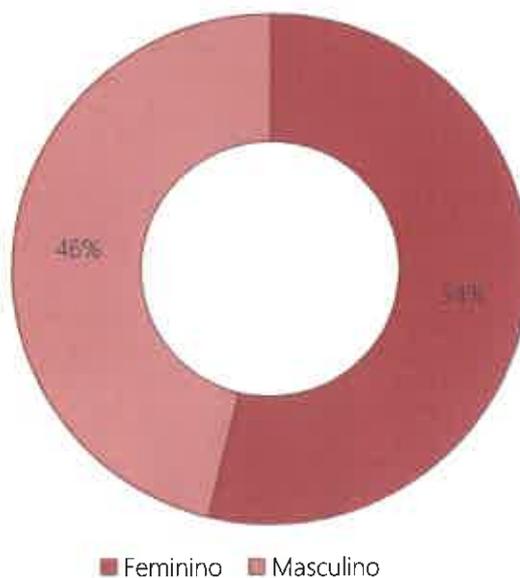
No período em observação, é possível identificar dois momentos: um entre os anos letivos 2015/2016 e 2017/2018 em que a tendência de evolução é marcada por uma diminuição da população escolar com a passagem dos 83 aos 67 alunos (23,9%); e um segundo momento em se inicia no ano letivo 2018/2019 e no qual se regista uma breve subida dos resultados, mas que logo retoma a tendência de quebra, passando dos 72 para os 65 alunos. Aliás, o valor mais baixo registado para o citado período, com 65 alunos, ocorreu por duas vezes no segundo momento, nos anos letivos de 2019-2020 e 2022-2023. Será ainda de referir que esta oscilação acompanha a tendência de redução dos quantitativos escolares que teve o seu início no ano letivo 2011/2012.

QUADRO 75 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 2.º CEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, NO ANO LETIVO 2022-2023.

Nível de Ensino 2.º CEB	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	2020-2021	2021-2022	2022-2023
2.º CEB	83	66	67	72	65	66	67	65

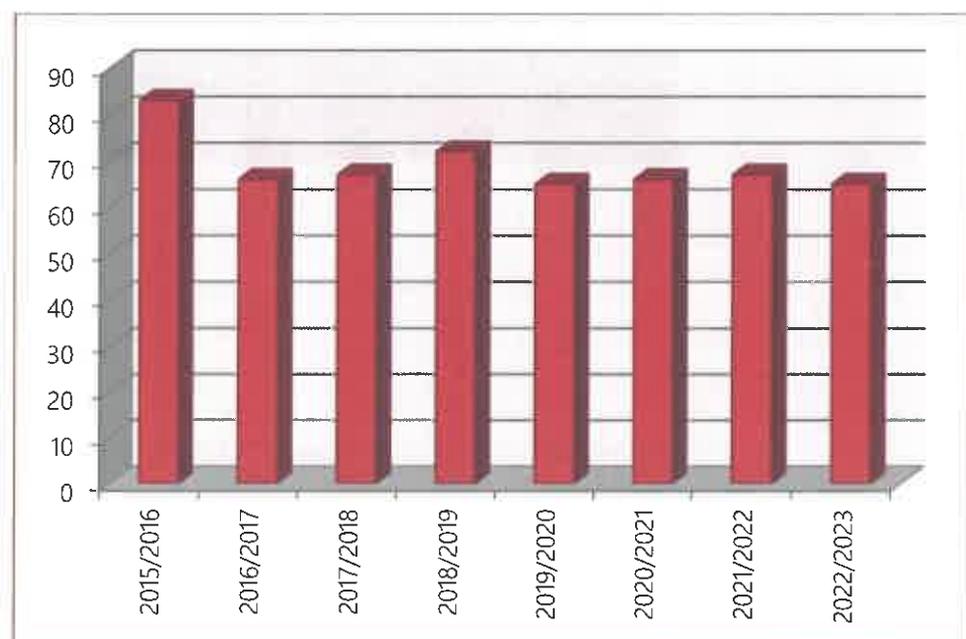
(CMS, INE, AEPR)

FIGURA 50 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 2.ºCEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, POR SEXO (%).



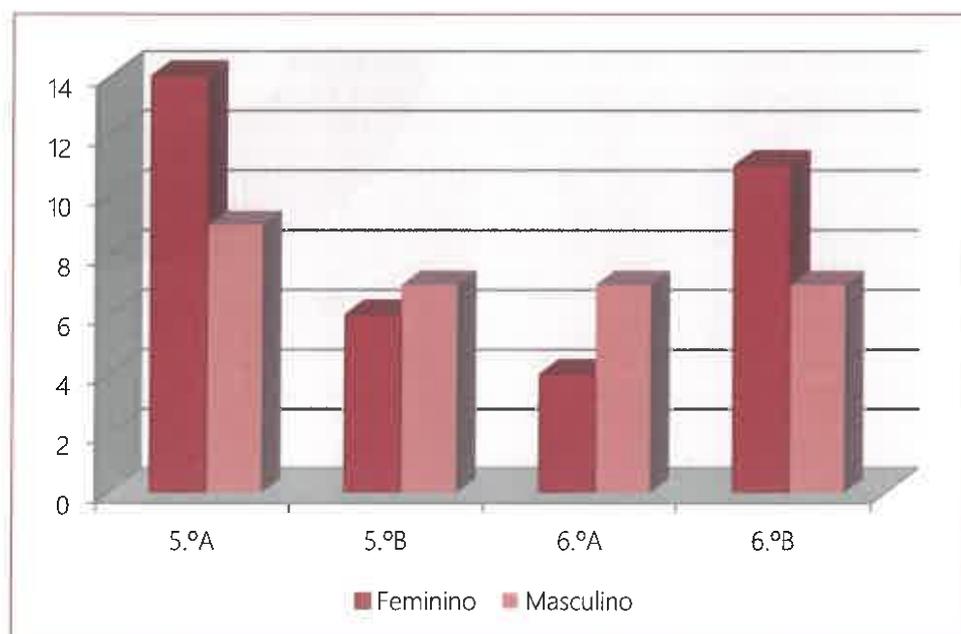
(CMS, INE, AEPR)

FIGURA 51 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 2.ºCEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2015-2016 A 2022-2023 (NÚMERO).



(CMS, INE, AEPR)

FIGURA 52 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 2.ºCEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, POR SEXO E TURMA (NÚMERO).



(CMS, INE, AEPR)

4.2.2.4. A Educação 3.º CEB.

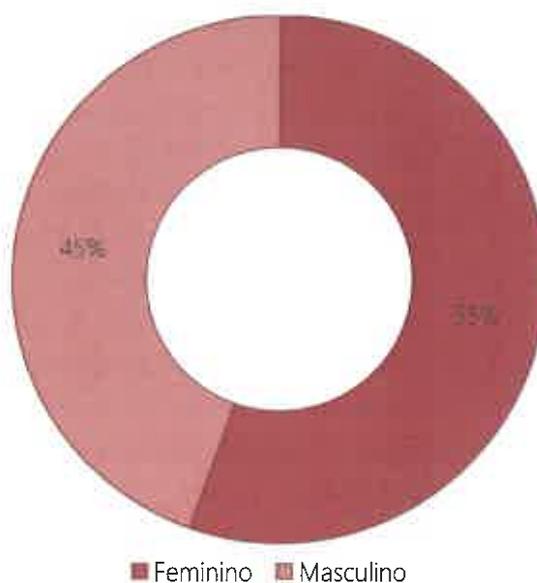
Finalmente, quanto à evolução do número de alunos matriculados no 3.º CEB descobre-se um novo decréscimo dos efetivos escolares entre o período compreendido entre os anos letivos 2015/2016 e 2022/2023, com a passagem dos 131 aos 101 alunos, o que traduz um decréscimo de 29,7%. Durante o período em análise, apesar de se registarem diversas variações, é bem visível a tendência de descida dos alunos matriculados no 3.ºCEB. O valor mais baixo pertence ao ano letivo 2018-2019, quando apenas se verificaram 100 alunos. E, considerando os quantitativos dos alunos matriculados no 2.ºCEB, não se prevê qualquer incremento, aliás, muito pelo contrário, a descida de inscrições provavelmente será mais pronunciada. A média de alunos durante o período 2015/2016 e 2022/2023 foi de 111,8 alunos.

QUADRO 76 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 3.º CEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, NO ANO LETIVO 2022-2023.

Nível de Ensino 3.º CEB	2015-2016	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	2020-2021	2021-2022	2022-2023
3.º CEB	131	130	115	100	103	111	104	101

(CMS, INE, AEPR)

FIGURA 53 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 3.ºCEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, POR SEXO (%).



(CMS, INE, AEPR)

FIGURA 54 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 3.ºCEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2015-2016 A 2022-2023 (NÚMERO).

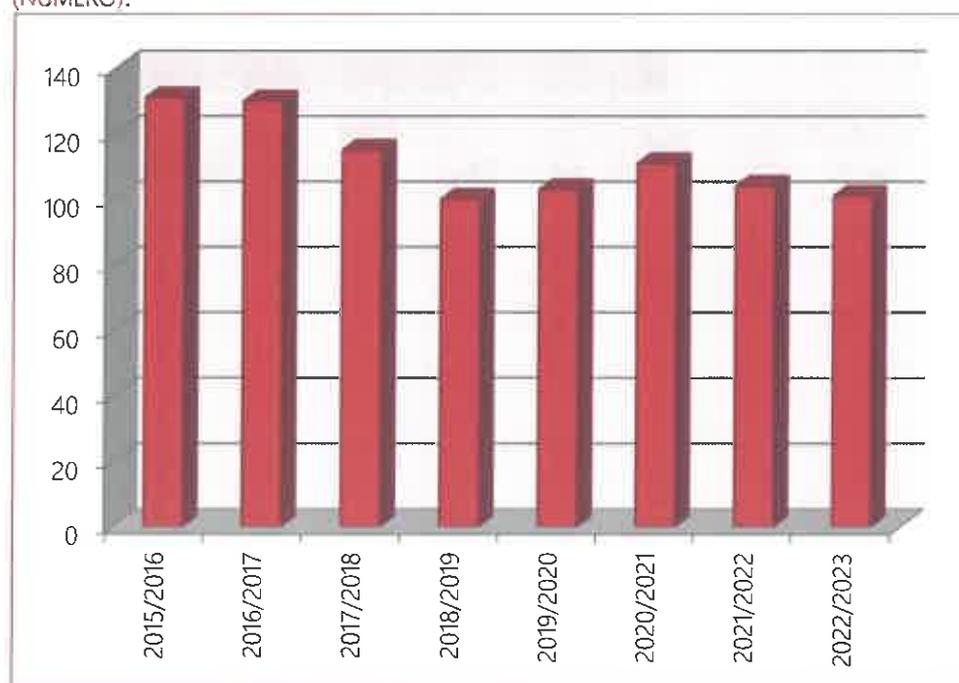
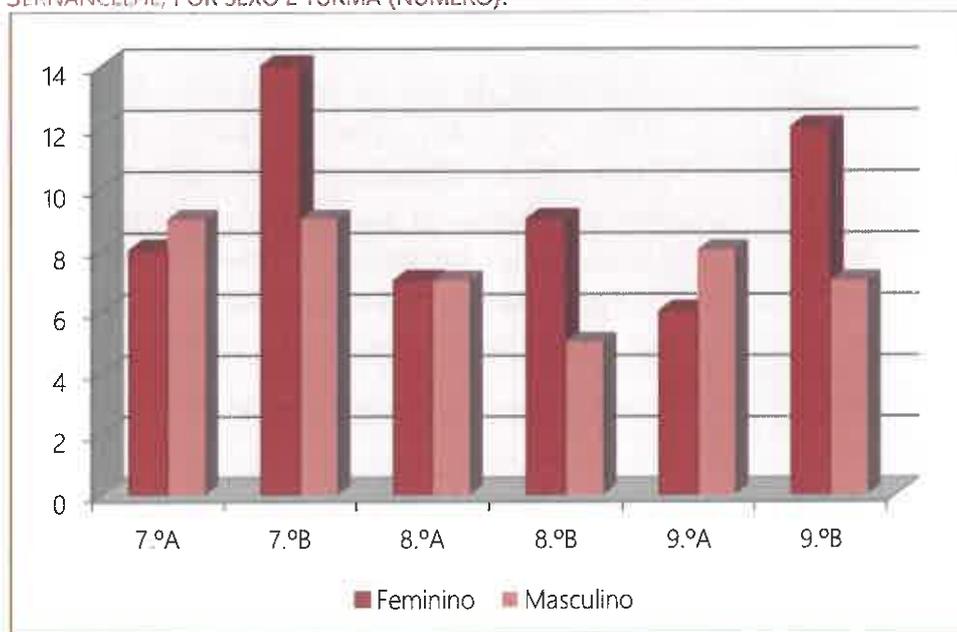


FIGURA 55 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 3.ºCEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, POR SEXO E TURMA (NÚMERO).



(CMS, INE, AEPR)

4.2.2.5. Rede privada solidária e privada lucrativa.

Integrados na rede privada, o concelho de Sernancelhe apenas possui a escola profissional ESPROSER, o Conservatório Regional de Música de Ferreirim e o Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia, sendo que foi encerrado, por decisão da entidade possidente, quase no final do presente ano letivo 2022-2023. Assim, por esse motivo, centraremos a análise nos dois estabelecimentos iniciais, particularmente com maior incidência no caso da ESPROSER.

O grande objetivo da ESPROSER é ministrar o Ensino Profissional, indo ao encontro dos interesses e aspirações dos jovens, dos agentes de desenvolvimento local – autarquias, estruturas empresariais e instituições locais – e comunidade em geral, incentivar e apoiar os jovens à conclusão do ciclo formativo (12º ano) e promover a empregabilidade. A escola profissional assume-se também como a única opção para o prosseguimento de estudos após a conclusão do 3.ºCEB no território de Sernancelhe, com

amplo impacto na procura educativa a nível regional. Nesse sentido, a ESPROSER integra o núcleo restrito de reuniões da Rede de Cursos Técnicos de Saúde, com outras Escolas Profissionais congéneres, contribuindo para a identificação da lista de equipamento, definição do perfil, competências profissionais, dos planos curriculares, modularização, conteúdos programáticos, elaboração de programas e planificação de disciplinas da área tecnológica, de acordo com as matrizes definidas pela ANQEP para a homologação dos cursos a serem inscritos no Catálogo Nacional das Profissões. Ao participar ativamente nas reuniões promovidas pela ANESPO e por outras Escolas Profissionais, a ESPROSER contribuiu para:

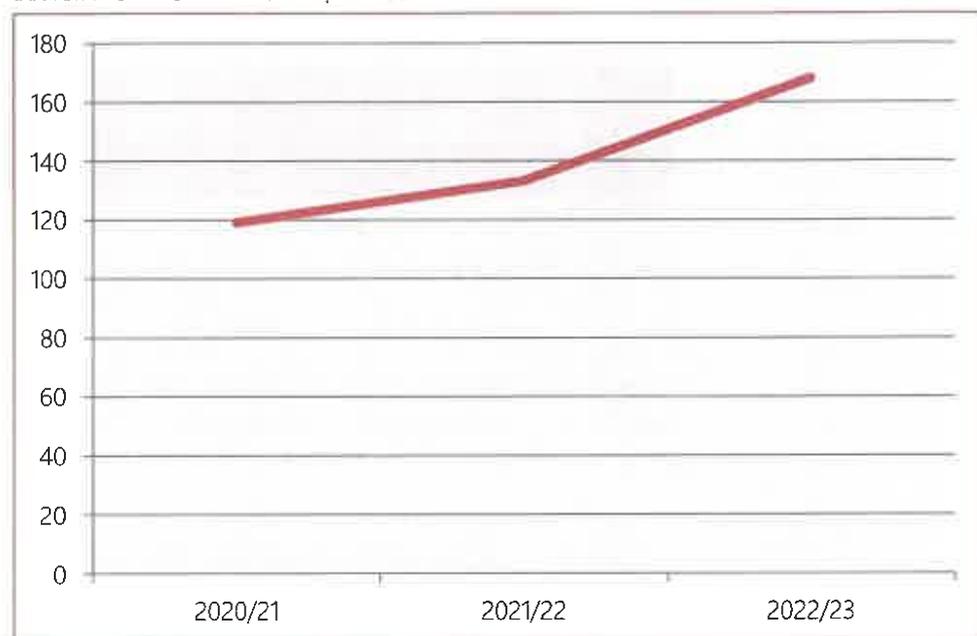
- A promoção da colaboração entre as Escolas Profissionais;
- O reforço da autonomia pedagógica e científica das Escolas, associado à atualização dos Planos Curriculares dos cursos;
- A melhoria das práticas pedagógicas, através de permuta de experiências, a nível de Formação em Contexto de Trabalho e da Prova de Aptidão Profissional (PAP);

A interação entre municípios, entidades educativas/formativas, entidades patronais e a população em geral, leva a escola a participar regularmente nas reuniões promovidas pela Câmara Municipal de Sernancelhe, destinadas à gestão da rede de oferta formativa no concelho. De igual forma, a ESPROSER interage com o meio envolvente através de parcerias e protocolos elaborados com empresas e organizações de diversos ramos de atividade - desde indústrias transformadoras, empresas prestadoras de serviços, de restauração e turismo - que direta e indiretamente concorrem para a futura empregabilidade dos seus alunos. Celebra ainda protocolos locais com entidades públicas e privadas, nomeadamente, com empresas do setor industrial, comercial e hoteleiro, associações desportivas e culturais para a Formação em Contexto de Trabalho.

O posicionamento e o reconhecimento da ESPROSER no território são bastante evidentes, aspeto que assume particular relevância na constituição do Conselho Consultivo enquanto elemento representativo do tecido económico, social e cultural da região. No próximo ano letivo 2023-2024, a ESPROSER pretende operacionalizar o Protocolo com a Iniciativa Educação e com o Município de Sernancelhe, no âmbito do Projeto SerPro.



FIGURA 56 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO PROFISSIONAL, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE 2020-2021 E 2022-2023.



(CMS, INE, AEPR)

QUADRO 77 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NOS CURSOS EM FUNCIONAMENTO NA ESPROSER, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2020-2021 A 2022-2023 (N.º E %).

Cursos Profissionais	2020-2021		2021-2022		2022-2023	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Eletrónica Aut. e Computadores	38	32%	45	34%	55	33%
Auxiliar de Saúde	34	29%	43	32%	61	36%
Restauração	47	39%	45	34%	52	31%
Total	119	100%	133	100%	168	100%

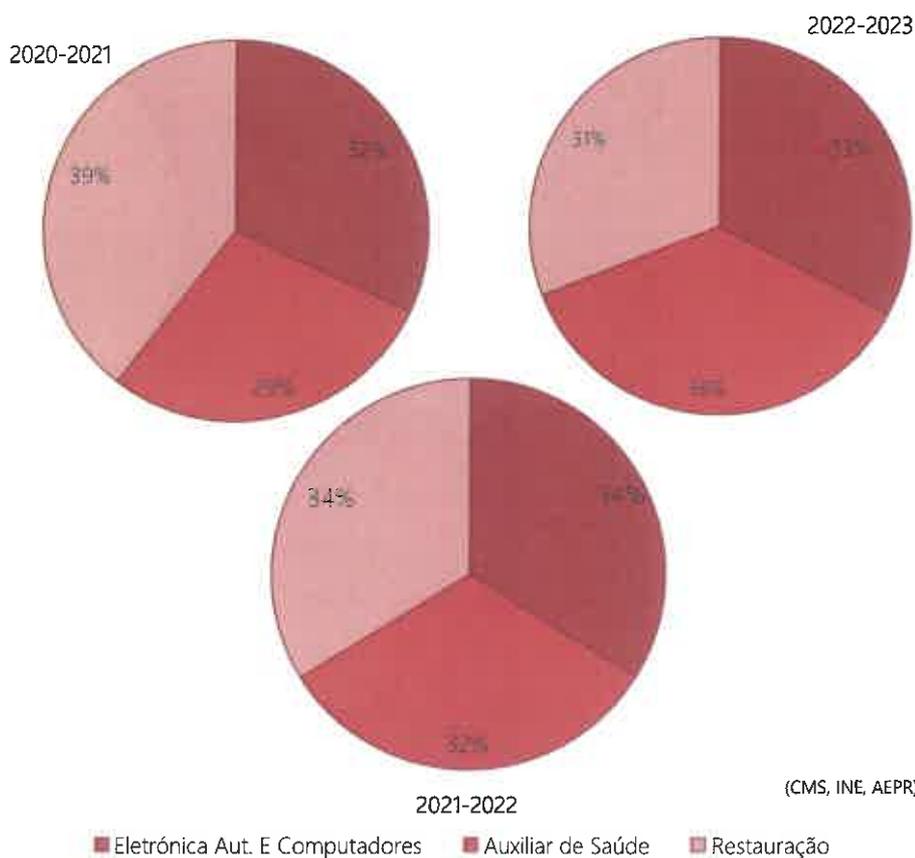
(CMS, INE, AEPR)

QUADRO 78 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NOS CURSOS EM FUNCIONAMENTO NA ESPROSER, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2020-2021 A 2022-2023 (N.º E %).

Cursos Profissionais	2020-2021			2021-2022			2022-2023		
	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total
I G U B A 5 Eletrónica Aut. e Computadores	0	38	38	2	43	45	2	53	55
Auxiliar de Saúde	25	9	34	8	35	43	12	49	61
Restauração	32	15	47	29	16	45	28	24	52
Total	62	57	119	67	66	133	93	75	168

(CMS, INE, AEPR)

FIGURA 57 – EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO PROFISSIONAL, POR CURSO, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE 2020-2021 E 2022-2023.



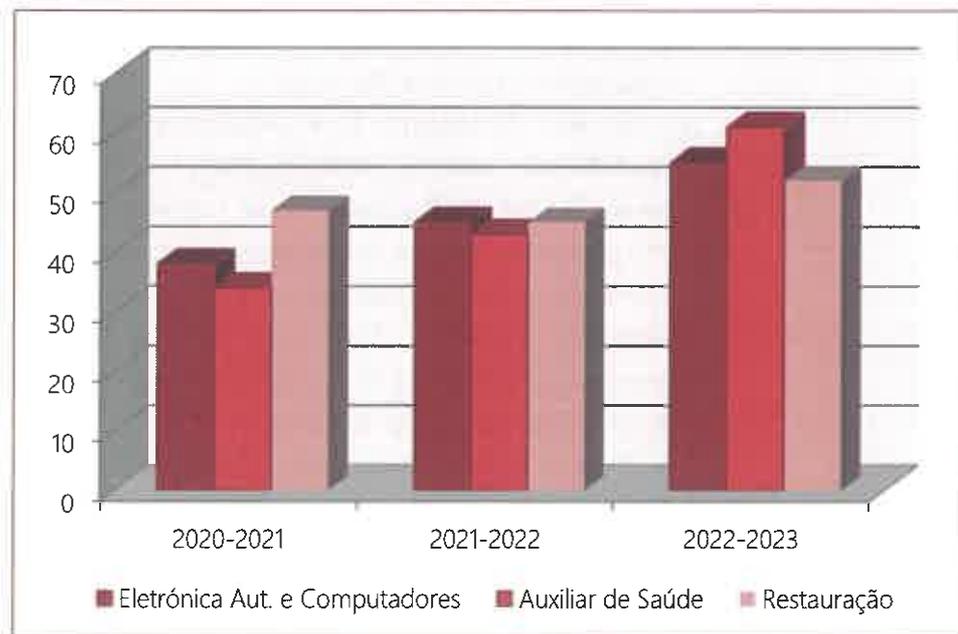


Integram ainda este protocolo os seguintes parceiros: Aldeias Humanitar, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sernancelhe, Centro Hospitalar Tondela – Viseu, Cruz Vermelha Portuguesa, Hospital Casa Saúde São Mateus, Hospital CUF Viseu, Instituto Politécnico da Guarda e União de Freguesias Ferreirim e Macieira.

O seu dinamismo e a excelência da formação ministrada muito contribuíram para os níveis de procura educativa. Nos últimos três anos letivos, a ESPROSER, considerando a totalidade dos alunos que frequentaram e frequentam os três cursos abertos, apresentou uma tendência evolutiva muito positiva, constituindo-se como o estabelecimento de ensino com melhores resultados. Entre 2020-2021 e 2022-2023, o crescimento dos alunos aumentou 29,17%, passando de 119 a 168 alunos, respetivamente, e as projeções são muito positivas.

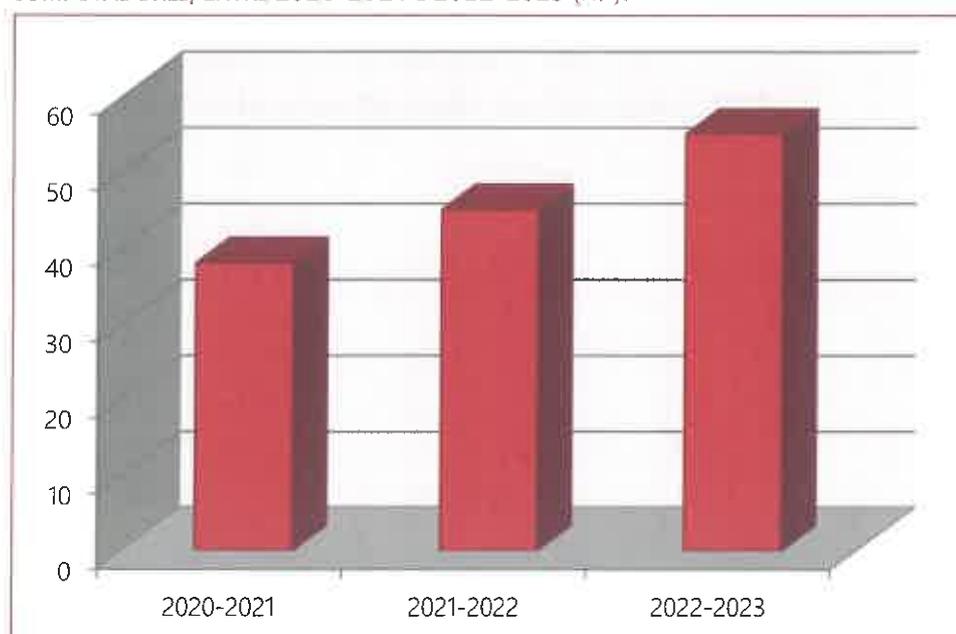
No que aos cursos mais procurados diz respeito, no ano letivo 2020-2021 foi o Curso de Técnico(a) de Restauração que mais alunos possuía (47 alunos), no ano letivo de 2021-2022 os cursos de Técnico(a) de Restauração e de Técnico(a) de Eletrónica Aut. E Computadores possuíam o mesmo número de matriculados (com 45 alunos cada) e no ano letivo 2022-2023 foi o curso de Auxiliar de Saúde que se destacou na procura educativa (61 alunos). Em termos de percentagens, no ano letivo 2020-2021, os cursos - Restauração, Eletrónica Aut. e Computadores e Auxiliar de Saúde – apresentavam uma distribuição dos alunos de 39%, 32% e 29%; em 2021-2022, para os mesmos cursos, a distribuição 34%, 34% e 32%; finalmente, em 2022-2023, os valores cifraram-se em 31%, 33% e 36%, respetivamente.

FIGURA 58 – EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO PROFISSIONAL, POR CURSO, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE 2020-2021 E 2022-2023.



(CMS, INE, AEPR)

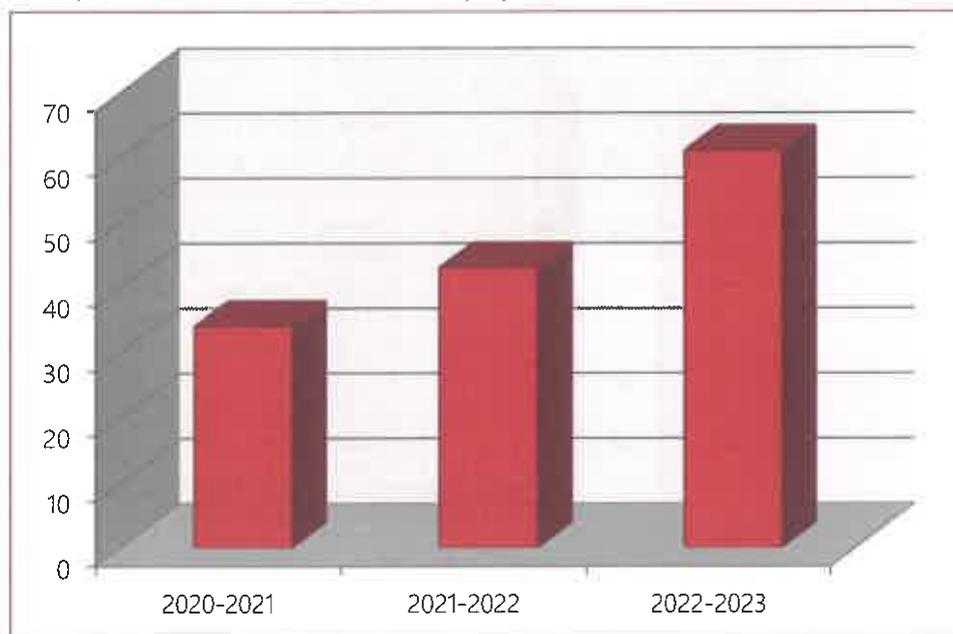
FIGURA 59 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO DE ELETRÓNICA AUT. E COMPUTADORES, ENTRE 2020-2021 E 2022-2023 (N.º).



(CMS, INE, AEPR)

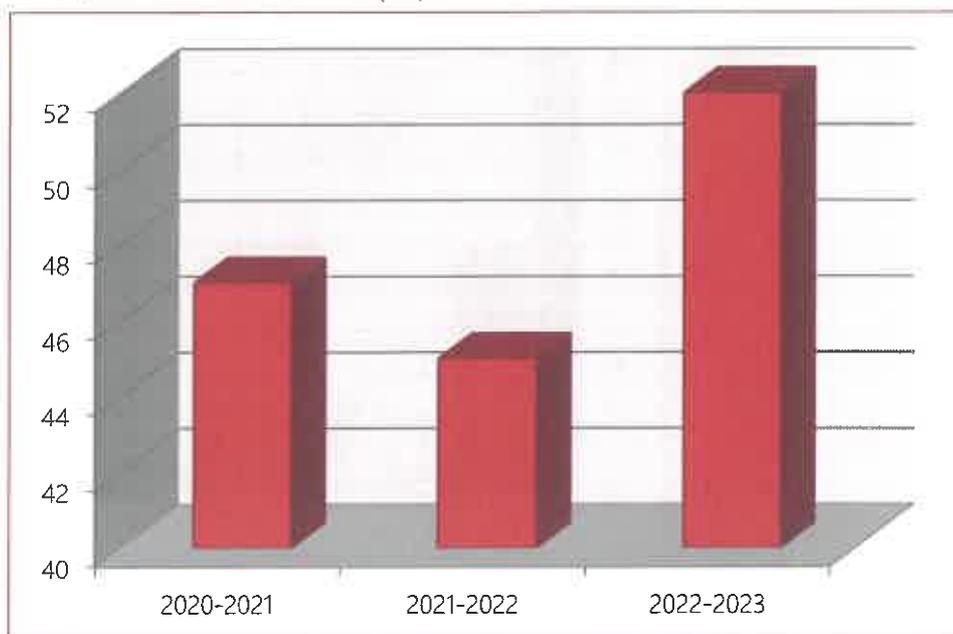


FIGURA 60 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO DE AUXILIAR DE SAÚDE, ENTRE 2020-2021 E 2022-2023 (N.º).



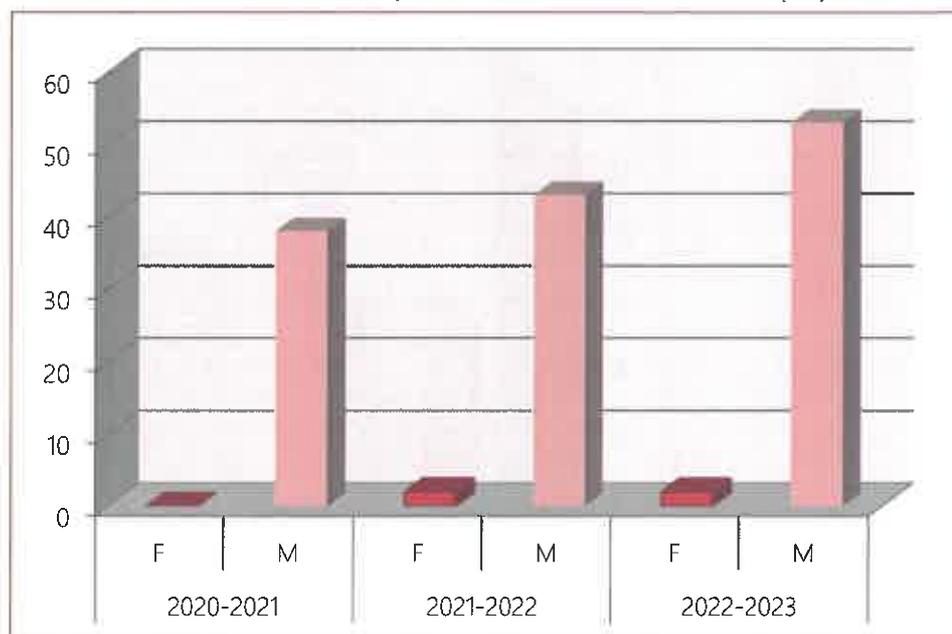
(CMS, INE, AEPR)

FIGURA 61 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO DE RESTAURAÇÃO, ENTRE 2020-2021 E 2022-2023 (N.º).



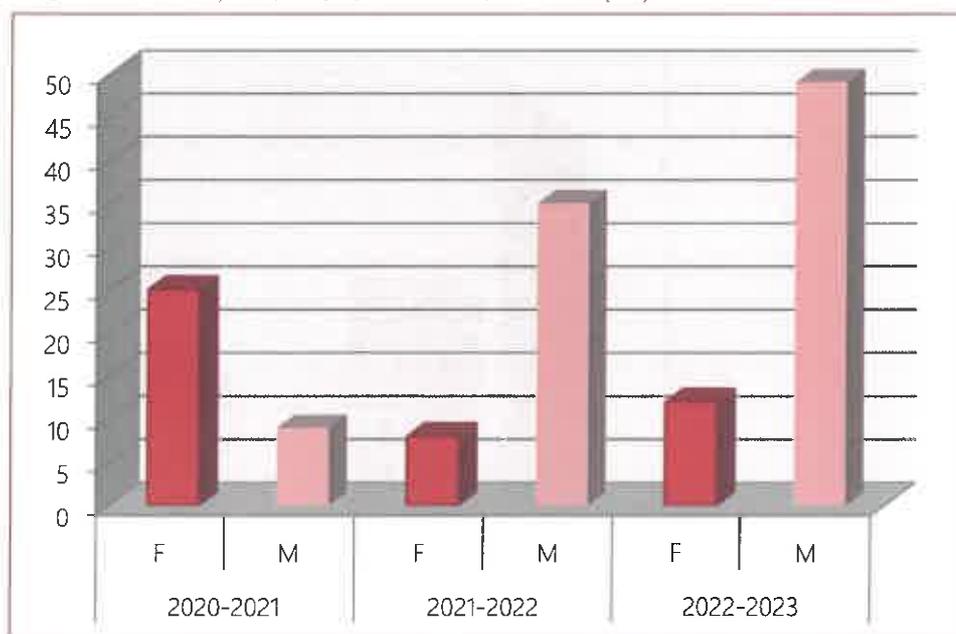
(CMS, INE, AEPR)

FIGURA 62 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS, POR SEXO MATRICULADOS NO CURSO ELETRÓNICA AUT. E COMPUTADORES, ENTRE 2020-2021 E 2022-2023 (N.º).



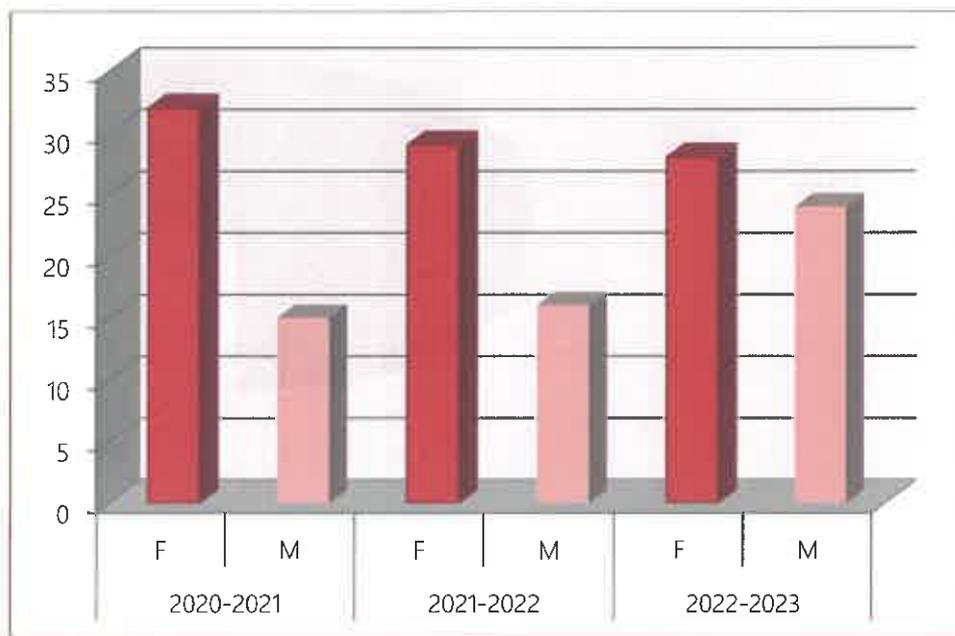
(CMS, INE, AEPR)

FIGURA 63 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS, POR SEXO MATRICULADOS NO CURSO AUXILIAR DE SAÚDE, ENTRE 2020-2021 E 2022-2023 (N.º).



(CMS, INE, AEPR)

FIGURA 64 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS, POR SEXO MATRICULADOS NO CURSO AUXILIAR DE SAÚDE, ENTRE 2020-2021 E 2022-2023 (N.º).

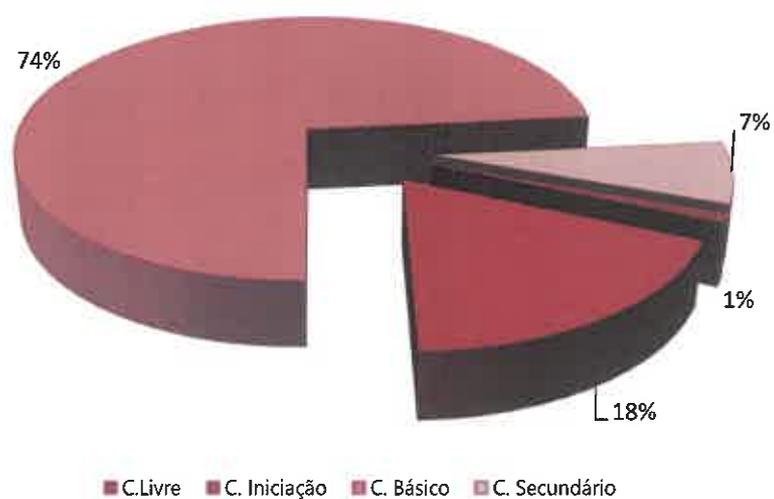


(CMS, INE, AEPR)

No caso do Conservatório Regional de Música de Ferreirim, a situação da procura educativa, no presente ano letivo de 2022-2023, os alunos distribuem-se pelos cursos de iniciação, cursos básicos de música em regime articulado e supletivo, curso secundário e cursos livres. Em termos quantitativos, os alunos encontram-se distribuídos e matriculados nos diferentes regimes, sendo que no 1.º ciclo de estudos encontram-se matriculados 38 alunos; no 2.º e 3.º ciclo, em regime articulado, estão matriculados 155 alunos e no curso do secundário 15 alunos.

Os alunos inscritos no Conservatório Regional de Música de Ferreirim são oriundos de diferentes concelhos, como dos municípios de Sernancelhe, de Penalva do Castelo e de Aguiar da Beira, em virtude das parcerias e protocolos com os respetivos Agrupamentos de Escolas. Considerando que seria incomportável, quer em termos financeiros, quer em termos de disponibilidade, para a maioria dos Encarregados de Educação para tornar realidade este projeto para os seus educandos, as autarquias protocoladas, em muito contribuem para o desenvolvimento do projeto, disponibilizando

FIGURA 65 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS, MATRICULADOS POR CURSO, EM 2022-2023 (n.º).



(CMS, INE, AEPR)

QUADRO 79 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO CRMF, NO ANO LÉTIVO 2022-2023.

Estabelecimento de Ensino	Curso Livre	Curso de Iniciação	Curso Básico	Curso Secundário
CRMF	2	15	38	155

(CMS, INE, AEPR)



transporte gratuito a todos os alunos para poderem receber formação académica.

É a própria direção do CRMF que afirma ter essa preocupação e consciência de que apenas pela interligação existente entre os diferentes órgãos se torna possível sustentar este projeto educativo, tornando-o numa realidade para a população, otimizando não só aspetos pedagógicos, mas também proporcionando condições de acesso a famílias mais carenciadas no plano financeiro. E, nesse sentido, o CRMF reafirma que o sucesso dos alunos acaba por ser o espelho da instituição pelo que o CRMF se compromete a:

- Criar condições favoráveis a uma formação integral do aluno;
- Dar a conhecer e informar o aluno da importância da Música e do espírito artístico na formação do indivíduo;
- Diversificar as metodologias e as estratégias de ensino/aprendizagem e avaliação;
- Manter e reforçar um bom relacionamento pedagógico, incentivando a ausência de problemas disciplinares graves;
- Desenvolver estratégias que concentrem o aluno na sua própria aprendizagem no sentido de incentivar e valorizar o seu empenho e prestação.

Para os alunos com mais dificuldades o CRMF compromete-se a proporcionar:

- Aulas de apoio para os alunos com dificuldades em organizar o seu próprio estudo;
- Aulas de estudo acompanhado por outros professores, como forma de diversificar formas de estudo;
- Condições estruturais ao nível das instalações para proporcionar ao aluno espaços para estudar na escola.

Os docentes devem convocar os encarregados de educação dos alunos que revelem dificuldades, insucesso ou retrocesso no seu desenvolvimento,

informando-os da situação, envolvendo-os no processo, e definindo estratégias de atuação que visem promover o sucesso do aluno.

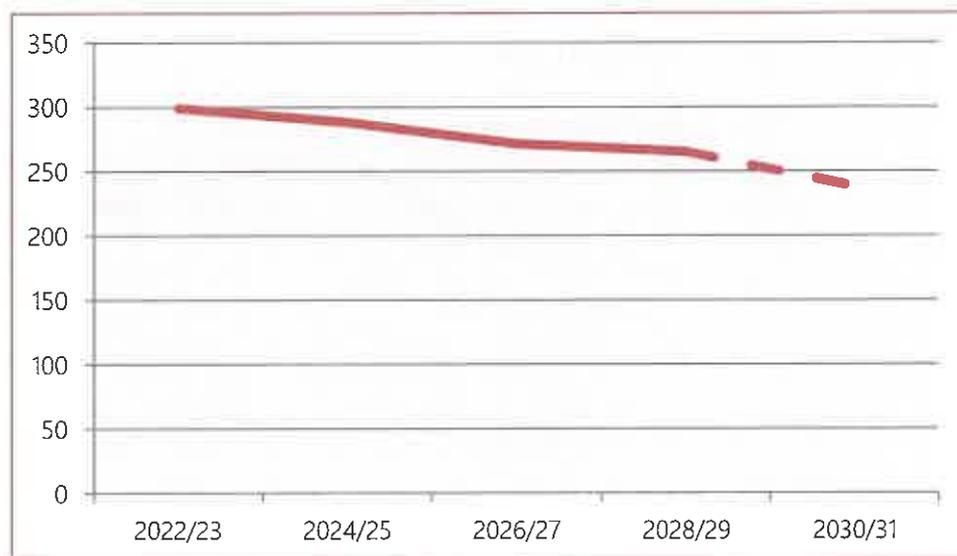
Em suma, procurar-se-á fomentar a motivação intrínseca do aluno para a prática musical investindo na motivação exterior, através da criação das melhores condições de trabalho e da valorização do desempenho do aluno.

4.3. Projeção da população escolar.

Globalmente, considerando os nascimentos registados no período correspondente à frequência (aqui sem se enquadrar o peso dos fluxos intermunicipais), para o município de Sernancelhe no período de 2021-2031 é possível esperar uma diminuição de alunos na educação pré-escolar, mesmo considerando o incremento que a rede da oferta pública receberá a partir do ano letivo 2023-2024, pois esse quantitativo seria sempre contabilizado na medida em que a carta educativa considera o total dos alunos, quer da oferta pública, quer da oferta privada. A diminuição de alunos também se registará no 1.º CEB e nos restantes ciclos a médio/longo prazo.

Estima-se que as descidas mais expressivas ocorram no ensino básico, designadamente 24,8% no 1.º CEB, 26,2% no 2.º CEB e de 10,9% no 3.º CEB, o que representará uma redução de 371 para 308 alunos em idade escolar entre os anos letivos 2022/2023 e 2030/2031, respetivamente. No que diz respeito à educação pré-escolar, considerando o período compreendido entre os anos letivos 2022/2023 e 2024/2025 também se estima um ligeiro incremento, mas para lá do ano de 2025 a quebra acentuar-se-á em cerca de 10,6%. Finalmente, relativamente ao ensino secundário, considerando o período compreendido entre os anos letivos 2022/2023 e 2030/2031 prevê-se uma diminuição de 15,76%. (veja-se também o ponto 3.2.8. *Evolução da população em idade escolar*, do presente documento).

FIGURA 66 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, TOTAL DA OFERTA PÚBLICA, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).



(CMS, INE, AEPR)

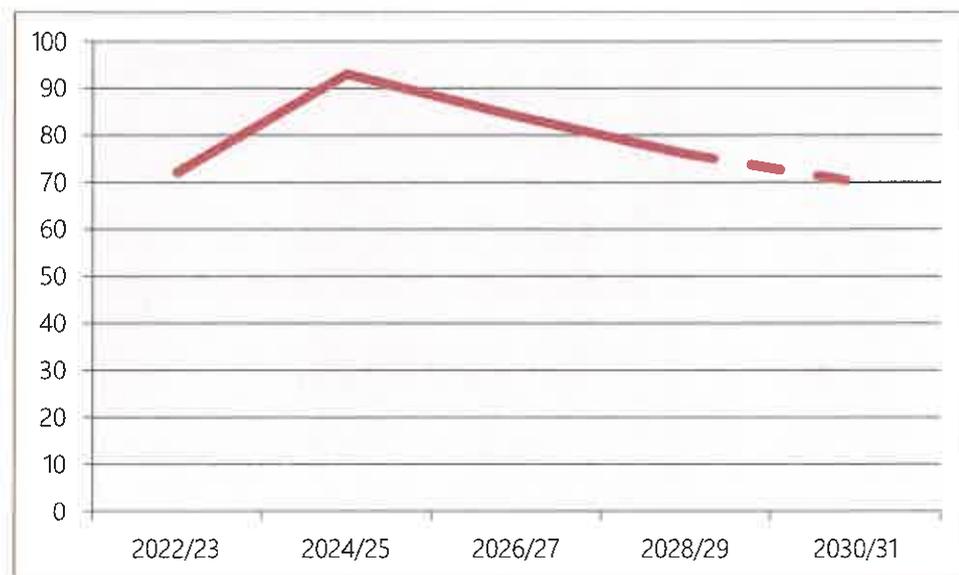
QUADRO 80 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, TOTAL DA OFERTA PÚBLICA, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).

Níveis de Ensino	2022-2023	2024-2025	2026-2027	2028-2029	2030-2031
Pré-Escolar	72	93	84	76	70
1.ºCEB	133	130	125	116	100
2.ºCEB	65	61	53	53	48
3.ºCEB	101	97	93	96	90
Total	371	381	355	341	308

(CMS, INE, AEPR, PBN)

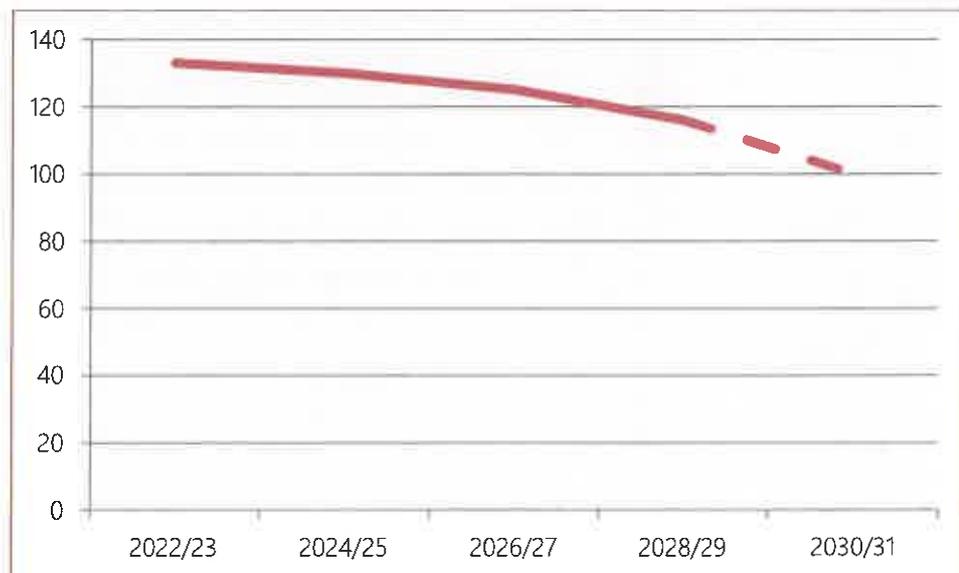
4.3.1. Educação Pré-Escolar e o 1.ºCEB.

FIGURA 67 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO PRÉ-ESCOLAR, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).



(CMS, INE, AEPR)

FIGURA 68 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 1.º CEB, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).

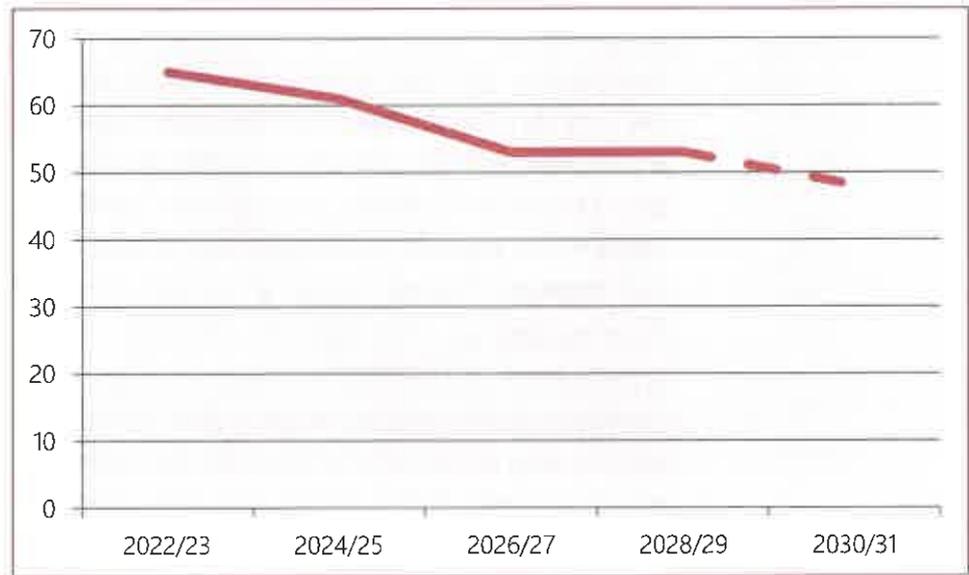


(CMS, INE, AEPR)



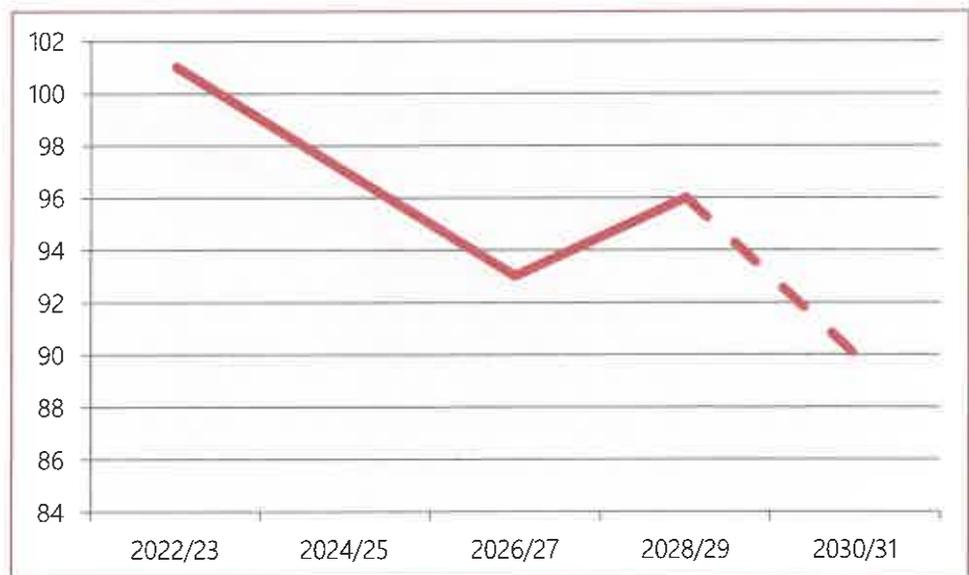
4.3.2. A Educação do 2.º e 3.º CEB.

FIGURA 69 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 2.º CEB, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).



(CMS, INE, AEPR)

FIGURA 70 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 3.º CEB, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).

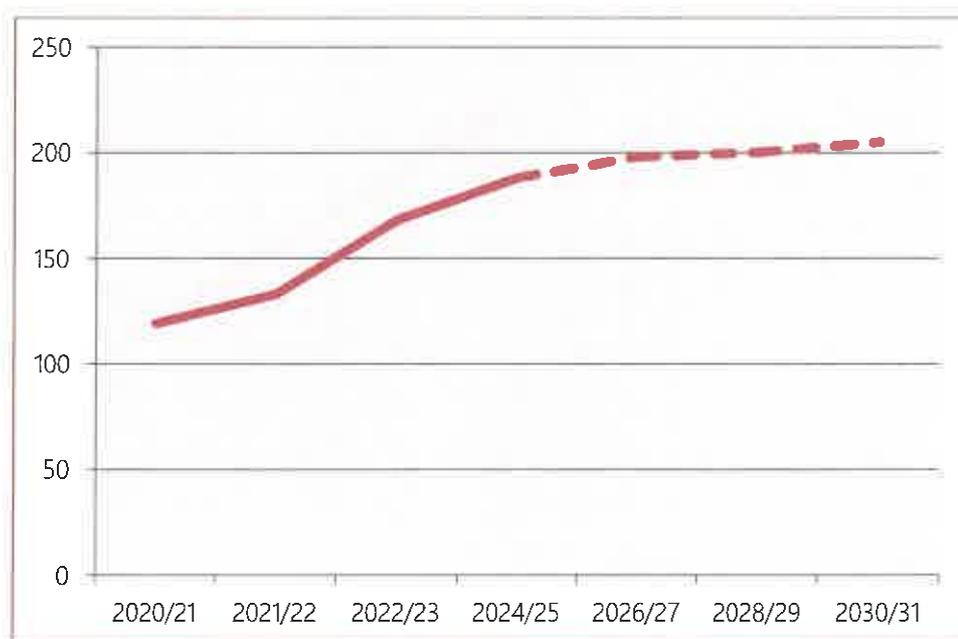


(CMS, INE, AEPR)

4.3.2. Ensino profissional.

No que diz respeito às projeções sobre a evolução do número de alunos que, futuramente, se inscreverão no ensino profissional, trata-se de um procedimento complexo e quase sempre espelha com dificuldade a aproximação real dos números projetados aos reais. A experiência explica que a realização de inquéritos aos alunos que se encontram a terminar o 3.ºCEB não refletem com rigor as decisões sobre as suas escolhas para os seus percursos escolares, pois na maior parte dos casos identifica-se um afastamento entre as expectativas dos alunos e as decisões, que se explica por diversos fatores, como a decisão e/ou intervenção dos Pais e Encarregados de Educação no processo de escolha. Por outro lado, considerando a ESPROSER como a mais verossímil possibilidade de conclusão do secundário por parte dos alunos deste território, e atendendo aos números dos alunos matriculados e em conclusão do 3.º CEB, é evidente que muito perto de três quartos dos alunos prosseguirão os estudos (ensino secundário) através dos cursos ministrados pela ESPROSER.

FIGURA 71 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO ENSINO PROFISSIONAL, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).



(CMS, INE, AEPR)



Mas também ainda há a ponderar que uma parte considerável dos alunos são oriundos de concelhos limítrofes, pelo que se torna difícilimo, senão mesmo impossível, conseguir projetar-se as suas escolhas/expetativas a um período de 10 anos. Assim, considerando a tendência de crescimento dos últimos 5 anos, cremos que a ESPROSER manterá essa evolução, ainda que saibamos que os resultados das inscrições e matrículas não deixarão de refletir os efeitos da quebra demográfica e de uma intensificação da concorrência com outros estabelecimentos de ensino profissional da região com a finalidade de obter novos alunos, garantindo a sua sobrevivência.

4.4. Atividades complementares de ação educativa.

4.4.1. Atividades de animação e de apoio à família.

No ano letivo 2022/2023 integram as Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) nos diferentes equipamentos de educação pré-escolar do município de Sernancelhe um total de 72 crianças, numa taxa de cobertura face ao total de crianças inscritas de 100%.

Na primeira carta educativa referia-se como as *"atividades de apoio à família integram todos os períodos que estejam para além das 25 horas lectivas e que, de acordo com a lei, sejam definidos com os pais no início do ano lectivo."* Nesse sentido, e sempre que se justificava eram assegurados os prolongamentos (nas entradas e saídas), as refeições (almoço) e os períodos de interrupções curriculares, sempre que os pais necessitassem que os seus filhos permanecessem no estabelecimento. No caso das refeições, considerava-se no citado documento que constituíam *"tempo precioso de prazer e convívio (...) e tempo de múltiplas aprendizagens em que as crianças vão conquistando uma importante competência – saber estar à mesa de acordo com as regras sociais. Muitas crianças estão habituadas a comer em casa de formas diversas e necessitam de compreender que não está em causa a cultura familiar, mas a necessidade de também saberem estar à mesa de formas socialmente aceites (Organização da Componente de Apoio à Família, Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica, Núcleo de Educação Pré-Escolar)"*.

Neste domínio não existiram alterações de relevo entre 2005 e 2023, pelo que as atividades de animação e de apoio à família mantêm-se, genericamente, com as mesmas características e organização.

4.4.2. Componente de apoio à família.

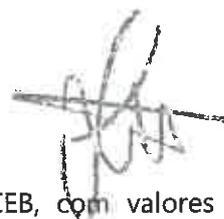
A Componente de Apoio à Família (CAF) consiste no conjunto de atividades que asseguram o acompanhamento dos alunos antes e/ou depois da componente letiva e de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva. Estas atividades destinam-se aos alunos do 1.ºCEB e a sua frequência é garantida pela autarquia em cooperação com o agrupamento. A taxa de cobertura é de 100%.

4.5. Ação Social Escolar e Transporte Escolar.

4.5.1. Ação social escolar.

A ação social escolar no município de Sernancelhe abrange um total de 145 alunos da rede pública, correspondendo a uma taxa de cobertura de 40,1% face ao total de 371 alunos matriculados no município de Sernancelhe, sendo que 67 alunos se encontram abrangidos pelo escalão A (23%), 78 pelo escalão B (27%) e 35 pelo escalão C (12%). Em termos de distribuição dos alunos subsidiados por nível de ensino verifica-se que o 2º e 3º CEB apresenta 80 alunos beneficiários de ação social escolar, imediatamente seguido pelo 1º CEB, com 65 alunos. Já o ensino profissional corresponde à maior parcela de alunos subsidiados, com a totalidade dos alunos (168) a receberem como subsídios mensais, a alimentação (com valor igual ao subsídio de refeição da função pública, com o mínimo de 3 horas de formação diária), o transporte (valor do passe de transporte público efetuado pelo Município com o valor médio mensal de 200€), o alojamento (no valor de 30% do IAS (144,12€) e o seguro de acidentes escolares (valor médio de 2€/aluno/mês).

Quando se analisam os valores associados à taxa de cobertura, registando-se os valores mais elevados na educação pré-escolar e no ensino



profissional, com 100% de cobertura, o 1º CEB, com valores de 34,0%, enquanto os valores mais reduzidos são registados no 2º (17,8%) e 3º CEB (17,5%).

QUADRO 81 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 1.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).

1.ºCEB / Turmas	Escalão A	Escalão B	Escalão C	Sem Escalão	Total
1.ºA	72	93	84	76	70
1.ºB	133	130	125	116	100
2.ºA	65	61	53	53	48
2.ºB	101	97	93	96	90
3.ºA	3	5	0	7	15
3.ºB	3	4	0	8	15
4.ºA	3	8	0	9	20
4.ºB	8	3	0	7	18
Total	371	381	355	341	308

(CMS, INE, AEPR)

FIGURA 72 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 1.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).

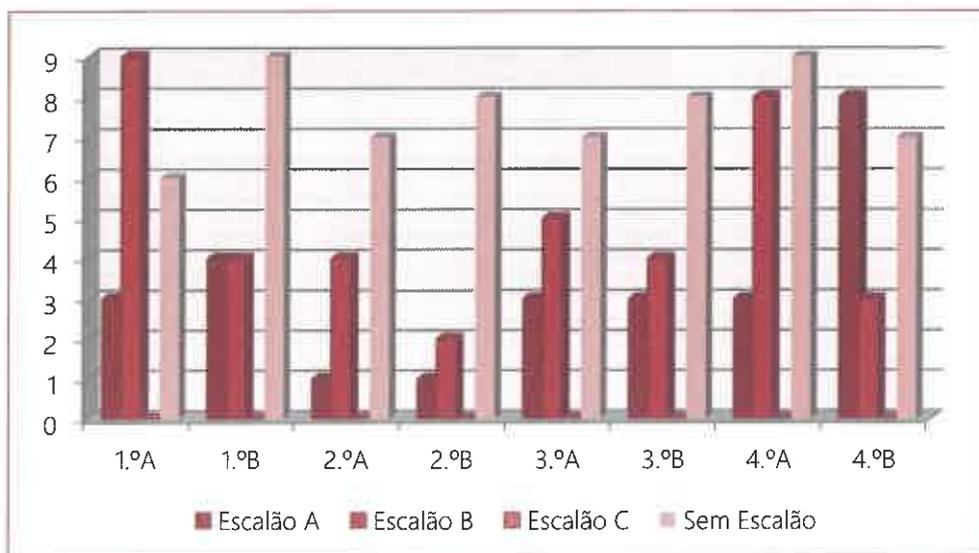
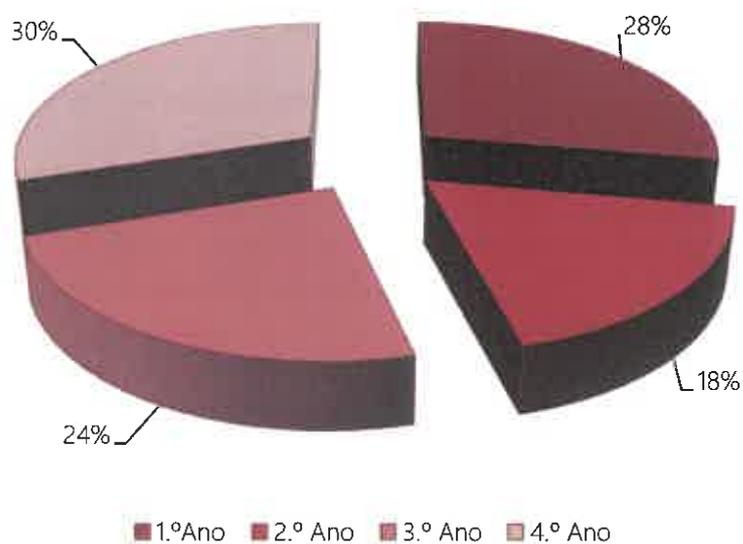


FIGURA 73 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 1.ºCEB, EM 2022/23 (%).



(CMS, INE, AEPR)

QUADRO 82 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 2.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).

2.ºCEB / Turmas	Escalão A	Escalão B	Escalão C	Sem Escalão	Total
5.ºA	2	8	8	5	23
5.ºB	6	3	3	2	14
6.ºA	3	3	1	4	11
6.ºB	7	5	1	5	18
Total	18	19	13	16	66

(CMS, INE, AEPR)

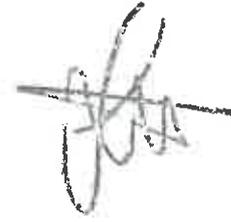
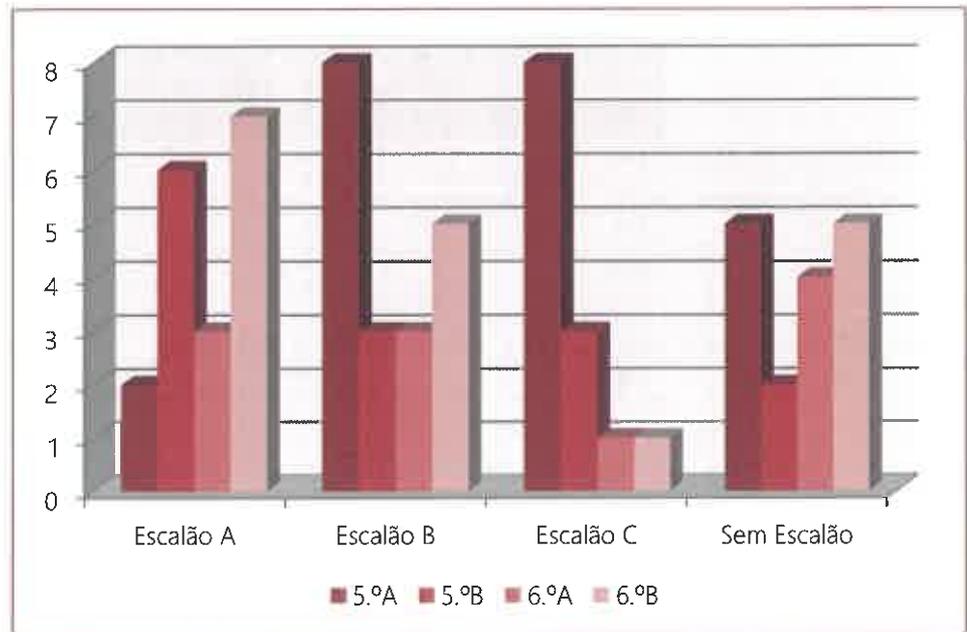
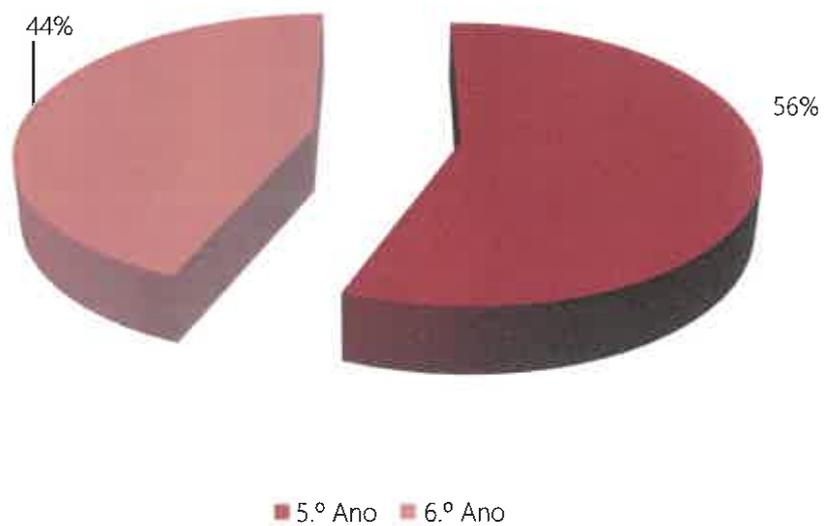


FIGURA 74 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 2.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).



(CMS, INE, AEPR)

FIGURA 75 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 2.ºCEB, EM 2022/23 (%).



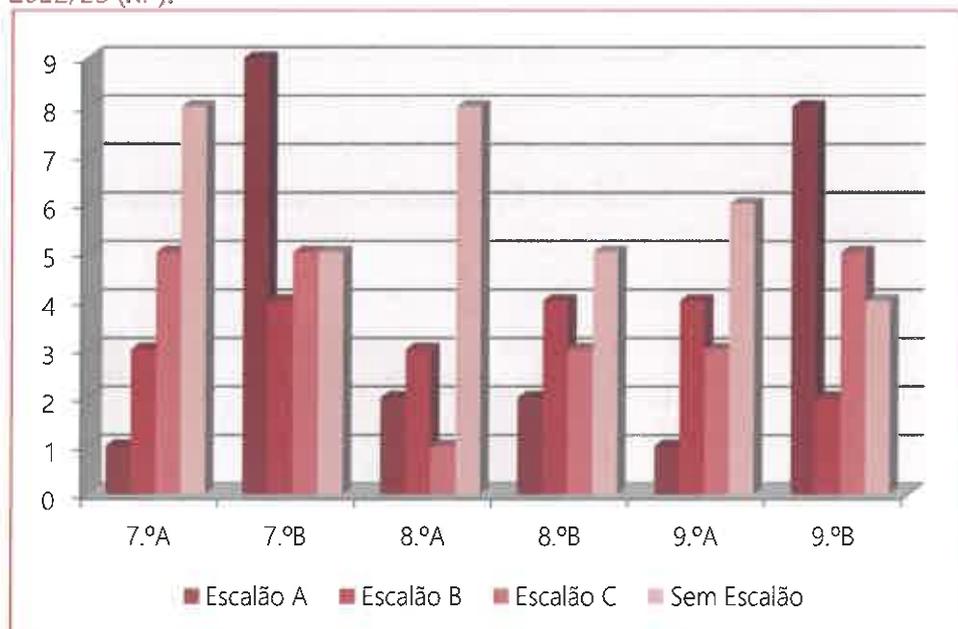
(CMS, INE, AEPR)

QUADRO 83 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 3.º CEB, EM 2022/23 (N.º).

3.º CEB / Turmas	Escalão A	Escalão B	Escalão C	Sem Escalão	Total
7.ºA	1	3	5	8	17
7.ºB	9	4	5	5	23
8.ºA	2	3	1	8	14
8.ºB	2	4	3	5	14
9.ºA	1	4	3	6	14
9.ºB	8	2	5	4	16
Total	23	20	22	36	101

(CMS, INE, AEPR)

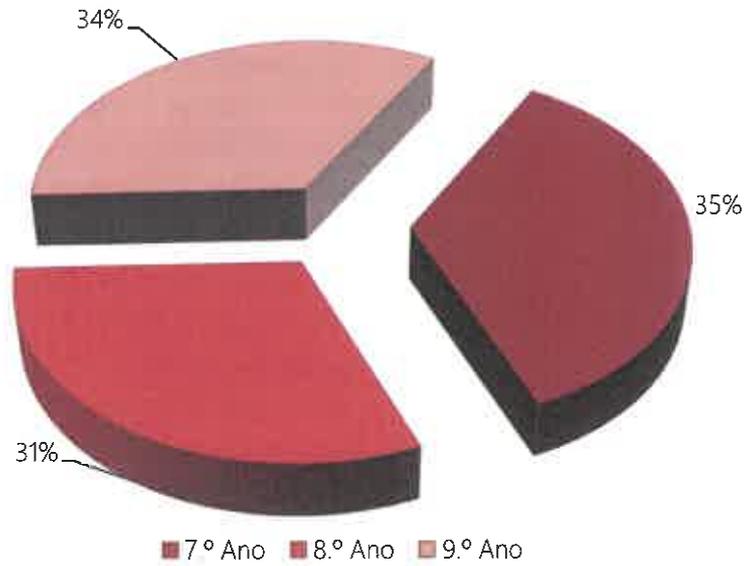
FIGURA 74 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 2.º CEB, EM 2022/23 (N.º).



(CMS, INE, AEPR)

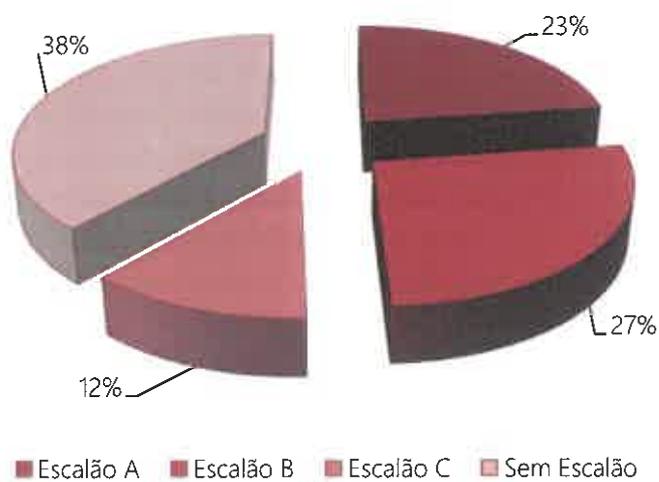


FIGURA 77 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 3.º CEB, EM 2022/23 (%).



(CMS, INE, AEPR)

FIGURA 78 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, EM 2022/23 (%).



(CMS, INE, AEPR)

4.5.2. Transporte escolar.

A rede de transportes escolares do concelho de Sernancelhe para os alunos do Agrupamento de Escolas Pe. João Rodrigues – Sernancelhe, incluindo evidentemente os alunos do 1.ºCEB, do centro escolar, Pré-escolar e creche da “Casa da Criança” e os alunos da Escola Profissional – ESPROSER são efetuados, na sua maioria, pela carreira pública. Há, porém, alguns casos que exigem circuitos especiais que, da mesma forma, são assegurados pela autarquia. O município possui um plano de transportes escolares elaborado de acordo com o quadro legal em vigor e que constitui um importante instrumento de gestão destes serviços, desde logo por procurar estabelecer e articular as redes de transportes públicos locais.

O plano de transportes busca as soluções mais ajustadas, quer ao nível social, quer ao nível económico, à realidade local e tem como principais intervenientes os representantes do Município e das escolas abrangidas. Portanto, para além do cumprimento do seu objetivo principal que consiste em prestar o serviço de transporte aos alunos, a autarquia procura constantemente melhorar a eficiência da rede e da qualidade do serviço prestado, considerando os horários das carreiras públicas de passageiros e os horários de funcionamento dos estabelecimentos de ensino com vista a assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à educação (diminuindo o tempo de espera, aumentar a vigilância e melhorar a segurança do transporte).

Do transporte em carreiras públicas identificam-se cinco itinerários que, no ano letivo 2022/2023, regista um total de 216 alunos transportados, os quais se encontram distribuídos pelo Pré-Escolar com 43 alunos, o 1º CEB, com 62 alunos transportados, pelos 2º e 3º CEB, onde se regista o maior número de alunos transportados, com 90 alunos. O ensino profissional regista 24 alunos transportados.

O território tem uma cobertura de 100%, garantida pelos serviços públicos e especiais, ao que acresce o transporte de alguns alunos, oriundos de outros concelhos, para estabelecimentos de ensino localizados no território municipal. Por outro lado, importa referir a existência de alunos matriculados no ensino profissional oriundos de municípios limítrofes e cuja deslocação é assegurada pela autarquia. Na maioria dos casos, esta situação encontra-se associada à inexistência de oportunidades, escolhas dos alunos,



vagas insuficientes em outros estabelecimentos de ensino de municípios limítrofes ao de Sernancelhe, território onde se ministra o curso profissional pretendido pelos alunos. Nesse sentido e no que respeita aos alunos sem oferta de curso profissional no município de Sernancelhe, ou que a sua escolha recaiu em outro curso ou opção de prosseguimento de estudos, importa salientar que a maioria se desloca para os municípios de Trancoso e Moimenta da Beira.

QUADRO 84 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, EM 2022/23 (N.º).

Itinerário 1 (Localidades)	Distância Km	Tempo (')	Número de alunos transportados					Total Viatura
			PE	1.º CEB	2.º,3.º CEB	EP	Total	
Quintela da Lapa	34	25'	3	3	4	0	10	50'
Lapa	32	23'	1	1	1	0	3	52'
Quinta do Cando	29	20'	0	0	0	0	0	48'
Lamosa	22	20'	0	5	3	0	8	44'
Tabosa do Carregal	18	19'	0	2	7	2	11	40'
A. de St. Estevão	18	19'	2	4	2	0	8	69 36'
Carregal	17	18'	2	4	0	1	7	38'
Faia	11	15'	0	3	1	0	4	24'
A-de-Barros	7	11'	0	1	1	0	2	19'
Penso	6	10'	3	2	6	0	11	17'
Freixinho	7	11'	1	1	2	1	5	11'
Total			12	26	27	4	69	

(CMS)

QUADRO 85 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, EM 2022/23 (N.º).

Itinerário 2 (Localidades)	Distância Km	Tempo (')	Número de alunos transportados					Total Viatura
			PE	1.º CEB	2.º,3.º CEB	EP	Total	
Mosteiro	26	24'	0	0	3	0	3	40'
P. do Abade	22	20'	2	0	4	0	6	35'
Cunha	16	17'	0	1	3	1	5	26'
Arnas	16	17'	1	5	5	2	13	65 22'
Tabosa da Cunha	13	14'	6	3	4	3	16	23'
Qt.ª de Pisões	10	11'	0	0	0	0	0	17'
Qt.ª de Espírito Santo	11	12'	0	0	0	0	0	
Sarzeda	4	8'	6	6	10	0	22	7'
Total			15	15	29	6	65	

(CMS)

QUADRO 86 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, EM 2022/23 (N.º).

Itinerário 3 (Localidades)	Distância Km	Tempo (')	Número de alunos transportados					Total	Total Viatura	
			PE	1.º CEB	2.º,3.º CEB	EP				
Granjal	6	10'	2	0	0	0	2	2	12'	
		Total	2	0	0	0	2			

(CMS)

QUADRO 87 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, EM 2022/23 (N.º).

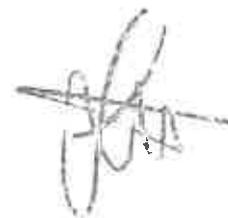
Itinerário 4 (Localidades)	Distância Km	Tempo (')	Número de alunos transportados					Total	Total Viatura	
			PE	1.º CEB	2.º,3.º CEB	EP				
Escurquela	27	25'	2	2	2	1	7	34	42'	
Riodades	24	22'	0	0	1	3	4		37'	
Macieira	21	19'	0	0	2	0	2		30'	
Castainço	16	17'	0	0	0	0	0		22'	
Chosendo	13	14'	1	3	6	2	12		17'	
Seixo	9	13'	5	1	3	0	9		12'	
		Total	8	6	14	6	34			

(CMS)

QUADRO 88 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, EM 2022/23 (N.º).

Itinerário 5 (Localidades)	Distância Km	Tempo (')	Número de alunos transportados					Total	Total Viatura	
			PE	1.º CEB	2.º,3.º CEB	EP				
Fonte Arcada	32	30'	2	4	6	2	14	48	18'	
Ferreirim	6	10'	4	6	8	1	19		11'	
Vila da Ponte	3	5'	0	7	6	2	15		6'	
		Total	6	17	20	5	48			

(CMS)



QUADRO 89 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR CIRCUITO ESPECIAL, EM 2022/23 (N.º).

Circuito 1 (Localidades)	Hora saída	Hora chegada	Número de alunos transportados					Total Itinerário
			PE	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	
Lapa	08:15	18:12	3	0	0	0	1	4
Quintela da Lapa	08:17	18:10	1	0	1	0	1	3
Lamosa	08:23	18:05	0	1	1	1	1	4
Tabosa do Carregal	08:27	18:00	0	1	0	0	1	2
Carregal	08:31	17:55	2	1	0	1	1	5
A. de St. Estevão	08:33	17:50	2	2	2	1	2	9
A-de-Barros	08:38	17:45	0	1	0	1	1	3
Penso	08:40	17:40	1	1	0	1	1	4
		Total	9	7	4	5	9	34

(CMS)

QUADRO 90 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR CIRCUITO ESPECIAL, EM 2022/23 (N.º).

Circuito 2 (Localidades)	Hora saída	Hora chegada	Número de alunos transportados					Total Itinerário
			PE	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano	
Chosendo	08:10	17:45	1	1	1	0	1	4
Macieira	08:15	17:50	0	0	0	0	0	0
Riodades	08:18	17:55	0	0	0	1	0	1
Escurquela	08:20	17:57	2	0	0	0	0	2
Fonte Arcada	08:25	18:02	2	0	0	1	3	6
Freixinho	08:30	18:07	1	0	0	0	1	2
Ferreirim	08:40	18:17	4	2	1	2	1	10
Vila da Ponte	08:45	18:22	0	1	3	1	2	7
		Total	10	4	5	5	8	10

(CMS)

QUADRO 91 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR CIRCUITO ESPECIAL, EM 2022/23 (N.º).

Círculo 3 (Localidades)	Hora saída	Hora chegada	PE	Número de alunos transportados				Total	Itinerário Total
				1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano		
Faia	08:20	17:45	0	1	1	0	0	2	2
Total			0	1	1	0	0	2	

(CMS)

QUADRO 92 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR CIRCUITO ESPECIAL, EM 2022/23 (N.º).

Círculo 4 (Localidades)	Hora saída	Hora chegada	PE	Número de alunos transportados				Total	Itinerário Total
				1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano		
Ponte do Abade	08:00	18:10	2	1	0	0	0	3	30
Tabosa da Cunha	08:15	18:05	6	3	0	0	0	9	
Cunha	08:20	18:00	0	1	0	0	0	1	
Arnas	08:25	17:55	1	1	1	0	2	5	
Qt.ª dos Pisões	08:32	17:48	0	0	0	0	0	0	
Qt.ª Paulo Lopes	08:35	17:45	0	0	0	0	0	0	
Sarzeda	08:45	17:35	6	3	0	2	1	12	
Total			15	9	1	2	3	30	

(CMS)

QUADRO 93 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR CIRCUITO ESPECIAL, EM 2022/23 (N.º).

Círculo 5 (Localidades)	Hora saída	Hora chegada	PE	Número de alunos transportados				Total	Itinerário Total
				1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano		
Torre do Terrenho	08:20	18:10	0	0	1	0	0	1	5
Terrenho	08:25	18:05	0	0	0	0	0	0	
Mendo Gordo	08:30	18:00	0	0	0	0	0	0	
Guilheiro	08:40	17:50	1	0	0	1	2	4	
Total			1	0	1	1	2	5	

(CMS)



QUADRO 94 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR CIRCUITO ESPECIAL, EM 2022/23 (N.º).

Circuito 6 (Localidades)	Hora saida	Hora chegada	PE	Número de alunos transportados				Total	Itinerário
				1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano		
Granjal	08:30	17:45	2	0	0	0	2	2	
		Total	2	0	0	0	0	2	

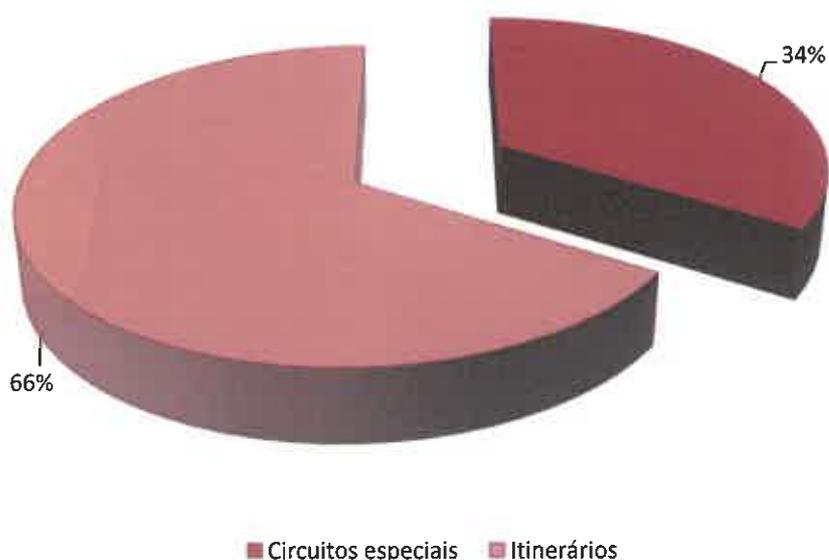
(CMS)

QUADRO 95 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR CIRCUITO ESPECIAL, EM 2022/23 (N.º).

Circuito 7 (Localidades)	Hora saida	Hora chegada	PE	Número de alunos transportados				Total	Itinerário
				1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano		
Seixo	08:15	17:45	5	0	0	1	0	6	6
		Total	5	1	1	0	0	6	

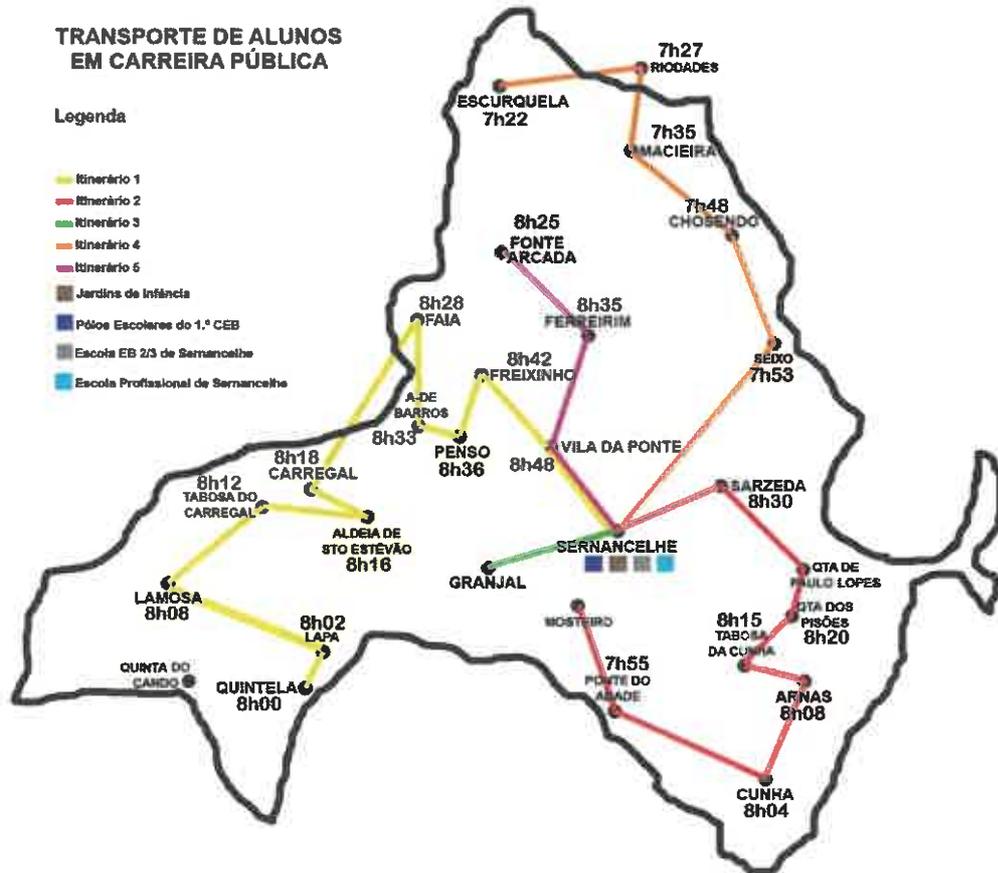
(CMS)

FIGURA 79 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS, POR ITINERÁRIO PÚBLICO E CIRCUITO ESPECIAL, EM 2022/23 (%).



(CMS)

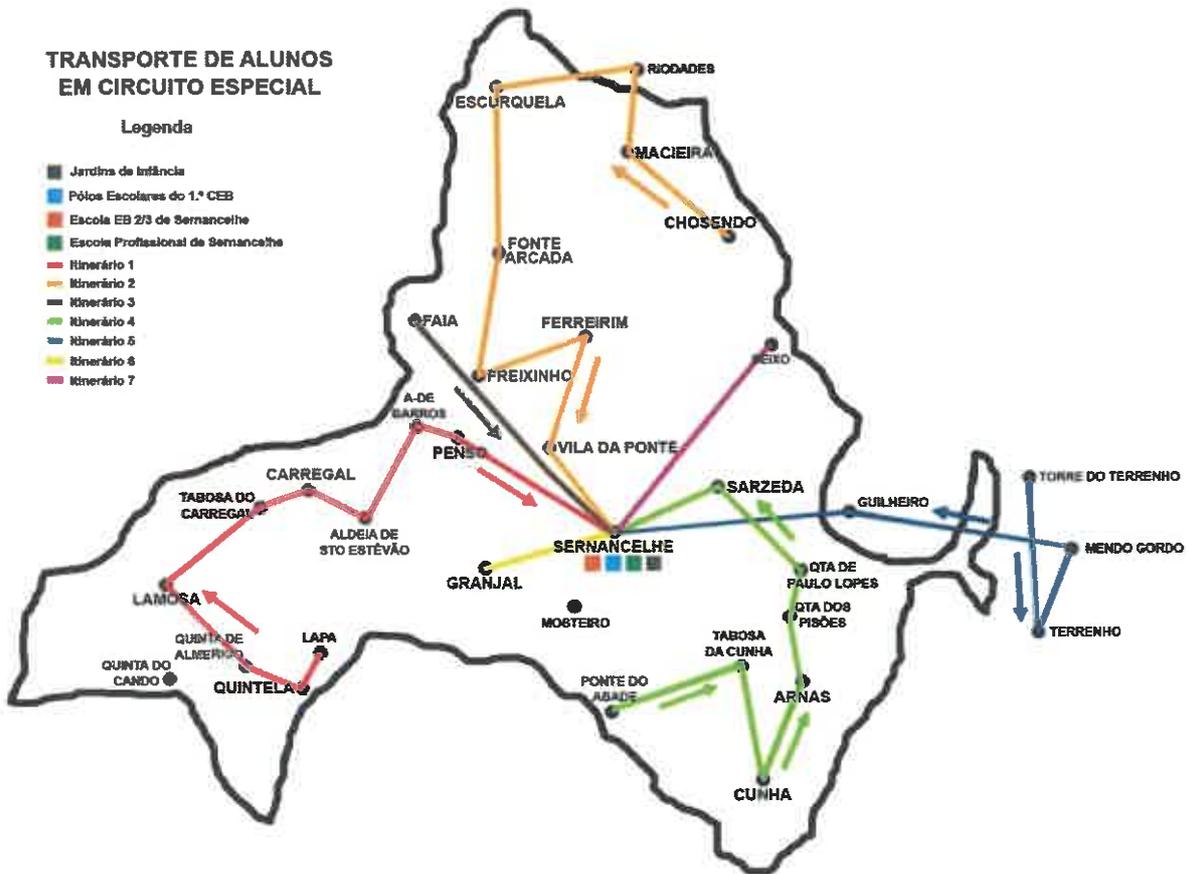
MAPA 7 – MAPA DOS ITINERÁRIOS DA CARREIRA PÚBLICA (2022-2023).



(CMS)



MAPA 8 – MAPA DOS ITINERÁRIOS E DOS CIRCUITOS ESPECIAIS (2022-2023)



(CMS)

4.6. Recursos Humanos.

4.6.1. Pessoal docente.

Considerando a totalidade dos níveis de ensino e os profissionais afetos à Educação, o município de Sernancelhe regista um total de 54 docentes, 42 do quadro de agrupamento, 6 docentes do Quadro de Zona Pedagógica (QZP), 4 professores contratados e 3 docentes da direção executiva, enquadrados na oferta escolar pública. Na sua distribuição por nível de ensino, e no que se refere à educação pré-escolar, regista-se um total de 5 docentes, no 1.º CEB conta com 11 e no 2.º CEB são 15. Para o 3.ºCEB contabilizam-se 21 docentes. Em relação aos docentes de Educação Especial regista-se a presença de 2 docentes, em que um assegura o 1.º e 2.ºCEB e outro o 3.ºCEB.

A quantidade total do pessoal docente na escola profissional ESPROSER é de 32 professores/formadores, sendo que desse número apenas 3 pertencem ao quadro da escola e os restantes 28 são professores/formadores externos. Distribuindo-os por áreas, os 3 professores do quadro da escola assumem a docência das áreas socioculturais, 5 dos professores externos exercem a docência das áreas científicas e os restantes asseguram as componentes técnicas e tecnológicas.

No caso do Conservatório Regional de Música de Ferreirim, os professores totalizam o número de 23, distribuindo-se pelas áreas de instrumento, de formação musical, análise e técnicas de composição e de classe de conjunto.

4.6.2. Pessoal não docente.

No que se refere ao pessoal não docente, que já foi abordado em grande parte no ponto referente à oferta educativa pública, estes encontram-se distribuídos pelas categorias de técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais, num número total de 5, 5 e 28, respetivamente. No caso dos técnicos superiores, os valores mais elevados estão associados aos psicólogos (2), enquanto valores inferiores surgem associados aos técnicos superiores de serviço social (1), mediador sociocultural (1) e outros técnicos



(1). Relativamente à categoria de assistentes técnicos os valores mais expressivos são observados ao nível dos assistentes de serviços administrativos (5), enquanto nos restantes casos são registados valores bastante mais reduzidos, designadamente coordenador técnico de serviços (1), encarregado de serviços gerais (1).

Finalmente, e no que respeita aos assistentes operacionais, o número mais significativo está associado à categoria de auxiliar de ação educativa (28). Observa-se, ainda, a existência de 5 assistentes operacionais inseridos na categoria de outros. No caso da oferta escolar privada, mormente na ESPROSER o pessoal não docente distribui-se por direção (3), administrativos (3) e assistentes operacionais como auxiliares de ação educativa (4).

5. REESTRUTURAÇÃO DA REDE ESCOLAR (2006-2019).

A Lei n.º 75/2003, de 12 de setembro, na sua versão atual, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, define, no seu artigo 23.º, a Educação como domínio de atribuição municipal, ainda que a especificidade da definição de carta educativa, regulação do processo de elaboração e aprovação da mesma e os seus efeitos, seja integralmente regulada pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, alterado pelas Leis n.º 41/2003, de 22 de agosto, e n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio.

Enquanto instrumento de planeamento estratégico no atual panorama das políticas educativas, em especial no que se refere ao reordenamento da rede de equipamentos de educação e ensino, a carta educativa deverá sempre ser entendida à luz da versatilidade dos fatores e, por isso, retrata um processo dinâmico e em constante necessidade de reavaliação. Assim, importa resumir as principais alterações legislativas ocorridas desde a elaboração da 1.ª carta educativa do município de Sernancelhe, no que respeita à organização e reordenamento escolar, de modo a que seja possível compreender a variabilidade verificada entre a rede escolar de 2006 e a existente nos dias de hoje.

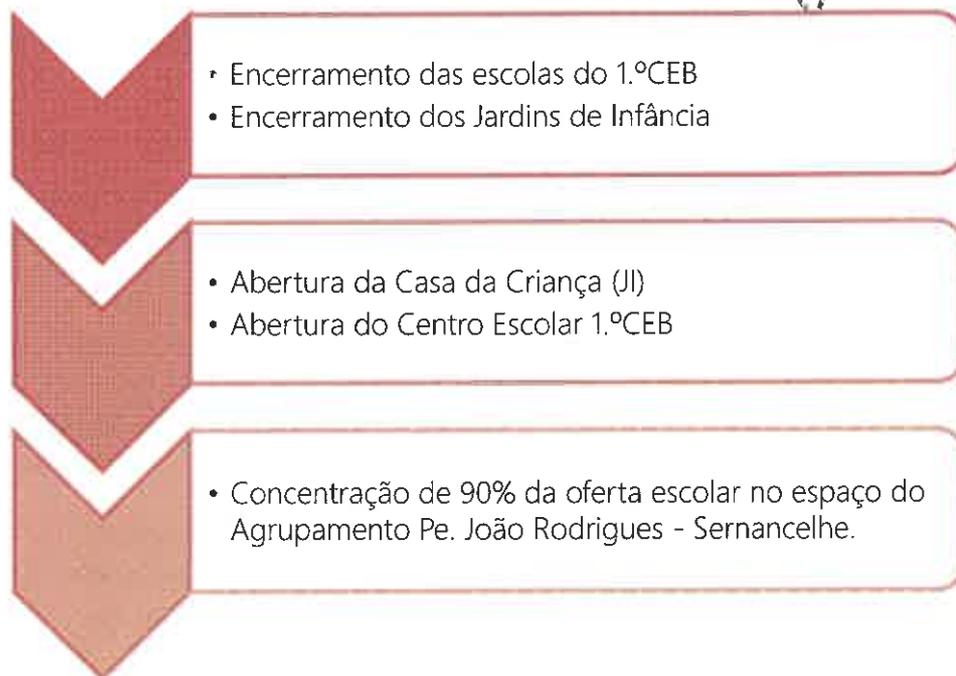
5.1. Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, e Portaria n.º 1181/2010, de 16 de novembro.

Com o objetivo de concretizar a universalização da frequência da educação básica e secundária, de modo a que todos os alunos frequentassem estabelecimentos de educação ou formação pelo menos entre os 5 e os 18 anos de idade, foi emitida, a 14 de junho de 2010, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 44, que pretendia:

- A adaptação da rede escolar ao objetivo de uma escolaridade obrigatória de 12 anos para todos os alunos;
- A adequação da dimensão e condições das escolas para a promoção do sucesso escolar e combate ao abandono;
- A racionalização dos agrupamentos de escolas, de modo a favorecer o desenvolvimento de um projeto educativo comum, articulando níveis e ciclos de ensino distintos.

Assim, entre as várias medidas estabelecidas para a concretização dos objetivos acima referidos, destaca-se obrigatoriedade de extinção, até ao início do ano letivo 2010/2011 (ou, excecionalmente, até ao final do mesmo ano letivo), dos agrupamentos de escolas constituídos exclusivamente por estabelecimentos do mesmo nível de ensino (agrupamentos horizontais de escolas). No ano letivo 2003/2004, mediante ofício da Direção Regional de Educação do Norte, datado de 26/06/2003 a EB 2,3 de Sernancelhe passou a Agrupamento Vertical de Escolas. Era então constituído por 21 escolas do 1.º CEB (com 140 alunos) e 1 escola EB 2,3 (com 380 alunos). Pouco depois passou a denominar-se Agrupamento de Escolas de Sernancelhe do qual faziam parte 3 polos escolares: Sernancelhe, Ferreirim, Carregal e os jardins-de-infância públicos do concelho.

A 16 de novembro do mesmo ano foi publicada a Portaria n.º 1181/2010, que estabeleceu os critérios de ordenamento da rede escolar e decretou o encerramento de escolas com menos de 21 alunos, bem como a extinção dos agrupamentos horizontais. Por essa portaria foi reconfigurada a rede escolar pública do município de Sernancelhe:



5.2. Despacho n.º 5634-F/2012, de 26 de abril.

Considerando o alargamento da escolaridade obrigatória preconizado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, bem como a necessidade de uma transição adequada entre níveis e ciclos de ensino em unidades de gestão que permitissem a um aluno completar a escolaridade no mesmo agrupamento de escolas, foi publicado, a 26 de abril de 2012, o Despacho n.º 5634-F/2012, que tinha como objetivo calendarizar e aclarar os princípios e critérios de orientação, as exceções, bem como alguns procedimentos de transição às novas unidades orgânicas resultantes da constituição de agrupamentos ou agregações previstas. Assim, e de acordo com o referido Despacho, o Agrupamento de Escolas resultante dos processos de agregação previstos nos artigos 6º e 7º do Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída pela integração de estabelecimentos de Educação Pré-

Escolar e escolas de diferentes níveis e ciclos de ensino, com vista à concretização dos seguintes princípios:

- a) Adaptar progressivamente a rede escolar ao objetivo de uma escolaridade de 12 anos para todos os alunos e adequar as condições das escolas à promoção do sucesso escolar e ao combate ao abandono escolar;
- b) Garantir e reforçar a coerência do projeto educativo e a qualidade pedagógica das escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar que o integram, numa lógica de articulação vertical dos diferentes níveis e ciclos de escolaridade;
- c) Proporcionar um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos numa dada área geográfica e favorecer a transição adequada entre níveis e ciclos de ensino;
- d) Superar situações de isolamento de escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar e prevenir a exclusão social e escolar;
- e) Racionalizar a gestão dos recursos humanos e materiais das escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar que o integram.

Infelizmente, a oferta educativa pública de Sernancelhe acabou por não conseguir adaptar a rede escolar ao objetivo da escolaridade de 12 anos, porque o território não possui, nem conseguiu reunir condições para a abertura do secundário, regime geral. O objetivo ficou parcialmente defraudado, porque apenas encontrou na escola profissional ESPROSER a possibilidade de colmatar parte dessa incapacidade.

Nesse sentido, o novo processo de reestruturação da rede escolar pública do município de Sernancelhe, que recomendava que os agrupamentos de escolas se adequassem ao disposto legal, sendo para tal necessário que, dentro do possível, fosse agregado a cada agrupamento de escolas uma Escola Secundária, tendo por base a proximidade geográfica entre equipamentos educativos, foi no caso de Sernancelhe impossível cumprir.



5.3. Decreto-lei n.º 54/2018, 6 de Julho.

O Programa do XXI Governo Constitucional estabeleceu como uma das prioridades da ação governativa a aposta numa escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, pudessem encontrar respostas que lhes possibilitassem a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social. Esta prioridade política vinha concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que respondesse às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social.

O compromisso com a educação inclusiva, de acordo com a definição da UNESCO (2009), enquanto processo que visa responder à diversidade de necessidades dos alunos, através do aumento da participação de todos na aprendizagem e na vida da comunidade escolar, foi reiterado por Portugal com a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu protocolo opcional, adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, no dia 13 de dezembro de 2006, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 56/2009, de 30 de julho, ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 71/2009, de 30 de julho, e reafirmada na «Declaração de Lisboa sobre Equidade Educativa», em julho de 2015. Este compromisso visa ainda dar cumprimento aos objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU.

No centro da atividade da escola estão o currículo e as aprendizagens dos alunos. Neste pressuposto, o decreto-lei n.º 54/2018 tem como eixo central de orientação a necessidade de cada escola reconhecer a mais-valia da diversidade dos seus alunos, encontrando formas de lidar com essa diferença, adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada aluno, mobilizando os meios de que dispõe para que todos aprendam e participem na vida da comunidade educativa. Isto implicou uma aposta decisiva na autonomia das escolas e dos seus profissionais, designadamente através do reforço da intervenção dos docentes de educação especial, enquanto parte ativa das equipas educativas na definição de estratégias e no acompanhamento da diversificação

curricular. Consciente das competências profissionais existentes nas escolas portuguesas, o Governo pretendeu criar condições para que essas pudessem elevar os padrões de qualidade das diferentes ofertas de educação e formação, mesmo nos casos em que se identificavam maiores dificuldades de participação no currículo.

Coube ao Agrupamento Pe João Rodrigues - Sernancelhe definir o processo no qual identificou as barreiras à aprendizagem com que os alunos se confrontavam, apostando na diversidade de estratégias para as ultrapassar, de modo a assegurar que cada um tivesse acesso ao currículo e às aprendizagens, levando todos e cada um ao limite das suas potencialidades. As opções metodológicas subjacentes ao presente decreto-lei assentam no desenho universal para a aprendizagem e na abordagem multinível no acesso ao currículo. Esta abordagem baseia-se em modelos curriculares flexíveis, no acompanhamento e monitorização sistemáticas da eficácia do contínuo das intervenções implementadas, no diálogo dos docentes com os pais ou encarregados de educação e na opção por medidas de apoio à aprendizagem, organizadas em diferentes níveis de intervenção, de acordo com as respostas educativas necessárias para cada aluno adquirir uma base comum de competências, valorizando as suas potencialidades e interesses.

Procura-se garantir que o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória seja atingido por todos, ainda que através de percursos diferenciados, os quais permitem a cada um progredir no currículo com vista ao seu sucesso educativo. O presente decreto-lei consagra, assim, uma abordagem integrada e contínua do percurso escolar de cada aluno garantindo uma educação de qualidade ao longo da escolaridade obrigatória. Para a visão integrada e contínua da abordagem educativa que agora se advoga constitui decisivamente um processo de avaliação de apoio à aprendizagem - que considera aspetos académicos, comportamentais, sociais e emocionais do aluno, mas também fatores ambientais -, uma vez que desse processo resulta toda a sequencialização e dinâmica da intervenção.

Redefiniram-se, a partir de uma visão holística, as atribuições das equipas multidisciplinares na condução do processo de identificação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, em função das características de cada aluno, no acompanhamento e na monitorização da eficácia da aplicação



dessas mesmas medidas, reforçando o envolvimento dos docentes, dos técnicos, dos pais ou encarregados de educação e do próprio aluno.

Introduziram-se alterações na forma como a escola e as estruturas de apoio se encontram organizadas, para a identificação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão ao longo da escolaridade obrigatória. Reconfigurou-se o modelo de Unidade Especializada num modelo de Centro de Apoio à Aprendizagem, que aglutina o primeiro, transformando-se num espaço dinâmico, plural e agregador dos recursos humanos e materiais, mobilizando para a inclusão os saberes e competências existentes na escola, valorizando, assim, os saberes e as experiências de todos. Reforça-se o papel dos pais ou encarregados de educação, conferindo-lhes um conjunto de direitos e deveres conducentes ao seu envolvimento em todo o processo educativo dos seus educandos.

Reconhecendo-se o indelével contributo do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, alterado pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio, através do trabalho realizado pelas escolas e da reflexão que ao longo do tempo propiciou a professores, investigadores e peritos, o presente decreto-lei decorre do Grupo de Trabalho, criado pelo Despacho n.º 7617/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 8 de junho, que, ouvindo múltiplos atores, procedeu a um levantamento de problemas e, concomitantemente, procurou as melhores soluções do ponto de vista da educação, da saúde e da inclusão social.

5.4. Avaliação da carta educativa (1.ª geração) e balanço da execução das propostas de redimensionamento da rede escolar previstas.

Decorridos 17 anos após a homologação da 1ª carta educativa do município de Sernancelhe (2006), importa, ainda assim, avaliar o grau da sua execução, por nível de ensino, procedendo a uma avaliação qualitativa dos dados, sendo importante referir que as projeções tidas em conta na elaboração do referido documento tiveram por base um cenário de crescimento demográfico controlado.

A abordagem do conjunto das propostas elaboradas em sede da primeira carta educativa, é em grande parte subsidiária da visão, no território educativo, do ponto de situação atual relativa aos respetivos equipamentos escolares permite aferir o grau de execução dessas mesmas propostas.

As propostas, então formuladas, enquadram-se nas seguintes categorias:

- Suspensão de atividade;
- Reconversão do equipamento para novas valências;
- Ampliação das instalações;
- Criação de novo equipamento.

O conjunto de informação obtida sobre a rede escolar pública do município de Sernancelhe permite reapreciar as propostas feitas em sede de carta educativa, o seu grau de execução e respetiva fase de desenvolvimento, mas permite, igualmente, aferir os resultados obtidos no âmbito do processo de monitorização anual dos dados da rede escolar, que se traduziu no conjunto de intervenções levadas a cabo.

ESTABELECEMENTOS DE ENSINO	AÇÕES ESTRATÉGICAS				
	Suspensão de atividade	Reconversão do equipamento para novas valências	Ampliação das instalações	Criação de novo equipamento	Outras
1.ºCEB - Arnas	●				
1.ºCEB - Carregal	●				
JI - Carregal	●				
1.ºCEB - Chosendo	●	●			



ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	AÇÕES ESTRATÉGICAS				
	Suspensão de atividade	Reconversão do equipamento para novas valências	Ampliação das instalações	Criação de novo equipamento	Outras
1.ºCEB - Cunha	●				
1.ºCEB - Escurquela	●				
1.ºCEB - Faia	●	●			
1.ºCEB – Fonte Arcada	●				
JI – Fonte Arcada	●				
1.ºCEB – Fonte Arcada	●				
JI - Forca	●				
1.ºCEB – Freixinho	●	●			
JI - Freixinho	●				
1.ºCEB – Granjal	●	●			
JI – Granjal	●	●			
1.ºCEB – Lamosa	●	●			
1.ºCEB – Macieira	●	●			
1.ºCEB – Penso	●	●			
1.ºCEB – Qtª P.Lopes	●				
1.ºCEB – Quintela da Lapa	●				

ESTABELECEMENTOS DE ENSINO	AÇÕES ESTRATÉGICAS				
	Suspensão de atividade	Reconversão do equipamento para novas valências	Ampliação das instalações	Criação de novo equipamento	Outras
Jl – Quintela da Lapa	●	●			
1.ºCEB – Sarzeda	●	●			
Jl – Sarzeda	●	●			
1.ºCEB – Seixo	●	●			
Jl – Seixo	●	●			
Jl – Sernancelhe	●	●	●	●	
1.ºCEB – Cunha	●	●			
1.ºCEB – Vila da Ponte	●	●			
Jl – Vila da Ponte	●				

(CMS)

5.4.1. A Educação Pré-Escolar.

Considerando que, no caso da frequência de Jardim de Infância, a rede escolar pública não espelha, em relação direta, o número real de crianças em idade pré-escolar, não só pela falta de cobertura da oferta pública deste tipo de equipamentos, como também pela opção que ainda representa a oferta de ensino privado para esta faixa de alunos, a análise comparativa entre os valores da projeção e o número real de crianças a frequentar a Educação Pré-escolar da rede pública atualmente, acaba por não ser possível correlacionar os dados em apreço. Ainda assim, é de referir



que a rede pública do município de Sernancelhe tem, neste momento, capacidade de resposta a 100% dos alunos até aos 5 anos.

No que respeita às freguesias da zona rural, a cobertura da rede pública de pré-escolar deu uma resposta satisfatória a todos os candidatos, a partir dos 3 anos de idade, ainda que após o encerramento dos estabelecimentos de ensino em 2006, acabou por ser inevitável a sua deslocação para a sede de concelho, onde hoje se situa o Jardim de Infância (Casa da Criança).

Analisando a primeira carta educativa, nela não se expuseram linhas de intervenção estratégica para a Educação Pré-Escolar, para além do elenco dos Jardins de Infância da oferta pública que então se encontravam em funcionamento nas freguesias de Vila da Ponte, Carregal, Fonte Arcada, Chosendo, Ferreirim, Penso, Sarzeda, Quintela, Granjal e Sernancelhe, sendo que nesta última, a par do Jardim de Infância público, existia um estabelecimento da oferta privada (note-se que as freguesias mencionadas são anteriores à reforma administrativa das freguesias) e a apresentação dos resultados dos quantitativos de alunos inscritos/matriculados. A exceção reside no cronograma das intervenções, onde constava a intenção para os anos 2006-2007 da construção do Jardim de Infância de Sernancelhe, que, como sabemos, se veio a concretizar na Casa da Criança.

5.4.2. O 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Na primeira carta educativa todos os dados apontavam para um crescimento negativo da população escolarizável neste nível de ensino (1.ºCEB) ao longo da década de 2000. As estimativas efetuadas deixavam antever esse decréscimo ainda que na segunda metade da década o envelhecimento das estruturas demográficas começasse a repercutir-se também na quebra do número de nados-vivos, sendo expectável uma redução da população escolarizável do município, conforme se evidenciava nos números previstos. Será importante referir que os valores à data considerados apenas refletem a rede pública. Hoje pode-se concluir que existe um afastamento das projeções relativamente aos valores reais, claramente explicado pelo decréscimo da taxa de natalidade e aumento da

taxa migratória verificada no município nos últimos anos que sustentou a estimativa.

A equipa técnica responsável pela primeira carta educativa tinha presente, em 2006, que o encerramento das escolas do 1.º CEB, muito marcadas pelo isolamento e baixo número de alunos, seria em breve uma realidade. E, nesse sentido, alertava para o problema que, certamente, a curto e médio prazo constituiria para as famílias e alunos. Naturalmente nasceram, quase de imediato, preocupações que consistiam na perceção da distância que os seus filhos teriam que percorrer e da dificuldade em comunicar e compreender as vantagens que adviriam da reorganização da oferta escolar, patente nas seguintes palavras: *“importa igualmente reter que a aceitação, por parte das famílias, da maior distância que os estudantes terão que percorrer até às escolas, implicará um esforço informativo acerca das vantagens que daí advirão, em termos de recursos e ambiente escolar, sendo, sem dúvida, compensatório relativamente às desvantagens imediatamente perceptíveis como a diminuição do tempo disponível fora da escola ou a perda de relação próxima entre a escola e a população, uma vez que a escola, na grande parte dos casos, se assume como o grande e às vezes único foco de informação cultural na aldeia.”* (CE, 2006).

O problema principal residia na ausência de infraestruturas de apoio e na consciência de que a *“a solução para as escolas isoladas e/ou com poucos alunos deverá passar por um projecto concertado, de reordenamento da rede escolar, com condições dignas e favoráveis ao processo de ensino/aprendizagem e com uma maior racionalização dos gastos públicos.”* Assim, procurou criar-se uma nuclearização territorial, ou seja, definir três núcleos territoriais (Carregal, Ferreirim e Sernancelhe) de forma a organizar e rentabilizar os equipamentos educativos. Para além desses aspetos, ainda havia a considerar a distribuição da população escolar que teria que ser feita de acordo com a distribuição geográfica dos alunos, atendendo a centralidade/acessibilidade e número de alunos, considerando que os tempos de deslocação previstos nunca ultrapassassem, em situações normais, os 15 minutos. Esta proposta de criação de núcleos territoriais não chegou a ser concretizada em virtude do encerramento das escolas.

O cronograma que constava da primeira carta educativa previa, neste domínio da nuclearização, as obras dos centros escolares do Carregal, Ferreirim e Sernancelhe como sendo prioritárias, assinaladas mesmo com um



alto nível de relevância. À data da elaboração e entrada em vigor da primeira carta educativa, o cronograma contemplava a construção do Centro Escolar do Carregal e do Centro Escolar de Ferreirim (note-se que, para Sernancelhe, a Casa da Criança e o Centro de Artes estaria pronto em Março de 2006, mas que em Fevereiro de 2007 ainda não estava em funcionamento, assunto que causou muita celeuma entre o Município de Sernancelhe e a DREN). O projeto do Centro Escolar do Carregal estava então em fase de estudo, tendo sido proposto à DREN, pelo ofício C7.1-1462, a construção das respetivas instalações no edifício do Centro Social e Paroquial de Carregal. O Centro Escolar de Ferreirim estava numa fase de maturação mais adiantada, previsto para 2007, e com um valor estimado de 400.000.00 eur.

Em 2006, no âmbito do Quadro Comunitário em vigor (Quadro Comunitário, no que concerne ao Programa de Economia – Medida 2.5 – MAPE) reconhecia-se a possibilidade de candidatura, através da autarquia, para a obtenção de cofinanciamento em projetos nas vertentes da Utilização Racional de Energia e Energias Renováveis. A direção da ESPROSER e a equipa técnica redatora da carta educativa de primeira geração contemplaram a necessidade da reestruturação dos sistemas de aquecimento escolar para os estabelecimentos do 1.º CEB, através da utilização de Biomassa Florestal. Nesta perspetiva, pesavam-se as condições climatéricas da região e o então sistema de aquecimento, muito insuficiente, das salas das escolas de 1.º Ciclo do Concelho, pelo que se justificava a preocupação e a intenção demonstrada pela Câmara Municipal de Sernancelhe em avançar com uma candidatura nesse âmbito. O objetivo prendia-se com a instalação de aparelhos individuais de aquecimento do tipo “salamandras” para escolas até três salas de aula e aquecimento centrais para escolas com quatro ou mais salas de aula, para além da construção de arrecadações de lenha e o isolamento térmico dos edifícios. O combustível a utilizar seria lenha ou briquetes, sendo este último de mais fácil utilização e arrumação, para além de possuir um poder calorífico muito superior ao da lenha e ser economicamente mais rentável. O financiamento a requerer ao MAPE era de 40%, não reembolsável, onde se incluía os valores de candidatura, projeto e assistência técnica. Foi então elaborado o estudo prévio necessário a esta candidatura. A questão do isolamento térmico também foi prevista ao nível do isolamento de portas e janelas, da colocação de mantas de lã de rocha no teto dos edifícios, diminuindo assim as perdas térmicas existentes.

5.4.3. Os 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico.

No que diz respeito às projeções constantes na carta educativa para os 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico existem bastantes similaridades com o 1.º CEB. O facto de se ter procedido à reestruturação administrativa das juntas de freguesia (2013), agregando algumas das mesmas de acordo com critérios de proximidade, deixou de fazer sentido falar-se em deslocalização dos alunos para outras freguesias vizinhas por ausência de equipamentos com resposta a estes graus de escolaridade na freguesia de residência. Comparando os dados reais com os dados projetados, conclui-se que era na zona rural que existia um menor desfazamento no que diz respeito às previsões então apontadas. Este facto justificava-se pela desconcentração continuada das grandes áreas urbanas para áreas próximas de menor densidade populacional, panorama que se tem assistido em Portugal nos últimos anos. Para as restantes freguesias, denotava-se um ligeiro desvio face às projeções apontadas na carta educativa, motivado pelo decréscimo da taxa de natalidade, aumento da taxa migratória (fluxo de saída) e da taxa de mortalidade verificada no município nos últimos anos, e em determinado momento, acentuada pela crise económica que se viveu e repercutiu neste momento. Em termos de intervenções previstas, a primeira carta educativa nada em especial contemplava ao nível infraestrutural, não obstante se terem vindo a realizar algumas intervenções de âmbito de conservação e manutenção no edifício onde continuam a funcionar o 2.º e 3.º CEB.

5.4.4. Ensino Profissional.

No campo do ensino profissional, a primeira carta educativa considerava-o como a oferta de ensino secundário, *"ministrado e assumido no Concelho há mais de dez anos pela Escola Profissional de Sernancelhe (ESPROSER)"* Ainda que, evidentemente, o ensino profissional configurasse a oferta disponível e a única possibilidade de no concelho os alunos prosseguirem os seus estudos do nível secundário, não obstante a qualidade e excelência da formação proporcionada pela ESPROSER, o território não possuía (e continua



a não possuir) uma oferta alternativa para o ensino secundário, entenda-se em regime geral, com uma oferta de cursos de formação geral vocacionada para o prosseguimento de estudos de nível superior.

Teria sido muito desejável que a primeira carta educativa tivesse contemplado uma projeção da população escolar para este indicador, o que não sucedeu, principalmente após o ano letivo 2007/2008, ano em que a escolaridade obrigatória tenderia a ser alargada para 12 anos, facto esse que só se veio a verificar no ano letivo 2009/2010, com efeitos produzidos apenas no ano letivo 2012/13. Ou, pelo menos, a projeção de um cenário que concernisse sobre as questões da mobilidade dos alunos intermunicipais, quer pela falta de oferta na sua área de residência, quer pela área de estudos selecionada e o tipo de curso escolhido.

Menciona a carta educativa da primeira geração que a ESPROSER, enquanto centro de formação das áreas de Turismo e Construção Civil (2006), também procurou contemplar outras áreas de formação nos currículos da ESPROSER, mas que acabaram extintos devido à dificuldade em arranjar formandos que reunissem as características exigidas. E no mesmo documento se defendia que as dificuldades relacionadas com o preenchimento do número mínimo de alunos para que um curso pudesse funcionar, podiam ser colmatadas através da atribuição de alguma autonomia à instituição, porque *"no que diz respeito à selecção dos cursos a leccionar, uma vez que, como entidade instalada no concelho, conhece profundamente as necessidades educativas específicas afectas ao ensino profissional, sempre em prol de uma adequação constante às necessidades evidenciadas pela população do concelho e da região."*

5.5. ALTERAÇÕES NO SISTEMA EDUCATIVO PÚBLICO ENTRE OS ANOS LETIVOS 2015/2016, 2017/2018 e 2021/2022.

A análise comparativa do número de alunos matriculados nos equipamentos educativos do município de Sernancelhe revela um acréscimo do número de crianças afetas à Educação Pré-Escolar entre os anos letivos 2015/2016 e 2017/2018, registando um ligeiro aumento de

13,33%. No 1.º CEB, inversamente, foi identificado um decréscimo da população escolar em igual período (-3,76%), para o qual contribuiu a redução dos quantitativos escolares dos restantes níveis, e o exame da evolução do número de alunos dos 2.ºCEB permitiu também identificar uma tendência generalizada de decréscimo, com -20,48%, e no caso do 3.º CEB registou-se -12,21%.

Nas dinâmicas educativas presentes no município de Sernancelhe, a mobilidade assume muita importância, pois as mudanças operadas, bem como a passagem a um novo regime, acompanhadas por um incremento do número de espaços letivos, quer na educação pré-escolar, quer no 1.ºCEB, por vezes recorrendo à reconversão de salas ou à construção de edifícios, estão na origem de uma significativa transformação das dinâmicas escolares de determinados setores do território entre estes dois momentos. Assim, convém esclarecer a importância que a análise da mobilidade escolar assume no atual contexto educativo, já que a sua interpretação poderá conduzir à criação de novos modelos de regulação do sistema educativo a uma escala local e, ainda, justificar opções tomadas aquando do processo de reorganização da rede escolar.

Em primeiro lugar, o interesse na análise dos fluxos escolares prende-se com o facto da regulação da oferta educativa, pública e privada, não se encontrar enquadrada por critérios claramente definidos, situação que por vezes conduz à aplicação de mecanismos de natureza diversa, onde além dos mecanismo de regulação institucionais surgem outros associados, nomeadamente: Ministério da Educação vs Autarquia, Regulação Pública vs Setor Privado, Regulação do Ministério da Educação vs Encarregados de Educação. Por outro lado, e fruto dos condicionalismos impostos pela redução generalizada do número de alunos nas últimas décadas, tem vindo a observar-se uma alteração na lógica dos fluxos escolares que anteriormente era ditada pela oferta, mas, que de forma crescente, tem vindo a ser ditada pela procura, o que evidencia a necessidade em compreender a mobilidade dos alunos num dado território, ajustando a oferta à procura existente. Neste ponto, importa também salientar que a procura escolar do concelho de Sernancelhe obriga a fluxos regulares com o mesmo destino, dada a oferta escolar.

Assim, a par da análise de outras variáveis, como seja a evolução dos quantitativos escolares e das projeções escolares e da necessidade de salas,



assume contornos decisivos na definição das propostas de reorganização da rede educativa, que, em caso extremo pode ditar o encerramento ou continuidade de determinado estabelecimento de ensino.

Outra questão essencial no estudo da mobilidade da população escolar prende-se com a existência de processos informais de escolha dos estabelecimentos de ensino por parte de pais e encarregados de educação, não obstante a legislação recente nesta matéria. A análise dos artigos 10º e 11º do Despacho Normativo nº 6/2018 que estabelecem as prioridades na matrícula ou renovação de matrícula na Educação Pré-Escolar e no Ensino Básico vem demonstrar que, cada vez mais, existem restrições na escolha dos estabelecimentos de ensino da rede pública por parte de pais e encarregados de educação, embora este normativo defenda uma maior equidade no acesso ao ensino por parte de todos os alunos. Todavia, são amplamente conhecidas as estratégias adotadas por alguns estabelecimentos de ensino para cativarem, escolherem e manterem os seus alunos, facto que poderá justificar alterações na normal distribuição dos alunos, e explicar o incremento da população escolar num estabelecimento de ensino cujo projeto educativo seja reconhecido e conseqüente, esvaziamento de outro que lhe seja adjacente. No que respeita ao Agrupamento de Escolas Pe. João Rodrigues - Sernancelhe, em todos os seus níveis (Pré-escolar, 1.ºCEB, 2.ºCEB e 3.ºCEB) as alterações no padrão de mobilidade dos alunos ocorreram logo a seguir a 2006, aquando do encerramento das escolas do 1.ºCEB. Não obstante a maioria dos alunos residir nas zonas próximas deste equipamento educativo, aliás como seria expectável, verifica-se que em relação aos alunos que são provenientes de zonas mais distantes o padrão de distribuição não se alterou. Não foi necessário reestruturar a rede de transportes de forma a permitir que todos os alunos, com o menor impacto possível, fossem deslocados/transportados com segurança, conforto e com o menor índice de stress. Aliás, os reajustamentos realizados ficaram-se a dever apenas aos quantitativos escolares que, de ano para ano, apresentam alguma variabilidade, mantendo o padrão de distribuição. E, chegado o ano letivo 2017/2018, e a consequência das alterações produzidas pela entrada em vigor de normativos legais respeitantes às matrículas e prioridades dos alunos à Educação Pré-Escolar e 1º CEB, este padrão, mais uma vez, não sofreu alterações, pois os estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar existentes

mantiveram-se, quer no caso do Jardim de Infância público, quer no caso do Jardim de Infância privado.

Portanto, apesar da variabilidade que se registou nos anos letivos que se seguiram ao encerramento das escolas do 1.ºCEB, registou-se apenas a manutenção dos padrões de distribuição dos alunos, em todos os níveis de ensino, justificado pelo facto de não ter existido qualquer alteração na tipologia ou no regime de funcionamento, não existindo, assim, a introdução de qualquer fator externo que perturbasse a normal distribuição dos alunos.

6. PREVISÃO DE REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR.

6.1. Princípios orientadores.

Os últimos anos têm sido fecundos em alterações no sistema educativo e a indispensabilidade da resposta a algumas das exigências têm vindo a traduzir-se numa transformação muito significativa do parque escolar, o que resultou, em muitos municípios, no encerramento de estabelecimentos de educação e na requalificação e/ou construção de equipamentos educativos, com especial incidência no 1.º CEB.

Em 2006, o município de Sernancelhe assistiu ao encerramento de praticamente todos os estabelecimentos da Educação Pré-Escolar e do 1.º CEB e às diferentes fases de constituição dos agrupamentos de escolas, mas tendo passado 17 anos letivos após a elaboração da primeira carta educativa de Sernancelhe, impõe-se uma revisão do processo de reorganização da rede escolar que considere as transformações verificadas nas dinâmicas demográficas e socioeconómicas do concelho, e no sistema educativo, e que colmate as insuficiências detetadas, de modo a ajustar o parque escolar às necessidades atuais, mas, fundamentalmente, com a previsão a médio/longo prazo.

Numa fase em que já não existem estabelecimentos de ensino de 1.º CEB a funcionar com uma população escolar inferior a 21 alunos, no município de Sernancelhe, recorde-se que essa foi a principal imposição colocada pelo Ministério de Educação para o encerramento de escolas e que foi a causa de grande parte das reorganizações das redes escolares municipais realizadas,



impõe-se, evidentemente, o estabelecimento de critérios municipais a seguir para a definição das propostas de reorganização da rede escolar.

Ainda que, ao contrário de grande parte do território nacional, o município de Sernancelhe apresente uma dinâmica escolar que pode ser considerada como positiva e acima da média nacional, a redução da população escolar observada nos últimos anos letivos e as projeções para a próxima década, que apontam para uma contínua quebra de alunos, determinam que as propostas de reorganização da rede escolar se devam basear na reorganização dos estabelecimentos de educação e ensino existentes (ampliação, requalificação e reconversão), com vista à rentabilização dos espaços existentes, no quadro de uma racionalidade que se pretende dinâmica, gerindo mais eficazmente recursos que, como bens escassos que são, exigem alguma ponderação nas decisões a tomar, uma vez que os custos associados a uma má gestão têm efeitos duradouros e crescentemente elevados. Mas a necessidade de definir critérios municipais a seguir para a reorganização da rede escolar está também relacionada com a mudança no paradigma do planeamento educativo que se tem vindo a efetivar. Se, no período após 2003 (Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro), com a obrigatoriedade de realização da carta educativa, e, em particular, no período após 2005, na sequência do anúncio de financiamento comunitário, a reorganização da rede escolar apresentava um carácter fortemente centralizado, em função das normas ditadas pela tutela, no presente momento a filosofia da reorganização da rede escolar pode (e deve) assumir novos contornos, com o peso crescente dos municípios na escolha de um caminho próprio para a educação no seu território. Na realidade, a carta educativa criou condições para que os municípios se pudessem afirmar, pela primeira vez, como autores e participantes na reorganização da sua rede escolar, habilitando-os a encontrar soluções educativas locais, mas a verdade é que acabou por decorrer num quadro de forte regulação estatal, até porque o financiamento dos novos centros educativos dependia da aprovação do Ministério da Educação, pelo que se pode afirmar que existiu uma descentralização "controlada".

Foi neste contexto que foram definidos pelos responsáveis políticos e técnicos do município de Sernancelhe um conjunto de critérios municipais gerais e específicos orientadores do planeamento educativo, que manifestamente apresentam uma natureza muito distinta dos publicados

nacionalmente, ainda que a reorganização da rede escolar dê cumprimento legal ao Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, e às normas de planeamento educativo divulgadas posteriormente pelo Ministério da Educação.

CRITÉRIOS GERAIS:

- Cumprir a política educativa nacional, numa clara articulação entre as orientações do Ministério da Educação e as necessidades educativas locais;
- Potenciar as condições para garantir a liberdade de escolha da escola/projeto educativo para pais e/ou encarregados de educação ou, quando maiores, para alunos;

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS:

- Reorganizar, sempre que possível, os estabelecimentos de educação e ensino, integrando a população escolar em escolas de maior dimensão procurando oferecer, à totalidade dos alunos do município, condições físicas e pedagógicas superiores e uma clara oportunidade a esses mesmo alunos;
- Procurar garantir uma sala e um docente por ano de escolaridade, indo ao encontro do que se deseja para a educação do século XXI;
- Estabilizar as trajetórias escolares, salvaguardando a razoabilidade nas deslocações das crianças na tripla vertente, conforto/segurança e distância a percorrer e duração do percurso, para evitar que os alunos percorram, diariamente, grandes distâncias e percam um tempo excessivo em viagens;
- Diminuir o isolamento, possibilitando a socialização entre alunos e a interação entre alunos e professores;
- Gerar dimensão crítica que assegure a formação de cidadãos conscientes, interventivos, criativos e inovadores e a criação de uma comunidade mais aberta e informada, através de todos os meios ao seu alcance e com a colaboração dos pais e/ou encarregados de educação e da comunidade;



- Rentabilizar os recursos humanos e materiais disponíveis, procurando articulações e complementaridades;
- Qualificar o parque escolar, procurando a melhoria das condições de vivência escolar e a qualificação das aprendizagens;
- Permitir a cobertura da totalidade da população a escolarizar nos diferentes níveis de ensino, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, nas suas diferentes modalidades;
- Integrar os diferentes níveis de ensino, procurando que os alunos complementem a escolaridade básica no mesmo agrupamento de escolas ou nas escolas responsáveis pela respetiva sequencialidade;
- Reduzir as assimetrias existentes no território municipal, minimizando uma possível diferenciação negativa entre as zonas com carácter periférico e as zonas urbanas;
- Contribuir para o processo de planeamento e ordenamento do território;

Além destes critérios, tem sido defendida uma lógica de proximidade e qualidade nos estabelecimentos de educação pré-escolar, na tentativa de manter o maior número possível em funcionamento, e apenas de qualidade nos estabelecimentos, em especial nos do 1.º CEB., embora os encerramentos, neste caso, apenas se possam justificar pela evolução dos resultados demográficos e sempre numa lógica de melhoria das condições dos alunos. A definição e apresentação da proposta de reorganização da rede escolar do município de Sernancelhe obedece ainda, naturalmente, aos parâmetros reguladores emanados pelo Ministério da Educação que têm vindo a ser seguidos no nosso país nos últimos anos e que têm como objetivo central a criação de condições de igualdade de acesso a um ensino de qualidade para todos os alunos. De acordo com o artigo 15.º do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, o ordenamento da rede escolar deve, considerando o disposto nos artigos 37.º a 41.º da LBSE, e a Recomendação 4/2011, de 26 de Abril, publicada em Diário da República n.º 80/2011, Série II de 2011-04-26, estruturar-se em função dos seguintes princípios gerais:

- a) Consideração da educação pré-escolar como primeira etapa da educação básica;
- b) Sequencialidade entre os diferentes ciclos do ensino básico, de acordo com o definido na Lei de Bases do Sistema Educativo, como elemento propiciador do cumprimento, com sucesso, do percurso da escolaridade obrigatória, e como reconhecimento de que este percurso se deve efectuar, de preferência, numa única escola ou agrupamento de escolas;
- c) Expressão territorial da rede educativa, entendida como a distribuição dos estabelecimentos dos diferentes níveis de educação e de ensino, de acordo com a divisão administrativa do País, tendo em atenção factores resultantes das características geográficas do território, da densidade e da idade da população a escolarizar, do nível de educação e ensino em questão e da necessidade de assegurar a racionalidade e complementaridade das ofertas. Com base nestes princípios gerais, o mesmo diploma legal define no seu artigo 16.º que o ordenamento da rede escolar deve contribuir para os seguintes objetivos:
 - a) Garantia do direito de acesso de todas as crianças e alunos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
 - b) Superação das situações de isolamento e de quebra de inserção socioeducativa das crianças e alunos, prevenindo a exclusão social;
 - c) Garantia de uma adequada complementaridade de ofertas educativas;
 - d) Garantia da qualidade funcional, arquitetónica e ambiental dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino;
 - e) Desenvolvimento de formas de organização e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino mais eficazes, especialmente através da conclusão do processo de agrupamento de escolas e de autonomia da sua gestão;
 - f) Adequação da oferta de recursos e racionalização da sua



distribuição, com vista ao estabelecimento e à distinção daqueles que, pelas suas características e natureza, devam ser comuns a uma determinada área geográfica, para que melhor sejam partilhados por todos os estabelecimentos dessa mesma área. Para atingir estes objetivos, o referido diploma legal estabelece, no seu artigo 17.º, que o ordenamento da rede escolar deve respeitar, entre outros, os seguintes parâmetros técnicos:

- a) Tipologia de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino públicos, em cada momento definidos e caracterizados;
- b) Modalidades de agregação entre os estabelecimentos de educação pré-escolar e os dos diferentes ciclos do ensino básico, no sentido do aprofundamento do processo de constituição de agrupamentos de escolas;
- c) Caracterização dos edifícios e de outras infraestruturas educativas, bem como do mobiliário e demais equipamentos, em função do tipo de escola, do número de alunos, das exigências pedagógicas e dos padrões de qualidade e de funcionamento definidos;
- d) Dimensão padrão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino, por forma a estabelecer os limiares mínimo e máximo das crianças e alunos utentes de cada jardim-de-infância, escola do ensino básico, escola do ensino secundário e agrupamento de escolas, tendo em atenção as idades de quem os frequenta e a especificidade dos diferentes níveis de educação e de ensino ministrados em cada um;
- e) Dimensão padrão e características dos quadros de pessoal, docente e não docente, de cada estabelecimento de educação pré-escolar e de ensino ou agrupamento de escolas, tendo em atenção a especificidade das ofertas educativas.

Temos, assim, duas perspetivas de análise: uma claramente local, que reflete as questões de índole territorial do município de Sernancelhe e que não ignora as diferentes características físicas e dinâmicas humanas

observadas nas diversas freguesias que integram o território municipal, com o peso do carácter periférico ou da alta densidade populacional a ganhar contornos decisivos em alguns territórios, e uma outra que pretende adotar as linhas uniformizadoras que o Ministério da Educação tem procurado para a rede escolar nacional, definidas de modo muito centralista - top- down.

Além destes conceitos base, a definição e apresentação da proposta de reorganização da rede escolar do município de Sernancelhe considera, ainda, questões básicas ao nível do ordenamento e planeamento do território, como a morfologia, a rede viária, a rede de transportes públicos, as dinâmicas demográficas e socioeconómicas, a rede de estabelecimentos de educação e ensino e respetivas ofertas educativas, as projeções da população escolar, as áreas de influência, os fluxos e a distância-tempo dos percursos dos alunos casa-escola.

Ainda que a análise das condicionantes naturais assumam frequentemente um papel determinante, uma vez que são responsáveis por algumas fronteiras e alguns dos estrangulamentos existentes, neste caso particular estas variáveis exercem uma interferência pouco ou nada significativa. Por sua vez, a dinâmica demográfica mantém o papel de destaque, tendo sido fundamental fazer a avaliação dos quantitativos e das características da população e do povoamento no tempo presente, mas sobretudo determinar os seus quantitativos e projetar as suas características futuras, com o objetivo de definir cenários para as diversas atividades públicas e privadas. A definição e apresentação da proposta de reorganização da rede escolar do município de Sernancelhe refletiu no passado, e continua a refletir, no projeto educativo local em construção, a visão dos responsáveis políticos relativamente ao domínio da Educação no território municipal, para o qual este documento é uma parte integrante e essencial. Naturalmente, a definição e apresentação de uma proposta de reorganização da rede escolar para o município de Sernancelhe só se torna possível após o diagnóstico do sistema educativo municipal, o qual inclui o conhecimento da evolução recente da oferta e procura educativa, a realização de estimativas relativas às necessidades da oferta e procura educativa para os próximos anos letivos, bem como a identificação das debilidades e potencialidades do sistema educativo municipal. Por isso, a definição e apresentação de uma proposta de reorganização da rede escolar para o município de Sernancelhe exigiu ainda uma discussão com a presença da totalidade dos agentes educativos,



em especial os responsáveis políticos e técnicos do município e o Conselho Municipal de Educação (CME).

6.2. Estratégia de intervenção.

De acordo com os princípios orientadores enunciados, a proposta de reorganização da rede escolar pública do município de Sernancelhe assenta, para a Educação Pré-Escolar, na manutenção dos estabelecimentos (reorganização das salas), enquanto o número de crianças inscritas constituir uma dimensão capaz de assegurar o seu funcionamento, sendo indicados os equipamentos educativos de acolhimento, para quando a frequência diminuir para números inferiores aos que são pedagogicamente recomendados. Aliás, todo o processo de disponibilização de espaços para a frequência universal das crianças de 3, 4 e 5 anos que tem vindo a ser defendido e implementado pelo poder central, deverá, no caso do território municipal de Sernancelhe, continuar a ser equacionado e monitorizado no quadro das projeções da natalidade, de modo a que não se venha a observar a curto prazo, uma oferta superior à procura. Há, contudo, um dado muito relevante a considerar que se prende com o encerramento do Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Sernancelhe, em Maio de 2023, que poderá numa fase inicial causar algumas dificuldades ao nível da resposta da rede pública que, obrigatoriamente, terá que se reorganizar, sobretudo ao nível das salas de aula/atividade, de forma a alocar os 21 alunos que do privado transitam para o público, pois, por falta de alternativas, estes alunos ingressarão no ano letivo 2023-2024 no Jardim de Infância Casa da Criança.

Para o 1º CEB, embora o limite mínimo para o funcionamento de um estabelecimento de ensino de 1ºCEB seja de 21 alunos, a proposta de reorganização da rede escolar pública do município de Sernancelhe não aponta, de forma alguma, para a hipótese de encerramentos ou de reorganização dos equipamentos educativos que não cumpram os requisitos necessários para garantir uma sala e um professor por ano de escolaridade, premissa em que deve assentar a criação de condições materiais adequadas às atuais exigências pedagógicas, à promoção do sucesso escolar e ao

combate ao abandono escolar, por um lado, e proporcionar a imprescindível igualdade de oportunidades na frequência escolar, por outro lado. Lembre-se que todos os estabelecimentos educativos do 1.º CEB foram encerrados aquando da reforma operada em 2006.

Portanto, o centro escolar de Sernancelhe acolhe uma população escolar e possui um número de salas de aula que permite, no limite, a constituição de turmas independentes em cada ano de escolaridade. Todavia, assume-se desde já que será observado e monitorizado o funcionamento do centro escolar nas circunstâncias atuais, e qualquer alteração exigirá a elaboração e a implementação de um projeto educativo próprio, em que todos os agentes serão chamados a participar. A jeito de conclusão, importa lembrar que embora o diagnóstico da oferta e procura escolar seja referente ao ano letivo 2022/2023, a base mais sólida para a definição das propostas de reorganização da rede escolar pública contempla também o ano letivo de 2021/2022. Tendo em consideração as opções autárquicas para a organização das unidades educativas, cuja delimitação obedece a critérios que visam a continuidade e a coesão territorial, mas, sobretudo o melhoramento da ação pedagógica, baseados no percurso e fluxo dos alunos, apresentam-se as sugestões de intervenção e reorganização da rede escolar pública do município de Sernancelhe, organizadas por nível de ensino e de acordo com os estabelecimentos de ensino existentes no território municipal:

AÇÕES ESTRATÉGICAS	ESTABELECEMENTOS DE ENSINO						NÍVEIS DE ENSINO			
	Casa da Criança	Centro Escolar 1.º CEB	Escola 2.º Pe. João Rodrigues	ESPROCKER	Conservatório R. de Música da Espadreira	Pre-Escolar	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	E. Profissional E. Secundário
Continuar a apoiar estrategicamente o ensino articulado da música para todos os alunos do 1º CEB, em colaboração com o Agrupamento de Sernancelhe e o conservatório Regional de Música de Ferreirim.	●						●			

 AÇÕES ESTRATÉGICAS	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO						NÍVEIS DE ENSINO			
	Casa da Criança (JI)	Centro-Escolar 1.º CEB	Escola 23 Fe. João Rodrigues	ESPROSER	Conservatório R. de Música de Ferreirim	Pré-Escolar	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	E. Profissional, E. Secundário
Alargar o ensino da Música aos alunos do Pré-escolar do concelho.	●				●	●				
Melhorar a componente de apoio à Família aumentando as respostas sociais, em tempo de férias para os alunos até aos 10 anos.	●	●				●	●			
Oferecer transportes escolares gratuitos a todos os alunos do concelho, tentando adaptar os circuitos de acordo com o número de alunos, num menor tempo de transporte.	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Garantir a gratuidade das refeições a todos os alunos do Pré-Escolar e do 1.º CEB.	●	●				●	●			
Manter as parcerias de cooperação com a Escola Profissional de Sernancelhe no sentido de atrair mais alunos, de acordo com as necessidades do mercado.				●						●
Ceder as instalações à Escola Profissional de Sernancelhe.				●						●
Permitir a prática simulada aos alunos da Escola Profissional de Sernancelhe em contexto real de trabalho, quer nos eventos e espaços do município.				●						●
Possibilidade de apresentar candidaturas para a requalificação dos estabelecimentos escolares.	●	●	●	●	●					
Cedência dos espaços desportivos ao Agrupamento de Escolas e Escola Profissional de Sernancelhe.		●	●	●			●	●	●	●
Gabinete de acompanhamento e inclusão dos alunos, famílias e comunidades.	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●

AÇÕES ESTRATÉGICAS	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO					NÍVEIS DE ENSINO				
	JI Casa da Criança	Centro Escolar 1.º CEB	Escola 2,3 Pb. João Rodrigues	ESPROSIER	Centro de Música R. de Música de Ferreirim	Pré-Escolar	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	E. Profissional E. Secundário
Articular toda a agenda cultural do Município com o projeto educativo e plano de atividades anual dos estabelecimentos de Ensino do Concelho.	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Criação de uma linha online com intuito de acolher sugestões, reclamações, ou dúvidas dos alunos e comunidade educativa.	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Estabelecer parcerias, no âmbito da Geminção com Jacou – França, para acolher alunos em regime de estágios curriculares.				●	●				●	●
Utilização de novos espaços tecnológicos e experimentais, com incentivo ao empreendedorismo e responsabilidade social, nomeadamente o Espaço da Castanha e do Castanheiro.	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Promover nos estabelecimentos de ensino do concelho, um serviço de qualidade, com a promoção do bem-estar, articulação e parceria entre a comunidade escolar, o município e as respetivas entidades locais (sociais, culturais e económicos) com o intuito de captar os alunos do concelho e da restante região.	●	●	●	●	●	●	●	●	●	●

(CMS)

7. INTERVENÇÕES E INVESTIMENTO NA REDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO.

Considerando as propostas de reorganização referidas no ponto 6. importa referir que algumas das intervenções mencionadas serão realizadas a curto prazo e já se encontram previstas no plano de investimentos da autarquia, ainda em que diferentes estádios de maturação ou execução. As

intervenções previstas refletem-se principalmente nos equipamentos afetos à Educação Pré-Escolar, 1.ºCEB e no edifício onde funciona o 2º e 3º CEB. Com base na informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Sernancelhe relativamente ao planeamento de escolas a intervencionar entre 2023 e 2024, é possível antever um investimento total de cerca de 995.000,00€ de acordo com o projeto e o caderno de encargos apresentado pela autarquia aos serviços da DEGEST.

Em termos de prioridades, a autarquia identifica a reabilitação energética como sendo a intervenção mais urgente, seguida das obras de conservação e melhoramento da estanquidade e a conservação do edifício escolar. Numa posição de segunda ordem de prioridade encontram-se os arranjos e obras nos logradouros e espaços exteriores, seguida de uma intervenção na cantina e cozinha (sobretudo nos equipamentos) e, por fim, obras de ampliação.

Tipo de Intervenção	Estabelecimento de Ensino	
	2023	2024
Ampliação		●
Conservação do Edifício Escolar	●	
Logradouros e espaços exteriores		●
Requalificação de cozinhas		●
Reabilitação energética	●	
Estanquidade	●	
Remoção de amianto	✓	

(CMS)

8. INTERVENÇÃO PARA O SUCESSO ESCOLAR E COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR

8.1. O (in)sucesso escolar e o papel dos agentes educativos

A discussão e preocupação sobre o insucesso escolar ganhou relevo na nossa sociedade, desde a massificação do ensino, deixando de ser encarado como um problema isolado, da responsabilidade do aluno que não consegue transitar de ano, mas como um fenómeno social que atinge proporções cada vez mais significativas. Trata-se de um fenómeno com um carácter massivo e constante nos vários níveis de ensino e presente nas instituições escolares de múltiplos países (Benavente e Correia, 1980). É do conhecimento geral que se assume como insucesso que qualquer entidade que não consegue atingir os objetivos a que se propôs, ou quando não os alcança no tempo previsto.

Em dezembro de 1987, sob pressão da Integração europeia, surgiu um programa oficial cujo tema central era o insucesso escolar, afirmando-se este tema como um problema do sistema de ensino que exigia uma intervenção urgente. A Resolução do Conselho de Ministros de 10 de dezembro de 1987 aprovou um Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE). Volvidas três décadas, apesar de muito ter sido conseguido, o assunto mantém-se nas preocupações dos profissionais da Educação, desde a administração central aos professores. Por isso, recentemente, no quadro das orientações de política educativa definida no Programa do XXI Governo Constitucional, nas Grandes Opções do Plano 2016-2019 e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 24 de março, foi criado o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar. O programa assenta no princípio de que são as comunidades educativas quem melhor conhece os seus contextos, as dificuldades e potencialidades, sendo, por isso, quem está melhor preparado para conceber planos de ação estratégica, pensados ao nível da escola, com o objetivo de melhorar as aprendizagens dos alunos. Embora o sucesso escolar seja condicionado por fatores internos e externos, o papel da escola é crucial, considerando-se que a colaboração e responsabilidade da comunidade a nível local e regional são essenciais à construção do sucesso escolar e ao compromisso com o ensino e a

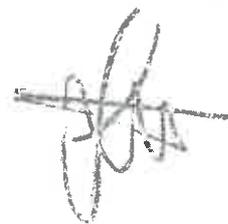


valorização das aprendizagens (o que vem ao encontro de tudo o que tem vindo a ser desenvolvido no contexto do sistema educativo do município). Com este programa a tutela assumirá um papel de apoio às escolas e aos docentes, com especial enfoque na dinamização de planos de formação contínua dirigidos quer à conceção dos planos quer à sua implementação, disponibilizando apoio específico a medidas que se revelem essenciais na melhoria do trabalho pedagógico em sala de aula. Assim, pretende reforçar-se o papel da escola, dos seus profissionais e da comunidade, das entidades formadoras, dos formadores e de outros agentes de intervenção comunitária na promoção do sucesso escolar, na valorização da aprendizagem, num esforço continuado de resposta a um dos mais sérios entraves ao progresso na qualificação dos portugueses e na redução das desigualdades.

Por sua vez, numa abordagem positiva, o sucesso escolar é entendido como o sucesso do aluno certificado pela escola. Segundo Perrenoud (2003), a ideia de sucesso escolar poderá ser entendida em dois sentidos: se de certa forma poderá estar associada ao desempenho dos alunos, na medida em que estes obtêm êxito e satisfazem perante as normas de excelência escolar e progridem nos cursos, por outra, influencia o sucesso de um estabelecimento de ensino ou, até mesmo de um sistema educativo no seu conjunto, assistindo-se ao que o autor designa por moda das escolas efetivas e à publicação das listas de classificação das escolas, assistindo-se a um escrutínio pela sociedade. São considerados bem-sucedidos os estabelecimentos de educação ou os sistemas educativos que atingem os seus objetivos ou os que atingem melhores resultados que os outros. Uma das situações relaciona-se com o facto de a reputação de um determinado estabelecimento estar, por vezes, associada ao rigor da seleção realizada aquando da inscrição dos alunos, promovendo-se, dessa forma, as desigualdades de acesso.

Portugal, e uma vez que os alunos tendem a frequentar a escola correspondente à sua área de residência, ainda não é um país onde existam estas práticas discriminatórias no ensino público, pelo menos em municípios de menor dimensão. No entanto, sabe-se que existem escolas situadas em zonas mais privilegiadas e que tendem a acolher alunos social e culturalmente favorecidos, enquanto por sua vez, existem outras que se situam em zonas desfavorecidas, tendo um número bastante elevado de alunos por vezes em risco de abandono escolar. Este é um dos motivos pelos

quais, e tal como afirma Perrenoud (2003), não se podem comparar estabelecimentos de ensino sem considerar um conjunto de fatores, que a investigação tem mostrado que influencia o sucesso escolar dos alunos, sendo que alguns deles fogem do controlo da escola, como por exemplo o nível inicial dos alunos ou o seu contexto familiar e comunitário. É importante compreender-se que o insucesso escolar não é uma fatalidade e não depende em exclusivo dos alunos, sendo que as crianças não estão destinadas a serem boas ou más, tudo depende do funcionamento da escola e da sua interação com o meio social e com as características da própria criança. Neste sentido, quando se pensa no (in)sucesso escolar, é importante ter em conta três realidades: o aluno, o meio social e a instituição escolar. São vários os autores que referem que o insucesso escolar se encontra principalmente assumido ao nível da linguagem dos alunos, tanto na oralidade como na escrita e que as crianças mais penalizadas são, em geral, as provenientes das classes sociais desfavorecidas (Rebelo, 1990; cfr. Dias, 2010). É nesta linha de pensamento que se introduz o conceito de capital cultural dos alunos, associado às famílias e comunidades de onde são provenientes, ou seja, o sucesso está mais garantido quando na família se encontram as perceções, orientações, disposições, valores e hábitos culturais que numa fase seguinte são rentabilizados pela escola (Bourdieu e Passeron, 1964; Bourdieu, 1979; Bourdieu, 1980; Bourdieu, 1997; Araújo, 1987; cfr. Almeida et al., 2005; Bonamino et al, 2010). De acordo com a análise de Martins (1993), verificou-se que são os grupos étnicos que têm as maiores taxas de insucesso, seguindo-se por ordem decrescente das taxas de insucesso os filhos dos trabalhadores agrícolas, operários, empregados dos serviços, patrões, quadros médios e, por último, os filhos dos quadros superiores e profissões liberais. Há variações de acordo com a tipologia criada, mas invariavelmente a tendência é esta (Dias, 2010). Nesse sentido, o sucesso escolar tem dependido, em grande parte, do apoio direto e sistemático da família às crianças, compensando tanto dificuldades individuais como dificuldades escolares. Estas famílias são, em geral, famílias dotadas de recursos económicos e culturais, dentro dos quais se destacam o tempo livre e o nível de escolarização da mãe, expressos neste conceito de capital cultural. A família que está por detrás do sucesso escolar, salvo exceções, ou conta com uma mãe/pai em tempo integral ou uma “super mãe”/“super pai”, no caso daquelas(es) que trabalham muitas horas



exercendo o papel de professor(a) dos filhos em casa, ou contratando professores particulares para as chamadas explicações. Os alunos oriundos de um contexto social e cultural mais desfavorecido são aqueles com maior propensão a um desempenho escolar abaixo do espectável (Conselho Nacional de Educação, 2015). Verifica-se que os alunos cujos pais (em particular a mãe) possuem um menor nível de habilitações escolares tendem a atribuir ao seu fraco desempenho escolar a falta de capacidades, no entanto, tal não sucede com os demais alunos cujos pais possuem um nível de habilitações de Ensino Secundário e/ou Ensino Superior (Garcia et al., 1998, Ribeiro, 2000; Ribeiro et al., 1999; cfr. Dias, 2010; Conselho Nacional de Educação, 2015). Existem diversos estudos que corroboram com a ideia de que o contexto familiar em muito contribui para o sucesso escolar dos alunos, na medida em que as crianças e jovens são influenciados pela comunidade que os rodeia (Cordeiro et al., 2016). O nível socioeconómico das famílias acarreta enormes influências no desempenho escolar dos alunos e a construção social de papéis de homens e de mulheres é o principal responsável para as diferenças de desempenho entre alunos de sexo feminino e masculino. Não sendo apenas o sexo o responsável pela prestação do aluno, mas sim a conceção que este vai criando do mundo, Saavedra (2001) dá como exemplo as diferenças de classificação entre rapazes e raparigas nas disciplinas de português e educação física. Se na primeira são os alunos do sexo feminino que apresentam classificações mais altas, na segunda são os alunos do sexo masculino quem têm um melhor desempenho. No seu estudo é referido que este facto é muitas vezes condicionado pela perceção dos alunos acerca do que são as disciplinas de homem e de mulher, considerando-se, por exemplo, que a leitura é uma tarefa mais feminina e o desporto uma tarefa mais masculina, despertando uma certa desmotivação dos alunos para determinadas atividades.

Ainda no mesmo estudo é demonstrado que quanto maior a condição social da família menor é a diferença entre rapazes e raparigas e, segundo a autora, este facto deve-se às referências que as crianças e jovens têm no seu seio familiar, sendo as diferenças entre homens e mulheres mais esbatidas, na medida em que os licenciados apresentam trabalhos semelhantes, enquanto os operários, por exemplo, têm tendencialmente tarefas destinadas para cada género. Considera-se que, através da parceria entre a família e a escola, seria possível aumentar o sucesso escolar, sobretudo nos

casos de crianças em desvantagem social, portadoras de características especiais e/ou bilingues (imigrantes). Para a concretização destas medidas poderão ser criadas políticas de trabalhos de casa, de participação dos pais na tomada de decisões educacionais na escola, de financiamento adequado da escola e de padrões de desempenho escolar e docente (National Education Goals Panel, 1995; Epstein, 1996, cfr. Carvalho, 2000).

É nesta perspetiva que sabemos que a aproximação das famílias à escola não só melhorará o sucesso escolar, como poderá ser uma forma de tornar a escola num veículo muito importante para uma participação ativa da população, neste caso dos pais e encarregados de educação, na sociedade. Se os pais se sentirem integrados na escola, se participarem no processo de ensino-aprendizagem dos filhos, sentir-se-ão capazes e motivados para participar em assuntos sociais. Porém, as estratégias de sucesso escolar não dependem apenas das famílias, mas sim, e segundo Martins (1993, cfr. Dias, 2010), pela alteração de mentalidades aqueles que fazem a política da educação e pelo(a): ação educativa do professor; direção (pedagógica e administrativa) da escola/agrupamento; planeamento e política educativa municipal, assumir que a escola não deve reproduzir a sociedade, mas democratiza-la; alteração/adequação dos conteúdos programáticos às diferentes populações escolares; contemplar da heterogeneidade dos alunos que entram na escola; alteração dos processos de avaliação, a qual deve ter efeitos pedagógicos e certificar o grau de conhecimentos de forma não comparativa nem eliminatória; melhoria dos processos pedagógicos e de funcionamento do sistema de ensino, quer na prática da sala de aula, quer na organização escolar; assumir que não se podem deixar alunos para trás, sendo a repetência de evitar; maior participação e envolvimento dos professores. E finalmente, há a considerar que a estrutura do currículo escolar, os manuais escolares, os métodos de avaliação, a qualidade dos espaços e equipamentos escolares, a formação e estabilidade do corpo docente, bem como a dimensão das escolas e das turmas em muito influenciam o sucesso escolar (Formosinho, 1987; Roazzi e Almeida, 1988, cfr. Ribeiro et al., 2006).

Bem se sabe que ainda existem muitos pais com dificuldade em se aproximarem da escola, muitas vezes devido à sua baixa escolarização e às diferenças culturais e linguísticas. No entanto, a escola deve criar mecanismos que potenciem a aproximação das famílias às escolas e ao



sucesso escolar, não desistindo de o fazer e planejar, atendendo às causas desse afastamento. Como afirma Perrenoud (2003), a escola deve, sob o risco de ser fortemente questionada, assegurar o sucesso do maior número de alunos, não importando em que classe nem em que tipo de estabelecimento, por isso pode ser falacioso pensar que a resolução dos grandes problemas de ensino poderá ser equacionada sem a participação racionalizada dos professores, sendo estes atores fundamentais nas estratégias de envolvimento e implementação das políticas e projetos educativos.

É imperioso acompanhar a evolução das políticas educativas e debater publicamente os alicerces do sistema educativa, analisando sua capacidade em promover o sucesso escolar e garantir a equidade e a igualdade de oportunidades. No atual contexto, importa reter que o sucesso das políticas educativas implica uma perspetiva abrangente das causas – exógenas e endógenas – do insucesso e abandono e uma intervenção articulada que responda às necessidades e vontades da procura escolar (Álvares e Calado, 2014).

8.2. Avaliação interna e avaliação externa: comparação (2021/22).

As diferentes metodologias aplicadas nas duas modalidades de avaliação das aprendizagens podem apresentar resultados escolares diferenciados. O ideal passaria pela igualdade de critérios e de classificação em ambos os casos, mas isso nem sempre se proporciona atendendo às particularidades de cada uma. A tendência apresentada pelos estabelecimentos de ensino do município de Sernancelhe expressa o que tem acontecido em muitas das escolas do país: uma diminuição da nota média das provas finais ou exames nacionais (3.º CEB) relativamente à nota da frequência. Ou seja, a classificação externa é inferior à classificação interna.

Entre a primeira carta educativa e a que atualmente se encontra em renovação, ocorreram importantes alterações no sistema de exames que, em 2016, teve como resultado o fim das provas finais do 1.ºCEB e 2.ºCEB, passando os alunos a prestar provas de aferição. O Ministério da Educação decidiu substituir, desta forma, as provas finais que se realizavam, até então,

no 4.º e no 6.º anos, mantendo a obrigatoriedade em fazer provas finais a Português e Matemática. O novo modelo integrado de avaliação externa das aprendizagens no Ensino Básico explicava que os processos de aferição deveriam realizar-se antes da conclusão de cada ciclo, abrangendo todas as áreas do currículo, de modo a poder agir atempadamente sobre as dificuldades detetadas. Estas provas de aferição são realizadas no final do ano letivo e têm aplicação obrigatória e universal. A administração central sublinha a importância das dinâmicas de avaliação para a melhoria das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos.

Recordando, uma vez mais, que o município de Sernancelhe não possui na sua oferta escolar pública o Ensino Secundário, na modalidade de regime geral, os resultados que se obtêm sobre os alunos que o frequentam relacionam-se com a frequência da oferta escolar em outros territórios, como no concelho de Moimenta da Beira, Lamego ou Viseu, e, por isso, devem ser entendidos com especial cautela, dada a heterogeneidade do grupo. Nesse indicador, sobressaem os resultados mais baixos nos exames nacionais face às médias de frequência (escola). Uma breve análise dos diferentes estabelecimentos de ensino dos municípios limítrofes, no período em análise (ano 2021-2022), vem reforçar a tendência referida anteriormente, uma vez que em todas as escolas, tal como em Sernancelhe, os resultados dos exames nacionais foram mais baixos relativamente às médias de frequência.

A análise dos resultados do pré-escolar demonstram uma franca evolução em todos os grupos e em todas as áreas de conteúdo, pelo que os resultados foram muito positivos. Os alunos realizaram todas as aprendizagens significativas, tendo sido cumpridos plenamente os objetivos traçados. No aproveitamento registou-se o nível de Bom. Detetaram-se algumas dificuldades em alguns alunos, que foram devidamente encaminhadas e beneficiaram de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Em contexto de sala de aula, desde logo, foram implementadas estratégias para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, como a realização de trabalho individualizado para melhoria das capacidades de comunicação e realização, para aumentar a confiança e a capacidade em concluir com sucesso as tarefas, para a promoção de atividades que desenvolvam a autonomia, para estimular e desenvolver a autoestima e os comportamentos favoráveis à aquisição de aprendizagens, para a utilização



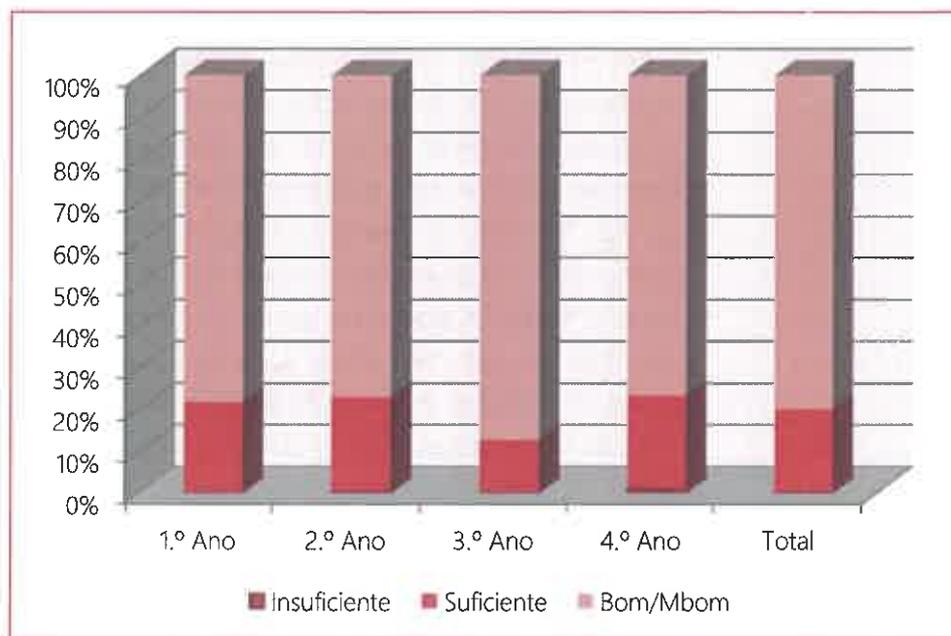
de estratégias que visam o desenvolvimento das capacidades de comunicação e consciência fonológica, trabalho colaborativo e motivação para a realização das atividades diárias, para incrementar a cooperação com os Encarregados de Educação, para reforçar o trabalho colaborativo entre as equipas educativas de modo a melhor articular os conteúdos e promover atitudes positivas face à vida do Jardim de Infância.

No 1.º CEB, o aproveitamento foi muito positivo, tendo os alunos adquiridos as competências essenciais por área curricular e para cada ano de escolaridade. Os alunos do quarto ano adquiriram as competências essenciais de final de ciclo com amplo sucesso. É certo que alguns alunos mostraram mais dificuldades, pelo que foi feita uma análise para descodificar os motivos na raiz das mesmas, concluindo-se que os principais consistem no crescente grau de dificuldade dos conteúdos, os reduzidos hábitos de trabalho e estudo, a falta de concentração motivada por cansaço físico e emocional, a complexidade do currículo, o pouco apoio familiar, imaturidade e falta de autonomia. Há, no entanto, a realçar, que algumas destas dificuldades foram colmatadas pela ação dos docentes.

Nos 2.º e 3.º CEB, os resultados são de nível muito elevado (bom/muito bom). No 2.º CEB, as quatro turmas (2 para o 5.º ano e 2 para o 6.º ano), atingiram resultados muito elevados nas disciplinas de Português, Português Turma +, Português Língua Não Materna, História, Geografia, EMRC, TIC, E. Visual, Educação Tecnológica, tendo apenas se registado um único caso (numa turma do 5.º ano) que obteve níveis inferiores a 3, a Inglês, Português e Matemática. Por isso, as quatro turmas apresentaram no final do ano letivo 2021/22 menções no aproveitamento de Muito bom e Bom, tendo transitado todos os alunos avaliados.

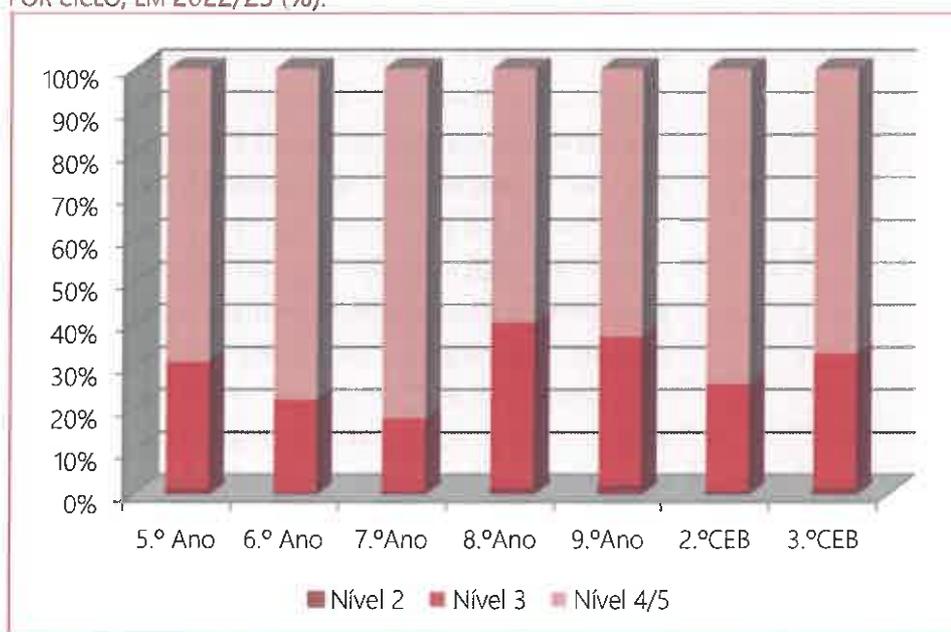
No 3.º CEB, apesar de ser notória uma quebra nos resultados, praticamente a totalidade das turmas apresenta menções no aproveitamento de Bom, à exceção de uma única turma no oitavo ano que obteve o nível satisfatório. As disciplinas com níveis inferiores a três que se registaram foram, para o oitavo ano, a Matemática, Físico-química e na classe de Instrumento (3 casos, 2 e 1, respetivamente), para o 9.º ano, as disciplinas de Matemática, Físico-química e Português (com 9 alunos). Apenas se registou uma retenção, no 7.º ano.

FIGURA 80 – APROVEITAMENTO DOS ALUNOS NO 1.ºCEB, POR ANO, EM 2022/23 (%).



(DGEEC-AEPJRS)

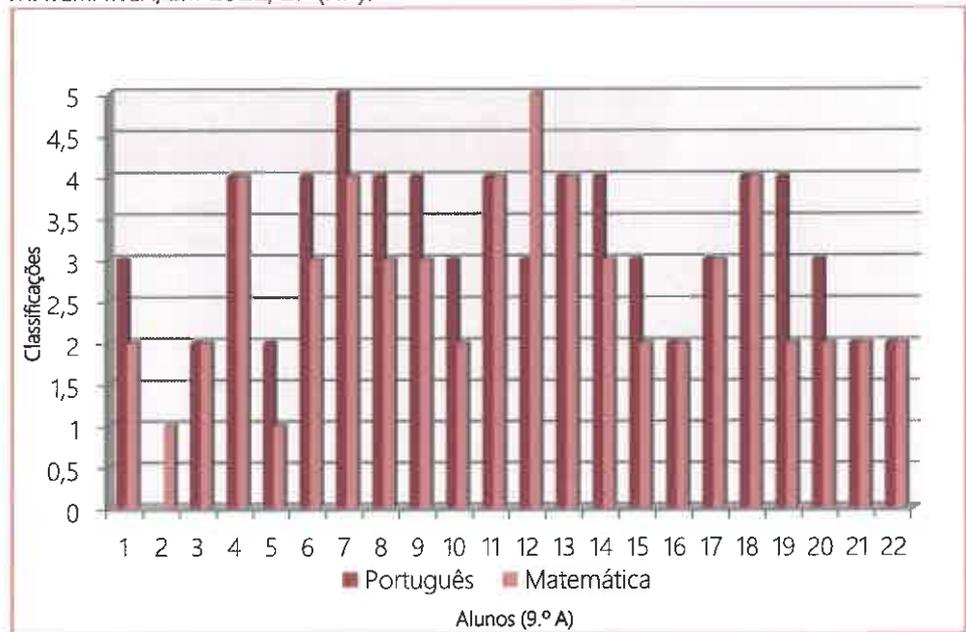
FIGURA 81 -- APROVEITAMENTO DOS ALUNOS NO 2.º E 3.ºCEB, POR ANO E COM TOTAL POR CICLO, EM 2022/23 (%).



(DGEEC-AEPJRS)

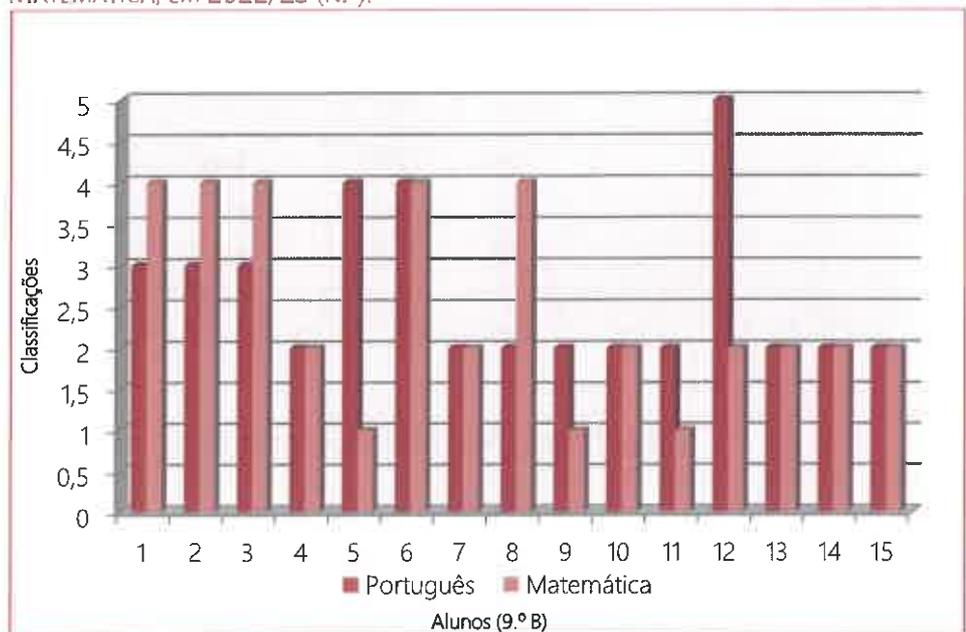


FIGURA 79 – RESULTADOS ALUNOS NAS PROVAS DE FINAL DE CICLO, PORTUGUÊS E MATEMÁTICA, EM 2022/23 (N.º).



(DGEEC-AEPJRS)

FIGURA 80 – RESULTADOS ALUNOS NAS PROVAS DE FINAL DE CICLO, PORTUGUÊS E MATEMÁTICA, EM 2022/23 (N.º).



(DGEEC-AEPJRS)

QUADRO 96 – RESULTADOS DO APROVEITAMENTO DOS ALUNOS, 2.º E 3.º CICLO, EM 2021/22 (N.º).

Ciclo/Turmas	Total de alunos	Aproveitamento		Níveis inferiores a 3	
		Menção	Transitados/ aprovados		
2.ºCEB	5.º A	11	M. Bom	11	
	5.º B	19	Bom	19	(1 aluno) Inglês, Português e Matemática
	6.º A	18	M. Bom	18	
	6.º B	19	Bom	19	
3.ºCEB	7.º A	14	Bom	14	
	7.º B	14	Bom	13	(1 retenção)
	8.º A	15	Bom	15	(3 alunos) Matemática; Instrumento
	8.º B	18	Satisfatório	18	(2 alunos) Físico-química
	9.º A	22	Bom	22	(6 alunos) Matemática, FQ, Português
	9.º B	21	Bom	21	(3 alunos) Matemática, Português

(DGEEC-AEPJRS)

8.3. Transições, retenções e desistências.

As transições e retenções surgem, no atual modelo de avaliação nacional, como o culminar do processo de avaliação anual do aluno. Consoante a classificação que lhe é atribuída, quer pela modalidade de avaliação interna, quer pela conjugação desta com a avaliação externa, o aluno progride ou



fica retido relativamente ao ano de escolaridade e também, se for o caso, no ciclo a que corresponde o ano letivo que se encontra a finalizar. Esta decisão expressa-se pelas menções de *transitou* e *não transitou* no final de cada ano de escolaridade, ou *aprovado* e *não aprovado* no final de cada ciclo.

Apesar das diferenças dos critérios de classificação e dos requisitos para aprovação (art.º 13.º do Despacho Normativo n.º 13/2014, de 15 de setembro e art.º 18.º da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto), quer no Ensino Básico, quer no Ensino Secundário, o alcance de classificações positivas é essencial para a transição/conclusão de ano de escolaridade. Assim, para o ensino básico é estabelecida a classificação inferior ao nível 3 como potencial de retenção e, por isso, fator de menor sucesso escolar (numa escala entre 0 e 5). No Ensino Secundário esse limite é limitado nos 10 valores (numa escala entre 0 e 20). Todavia, e mais concretamente no ensino básico existe uma diferenciação no peso das disciplinas para a efetivação da retenção, sendo dada maior importância a Português e Matemática. A questão das retenções parece apresentar alguma controvérsia, com principal destaque para as implicações que podem ter na construção de percursos de sucesso. Indo ao encontro do referido ao nível da contextualização teórica, a aparente preocupação com as consequências de uma retenção nas crianças, expressa nos n.ºs 3 e 4 do art.º 12º do Despacho Normativo n.º 13/2014, de 15 de setembro, impedindo as reprovações no 1º ano do 1º CEB e a possibilidade de, embora ficando retido, o aluno continuar integrado na turma que frequentava no ano letivo anterior, parece desvanecer no artigo seguinte do mesmo diploma legal quando se afirma que *“a retenção em qualquer um dos ciclos do ensino básico implica a repetição de todas as componentes do currículo do respetivo ano de escolaridade”*. No Ensino Secundário este processo parece mais simples e de maior flexibilidade, na medida em que se verifica uma certa facilidade na continuação do plano curricular, tendo apenas o aluno de repetir a disciplina em que não transitou. Existe ainda a possibilidade, à semelhança do ensino básico, de obter aprovação à disciplina através do processo de prova de equivalência à frequência. Esta diferenciação no Ensino Secundário, quando se abordam as questões do insucesso escolar, pode não trazer grandes diferenças na modelação dos alunos marcados pelo insucesso, uma vez que esses repetem as disciplinas sem qualquer alteração de planos de trabalho individuais.

QUADRO 97 – TAXA DE RETENÇÃO OU DESISTÊNCIA DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO BÁSICO GERAL, POR ANO LETIVO E ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.

Ciclo/anos		2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21
1.ºCEB	1.º ano	0%	0%	0%	0%	0%
	2.º ano	3%	0%	0%	0%	0%
	3.º ano	0%	0%	0%	0%	2,6%
	4.º ano	0%	0%	0%	0%	0%
Total		0,8%	0%	0%	0%	0,8%
2.ºCEB	5.º ano	3%	0%	0%	3%	0%
	6.º ano	0%	0%	0%	0%	0%
Total		1,5%	0%	0%	1,5%	0%
3.ºCEB	7.º ano	4%	7%	6%	5%	0%
	8.º ano	0%	0%	4%	0%	0%
	9.º ano	2%	0%	4%	0%	3%
Total		2,3%	2,0%	4,8%	2,1%	0,9%

(AEPJRS; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)

QUADRO 98 – PERCENTAGEM DE ALUNOS QUE CONCLUEM O CICLO DE ESTUDOS, 1.º, 2.º E 3.º CEB, DENTRO DO TEMPO REGULAR, EM SERNANCELHE.

Ciclo/Médias		2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21
1.ºCEB	AE Pe João Rodrigues	100%	97%	91%	93%	-
	Nacional	77%	79%	87%	90%	-
2.ºCEB	AE Pe João Rodrigues	100%	97%	97%	100%	-
	Nacional	86%	90%	91%	95%	-
3.ºCEB	AE Pe João Rodrigues	-	84%	59%	62%	-
	Nacional	-	71%	76%	82%	-

(AEPJRS; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)
(- sem dados oficiais)



Aliando-se a outros fatores, o desinteresse criado pela escola associado ao insucesso e retenção pode levar a um abandono precoce do sistema de ensino. Ainda que não possuamos valores de referência, sabe-se que a procura de vias profissionalizantes aparece associada a percursos de insucesso na via regular de ensino, não permitindo avaliar a equidade de respostas educativas de qualidade para todos (sendo certo que, até para aceder a algumas ofertas profissionais, é fator discriminatório o ter ficado retido no seu percurso escolar, pelo menos um ano). Assim, o abandono escolar precoce tem-se constituído como um dos indicadores do insucesso escolar, tendo também origem em fatores como os baixos recursos económicos que obrigam à saída dos alunos do sistema de ensino para a procura de trabalho.

8.3.1. O 1.º Ciclo do Ensino Básico.

O 1.º Ciclo do Ensino Básico é o nível de ensino que habitualmente apresenta as maiores taxas de transição. Tal ocorrência poderá estar relacionada com o facto de se tratar do primeiro contacto com a educação formal, em que os conteúdos lecionados são ainda de pouca complexidade e/ou com a monodocência, que pode permitir um trabalho de proximidade garantindo, assim, um maior acompanhamento dos alunos, ajudando-os de forma mais eficaz no processo de ensino-aprendizagem. No município de Sernancelhe, esta premissa verificou-se nos anos letivos (2018/19, 2019/20) com o registo de uma taxa de transição/conclusão superior a 90%, reforçando a posição dianteira do 1º Ciclo.

O 1º ano de escolaridade é aquele que entre 2016/17 e 2020/21 apresentou a plena taxa de transição fruto do imposto por regulamento legal, evitando as reprovações no início do percurso escolar. Porém, no ano letivo de 2016/17, essa medida pode ter tido repercussão num aumento das retenções dos alunos no 2º ano de escolaridade, uma vez que as lacunas na aprendizagem acumuladas desde o ano de escolaridade anterior não foram colmatadas pelo avanço no nível de escolaridade nem pelo acompanhamento dos colegas que ingressaram no sistema de ensino no mesmo momento. No entanto, essa retenção logo no 2º ano acabou por ser

QUADRO 99 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.

Anos Letivos	Homens e Mulheres					
	Total	Ensino Básico				
		Total	1.º Ciclo			
		Total	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
2008/09	96,5	97,1	100,0	92,7	96,8	100,0
2009/10	93,2	94,6	100,0	94,0	92,5	93,1
2010/11	90,8	93,6	100,0	86,4	92,3	95,7
2011/12	86,4	92,9	100,0	85,4	95,2	94,3
2012/13	91,9	94,9	100,0	91,2	95,6	93,2
2013/14	89,6	93,6	100,0	80,6	96,6	97,9
2014/15	94,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2015/16	96,6	99,3	100,0	97,3	100,0	100,0
2016/17	98,5	99,2	100,0	96,7	100,0	100,0
2017/18	100,00	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2018/19	100,00	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2019/20	100,00	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2020/21	99,3	99,2	100,0	100,0	97,4	100,0

(AEPJRS; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)

QUADRO 100 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.

Anos Letivos	Mulheres					
	Total	Ensino Básico				
		Total	1.º Ciclo			
		Total	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
2008/09	98,2	99,0	100,0	96,2	100,0	100,0
2009/10	96,1	97,1	100,0	92,0	100,0	96,7
2010/11	92,2	92,5	100,0	80,0	95,8	95,0
2011/12	92,3	94,3	100,0	88,9	100,0	92,3
2012/13	94,0	94,0	100,0	94,1	92,3	91,3
2013/14	92,3	93,2	100,0	78,9	100,0	96,2
2014/15	96,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2015/16	99,4	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2016/17	98,8	98,5	100,0	94,1	100,0	100,0
2017/18	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2018/19	99,4	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2019/20	98,7	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2020/21	98,6	98,3	100,0	100,0	95,5	100,0

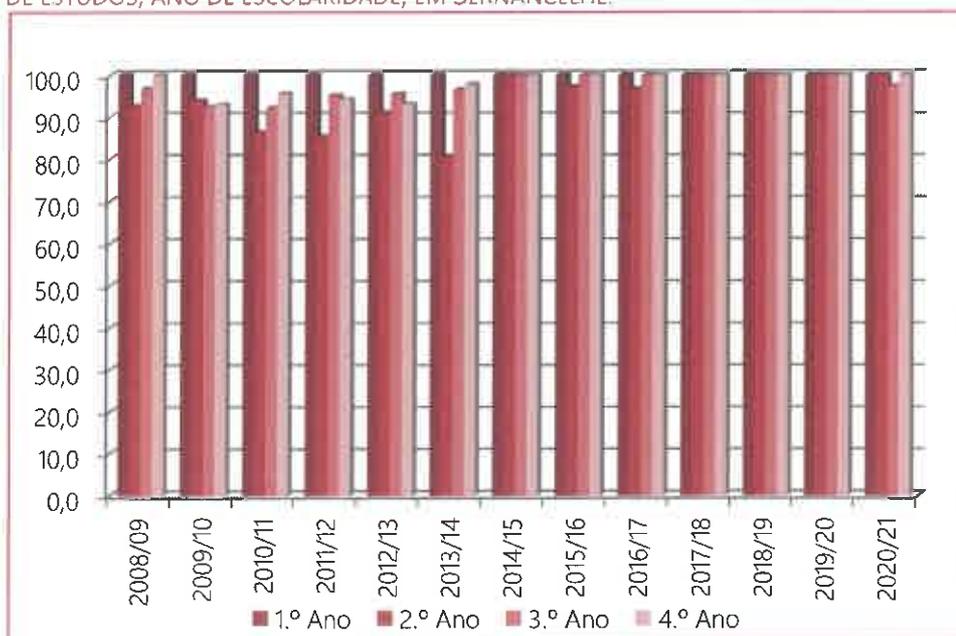
(AEPJRS; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)

QUADRO 101 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.

Anos Letivos	Homens					
	Total	Ensino Básico				
		Total	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
2008/09	94,8	95,3	100,0	89,7	93,9	100,0
2009/10	90,5	92,1	100,0	96,0	85,7	89,3
2010/11	89,4	94,7	100,0	94,7	89,3	96,3
2011/12	80,3	91,3	100,0	81,0	90,5	96,3
2012/13	89,7	95,9	100,0	88,2	100,0	95,2
2013/14	86,9	93,9	100,0	82,4	92,9	100,0
2014/15	91,8	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2015/16	93,3	98,4	100,0	94,4	100,0	100,0
2016/17	98,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2017/18	98,5	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2018/19	97,6	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2019/20	99,3	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2020/21	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(AEPJRS; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)

FIGURA 84 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.



importante para as novas lógicas de apoio ao sucesso que foram equacionadas. A partir deste ano de escolaridade e desde de 2017/2018 tem-se assistido a uma taxa de transição plena ao longo dos restantes anos do 1º Ciclo.

8.3.2. O 2.º Ciclo do Ensino Básico.

O 2º CEB apresentou uma diminuição da taxa de transição face ao 1º CEB, sendo mais marcada em 2016/17 (98,5%) e 2019/20 (98,5%), relativamente aos anos em análise (100%). Aqui assiste-se esporadicamente uma diminuição das transições com a passagem de ano de escolaridade do 5.º para o 6.º ano de escolaridade. O 6.º ano evidencia em todo o período em análise (2015/16 – 2020/21) resultados de 100% das transições.

QUADRO 102 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.

Anos Letivos	Homens e Mulheres			
	Ensino Básico			
	Total	2.º Ciclo		
		Total	5.º Ano	6.º Ano
2008/09	96,5	95,4	93,9	96,7
2009/10	93,2	96,2	94,5	98,0
2010/11	90,8	89,4	86,8	92,2
2011/12	86,4	82,8	79,2	86,3
2012/13	91,9	85,7	96,7	70,5
2013/14	89,6	90,0	85,0	92,9
2014/15	94,1	88,4	89,8	86,5
2015/16	100,0	100,0	100,0	100,0
2016/17	98,5	98,5	96,8	100,0
2017/18	100,0	100,0	100,0	100,0
2018/19	100,0	100,0	100,0	100,0
2019/20	99,0	98,5	96,7	100,0
2020/21	100,0	100,0	100,0	100,0

(AEPJRS ; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)



QUADRO 103 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.

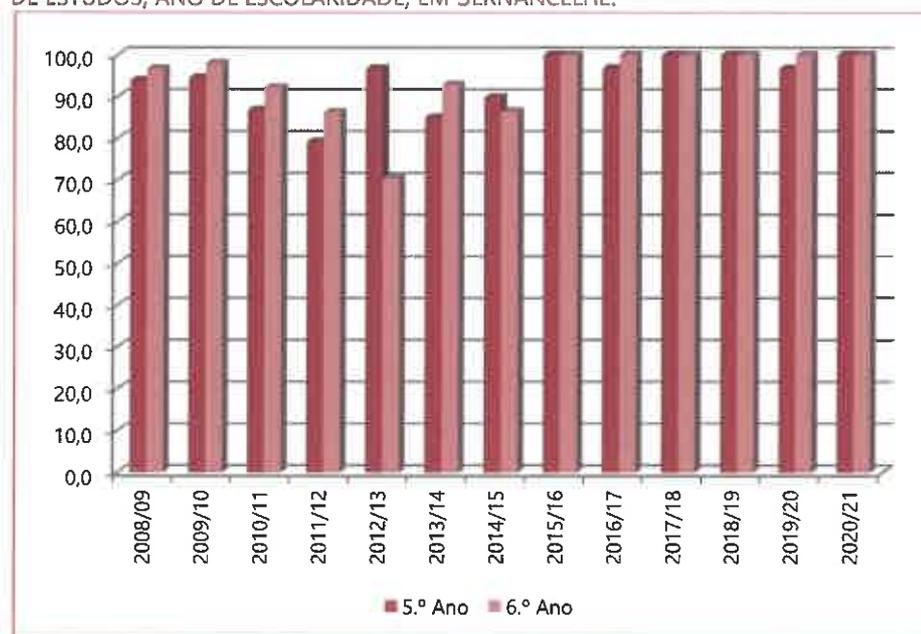
Anos Letivos	Mulheres			
	Total	Ensino Básico		
		Total	2.º Ciclo	
		5.º Ano	6.º Ano	
2008/09	96,5	95,9	96,3	95,5
2009/10	93,2	100,0	100,0	100,0
2010/11	90,8	98,0	96,3	100,0
2011/12	86,4	93,5	94,7	92,6
2012/13	91,9	89,1	100,0	75,0
2013/14	89,6	96,0	90,5	100,0
2014/15	94,1	93,2	96,0	89,5
2015/16	96,6	100,0	100,0	100,0
2016/17	98,5	100,0	100,0	100,0
2017/18	99,3	100,0	100,0	100,0
2018/19	98,6	100,0	100,0	100,0
2019/20	99,0	100,0	100,0	100,0
2020/21	99,3	100,0	100,0	100,0

(AEPJRS; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)

QUADRO 104 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.

Anos Letivos	Mulheres			
	Total	Ensino Básico		
		Total	2.º Ciclo	
		5.º Ano	6.º Ano	
2008/09	96,5	95,0	90,9	97,4
2009/10	93,2	92,6	90,3	95,7
2010/11	90,8	81,5	76,9	85,7
2011/12	86,4	73,6	69,0	79,2
2012/13	91,9	83,1	94,3	66,7
2013/14	89,6	85,0	78,9	87,8
2014/15	94,1	83,3	83,3	83,3
2015/16	96,6	100,0	100,0	100,0
2016/17	98,5	96,9	93,8	100,0
2017/18	99,3	100,0	100,0	100,0
2018/19	98,6	100,0	100,0	100,0
2019/20	99,0	96,6	92,9	100,0
2020/21	99,3	100,0	100,0	100,0

FIGURA 85 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.



(AEPJRS ; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)

8.3.3. O 3.º Ciclo do Ensino Básico.

O 3.º CEB é o nível de ensino que apresenta as percentagens de transição mais baixas no período em análise, em especial nos anos letivos 2015/16, 2016/17 e 2018/19, ainda que o valor médio se situe acima dos 95%. Assim, para o 7.º ano a média de transições situa-se nos 95,9%, para o 8.º ano nos 97,3% e para o 9.º ano nos 96,4%. Em nenhum dos anos letivos, o 3.ºCEB apresenta para todos os anos de escolaridade valor de plena conclusão, sendo que o ano letivo com melhor resultado ocorreu em 2020/21, com 99,0%, e o mais baixo em 2015/16, com 90,9%. Neste ciclo, apenas no ano letivo 2018/19 se assistiu a uma quebra (95,3%), tendo a tendência sido, desde 2015/16, muito positiva.

Em relação ao 9.º ano, no que se refere aos resultados médios totais registados, o município de Sernancelhe apresenta uma diminuição nos valores obtidos em relação ao 8.º ano e superior aos do 7.º ano.

QUADRO 105 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.

Anos Letivos	Homens e Mulheres				
	Ensino Básico				
	Total	3.º Ciclo			
		Total	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano
2008/09	96,5	96,5	98,0	98,2	91,7
2009/10	93,2	89,4	89,3	95,7	84,5
2010/11	90,8	88,3	86,8	93,9	84,6
2011/12	86,4	80,3	73,3	85,4	83,3
2012/13	91,9	93,2	98,2	97,4	81,1
2013/14	89,6	84,5	87,1	84,1	82,9
2014/15	94,1	91,8	91,5	81,8	100,0
2015/16	96,6	90,7	97,1	87,5	88,0
2016/17	98,5	97,7	95,7	100,0	97,8
2017/18	99,3	98,0	93,3	100,0	100,0
2018/19	98,6	95,2	93,9	96,3	95,8
2019/20	99,0	97,9	95,2	100,0	100,0
2020/21	99,3	99,1	100,0	100,0	97,0

(AEPJRS ; DGECC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)

QUADRO 106 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.

Anos Letivos	Mulheres				
	Ensino Básico				
	Total	3.º Ciclo			
		Total	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano
2008/09	96,5	98,7	100,0	100,0	95,7
2009/10	93,2	92,0	100,0	96,0	82,8
2010/11	90,8	88,2	92,6	95,2	78,6
2011/12	86,4	88,7	82,6	90,9	94,1
2012/13	91,9	97,1	96,7	100,0	94,7
2013/14	89,6	88,1	100,0	87,5	80,0
2014/15	94,1	94,1	92,6	88,9	100,0
2015/16	96,6	98,3	100,0	100,0	92,9
2016/17	98,5	98,6	100,0	100,0	96,3
2017/18	99,3	100,0	100,0	100,0	100,0
2018/19	98,6	98,0	100,0	94,4	100,0
2019/20	99,0	95,8	89,5	100,0	100,0
2020/21	99,3	98,1	100,0	100,0	94,1

QUADRO 107 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.

Anos Letivos	Homens				
	Ensino Básico				
	Total	3.º Ciclo			9.º Ano
		Total	7.º Ano	8.º Ano	
2008/09	96,5	98,7	100,0	100,0	95,7
2009/10	93,2	92,0	100,0	96,0	82,8
2010/11	90,8	88,2	92,6	95,2	78,6
2011/12	86,4	88,7	82,6	90,9	94,1
2012/13	91,9	97,1	96,7	100,0	94,7
2013/14	89,6	88,1	100,0	87,5	80,0
2014/15	94,1	94,1	92,6	88,9	100,0
2015/16	96,6	98,3	100,0	100,0	92,9
2016/17	98,5	98,6	100,0	100,0	96,3
2017/18	99,3	100,0	100,0	100,0	100,0
2018/19	98,6	98,0	100,0	94,4	100,0
2019/20	99,0	95,8	89,5	100,0	100,0
2020/21	99,3	98,1	100,0	100,0	94,1

(AEPJRS; DGEEC/ME-MCTES; Infoescolas, Estatísticas)

FIGURA 86 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.



(AEPJRS; DGEEC/ME-MCTES; Infoescolas, Estatísticas)



8.3.4. O Ensino Profissional.

Como já foi elencado, Sernancelhe apenas possui um estabelecimento de ensino com oferta formativa ao nível do ensino profissional: a Esproser. Esta escola apresenta a única alternativa de prossecução do ensino de equivalência ao ensino secundário do regime geral, dado que o Agrupamento de Escolas Pe. João Rodrigues – Sernancelhe apenas possui oferta escolar até ao 3.º CEB.

Os dados que possuímos referentes às transições, retenções e desistências iniciam a sua série no ano letivo 2008/09. Para o período em análise, 2015/16-2020/21, os resultados revelam genericamente uma taxa de sucesso muito satisfatória. Porém, há que assinalar que existem assimetrias entre o 1.º Ano (10.ºAno) e o 3.º Ano (12.ºAno), em que o sucesso dos resultados é superior no 1.º Ano.

QUADRO 108 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.

Anos Letivos	Homens e Mulheres				
	Ensino Profissional				
	Total	Total	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano
2008/09	96,5	91,2	100,0	98,3	68,1
2009/10	93,2	85,6	97,2	90,9	65,0
2010/11	90,8	81,8	100,0	100,0	48,5
2011/12	86,4	100,0	100,0	100,0	100,0
2012/13	91,9	90,4	98,8	100,0	66,0
2013/14	89,6	87,7	100,0	98,8	59,4
2014/15	94,1	87,8	100,0	100,0	68,4
2015/16	96,6	87,6	100,0	100,0	65,3
2016/17	98,5	87,5	96,9	88,3	74,5
2017/18	99,3	96,0	100,0	100,0	89,4
2018/19	98,6	92,4	97,9	97,9	83,9
2019/20	99,0	91,2	100,0	97,7	76,6
2020/21	99,3	98,3	100,0	100,0	94,6

(ESPROSER; DGEEC/ME-MCTES; Infoescolas, Estatísticas)

QUADRO 109 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.

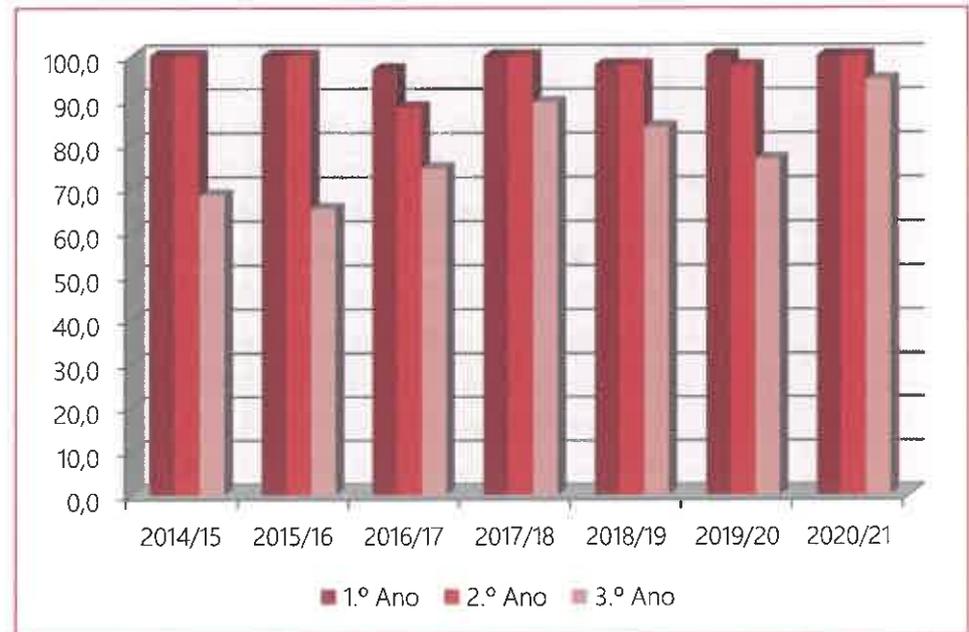
Anos Letivos	Mulheres				
	Ensino Básico				
	Total	3.º Ciclo			9.º Ano
Total		7.º Ano	8.º Ano		
2008/09	96,5	90,2	100,0	95,0	63,2
2009/10	93,2	93,9	100,0	95,5	80,0
2010/11	90,8	77,4	100,0	100,0	50,0
2011/12	86,4	100,0	100,0	100,0	100,0
2012/13	91,9	94,7	97,1	100,0	78,6
2013/14	89,6	88,4	100,0	96,9	66,7
2014/15	94,1	92,2	100,0	100,0	77,4
2015/16	96,6	90,1	100,0	100,0	71,9
2016/17	98,5	94,1	100,0	97,1	83,3
2017/18	99,3	98,8	100,0	100,0	97,0
2018/19	98,6	98,6	100,0	100,0	96,3
2019/20	99,0	98,5	100,0	100,0	95,8
2020/21	99,3	98,3	100,0	100,0	94,4

(ESPROSER; DGEEC/ME-MCTES; Infoescolas, Estatísticas)

QUADRO 110 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.

Anos Letivos	Mulheres				
	Ensino Básico				
	Total	3.º Ciclo			9.º Ano
Total		7.º Ano	8.º Ano		
2008/09	96,5	90,2	100,0	95,0	63,2
2009/10	93,2	93,9	100,0	95,5	80,0
2010/11	90,8	77,4	100,0	100,0	50,0
2011/12	86,4	100,0	100,0	100,0	100,0
2012/13	91,9	94,7	97,1	100,0	78,6
2013/14	89,6	88,4	100,0	96,9	66,7
2014/15	94,1	92,2	100,0	100,0	77,4
2015/16	96,6	90,1	100,0	100,0	71,9
2016/17	98,5	94,1	100,0	97,1	83,3
2017/18	99,3	98,8	100,0	100,0	97,0
2018/19	98,6	98,6	100,0	100,0	96,3
2019/20	99,0	98,5	100,0	100,0	95,8
2020/21	99,3	98,3	100,0	100,0	94,4

FIGURA 87 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.



(ESPROSER; DGEEC/ME-MCTES; Infoescolas, Estatísticas)

8.4. Recomendações

Os dados aqui apresentados revestem-se de uma grande importância para o estabelecimento de estratégias que visem a transformação do município de Sernancelhe enquanto território educativo, e, por isso, não se poderia deixar de incluir uma análise final dos indicadores do sucesso escolar, fulcrais para a dinâmica educativa do território, numa lógica de promoção de percursos pessoais, escolares e profissionais de sucesso do cidadão municipal.

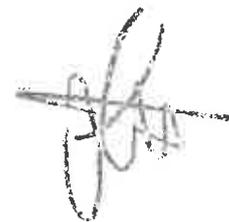
Uma carta educativa, enquanto peça do Projeto Educativo Local, deve equacionar que a sua abrangência estende-se para lá da escola, obrigando ao planeamento de diferentes momentos de aprendizagem, com as diferentes estruturas, e será igualmente certo que se a escola não assumir na sua missão um conjunto de mudanças, colocando os alunos e a sua aprendizagem no centro do processo, (trans)formando-os também em agentes de mudança e oferecendo novas competências, as alterações que se

ambicionam não surgirão, pelo que é esta entidade a chave da equidade social e da construção de percursos de sucesso para todos. O sistema de ensino tem sido alvo de críticas e mudanças constantes, levando até por vezes a uma descrença por parte da comunidade, aspeto para o qual a carta educativa deve contribuir de forma construtiva e diferenciadora, envolvendo e valorizando os diferentes agentes do território na procura de estratégias para a sua melhoria. Assim, para o aperfeiçoamento e melhoria dos resultados dos alunos e respetivo desenvolvimento de competências, o papel do professor deverá ser valorizado e reforçado, devendo este ser encarado por todos (e até por si próprio) como profissional do conhecimento no território, com toda a valorização e responsabilidade que essa função deve exigir. No entanto, a análise dos resultados escolares não pode surgir como uma avaliação de docentes, mas antes como a premissa de identificar os comportamentos dos alunos ao nível dos seus resultados, indicando necessidades nas quais o município deverá investir estrategicamente, para que se desenvolvam estratégias que os apoiem no seu dia-a-dia.

Em síntese, há várias mudanças que a carta educativa poderá e deverá refletir como estratégicas, continuando a alterar culturalmente realidades que deverão vir a alterar os resultados educativos e que, no caso de Sernancelhe, deverá assumir-se como o momento seguinte a todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos diferentes atores do território.

CONHECER OS ALUNOS: é importante que se criem e planeiem práticas que contemplem os interesses dos envolvidos, em particular dos alunos, de forma a partir de si e dos seus conhecimentos, valorizando-os e enriquecendo-os nos diferentes níveis de ensino, bem como o seu capital cultural (pessoal, familiar e de comunidade).

AUMENTAR O NÍVEL DE TRABALHO EFETIVOS DOS ALUNOS NAS ESCOLAS, CRIANDO CIDADÃOS AUTÓNOMOS, RESPONSÁVEIS E ATIVOS: atendendo ao tipo de metodologias utilizadas pelas escolas, parece ser evidente que os alunos trabalham pouco nos estabelecimentos de ensino, uma vez que, normalmente, ouvem o professor na escola e, só depois, praticam em casa, onde não têm ajuda para o processo, nem sabem como e o que fazer para superar as suas dúvidas, estando a



aprendizagem muito dependente do professor. Assim, importa criar estratégias e momentos de aprendizagem em que os alunos possam ser ativos nesse processo.

ALTERAR AS PRÁTICAS DE ENSINO, CRIANDO ESPAÇOS PARA OS ALUNOS PENSAREM E CONSTRUÍREM LIVREMENTE E DE FORMA ATIVA O SEU CONHECIMENTO: ainda que seja uma metodologia necessária em alguns momentos, uma vez que mesmo as estratégias mais ativas não dispensam alguns momentos de transmissão de conteúdos, tem-se observado uma dependência por parte de muitos professores no que se refere ao "dar a matéria", ou seja, à necessidade de falarem sobre todos os assuntos do currículo, privilegiando maioritariamente metodologias tradicionais de ensino, não querendo isto dizer que os alunos pensem e exercitem os conhecimentos que daí deviam advir. Atendendo ao perfil dos alunos e ao desígnio de uma escola para todos, é essencial que se desenvolvam metodologias mais ativas que, em contextos formais de aprendizagem, os coloquem a pensar e a construir ativamente o seu conhecimento.

CONSTRUIR HORÁRIOS ESCOLARES EM FUNÇÃO DAS APRENDIZAGENS PRETENDIDAS: o critério para escolha das diferentes disciplinas e horários escolares dos alunos, normalmente, não parece ser pensado em função das aprendizagens pretendidas para os diferentes momentos do dia e da turma, nem atendendo à sua composição ou às estratégias já definidas para implementação. A própria integração de atividades físico-motoras e culturais no seio dos horários letivos mostram melhorias efetivas no contexto do sucesso.

DIVERSIFICAR OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO: os métodos e instrumentos de avaliação utilizados para quantificar a aprendizagem dos alunos internamente nas escolas devem ser diversificados, articulados e partilhados entre diferentes escolas e disciplinas, uma vez que a avaliação é maioritariamente escrita (testes e exames), valorizando apenas os alunos que conseguem expressar os seus conhecimentos por esta via.

AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NOS PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO: o processo de decisão é, quase sempre, unicamente dos professores, não sendo os alunos normalmente

chamados a pensar em soluções com caráter decisivo nas escolas. Para motivar os alunos e fazer com que esses façam verdadeiramente parte da escola é importante que se sintam envolvidos e que existam mecanismos que fomentem este envolvimento e participação. Mais do que envolver os alunos na procura de soluções para a sua comunidade escolar, onde são parte ativa, estar-se-ão a formar cidadãos capazes de participar e decidir em sociedade.

REFORÇAR A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO: ainda que seja muito importante que a escola atue ao nível do saber-estar, saber-ser e saber-fazer, no âmbito de um projeto educativo o foco da escola deverá estar no aumento das competências ao nível do conhecimento, do saber-saber, pois os professores deverão ser profissionais do conhecimento e na escola os alunos devem encontrar diferentes espaços e estratégias de construção do mesmo, dando sentido ao conhecimento e às aprendizagens, abrindo-se ao seu território – uma escola sem muros.

AUMENTAR PRÁTICAS DE COLABORAÇÃO ENTRE DOCENTES: os professores parecem trabalhar sozinhos nas suas salas ou, em alguns casos, com um ou outro colega pontualmente. É importante que este agente de mudança e profissional do conhecimento tenha espaço e momentos em que valorize a reflexão entre pares e a procura de estratégias para os alunos, uma vez que uma turma tem vários professores a pensarem pedagogicamente para ela. Estas estratégias devem ser partilhadas e articuladas entre todos os grupos, de preferência até de forma interdisciplinar, relacionando-se em momentos de trabalho e de avaliação.

APROXIMAR E ENVOLVER OS PAIS NA VIDA ESCOLAR: os pais e os encarregados de educação parecem afastar-se da escola, à medida que o nível de ensino aumenta, desconhecendo as opções e percursos dos seus filhos ou educandos. Ainda que possa não implicar a mesma frequência de ida à escola em todos os níveis de ensino, é importante que se criem estratégias adequadas às suas necessidades e que aproximem os pais das respetivas realidades escolares, ajudando-os e envolvendo-os na procura de percursos de sucesso para os seus educandos. Importa que estes percebam que podem e devem participar, necessitando de (in)formação assertiva e adequada às suas características.



CRIAR ESPAÇOS TERRITORIAIS DE APRENDIZAGEM: a aprendizagem não deve estar confinada ao espaço formal de ensino e o território, através do planeamento a partir dos seus recursos (materiais e imateriais), devendo assumir-se como recurso educativo, sendo um meio e um fim de aprendizagem. É muito importante que os jovens tenham, cada vez mais, momentos diversificados de formação, que podem acontecer em diferentes espaços, aproveitando as mais-valias do território que envolve as escolas e associações, aumentando os seus conhecimentos sobre o mesmo e dando sentido às suas aprendizagens, olhando o global a partir do local e o local a partir do global.

Os resultados apresentados nesta análise deverão emergir como uma base para apoiar os diferentes agentes na construção e adaptação da sua ação, indo ao encontro das necessidades dos alunos e assumindo-se como o ponto de partida para a nova fase de implementação do plano de melhoria dos resultados, numa lógica de trabalho colaborativo. Num estudo global que permita uma procura de caminhos para o sucesso escolar, parece ser evidente que os resultados se situam maioritariamente a um nível médio-superior, facto que existe ao longo de todos os níveis de ensino.

Este tipo de perfil de resultados, com a ausência de percentagem significativa em termos de valores de classificações altos, evidencia a necessidade de se criarem estratégias para todos os alunos, para que se possa solidificar aprendizagens e melhorar resultados de uma forma global.

No que se refere aos piores resultados, a disciplina de Matemática distingue-se como a área que reúne as médias mais baixas, e por isso merece estratégias claras de melhoria desses resultados. A disciplina de Português, ainda que com resultados quase sempre superiores a Matemática, merece igualmente especial atenção, na medida em que a literacia ao nível da oralidade, leitura e escrita é objeto de avaliação mas, também, transversal a todas as disciplinas e, como tal, deverá continuar a ser reforçada.

Relativamente às retenções, o município de Sernancelhe deverá assumir uma estratégia integrada de ensino, contribuindo para que sejam evitadas ao máximo, não pelo facilitismo por que algumas medidas parecem ser rotuladas, mas por um trabalho pedagógico adequado aquando da identificação das necessidades.

As estratégias deverão ser transversais, mas simultaneamente adaptadas às especificidades de cada ciclo de ensino, já que a análise a esse nível evidencia comportamentos diferentes das várias escolas dos agrupamentos. Por outro lado, deverão ser criadas estratégias para trabalhar com os pais, aproximando-os às respetivas escolas e, também, com grupos de risco (minorias) que, ainda que não sendo clara numa identificação na análise dos resultados, merecem trabalhos diferenciados, como é o caso das comunidades socialmente mais excluídas e em risco de exclusão.

Ao nível das estratégias de trabalho é importante que se criem e apoiem projetos piloto diferenciadores mas, também, que se estructurem estratégias para toda a comunidade escolar, aumentando assim a equidade nas aprendizagens dos alunos do território, uma vez que todos deverão ter acesso a um ensino de qualidade. Por outro lado, será importante criar ferramentas que apoiem os professores de forma individual, motivando-os na procura de estratégias de trabalho para que potenciem melhores aprendizagens por parte dos seus alunos. Este processo deverá contribuir para um aumento da atratividade de todo o território educativo, devendo ser estratégico e acordado entre os diferentes estabelecimentos a partir das necessidades encontradas.

9. VISÃO ESTRATÉGICA PARA A EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO.

No atual contexto de globalização, de crescente concorrência e competitividade entre territórios pela captação de pessoas, empresas e turistas, é essencial identificar e valorizar as características específicas deste território, os seus recursos endógenos, no sentido de os reconhecer como fatores de diferenciação positiva e implementar estratégias que permitam superar os atuais desafios em matéria de desenvolvimento socioeconómico.

Esta breve reflexão estratégica permite a definição e articulação dos atuais pilares estruturantes/"clusters" para o desenvolvimento socioeducativo e socioeconómico do concelho de Sernancelhe e que deverão estruturar a base económica das próximas décadas. Este reconhecimento encontra-se também articulado a outros planos estratégicos



municipais como o planeamento estratégico em Educação e Formação. Deste modo, a oferta formativa dos Cursos Profissionais deverá ser, preferencialmente, orientada para as principais vocações do município de Sernancelhe.

C1 | CLUSTER DO TURISMO - nos seus mais variados segmentos (religioso, cultural, rural, de natureza, desportivo, sénior ou científico) é um dos vetores fundamentais do desenvolvimento do município de Sernancelhe. A oferta turística é rica em espaços naturais e culturais, sendo os soutos de castanheiros da Serra da Lapa e as antiquíssimas aldeias, com suas igrejas e quintas senhoriais, o Santuário da Lapa e os espaços literários e de memória do escritor sernancelhense Aquilino Ribeiro, os principais elementos potenciadores do turismo local. O seu valor paisagístico, aliado à história que ao longo dos séculos prestigiou a Vila de Sernancelhe como sendo um local de tranquilidade e passeio, foram alguns dos aspetos tidos em conta para que fosse cada vez mais procurada pelas suas paisagens culturais. Neste contexto, a componente formativa e educativa do município assume um papel preponderante na preparação dos quadros técnicos e profissionais ao serviço das atividades de turismo e lazer, contribuindo através do capital humano, para o crescimento e prosperidade do setor.

C2 | INDÚSTRIA DAS ROCHAS ORNAMENTAIS/GRANITOS - Portugal é um dos principais produtores de rochas ornamentais do mundo e Sernancelhe é um dos concelhos que mais contribui para essa produção. A extensa variedade de pedra natural proporciona-lhe uma posição de destaque no cenário mundial e um forte contributo para a criação de riqueza e sustentabilidade do setor. A localidade de Sernancelhe está associada à indústria dos granitos há décadas, estendendo-se a ocorrência em Sernancelhe - Chosendo - Macieira. A atividade de extração de rocha para uso como elemento de construção e decoração assentou no famoso granito-macieira ou granito amarelo. Granito amarelo-esbranquiçado a amarelo-acastanhado, de granulado médio, de duas micas, com alteração mais ou menos pronunciada e foliação incipiente. O mercado final é a indústria da construção (80% de acordo com a informação fornecida) e as obras funerárias, além da escultura e as peças de decoração. Dada a importância

estratégica deste setor, a oferta formativa direcionada a estas áreas mais tradicionais poderão trazer mais-valias para o crescimento do setor, aproveitando o “know-how” e equipamentos destas atividades. Deste modo, torna-se decisivo o acompanhamento dos estabelecimentos de ensino profissional no sentido de requalificar a mão-de-obra em atividades baixas em tecnologia e baseadas na utilização dos recursos.

C3 | INDÚSTRIA METALOMECÂNICA - Sernancelhe apresenta grandes potencialidades em torno das atividades da indústria metalomecânica. Ao nível da população empregada, os ramos de estruturas metálicas e construção em metal representam a maior percentagem de empresas. Aliás, entre as duas dezenas de empresas que mais empregam no município, duas dizem respeito a estas atividades. Neste contexto, deverá ser uma clara aposta o reforço da especialização do município na indústria metalomecânica e nas indústrias de serviços que lhe estão associadas, como oficinas e serralharias, áreas de atividade com tendência para o maior valor acrescentado dos seus produtos.

C4 | AGROINDÚSTRIA - A agroindústria é o conjunto de atividades relacionadas com a transformação de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura. Em Sernancelhe ganham destaque as atividades ligadas à fruticultura, vinicultura, hortifruticultura, mas principalmente a cultura de frutos de casca rija, secos, e silvicultura. A importância deste setor é visível sobretudo ao nível das exportações, salientando-se que cerca de metade do volume de exportações em Sernancelhe dizem respeito aos produtos das indústrias alimentares. As fileiras agroalimentares evidenciam cada vez mais potencialidades produtivas suscetíveis de uma diferenciação competitiva, quer ao nível interno, quer ao nível internacional. Efetivamente, a crescente valorização dos produtos tradicionais, expressa em políticas europeias, com a aplicação de instrumentos de certificação dos produtos tradicionais de qualidade, como a Denominação de Origem Protegida (DOP) ou a Indicação Geográfica Protegida (IGP), a par da crescente desconfiança e preocupação dos consumidores relativamente à qualidade dos bens alimentares, faz com que os produtos tradicionais registem, atualmente, um contexto de desenvolvimento extremamente favorável, existindo crescentes evidências



do seu sucesso comercial. Sernancelhe deverá, neste contexto, defender e promover: a salvaguarda dos saberes que asseguram a qualidade e a identidade dos produtos rurais; a certificação dos processos produtivos; o estímulo ao associativismo e geração de economias de escala; a promoção das qualificações e das condições de trabalho; o desenvolvimento de ações de formação para os trabalhadores; a melhoria das condições de trabalho ao nível das infraestruturas, equipamentos e serviços de apoio à produção; a criação de valor acrescentado, através da criação de marcas fortes. Paralelamente, deverão ser feitos investimentos em marketing, branding e labeling, através da melhoria do design das embalagens dos produtos, apostando na promoção dos produtos e a sua integração em novos mercados e circuitos de comercialização. Para tal, a aposta na formação profissional em áreas como o controlo de qualidade alimentar, gestão de produção, gestão agrícola, certificação, manutenção industrial, veterinária, produção animal deve ser um imperativo.

C5 | CLUSTER DAS INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS - As indústrias criativas são consideradas importantes para o desenvolvimento económico e social podendo contribuir para o reforço da competitividade dos territórios. A promoção de conteúdos culturais e artísticos permite o desenvolvimento de ações globais a nível local, desde que haja uma boa cobertura de comunicações. Tal facto possibilita a deslocalização de agentes e indústrias para territórios mais periféricos, sem com isso condicionar a sua competitividade. Sernancelhe reúne a "atmosfera" ideal para a afirmação das indústrias culturais e criativas, dando-se destaque ao património cultural, às artes plásticas (pintura, conservação, restauro), ao audiovisual e às indústrias gráficas. Neste contexto, a aposta numa oferta formativa (profissional) direcionada a suprir as necessidades de formação neste setor deverá ser encarada como uma possível aposta estratégica do município. Importa também destacar que as competências nestas áreas podem desempenhar um importante papel na atração de investimentos e para a qualificação e ampliação das cadeias de valor.

9.1. Recomendações.

9.1.1. Principais conclusões.

A análise da relação entre a dinâmica empresarial e oferta formativa do município de Sernancelhe contribuiu para um melhor conhecimento do tecido empresarial e da oferta de educação e formação deste município. Após o exame detalhado das dinâmicas empresariais recentes e do quadro geral da oferta formativa do município, pretende-se apresentar algumas linhas de orientação estratégica, bem como um conjunto de objetivos e linhas de ação para o futuro no que concerne à oferta formativa de Sernancelhe. Assim, tendo por base uma metodologia de planeamento estratégico e valorizando-se as fontes de informação de cariz quantitativo (estatísticas), pretende-se contribuir para a identificação de uma oferta formativa adequada às necessidades das empresas que se localizam neste território, aspeto que se assume relevante para todos os agentes de ensino e formação que atuam na região. A inclusão desta análise sumária mostra-se pertinente pelo facto de que o exercício de uma definição de estratégias para o futuro do concelho de Sernancelhe deve assumir, de forma bem consistente, o diagnóstico da matriz socioeconómica e empresarial do concelho, as suas estruturas e tendências evolutivas, os elementos homogéneos, heterogéneos e diferenciadores.

Considerando a última década (2011-2021), o concelho de Sernancelhe registou um ligeiro acréscimo da sua população (0,37%, correspondendo a 5 692 habitantes), num contexto em que a estrutura etária da mesma cada vez se assume mais envelhecida como a generalidade dos municípios da região. Ao nível da dinâmica económica e, refletindo alguns sinais de força, salienta-se uma estrutura populacional pouco jovem, com algum peso da população em idade ativa, uma taxa de atividade inferior à média regional, uma grande importância nas atividades dos setores primário e secundário em termos de postos de trabalho e riqueza criada, e a tendência para a diminuição do desemprego, sobretudo nos últimos anos.

As dificuldades em termos de desenvolvimento económico advêm da localização deste território na periferia da região Douro, do afastamento das áreas urbanas de Viseu e Lamego e no reforço das acessibilidades. Sublinha-se também que a riqueza deste território assenta na diversidade paisagística, cultural, rural e florestal. As perspetivas de desenvolvimento passam pelo



crescimento industrial/empresarial e pela crescente relevância da cultura e do turismo, em particular da vila de Sernancelhe. As exigências em termos de futuro decorrem da consolidação da sociedade, do incremento da economia local, do conhecimento e da aprendizagem, que demandam novas qualificações e respostas mais diversificadas no contexto das exigências de um mercado cada vez mais competitivo. Acresce que a cadeia de valor das atividades económicas tem vindo a ser alterada, sendo os ciclos de mudança cada vez mais curtos, mas incorporando sempre novo conhecimento e tecnologia por forma a dar resposta às solicitações do mercado, antecipando o futuro, pelo que se torna decisivo inovar constantemente criando novo conhecimento que se desatualiza rapidamente.

No que diz respeito ao diagnóstico da oferta formativa e, numa referência aos elementos gerais que caracterizam a educação e a formação no município de Sernancelhe, importa destacar a taxa de analfabetismo inferior à média da região Douro e do Continente e a tendência crescente para o aumento da população com níveis de escolaridade mais elevados. Todavia, há um conjunto de fraquezas a destacar, como a persistência de uma elevada percentagem de população com baixos níveis de escolaridade; uma percentagem de população residente com idades entre os 18 e os 24 anos que completou o 3.º CEB, mas que não se encontra a frequentar o sistema de ensino; uma taxa de retenção e desistência do ensino básico superior à média da região Douro e do Continente e uma taxa de transição/conclusão no ensino secundário inferior às mesmas unidades de referência.

Ao nível da oferta formativa e perspetivando-se oportunidades, sublinha-se a crescente procura de cursos profissionais por parte dos alunos, pelo que é necessário repensar, de forma articulada, a oferta de cursos profissionais, ao nível do ensino secundário. As ameaças futuras devem ser analisadas num contexto de progressiva diminuição da população em idade escolar e da saída de alunos para a frequência escolar em outros concelhos, em especial a partir da conclusão do 3.ºCEB. Os cenários apresentados sugerem um futuro preocupante, que já coloca presentemente imensos desafios em matéria de oferta e procura de equipamentos educativos, de adequação das redes educativas e a supressão de necessidades de docentes e não docentes. Como elemento ainda prévio ao exercício de sistematização de algumas propostas estratégicas, importa destacar algumas das conclusões instrumentos referentes aos agentes empresariais de Sernancelhe. Deste

universo, as empresas preveem nos próximos anos um aumento no número de trabalhadores, destacando que este aumento deverá ser efetuado recorrendo sobretudo a mão-de-obra Intermédia (Cursos Profissionais, Secundário) e Especializada (Licenciatura e CET).

As empresas elegeram um conjunto de áreas em que existe necessidade de mão-de-obra, destacando-se os Técnicos comerciais, Eletricistas, Embaladores, Secretários, Engenheiros eletrónicos, Operários industriais, Mecânicos industriais, Engenheiros mecânicos, Técnicos de automação, Operadores de máquinas, Motoristas, Funcionários de armazém, Empregados da hotelaria e restauração, Maquinistas, Serralheiros, Soldadores, Pintores, Torneiros, Fresadores, entre outros. Relativamente à formação contínua dos trabalhadores, prevista pelo Código do Trabalho, Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, em que é definida a obrigatoriedade da formação contínua nas empresas, não obtivemos dados concretos sobre quantas e quais foram realizadas ações de formação contínua. Porém, genericamente, as ações realizadas foram na sua grande maioria de carácter técnico e ajustadas às necessidades das empresas, tendo abrangido áreas de formação distinta, com destaque para a Higiene e Segurança no Trabalho, mas também nas áreas de Gestão, Contabilidade e Finanças, Comercial, Liderança, Informática, Primeiros Socorros, Marketing, TIC, entre outras. No que diz respeito às necessidades atuais e futuras, identifica-se uma maior carência de formação nas áreas da Gestão, Certificação de qualidade, Logística, Marketing, Áreas técnicas, Internacionalização, Produção, Segurança e higiene no trabalho e Primeiros Socorros. A curto prazo, ou seja, nos próximos cinco anos, algumas empresas consideram a hipótese de vir a receber estagiários do Ensino Profissional, designadamente nas áreas de formação ligadas à Administração, Mecânica, Automação, Logística, Construção, Marketing, Montagem, Produção, Eletrónica, Design gráfico, Segurança Alimentar, Qualidade, Vendas e Informática.

9.3.2. Linhas de orientação estratégica.

A educação e a qualificação da população assumem um dos principais pilares de desenvolvimento de uma sociedade e uma garantia de



crescimento e desenvolvimento económico. A oferta e a procura de competências estão intrinsecamente relacionadas, isto porque a promoção da ciência, da tecnologia e da inovação nos sistemas educacionais proporciona determinadas competências à economia que, por sua vez conduzem à inovação, à criação de empregos e a mudanças na composição e produção setoriais e, em consequência, também na procura de novas competências (OECD, 2012).

“Investir na educação, competências e aprendizagem ao longo da vida” fez parte do conjunto dos objetivos temáticos da União Europeia para o horizonte temporal de 2014/2020, sendo uma das metas a alcançar em Portugal, em consonância com este desafio da Europa 2020, ter 40% da população jovem (30-34 anos) com formação superior. Na renovação dos objetivos, o Conselho Europeu adotou uma resolução sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação rumo ao Espaço Europeu da Educação e mais além (2021-2030). Essa resolução estabelece uma lista de objetivos a alcançar nos próximos anos, dos quais se extraem três particularmente importantes para a estratégia de educação e do mercado de trabalho do concelho: a percentagem de adultos do grupo etário dos 25 aos 34 anos com diploma de ensino superior deverá ser de, pelo menos, 45 % (taxa em 2020: 40,3 %); a percentagem de recém-diplomados do ensino e formação profissionais a beneficiar da exposição à aprendizagem em contexto laboral durante o seu ensino e formação profissionais deverá ser de, pelo menos, 60 % até 2025; até 2025, pelo menos 47 % dos adultos na faixa etária entre os 25 e os 64 anos deverão ter participado em ações de aprendizagem nos últimos 12 meses. Em comparação com o anterior quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação (EF 2020), o indicador relativo às competências digitais constitui a principal novidade.

Portanto, esta ambição engloba a redução da taxa de abandono escolar, o aumento de população formada superiormente, a melhoria das técnicas e condições de aprendizagem, a adequação do ensino às necessidades do mercado de trabalho, o aumento das competências da população ativa e, inclusivamente dos próprios professores/formadores, entre outras ações. Num momento em que se encontra em desenvolvimento a carta educativa de 2.ª geração, pretende-se criar políticas locais de educação e formação associando-as a determinadas opções de desenvolvimento. Este, por sua vez,

nunca poderá ser separado dos recursos e dinâmicas existentes, ou passíveis de ser mobilizadas e desenvolvidas no território. Um dos pontos fulcrais da nova visão para a educação passa pela criação, de forma concertada – agentes educativos, empresários, outros parceiros – de uma oferta diversificada e adaptada às necessidades do concelho em termos de ensino profissional e tecnológico, a implementação de um sistema de orientação vocacional que preveja e evite situações de insucesso e de abandono do percurso escolar e formativo por parte da população jovem.

Como é evidente, hoje torna-se cada vez mais importante alcançar mecanismos de articulação entre dois tipos de mercado: o mercado da formação e o mercado de trabalho, de modo a alcançar o equilíbrio desejável entre as qualificações/competências dos trabalhadores e as necessidades do tecido empresarial. Trata-se de contribuir para a identificação de uma oferta formativa concertada e para a definição de linhas estratégicas adequadas às necessidades das empresas atuais e potenciais, aspeto que se assume relevante para todos os agentes de ensino e formação que atuam no concelho.

Neste contexto, apresentam-se as principais propostas de estratégias de futuro para Sernancelhe, em matéria de oferta formativa e desenvolvimento económico. Em concordância com a Estratégia de Competências da OCDE, bem como com os documentos de referência para o horizonte 2020/2030, destacam-se um conjunto de prioridades e respetivos objetivos estratégicos, que visam o desenvolvimento de uma política de educação e formação profissional articulada, mobilizadora e atrativa para as novas gerações, capazes de garantir o desenvolvimento e prosperidade deste território.

QUADRO 111 – PRINCIPAIS PROPOSTAS/PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA A OFERTA EDUCATIVA/FORMATIVA E DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL, EM SERNANCELHE.

Prioridades Estratégicas	Objetivos
Desenvolver uma estratégia de competências para Sernancelhe.	Adaptar os currículos ministrados e desenvolver os sistemas de ensino baseados no mercado de trabalho, nomeadamente os sistemas de ensino dual e de aprendizagem; Introduzir uma oferta de cursos profissionais capazes de atrair os jovens, designadamente com a introdução de componentes inovadoras e tecnológicas em domínios considerados tradicionais e de grande potencial para o concelho (agroindústria, turismo, indústria transformadora, indústria metalomecânica, indústrias culturais e criativas...)



Prioridades Estratégicas	Objetivos
Implementação de um sistema de orientação vocacional.	<p>Melhorar a oferta e adequação das ações de educação e formação às características e necessidades da população;</p> <p>Promover ações de informação e sensibilização junto dos jovens relativamente aos desafios atuais em termos de mercado de trabalho;</p> <p>Orientar e encaminhar os jovens e adultos para as necessidades do tecido produtivo do território.</p>
Plano de ação para a educação e formação contínua.	<p>Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida;</p> <p>Aumentar o nível de qualificação e de empregabilidade dos adultos ativos;</p> <p>Promover a atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e a promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas;</p> <p>Adequar a formação à satisfação de necessidades de recursos humanos;</p> <p>Diagnosticar necessidades de formação e desenhar perfis de formação;</p>
Sistema abrangente de orientação das carreiras.	<p>Criação de mecanismos facilitadores da inserção profissional dos indivíduos recém-formados;</p> <p>Encorajar a inserção de indivíduos com qualificações de nível superior; Facilitar o acesso dos jovens menos qualificados ao mercado de trabalho;</p> <p>Promover cursos de formação profissional para os trabalhadores menos qualificados, de forma a adequá-los às exigências que vão surgindo;</p> <p>Apoiar a reconversão profissional das pessoas desempregadas ou em risco de desemprego.</p>
Promover a equidade, garantindo o acesso a uma educação de qualidade para todos e o seu sucesso.	<p>Adotar práticas e medidas de combate ao insucesso, absentismo e abandono escolar;</p> <p>Promover a igualdade de acesso a um ensino infantil, básico e profissional de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;</p> <p>Melhorar a qualidade e eficiência do ensino superior e profissional local, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos mais desfavorecidos;</p> <p>Promover a coesão social e a inclusão para a população com dificuldades de inserção;</p> <p>Apoiar os investimentos em infraestruturas educativas, procurando garantir a coesão territorial em matéria de equipamentos educativos.</p>
Articulação entre a educação, formação e o desenvolvimento económico do Concelho	<p>Ajustar a oferta formativa tendo em conta as necessidades e prioridades dos setores económicos e do mercado de trabalho;</p> <p>Promover o envolvimento institucional da escola no tecido económico, social e cultural;</p>

Prioridades Estratégicas	Objetivos
	<p>Fomentar o empreendedorismo promovendo a capacidade empreendedora das escolas e dos seus alunos;</p> <p>Articular o envolvimento com a estrutura económica do Município;</p> <p>Valorizar os "clusters" estratégicos do concelho, promover os produtos endógenos e criar condições e apoios ao desenvolvimento de novos negócios e novas empresas;</p> <p>Melhorar a pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o mercado de trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissional e da sua qualidade;</p>
Articulação entre a educação, formação e o desenvolvimento económico do Concelho	Identificação das carências de qualificação e de formação dos setores produtivos, através de uma cultura de parceria entre os agentes locais (empresas, autarquia, escolas, associações, movimentos cívicos,...).

10. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA.

As primeiras cartas escolares eram entendidas como um documento que previa pouco mais que uma inventariação e caracterização dos estabelecimentos de ensino de um dado território, tendo como referência um determinado ano letivo, mas, com a introdução das alterações decorrentes do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, a carta educativa passou a ser entendida como um documento de planeamento estratégico que, além de caracterizar e diagnosticar o momento atual deve também incluir projeções que permitam a aferição de tendências e necessidades futuras.

A importância do planeamento da rede escolar é indiscutível pelo que importa ressaltar que o processo de planeamento não termina com a elaboração das propostas de reorganização, pois carece de aprofundamento, revisão e atualização permanente, no sentido de adequar as propostas às diferentes dinâmicas municipais, designadamente no que se refere à evolução demográfica e socioeconómica, modificações do parque escolar e alterações legislativas (Costa e Barbosa, 2002).



A constante mudança dos fatores que intervêm na carta educativa torna-a muitas vezes desatualizada quando um novo ano lectivo se inicia. Nesse sentido, a implementação de um processo de monitorização é essencial para conservar a sua atualidade durante o ciclo da sua vigência, além de permitir um acompanhamento e controlo da execução das propostas de reorganização, possibilitando a identificação de eventuais desvios face às propostas de reorganização da rede educativa efetuadas num primeiro momento.

A carta educativa deve ser assumida e reconhecida como um instrumento de planeamento estratégico, com um determinado horizonte temporal, construída com base num conjunto de pressupostos dentro os quais ressalta o princípio da flexibilidade. Tal fato pressupõe a necessidade de reajustamentos e readaptações face às alterações ocorridas, designadamente, o sistema educativo, a dinâmica urbanística, as dinâmicas sociodemográficas, os recursos financeiros, entre outros. E, nesse sentido, a implementação da carta educativa, enquanto documento prospetivo, deve integrar como etapa metodológica a função de monitorização de forma a minimizar as incertezas associadas a todo e qualquer processo de planeamento.

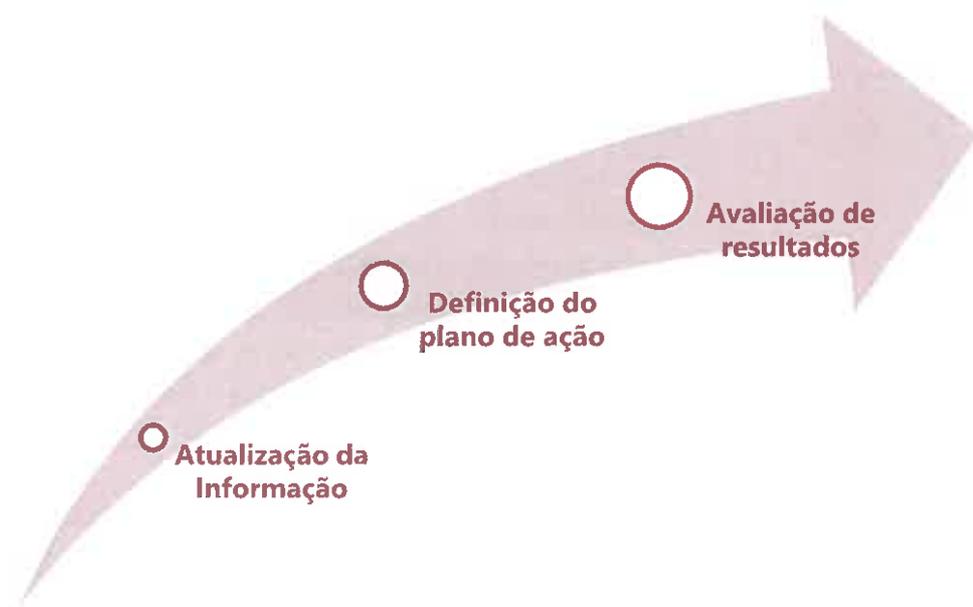
Essa monitorização permitirá a realização de reajustamentos no momento em que se detetarem desvios nas propostas formuladas numa primeira instância, permitindo a apresentação de soluções atempadas, mais adequadas e que garantam a sustentação e pertinência das propostas. Considerada como uma etapa metodológica das cartas educativas, já que é um processo que permite um maior ajustamento das políticas educativas à rede educativa municipal, confere-lhes uma maior eficiência, mas nem sempre os municípios a integram ou concretizam.

A monitorização da carta educativa deverá contemplar três fases:

- 1) atualização de dados, após a definição de mecanismos que possibilitem, não só a sua recolha, mas também a organização e respetiva difusão pelos diferentes atores do processo educativo;
- 2) definição de um plano de ação no qual devem estar clarificados os objetivos a atingir, as fases de execução, os recursos envolvidos e as entidades a mobilizar no decurso do processo de monitorização;

- 3) avaliação de resultados, cujo objetivo será a apreciação, com carácter regular e periódico, do cumprimento dos objetivos definidos no plano de ação e respetiva calendarização, sugerindo-se uma avaliação anual, realizada após o início de cada ano letivo;

ESQUEMA 8 – PROCESSO DE MONITORIZAÇÃO (ME).



Considerando as etapas enunciadas no processo de monitorização da carta educativa, clarifica-se a metodologia a adotar:

- 1) **ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO**: deverá ser enviado a todos os estabelecimentos de ensino um inquérito relativo aos dados referentes ao ano letivo iniciado, o que acontecerá nos finais de Novembro de cada ano, momento em que o sistema educativo se prevê estar praticamente estabilizado. A autarquia deverá possuir uma plataforma (tabela em excel) onde registará a recolha de dados no início de cada ano letivo, com os campos onde se proceda à identificação dos estabelecimentos de ensino, salas, população escolar, turmas, ensino especial, aproveitamento, oferta educativa,



recursos humanos, associações de pais. Deverá igualmente proceder-se à recolha de dados acerca do número de alunos afetos às atividades complementares de ação educativa e do desporto escolar, alunos abrangidos pela ação social escolar e transporte escolar e dados respeitantes aos edifícios que constituem o parque escolar, sendo que este tipo de informação poderá ser adicionada à plataforma para o efeito, ou, em alternativa, poderá ser desenvolvido um questionário online que permitirá a recolha destes dados no quadro da equipa de trabalho do Projeto Educativo Local. Destacamos a importância da recolha de dados acerca da morada dos alunos, como forma de perceber as dinâmicas da população escolar, em função da oferta educativa disponível no território. Para tal deverá ser criado um questionário que considerará a totalidade das freguesias que integram este território municipal, permitindo o preenchimento do número de alunos que são provenientes de cada uma delas e, ainda, uma questão de resposta aberta que permita a inclusão do número de jovens provenientes de outros municípios. Esta tarefa deverá ser da responsabilidade da Divisão da Educação da autarquia, neste caso do SASC ou, em alternativa, da equipa externa, se entretanto assim for equacionada.

As informações respeitantes à dinâmica demográfica e socioeconómica, ao construído e à rede de acessibilidades deverão ser atualizadas pelos diferentes serviços da autarquia e integrados no projeto de monitorização da carta educativa. Em qualquer dos casos a equipa deverá proceder à recolha, introdução e divulgação da informação nos diferentes layers da plataforma utilizada pela autarquia (ou entretanto concebida) para esta finalidade. Recomenda-se a utilização de um sistema de informação, com recurso a tecnologias de informação geográfica, assumir-se-á como uma ferramenta poderosa na organização e tratamento da informação resultante do processo de recolha dos dados.

- 2) **PLANO DE AÇÃO:** com base na informação recolhida, tratada e sistematizada é elaborado um plano de atividades, para o qual se definem objetivos, metas e estratégias a atingir em cada ano letivo, as quais, naturalmente, devem estar em consonância com as

grandes linhas de orientação de carta educativa, os recursos técnicos e humanos a mobilizar, e reformulação, caso necessário, das propostas definidas. No município de Sernancelhe o principal aspeto no âmbito do plano de ação diz respeito à reorganização e requalificação dos espaços educativos. Partindo do pressuposto que a autarquia pretende manter os equipamentos existentes, uma das ações previstas poderá passar pela identificação do estado de conservação dos equipamentos, em especial na eficiência energética, não existindo a necessidade de construção de novos equipamentos para fazer face às atuais taxas de ocupação. Naturalmente, esta situação transitória está diretamente relacionada com a tendência generalizada de decréscimo dos efetivos escolares, a qual terá repercussões mais acentuadas no território e, conseqüentemente na reorganização do parque escolar, a médio prazo. Numa perspetiva de complementaridade, e caso a autarquia assim o entenda, estes mesmos espaços poderão ser utilizados como espaços de interação educativa e pedagógica, com uma aposta clara em atividades extraescolares que promovam uma transformação das práticas pedagógicas, em franca associação com a oferta educativa existente, cujos reflexos de melhoria dos resultados escolares serão evidentes.

Por outro lado, e considerando a importância da formação/qualificação e aprendizagem ao longo da vida, alguns dos espaços que se tornem excedentes podem também ser vocacionados para a realização de atividades formativas nos mais diversos domínios, como seja educação para o empreendedorismo, educação para saúde, educação parental, entre outras que se considerem pertinentes, bem como ações de formação promovidas pelas entidades empresariais, justificadas pela necessidade de existir uma forte articulação entre estas e os próprios estabelecimentos de ensino. Finalmente há a considerar e definir os intervenientes neste processo, nomeadamente a Câmara Municipal de Sernancelhe, o Conselho Municipal de Educação, o Agrupamento de Escolas Pe. João Rodrigues, estabelecimentos de ensino da rede privada, empresas locais, associações, e outros que se pensem ser pertinentes aquando da definição das metas a executar.



3) **AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS:** consiste na consideração de todos os fatores acima enunciados que devem transformar a carta educativa num documento aberto e que implica a necessidade de uma atualização e revisão constante. Torna-se necessário o desenvolvimento de relatórios que espelhem as ações, resultados e impactos do documento e que, por outro lado, efetuem uma comparação entre os resultados esperados e os atingidos, permitindo que o próprio processo de planeamento se autoavalie. Nesta etapa devem também ser identificados os fatores críticos de sucesso que permitiram, ou não, atingir os resultados definidos. É muito importante salientar o papel do Conselho Municipal de Educação, enquanto estrutura organizativa que deve contribuir e mesmo possuir uma visão integrada do sistema educativo e das especificidades locais, no sucesso das metas e posterior avaliação da sua implementação no terreno. A avaliação das políticas educativas e da reorganização da rede educativa proposta pode ser realizada no final de cada ano letivo, resultando dessa mesma avaliação um relatório de diagnóstico do sistema educativo municipal. Todavia, é recomendável que seja efetuada uma análise das tendências observadas no sistema educativo municipal, com base no inquérito anual de atualização, no decorrer da primeira reunião do Conselho Municipal de Educação de cada ano civil.

ESQUEMA 9 – ETAPAS DA FASE DA MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA (ME).



11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cartas educativas municipais de 2ª geração enquadram-se num contexto muito distinto relativamente às que foram realizadas há mais de uma década. Naquelas, a observação dos normativos estabelecidos pela administração central que nortearam a esmagadora maioria das reorganizações de rede escolar. As presentes cartas educativas apresentam essencialmente lógicas municipais e locais, muito na sequência da visão que as equipas políticas e técnicas das autarquias adquiriram em mais de uma década de experiência. Para isto, ainda contribui largamente a capacidade de interação com os restantes atores educativos e população, num diálogo e negociação sobre possíveis encerramentos ou reorganizações funcionais dos equipamentos educativos.

Sernancelhe, com os seus 5692 residentes (censos 2021), apresenta-se como um território de baixa densidade e apresenta, em termos educativos, características muito particulares, tanto na componente da “procura”, com os seus 371 alunos que frequentam os 3 estabelecimentos de ensino (2022/23) que integram a oferta educativa da rede pública. Acrescem, ainda, os 168 alunos que se distribuem pela ESPROSER. Do Conservatório Regional de Musica de Ferreirim colhem-se 170 alunos inscritos e a frequentar o regime articulado, pelo que uma parte encontra-se contabilizada no quantitativo que se refere à oferta pública. Estes valores merecem uma análise atenta no presente e exigem uma reflexão profunda sobre o que se pretende no futuro para o parque escolar do município de Sernancelhe, tendo sempre presente que este território apresenta características geográficas, demográficas e socioculturais diferenciadas (e difíceis!), que refletem a sua localização no interior do país, onde a baixa densidade e a ruralidade contribuem para agravar as assimetrias. Aliás, o cotejamento do território permite distinguir, genericamente, três setores que refletem as dinâmicas sociais e históricas observadas.

Em primeiro lugar, temos a sede de concelho, em que a população residente se enquadra num estrato social médio e pontualmente médio-alto. Em segundo, o mundo rural cujas características, em comparação com a área mais urbana da sede de concelho, refletem uma quebra mais acentuada da densidade populacional e onde o modo de vida rural constitui a atividade e subsistência de inúmeros agregados familiares. E, por fim, a terceira área



corresponde à parte sul do território, marcada por um posicionamento geográfico caracterizado pelas serranias, onde o isolamento é mais evidente, ao qual acrescem as dificuldades de mobilidade e acessibilidade e cujas consequências se refletem de modo bem vincado, em todas as suas vertentes das atividades diárias dos seus habitantes.

Após décadas de diferentes vicissitudes escolares no concelho, sobretudo de quebra, que provocaram dificuldades e ruturas do lado da oferta, com o esvaziamento de muitos estabelecimentos, com consequentes dificuldades de horários, processos reativos na edificação e distribuição de escolas, ausência de infraestruturas de apoio na componente extracurricular, etc., as projeções demográficas (gerais e escolares) vieram transformar a evolução que se observava.

A quebra expetável de crianças e jovens no ingresso e frequência na totalidade dos níveis de ensino entre os anos letivos 2021/2022 e 2022/2023 obriga a repensar as políticas educativas de esfera autárquica sobre o seu parque escolar, num momento em que em termos administrativos também são observadas mudanças em contexto educativo. Se dúvidas subsistissem, relembrem-se as transformações observadas na interação entre os estabelecimentos de ensino, os desafios e obstáculos colocados pelos fluxos (mobilidades) dos alunos intra e intermunicipais, bem como a análise sucinta efetuada aquando da primeira carta educativa já demonstrava a importância da reorganização do parque escolar. Compreenda-se que essa importância se manifesta quer quando as infraestruturas se tornam insuficientes e a comunidade carece e exige a construção ou ampliação de estabelecimentos, quer quando o parque escolar se torna desajustado face à diminuição de alunos, deixando subentendido que se obriga a uma reorganização da rede escolar a curto/médio prazo, com vista à criação de condições de maior igualdade de oportunidades para todas crianças e jovens do município.

A abordagem efetuada no quadro da presente reorganização da rede escolar do município de Sernancelhe, reflete, em diferentes níveis, as expetativas fornecidas pelas projeções da população escolar para a próxima década, quer a nível municipal, quer a nível do agrupamento/estabelecimento de ensino e ainda nos diferentes níveis de ensino. Neste sentido, a constituição e distribuição do atual parque escolar pelos diferentes setores do território municipal, o estado de conservação do edificado e a taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino, ofereceu a

base de análise para ponderar o conjunto das propostas conforme os níveis de ensino e de acordo com os “princípios orientadores” (eixos de intervenção) enunciados neste projeto:

- Criação de condições de igualdade de acesso a um ensino de qualidade para todos os alunos dentro do território municipal;
- Ordenamento da rede escolar assente na eventual reorganização dos estabelecimentos de ensino existentes (ampliação, requalificação e reconversão) com vista à rentabilização dos espaços existentes, no quadro de uma racionalidade que se pretende dinâmica;
- Apoiar estrategicamente o ensino articulado da música para todos os alunos do 1º CEB, em colaboração com o Agrupamento de Sernancelhe e o conservatório Regional de Música de Ferreirim.
- Alargar o ensino da Música aos alunos do Pré-escolar do concelho.
- Melhorar a componente de apoio à Família, aumentando as respostas sociais, em tempo de férias para os alunos até aos 10 anos.
- Oferecer transportes escolares gratuitos a todos os alunos do concelho, tentando adaptar os circuitos de acordo com o número de alunos, num menor tempo de transporte.
- Garantir a gratuidade das refeições a todos os alunos do Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.
- Manter as parcerias de cooperação com a Escola Profissional de Sernancelhe no sentido de atrair mais alunos, de acordo com as necessidades do mercado.
- Ceder as instalações à Escola Profissional de Sernancelhe.
- Permitir a prática simulada aos alunos da Escola Profissional de Sernancelhe em contexto real de trabalho, quer nos eventos e espaços do município.
- Possibilidade de apresentar candidaturas para a requalificação dos estabelecimentos escolares.



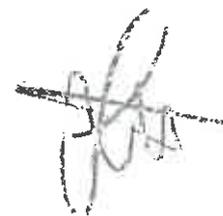
- Cedência dos espaços desportivos ao Agrupamento de Escolas e Escola Profissional de Sernancelhe.
- Gabinete de acompanhamento e inclusão dos alunos, famílias e comunidades.
- Articular toda a agenda cultural do Município com o projeto educativo e plano de atividades anual dos estabelecimentos de Ensino do Concelho.
- Criação de uma linha online com intuito de acolher sugestões, reclamações, ou dúvidas dos alunos e comunidade educativa.
- Estabelecer parcerias, no âmbito da Geminação com Jacou – França, para acolher alunos em regime de estágios curriculares.
- Utilização de novos espaços tecnológicos e experimentais, com incentivo ao empreendedorismo e responsabilidade social, nomeadamente o Espaço da Castanha e do Castanheiro.
- Promover nos estabelecimentos de ensino do concelho, um serviço de qualidade, com a promoção do bem-estar, em articulação e parceria entre a comunidade escolar, o município e as respetivas entidades locais (sociais, culturais e económicos) com o intuito de captar os alunos do concelho e da restante região.
- Criar condições e promover o estabelecimento do Ensino Secundário, regime normal, designadamente os cursos científico-humanísticos, vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior, de carácter universitário ou politécnico, com a duração de 3 anos letivos, correspondendo ao 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade.

Assumindo como pilares as novas estratégias para a educação de Sernancelhe na próxima década (Projeto Educativo Local), e quando se procura efetuar uma síntese sobre as diferentes propostas de reorganização da rede escolar assumidas nesta Carta Educativa de 2ª geração, verifica-se que estas assumem uma relativa dualidade, decorrente da anterior relação entre o parque escolar de gestão autárquica, designadamente a educação pré-escolar e 1º CEB, e o de gestão do poder central. A análise e formulação

de propostas no âmbito da Educação Pré-escolar, e em particular do 1.º CEB, são aquelas que habitualmente se refletem no objetivo que este tipo de processo apresenta relativamente aos eleitos e às populações, devendo apresentar abordagens diferenciadas no quadro municipal.

No contexto da Educação Pré-Escolar, e como o recente normativo da tutela defende a disponibilização de salas da rede pública para uma frequência universal das crianças com 3, 4 e 5 anos, importa refletir sobre o planeamento futuro da rede no município de Sernancelhe. Efetivamente, e baseando a análise na evolução do número de crianças com idade de frequentar a educação pré-escolar nas próximas décadas será expetável uma diminuição dos quantitativos escolares no concelho. Esta constatação obriga a uma ponderação sobre o facto de se proporem intervenções em equipamentos no sentido de os dotar de mais salas de atividade que, num curto espaço de tempo poderão vir a apresentar baixas taxas de ocupação. Porém, a integração de mais crianças na oferta pública a curto prazo, em virtude do encerramento da resposta da oferta privada exigirá a disponibilidade de salas de aula. Aliás, nessa perspetiva de análise, considerando as crianças que com base nos nascimentos estariam disponíveis para integrar o ano letivo 2022/2023, bem como as projeções escolares realizadas para 2024, 2026 e 2031, verifica-se que, na atualidade, as salas afetas à educação pré-escolar da rede pública são insuficientes, dado que sai reforçado pela consideração do total de crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar de ambas as redes no ano letivo 2022/2023. Neste aspeto, há ainda a considerar a forte possibilidade de um incremento extraordinário de crianças de naturalidade e/ou nacionalidade estrangeira.

Naturalmente, neste caso, deve ser considerada a possível desativação de salas afetas ao 1º CEB e que podem vir a ser direcionadas para a educação pré-escolar, caso a evolução demográfica assim o justifique, bem como a articulação com os equipamentos afetos à rede particular, os quais, no município de Sernancelhe, apresentam um peso considerável neste nível de educação e ensino. Assim, para a educação pré-escolar as propostas de reorganização, na sua maioria, apontam para a manutenção dos equipamentos existentes, em que a abertura de novas salas se encontra dependente da evolução da demografia escolar.



No que se refere ao 1º CEB, não obstante o facto de em 2022/2023 se registarem menos crianças disponíveis para integrar este nível de ensino, as propostas de reorganização da rede escolar devem refletir os diferentes contextos sociodemográficos do município de Sernancelhe. Neste sentido, para os territórios rurais e de baixa densidade, onde a natalidade é mais reduzida e onde a reorganização escolar fez centralizar num único estabelecimento de ensino os recursos afetos ao 1º CEB e, embora se defenda a existência de uma sala e de professor por turma, estes territórios apresentam um quadro particular que obriga a soluções de compromisso adaptadas em função das realidades diversas e, em alguns casos, com a necessidade de intervenção de toda a comunidade na concretização de projetos educativos de escola.

É importante lembrar que, de uma forma geral, a diminuição da população escolar nos próximos anos vai possibilitar e demandar uma reorganização dos espaços e do número de alunos por turma, contribuindo, deste modo, para uma clara melhoria das condições de ensino. Em termos da rede dos 2.º e 3.º CEB e Ensino Profissional, pode assumir-se que o decréscimo de alunos previsto para a próxima década poderá proporcionar igualmente uma oportunidade de reorganização dos espaços e dimensão das turmas. Dada a existência de um único agrupamento neste território, não pode haver lugar, nem necessidade de proceder ao encerramento de equipamentos concelhios. Todavia, não deixa de ser já uma situação preocupante antever que, na próxima década, o decréscimo do número de alunos poderá colocar em risco o funcionamento do Agrupamento de Escolas nos moldes de gestão atual. A quebra da taxa de ocupação será inferior a 60%, pelo que as propostas de reorganização deverão privilegiar mudanças de tipologia, de resto, tal como já tem vindo a ser implementado pela autarquia.



12. ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES, MAPAS, FIGURAS, ESQUEMAS E QUADROS.

ESQUEMA 1 – ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO AE PE. JOÃO RODRIGUES – SERNANCELHE.	118
ESQUEMA 2 – ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DO AE PE. JOÃO RODRIGUES – SERNANCELHE.	120
ESQUEMA 3 – ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DO AE PE. JOÃO RODRIGUES – SERNANCELHE.	121
ESQUEMA 4 – ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA ESPROSER.	138
ESQUEMA 5 – ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DA ESPROSER.	138
ESQUEMA 6 – RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EQAVET.	150
ESQUEMA 7 – ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DO CRMF.	157
ESQUEMA 8 – PROCESSO DE MONITORIZAÇÃO (ME).	274
ESQUEMA 9 – ETAPAS DA FASE DA MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA (ME).	277
FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1950 E 2021.	32
FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 2001 E 2021(N.º).	36
FIGURA 3 – VARIACÃO DA POPULAÇÃO POR NÚMERO DE HABITANTES RESIDENTES ENTRE 2011 E 2021.	37
FIGURA 4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DOS NADOS-VIVOS ENTRE 2014-2021(N.º).	39
FIGURA 5 – EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DA NATALIDADE 2014-2021 (%).	40
FIGURA 6 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE FECUNDIDADE 2014-2021(%).	40
FIGURA 7 – EVOLUÇÃO DA TAXA SINTÉTICA DE FECUNDIDADE 2014-2021(%).	41
FIGURA 8 – EVOLUÇÃO DOS NADOS-VIVOS E DOS ÓBITOS ENTRE 2014-2021 (N.º).	43
FIGURA 9 – A NATALIDADE, A MORTALIDADE E O SALDO NATURAL (N.º).	44
FIGURA 10 – A TAXA DE NATALIDADE, A TAXA DE MORTALIDADE E A TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL ENTRE 2014-2021 (%).	44
FIGURA 11 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO (EM %) RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA POR FREGUESIA EM 2011 E 2021.	46
FIGURA 12 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE SERNANCELHE, POR N.º DE INDIVÍDUOS EM 2011.	48
FIGURA 13 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE SERNANCELHE, POR N.º DE INDIVÍDUOS EM 2021.	48
FIGURA 14 – POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS ENTRE 2001 E 2021.	49
FIGURA 15 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS DA 14 ANOS E 65 ANOS OU MAIS ANOS ENTRE 2001 E 2021.	49
FIGURA 16 – ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS (%), POR FREGUESIAS, 2021.	51
FIGURA 17 – ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS (%), POR FREGUESIAS, 2021.	51
FIGURA 18 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1950 E 2031(N.º).	53
FIGURA 19 – POPULAÇÃO RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA EM SERNANCELHE, EM 2011 E 2021.	63
FIGURA 20 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM SERNANCELHE, DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, POR PAÍS DE ORIGEM.	63
FIGURA 21 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM SERNANCELHE, DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, POR PAÍS DE ORIGEM NO ANO DE 2021.	64
FIGURA 22 – POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM SERNANCELHE, NOS ANOS DE 2011 E 2021.	67
FIGURA 23 – POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM SERNANCELHE, FACE À POPULAÇÃO DE NATURALIDADE PORTUGUESA NOS ANOS DE 2011 E 2021.	67
FIGURA 24 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM SERNANCELHE, FACE À POPULAÇÃO DE NATURALIDADE PORTUGUESA NOS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE INDIVÍDUOS).	69
FIGURA 25 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM SERNANCELHE, FACE À TOTALIDADE DA	

POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA NA REGIÃO DOURO NOS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE INDIVÍDUOS).	69
FIGURA 26 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS CLÁSSICAS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).	72
FIGURA 27 – EVOLUÇÃO DA DIMENSÃO MÉDIA DAS FAMÍLIAS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NO CONCELHO DE SERNANCELHE (MÉDIA DE INDIVÍDUOS).	72
FIGURA 28 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS, COMPOSTAS POR FILHOS ATÉ AOS 25 ANOS, ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).	74
FIGURA 29 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE SERNANCELHE (%).	74
FIGURA 30 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NO CONCELHO DE SERNANCELHE (%).	75
FIGURA 31 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS UNIPESSOAIS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NO CONCELHO DE SERNANCELHE (N.º DE FAMÍLIAS).	75
FIGURA 32 – ALOJAMENTOS OCUPADOS PELOS PROPRIETÁRIOS POR ESCALÃO DE ENCARGOS COM COMPRA EM SERNANCELHE, 2021 (N.º).	81
FIGURA 33 – MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO EM SERNANCELHE (N.º DE INDIVÍDUOS).	83
FIGURA 34 – POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA OU ESTUDANTE POR LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO (N.º INDIVÍDUOS).	83
FIGURA 35 – TAXA DE DESEMPREGO, POR HOMENS E MULHERES, EM SERNANCELHE, ENTRE 2011 E 2021 (%).	85
FIGURA 36 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA ENTRE 2011 E 2021 (N.º).	105
FIGURA 37 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA EM 2011.	105
FIGURA 38 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA EM 2021.	106
FIGURA 39 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO EM 2021 (N.º).	106
FIGURA 40 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO EM 2021.	107
FIGURA 41 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR PROFISSÃO, EM 2021, CPP (N.º).	110
FIGURA 42 – PORCENTAGEM DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, POR NÍVEIS, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, NO ANO LETIVO 2022-2023.	160
FIGURA 43 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, TOTAL, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2015-2016 A 2022-2023 (NÚMERO).	163
FIGURA 44 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, POR SEXO (%).	164
FIGURA 45 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2015-2016 A 2022-2023 (NÚMERO).	165
FIGURA 46 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, POR SEXO E TURMA (NÚMERO).	165
FIGURA 47 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 1.ºCEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, POR SEXO (%).	167
FIGURA 48 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 1.ºCEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2015-2016 A 2022-2023 (NÚMERO).	167
FIGURA 49 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 1.ºCEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, POR SEXO E TURMA (NÚMERO).	168
FIGURA 50 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 2.ºCEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, POR SEXO (%).	169
FIGURA 51 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 2.ºCEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2015-2016 A 2022-2023 (NÚMERO).	170
FIGURA 52 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 2.ºCEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, POR SEXO E TURMA (NÚMERO).	170
FIGURA 53 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 3.ºCEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, POR SEXO (%).	172
FIGURA 54 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 3.ºCEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2015-2016 A 2022-2023 (NÚMERO).	172
FIGURA 55 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 3.ºCEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, POR SEXO E TURMA (NÚMERO).	173
FIGURA 56 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO PROFISSIONAL, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE 2020-2021 E 2022-2023.	175
FIGURA 57 – EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO PROFISSIONAL, POR CURSO, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE 2020-2021 E 2022-2023.	176
FIGURA 58 – EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO PROFISSIONAL, POR CURSO, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE 2020-2021 E 2022-2023.	178
FIGURA 59 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO DE ELETRÓNICA AUT. E COMPUTADORES, ENTRE 2020-2021 E 2022-2023 (N.º).	178
FIGURA 60 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO DE AUXILIAR DE SAÚDE, ENTRE 2020-2021 E 2022-2023 (N.º).	179
FIGURA 61 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO CURSO DE RESTAURAÇÃO, ENTRE 2020-2021 E 2022-2023 (N.º).	179



FIGURA 62 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS, POR SEXO MATRICULADOS NO CURSO ELETRÓNICA AUT. E COMPUTADORES, ENTRE 2020-2021 E 2022-2023 (N.º).	180
FIGURA 63 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS, POR SEXO MATRICULADOS NO CURSO AUXILIAR DE SAÚDE, ENTRE 2020-2021 E 2022-2023 (N.º).	180
FIGURA 64 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS, POR SEXO MATRICULADOS NO CURSO AUXILIAR DE SAÚDE, ENTRE 2020-2021 E 2022-2023 (N.º).	181
FIGURA 65 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS, MATRICULADOS POR CURSO, EM 2022-2023 (N.º).	182
FIGURA 66 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, TOTAL DA OFERTA PÚBLICA, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	185
FIGURA 67 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO PRÉ-ESCOLAR, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	186
FIGURA 68 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 1.º CEB, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	186
FIGURA 69 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 2.º CEB, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	187
FIGURA 70 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 3.º CEB, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	187
FIGURA 71 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO ENSINO PROFISSIONAL, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	188
FIGURA 72 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 1.º CEB, EM 2022/23 (N.º).	191
FIGURA 73 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 1.º CEB, EM 2022/23 (%).	192
FIGURA 74 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 2.º CEB, EM 2022/23 (N.º).	193
FIGURA 75 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 2.º CEB, EM 2022/23 (%).	193
FIGURA 76 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 2.º CEB, EM 2022/23 (N.º).	194
FIGURA 77 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 3.º CEB, EM 2022/23 (%).	195
FIGURA 78 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, EM 2022/23 (%).	195
FIGURA 79 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS, POR ITINERÁRIO PÚBLICO E CIRCUITO ESPECIAL, EM 2022/23 (%).	201
FIGURA 80 – APROVEITAMENTO DOS ALUNOS NO 1.º CEB, POR ANO, EM 2022/23 (%).	242
FIGURA 81 – APROVEITAMENTO DOS ALUNOS NO 2.º E 3.º CEB, POR ANO E COM TOTAL POR CICLO, EM 2022/23 (%).	242
FIGURA 82 – RESULTADOS ALUNOS NAS PROVAS DE FINAL DE CICLO, PORTUGUÊS E MATEMÁTICA, EM 2022/23 (N.º).	243
FIGURA 83 – RESULTADOS ALUNOS NAS PROVAS DE FINAL DE CICLO, PORTUGUÊS E MATEMÁTICA, EM 2022/23 (N.º).	243
FIGURA 84 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.	249
FIGURA 85 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.	252
FIGURA 86 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.	254
FIGURA 87 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.	257
MAPA 1 E 2 – CONCELHO E FREGUESIAS DE SERNANCELHE (RNDG, 2023).	23
MAPA 3 E 4 – FREGUESIAS DE SERNANCELHE – NORTE E SUL (RNDG, 2023).	24
MAPA 5 E 6 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM O ENSINO SUPERIOR COMPLETO.	98
MAPA 7 – MAPA DOS ITINERÁRIOS DA CARREIRA PÚBLICA (2022-2023).	202
MAPA 8 – MAPA DOS ITINERÁRIOS E DOS CIRCUITOS ESPECIAIS (2022-2023).	203
QUADRO 1 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA SUB-REGIÃO DOURO.	28
QUADRO 2 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO DOURO-SUL.	28
QUADRO 3 – TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (2011- 2021) (%).	29
QUADRO 4 – CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DAS DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS NO CONTEXTO REGIONAL E NACIONAL.	30
QUADRO 5 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2021 E SUA VARIAÇÃO (N.º e %).	32
QUADRO 6 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2021 (N.º).	33
QUADRO 7 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS POR SEXO (N.º).	33
QUADRO 8 – ÁREA E DENSIDADE POPULACIONAL DAS FREGUESIAS (HAB./KM ²).	34
QUADRO 9 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2011 E EM 2021 (N.º).	34

QUADRO 10 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2011 E EM 2021.	36
QUADRO 11 – NADOS-VIVOS POR FREGUESIAS ENTRE 2014 E EM 2021(N.º).	39
QUADRO 12 – ÓBITOS E TAXA DE MORTALIDADE NO CONCELHO DE SERNANCELHE ENTRE 2014 E 2021(%o).	43
QUADRO 13 – DINÂMICA NATURAL DO CONCELHO DE SERNANCELHE ENTRE 2014 E 2021.	45
QUADRO 14 – DINÂMICA NATURAL POR FREGUESIA EM 2021(N.º).	45
QUADRO 15 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO, ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA E ESTRUTURA ETÁRIA, POR FREGUESIA, EM 2021.	50
QUADRO 16 – ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA, POR FREGUESIA, EM 2021.	50
QUADRO 17 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR FREGUESIA, ENTRE 2011 E 2031.	54
QUADRO 18 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2011 E 2031.	54
QUADRO 19 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA NATALIDADE, POR FREGUESIA, ENTRE 2014 E 2031.	56
QUADRO 20 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2011 E 2031 (N.º).	58
QUADRO 21 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPO ETÁRIO FACE À TOTALIDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º).	58
QUADRO 22 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, POR GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2021 E 2031 (N.º).	59
QUADRO 23 – PROPORÇÃO E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, POR GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2021 E 2031 (N.º).	59
QUADRO 24 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE SERNANCELHE, COMPOSTAS POR FILHOS ATÉ AOS 25 ANOS, ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).	76
QUADRO 25 – FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE SERNANCELHE, POR DIMENSÃO, NO ANO DE 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).	77
QUADRO 26 – FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE SERNANCELHE, POR DIMENSÃO, NO ANO DE 2021 (%).	77
QUADRO 27 – FILHOS NOS NÚCLEOS FAMILIARES POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E TIPO DE NÚCLEO FAMILIAR, EM 2021 (N.º).	79
QUADRO 28 – ESTRUTURAS FAMILIARES E SUA COMPOSIÇÃO, POR FREGUESIA, EM 2021 (N.º).	79
QUADRO 29 – ALOJAMENTOS OCUPADOS PELOS PROPRIETÁRIOS POR ESCALÃO DE ENCARGOS COM COMPRA EM SERNANCELHE FACE AOS CONCELHOS LIMÍTROFES (N.º).	81
QUADRO 30 – DURAÇÃO MÉDIA DOS MOVIMENTOS PENDULARES DA POPULAÇÃO RESIDENTE OU ESTUDANTE POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (2021) (MINUTOS (')).	84
QUADRO 31 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE QUE SAI E ENTRA NO CONCELHO POR LOCAL DE RESIDÊNCIA, EM 2021 (%)	84
QUADRO 32 – TAXA DE DESEMPREGO, POR FREGUESIA DO CONCELHO DE SERNANCELHE, EM 2021 E 2011 (%).	85
QUADRO 33 – RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO RMG, RSI E SD NO CONCELHO DE SERNANCELHE, EM 2021 E 2011 (%).	86
QUADRO 34 – TAXA DE ANALFABETISMO POR FREGUESIA E SEXO EM 2021 (%).	92
QUADRO 35 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 10 E MAIS ANOS DE IDADE SEM NENHUM NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO POR FREGUESIA (N.º DE INDIVÍDUOS).	92
QUADRO 36 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE SEM NENHUM NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO POR FREGUESIA (%).	93
QUADRO 37 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ENTRE 20 E 24 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO POR FREGUESIA, EM 2021 (%).	93
QUADRO 38 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ENTRE 30 E 34 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO SUPERIOR COMPLETO (%) POR FREGUESIA, EM 2021.	94
QUADRO 39 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM PELO MENOS O 3.º CICLO DE ENSINO BÁSICO COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO (%).	94
QUADRO 40 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO (%).	95
QUADRO 41 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO (%).	95
QUADRO 42 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO FEMININO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (%).	96
QUADRO 43 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO FEMININO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (N.º DE INDIVÍDUOS).	96
QUADRO 44 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO MASCULINO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (%).	96
QUADRO 45 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO MASCULINO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (N.º DE INDIVÍDUOS).	96
QUADRO 46 – TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO (%).	100
QUADRO 47 – TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO (%).	101
QUADRO 48 – POPULAÇÃO ATIVA EM 2021 (N.º).	103

QUADRO 49 – TAXA DE ATIVIDADE EM 2021 (%).	103
QUADRO 50 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA EM 2021 (%).	103
QUADRO 51 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR GRUPO ETÁRIO EM 2021.	104
QUADRO 52 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO, MUNICÍPIOS LIMÍTROFES, 2021 (%).	109
QUADRO 53 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR GRUPO ETÁRIO, EM 2021.	114
QUADRO 54 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA POR TIPOLOGIA E FREGUESIA NO ANO LETIVO 2022-2023.	116
QUADRO 55 – COMPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS NO ANO LETIVO 2022-2023.	118
QUADRO 56 – REPARTIÇÃO DAS SALAS DE AULA/ATIVIDADE DA OFERTA PÚBLICA.	125
QUADRO 57 – REPARTIÇÃO DAS SALAS DE AULA/ATIVIDADE DA OFERTA PRIVADA.	132
QUADRO 58 – DISTRIBUIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA ESPROSER, EM 2022-2023.	140
QUADRO 59 – ELENCO DAS PRINCIPAIS ENTIDADES PROTOCOLADAS COM A ESPROSER, EM 2022-2023.	145
QUADRO 60 – OFERTA EDUCATIVA DO CONSERVATÓRIO REGIONAL DE MÚSICA DE FERREIRIM, ANO LETIVO 2022-2023	153
QUADRO 61 – ELENCO DAS PRINCIPAIS ENTIDADES PROTOCOLADAS COM O CRMF, EM 2022-2023.	158
QUADRO 62 – NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA NO CONCELHO DE SERNANCELHE, NO ANO LETIVO 2022-2023.	159
QUADRO 63 – NÚMERO DE TURMAS EXISTENTES POR NÍVEL NO ANO LETIVO 2022-2023.	159
QUADRO 64 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL PRÉ-ESCOLAR, NO ANO 2022-2023.	160
QUADRO 65 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL PRÉ-ESCOLAR, NO ANO 2022-2023.	160
QUADRO 66 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL 1.ºCEB, NO ANO LETIVO 2022-2023.	161
QUADRO 67 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 1.ºCEB, NO ANO LETIVO 2022-2023.	161
QUADRO 68 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL 2.ºCEB, NO ANO 2022-2023.	161
QUADRO 69 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 2.ºCEB, NO ANO 2022-2023.	161
QUADRO 70 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL 3.ºCEB NO ANO 2022-2023.	162
QUADRO 71 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 3.ºCEB NO ANO 2022-2023.	162
QUADRO 72 – NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE 2015 E 2023.	163
QUADRO 73 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, NO ANO LETIVO 2022-2023.	164
QUADRO 74 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 1.º CEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, NO ANO LETIVO 2022-2023.	166
QUADRO 75 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 2.º CEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, NO ANO LETIVO 2022-2023.	169
QUADRO 76 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 3.º CEB, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, NO ANO LETIVO 2022-2023.	171
QUADRO 77 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NOS CURSOS EM FUNCIONAMENTO NA ESPROSER, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2020-2021 A 2022-2023 (N.º E %).	175
QUADRO 78 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NOS CURSOS EM FUNCIONAMENTO NA ESPROSER, NO CONCELHO DE SERNANCELHE, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2020-2021 A 2022-2023 (N.º E %).	176
QUADRO 79 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO CRMF, NO ANO LETIVO 2022-2023.	182
QUADRO 80 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, TOTAL DA OFERTA PÚBLICA, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	185
QUADRO 81 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 1.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).	191
QUADRO 82 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 2.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).	192
QUADRO 83 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 3.º CEB, EM 2022/23 (N.º).	194
QUADRO 84 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, EM 2022/23 (N.º).	197
QUADRO 85 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, EM 2022/23 (N.º).	197
QUADRO 86 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, EM 2022/23 (N.º).	198
QUADRO 87 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, EM 2022/23 (N.º).	198
QUADRO 88 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR ITINERÁRIO, EM 2022/23 (N.º).	198
QUADRO 89 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR CIRCUITO ESPECIAL, EM 2022/23 (N.º).	199
QUADRO 90 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR CIRCUITO ESPECIAL, EM 2022/23 (N.º).	199
QUADRO 91 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR CIRCUITO ESPECIAL, EM 2022/23 (N.º).	200

QUADRO 92 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR CIRCUITO ESPECIAL, EM 2022/23 (N.º).	200
QUADRO 93 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR CIRCUITO ESPECIAL, EM 2022/23 (N.º).	200
QUADRO 94 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR CIRCUITO ESPECIAL, EM 2022/23 (N.º).	201
QUADRO 95 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS POR CIRCUITO ESPECIAL, EM 2022/23 (N.º).	201
QUADRO 96 – RESULTADOS DO APROVEITAMENTO DOS ALUNOS, 2.º E 3.º CICLO, EM 2021/22 (N.º).	244
QUADRO 97 – TAXA DE RETENÇÃO OU DESISTÊNCIA DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO BÁSICO GERAL, POR ANO LETIVO E ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.	246
QUADRO 98 – PERCENTAGEM DE ALUNOS QUE CONCLUEM O CICLO DE ESTUDOS, 1.º, 2.º E 3.º CEB, DENTRO DO TEMPO REGULAR, EM SERNANCELHE.	246
QUADRO 99 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.	248
QUADRO 100 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.	248
QUADRO 101 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.	249
QUADRO 102 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.	250
QUADRO 103 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.	251
QUADRO 104 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.	251
QUADRO 105 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.	251
QUADRO 106 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.	253
QUADRO 107 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.	253
QUADRO 108 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.	255
QUADRO 109 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.	256
QUADRO 110 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), POR SEXO, NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM SERNANCELHE.	256
QUADRO 111 – PRINCIPAIS PROPOSTAS/PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA A OFERTA EDUCATIVA/FORMATIVA E DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL, EM SERNANCELHE.	270



13. FONTES, BIBLIOGRAFIA GERAL E ESPECÍFICA.

FONTES

Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio, Diário da República, n.º 90, I Série;
Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, Diário da República, n.º 79, I Série;
Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, Diário da República, n.º 12, I Série - A;
Despacho n.º 5634-F/2012, de 26 de abril, Diário da República, n.º 82, II Série;
Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, Diário da República, n.º 30, I Série;
Lei n.º 75/2003, de 12 de setembro, Diário da República, n.º 176, I Série;
Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto, Diário da República, n.º 193, I Série - A;
Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, Diário da República, n.º 237, I Série;
Portaria n.º 1181/2010, de 16 de novembro, Diário da República, n.º 222, I Série;
Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, Diário da República, n.º 113, I Série.

Instituto Nacional de Estatística

<http://www.ine.pt>

BIBLIOGRAFIA GERAL E ESPECÍFICA

Cordeiro, A. M. R., Alcoforado, L. & Ferreira, A. G. (2011/12). "Projeto Educativo Local. Um processo associado a estratégias de desenvolvimento integrado e sustentado." In *Cadernos de Geografia*, 30-31, pp. 305-315;

Cordeiro, A. M. R., Alcoforado, L. & Paredes, L. (2013). "A territorialização da educação e a importância do ambiente na construção de um Projeto Educativo Local." *Atas da 10.ª Conferência Nacional do Ambiente*, Universidade de Aveiro.

Cordeiro, A. M. Rochette & Martins, H. A. (2013). "A Carta Educativa Municipal como instrumento estratégico de reorganização da rede educativa: tendências de mudança." In *Cadernos de Geografia*, 32, pp. 339-356;

Cordeiro, A. M. Rochette, (2014). "O lugar dos municípios no planeamento e gestão da rede escolar em Portugal." In M. L. Rodrigues (coord.). *40 Anos de Políticas de Educação em Portugal: A Construção do Sistema Democrático de Ensino*. Coimbra: Almedina, pp. 421-444.

Cordeiro, A. M. Rochette, Martins, H. A. & Ferreira, A. G. (2014). "As cartas educativas municipais e o reordenamento da rede escolar no Centro de Portugal: das condições demográficas às decisões políticas." In *Revista Ensaio*, 22(84), pp. 581-607;

Costa, D. & Barbosa, D (2002). *A Carta Educativa como instrumento de planeamento e gestão*. GEolNOVA 5, 187-204;

ONU (1948). *Declaração Universal dos Direitos do Homem*;

Santos, L., Cordeiro, A. M. Rochette & Alcoforado, L. (2014). "O novo paradigma do planeamento da rede educativa: do planeamento pela oferta ao planeamento pela procura." In A. M. Rochette Cordeiro, L. Alcoforado & A. G. Ferreira (coords.). *Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável*, Coimbra: DG-FLUC, pp. 57-67.

Santos, L., Barros, C., Gama, R. & Cordeiro, A. M. R. (2016). "Projeções da população em idade escolar e planeamento de equipamentos educativos." In Mendes, M. F., Malheiros, J., Clemente, S., Baptista, M. I., Pintassilgo, S., Ribeiro, F., Tomé, L. P. & Câmara, S. B. (orgs.). *Atas do V Congresso Português de Demografia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 185-200.

UNESCO (1990). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*, Jomtien;

Villar, M. (2007). *A Cidade Educadora. Nova perspetiva da organização e intervenção municipal*. Lisboa: Instituto Piaget.